

**As diferentes regras de uso das formas *tu* e *você*
e suas influências na compreensão de narrativas literárias:
PB e PE**

VALÉRIA MOURALES CAVALHEIRO

TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADA

À FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM

CIÊNCIAS DA LINGUAGEM: 3º CICLO EM LINGUÍSTICA

Tese realizada no âmbito do Doutorado em Ciências da Linguagem: 3º Ciclo em
Linguística, e orientada pela Professora
Doutora Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte.

Faculdade Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2016

*Dedicamos este trabalho
ao nosso sobrinho e
afilhado
Henrique
(In memoriam)*

Sumário

Agradecimentos	17
Resumo.....	19
<i>Abstract</i>	21
Índice de Gráficos	23
Índice de Quadros	27
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	31
Introdução	33
Parte I - Quadro Teórico.....	57
Capítulo 1 - Um olhar sobre a cortesia linguística	59
1.1. Contexto de fala e compreensão do significado	59
1.1.1. John Austin.....	60
1.1.2. John Searle	61
1.1.3. Paul Grice.....	62
1.2. Cortesia Linguística.....	64
1.2.1. Noções sobre o termo <i>Cortesia</i>	64
1.2.2. Cortesia Linguística: algumas das suas principais teorias.....	66
1.2.2.1. Penelope Brown & Stephen Levinson.....	67
1.2.2.2. Geoffrey Leech.....	70
1.2.2.3. Catherine Kerbrat-Orecchioni.....	72
1.2.2.4. Henk Haverkate.....	74
1.2.2.5. Maria Helena Carreira.....	76
Capítulo 2 - Olhares diacrônicos e sincrônicos: <i>tu e você</i>	85
2.1. <i>T, V e Vossa Mercê</i> : do latim ao português.....	89
2.2. <i>Tu e Você</i> : PE e PB	102
2.3. <i>Tu</i> : PBRs.....	116
Capítulo 3 - Linguística, Literatura e Ensino: compreensão leitora	129
3.1. Linguística, Literatura e Ensino	131
3.1.1. Ensino em interface: linguística e literatura	131
3.1.2. Variedade dialetal.....	133
3.1.3. Ensino: formas de tratamento.....	135
3.2. Competência comunicativa e compreensão leitora	137
3.2.1. Competência comunicativa	137
3.2.2. Compreensão leitora.....	138
3.2.2.1. Leitura significativa.....	140
3.2.3. Inferências e Finalizações	143
3.2.4. Compreensão de narrativas: características linguístico-culturais.....	145
Parte II - Metodologia e Análise	153

Capítulo 4 - Metodologia	155
4.1. Método de Raciocínio	155
4.2. Método de Análise do Material	155
4.2.1. Pré-análise	155
4.2.1.1. Universo da Pesquisa	156
4.2.1.1.1. Amostra	156
4.2.1.2. Técnica de obtenção de dados: pesquisa de campo	157
4.2.1.3. Coleta de dados	159
4.2.1.4. Aplicação de <i>protocolos verbais</i> e questionários	161
4.2.1.5. Instrumentos Utilizados.....	162
4.2.1.5.1. 1ª Etapa: 1º Questionário de Análise	162
4.2.1.5.2. 2ª Etapa: Teste Piloto	162
4.2.1.5.3. 3ª Etapa: Excertos de Narrativas Literárias	162
4.2.1.5.3.1. Excerto a.....	163
4.2.1.5.3.2. Excerto b	164
4.2.1.5.3.3. Excerto c.....	166
4.2.1.5.3.4. Excerto d	168
4.2.1.5.4. 4ª Etapa: 2º Questionário de Análise.....	170
4.2.1.5.5. 5ª Etapa: Autorização do Leitor	170
4.2.2. Exploração do Material	170
4.2.2.1. Técnica de Abordagem do Problema	170
4.2.2.1.1. Material para recolha de dados: 1º Questionário de Análise.....	171
4.2.2.1.2. Modelo de análise e material de recolha: <i>protocolos verbais</i>	170
4.2.2.1.2.1. Categorias de Análise e Classificação de Inferências	170
4.2.2.1.2.1.1. 1ª Categoria de Análise	171
4.2.2.1.2.1.2. 2ª Categoria de Análise	174
4.2.2.1.2.1.3. 3ª Categoria de Análise	177
4.2.2.1.2.1.4. 4ª Categoria de Análise	178
4.2.2.1.2.2. Material para recolha de dados: <i>protocolos verbais</i>	183
4.2.2.1.3. Material para recolha de dados: 2º Questionário de Análise.....	189
4.2.3. Tratamento dos Resultados	191
Capítulo 5 - Análise	195
5.1. Recolha e Levantamento de Dados	196
5.1.1. Dados obtidos no 1º Questionário de Análise	196
5.1.2. Dados obtidos juntos aos <i>protocolos verbais</i> : Grupos A e B.....	197
5.1.2.1. Grupo A.....	197
5.1.2.1.1. Excerto a.....	197
a) Protocolo de Autorrevelação	197
b) Protocolo de Auto-observação	197

5.1.2.1.2. Excerto b	197
a) Protocolo de Autorrevelação	197
b) Protocolo de Auto-observação	197
5.1.2.1.3. Excerto c	198
a) Protocolo de Autorrevelação	198
b) Protocolo de Auto-observação	198
5.1.2.1.4. Excerto d	198
a) Protocolo de Autorrevelação	198
b) Protocolo de Auto-observação	198
5.1.2.2. Grupo B	198
5.1.2.2.1. Excerto a	198
a) Protocolo de Autorrevelação	198
b) Protocolo de Auto-observação	198
5.1.2.2.2. Excerto b	198
a) Protocolo de Autorrevelação	198
b) Protocolo de Auto-observação	198
5.1.2.2.3. Excerto c	199
a) Protocolo de Autorrevelação	199
b) Protocolo de Auto-observação	199
5.1.2.2.4. Excerto d	199
a) Protocolo de Autorrevelação	199
b) Protocolo de Auto-observação	199
5.1.3. Dados obtidos no 2º Questionário de Análise	199
5.2. Tratamento dos Resultados: Grupos A e B	199
5.2.1. Resultados dos dados obtidos no 1º Questionário de Análise	200
a) Quesito idade	200
b) Quesito nacionalidade	201
c) Quesito naturalidade	201
d) Quesito sexo	202
e) Quesito universidade	202
f) Quesito curso	204
g) Quesito semestre	205
5.2.2. Resultados obtidos por meio de <i>protocolos verbais</i>	205
5.2.2.1. Excerto a	206
5.2.2.1.1. 1ª Categoria de Análise	208
5.2.2.1.1.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	208
5.2.2.1.1.2. Resultados da 1ª Categoria de Análise do excerto a	213
5.2.2.1.2. 2ª Categoria de Análise	215
5.2.2.1.2.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	215

5.2.2.1.2.2. Resultados da 2ª Categoria de Análise do excerto a	218
5.2.2.1.3. 3ª Categoria de Análise	219
5.2.2.1.3.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	219
5.2.2.1.3.2. Resultados da 3ª Categoria de Análise do excerto a	221
5.2.2.1.4. 4ª Categoria de Análise	222
5.2.2.1.4.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	222
5.2.2.1.4.2. Resultados da 4ª Categoria de Análise do excerto a	225
5.2.2.2. Excerto b	226
5.2.2.2.1. 1ª Categoria de Análise	227
5.2.2.2.1.1. <i>Protocolo de autorrevelação</i>	227
5.2.2.2.1.2. Resultados da 1ª Categoria de Análise do excerto b	230
5.2.2.2.2. 2ª Categoria de Análise	231
5.2.2.2.2.1. <i>Protocolo de autorrevelação</i>	231
5.2.2.2.2.2. Resultado da 2ª Categoria de Análise do excerto b	232
5.2.2.2.3. 3ª Categoria de Análise	233
5.2.2.2.3.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	233
5.2.2.2.3.2. Resultados da 3ª Categoria de Análise do excerto b	234
5.2.2.2.4. 4ª Categoria de Análise	235
5.2.2.2.4.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	235
5.2.2.2.4.2. Resultado da 4ª Categoria de Análise do excerto b	237
5.2.2.3. Excerto c	237
5.2.2.3.1. 1ª Categoria de Análise	239
5.2.2.3.1.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	239
5.2.2.3.1.2. Resultados da 1ª Categoria de Análise do excerto c	243
5.2.2.3.2. 2ª Categoria de Análise	245
5.2.2.3.2.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	245
5.2.2.3.2.2. Resultados da 2ª Categoria de Análise do excerto c	248
5.2.2.3.3. 3ª Categoria de Análise	249
5.2.2.3.3.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	249
5.2.2.3.3.2. Resultados da 3ª Categoria de Análise do excerto c	252
5.2.2.3.4. 4ª Categoria de Análise	253
5.2.2.3.4.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	253
5.2.2.3.4.2. Resultado da 4ª Categoria de Análise do excerto c	257
5.2.2.4. Excerto d	259
5.2.2.4.1. 1ª Categoria de Análise	260
5.2.2.4.1.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	260
5.2.2.4.1.2. Resultados da 1ª Categoria de Análise do excerto d	264
5.2.2.4.2. 2ª Categoria de Análise	266
5.2.2.4.2.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	266

5.2.2.4.2.2. Resultados da 2ª Categoria de Análise do excerto d	268
5.2.2.4.3. 3ª Categoria de Análise	269
5.2.2.4.3.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	270
5.2.2.4.3.2. Resultado da 3ª Categoria do excerto d	272
5.2.2.4.4. 4ª Categoria de Análise	273
5.2.2.4.4.1. <i>Protocolo de Autorrevelação</i>	273
5.2.2.4.4.2. Resultado da 4ª Categoria de Análise do excerto d	277
5.2.3. Resultados obtidos no 2º Questionário de Análise.....	277
5.2.4. Tempo decorrido: <i>protocolos verbais</i>	280
Conclusões	285
Referências bibliográficas	297
Anexos.....	311
Anexo 1.1 Estimativa de perda da face	313
Anexo 1.2 Marcadores linguísticos e discursivo-textuais	314
Anexo 2.1 <i>Tu</i> : dicionários	315
Anexo 2.2 <i>Você</i> : dicionários	316
Anexo 2.3 Tupi-guarani na América do Sul	318
Anexo 2.4 Distribuição dos usos das formas <i>tu</i> e <i>você</i> : PB	319
Anexo 2.5 Mapa do Rio Grande do Sul	320
Anexo 2.6 Mapa do Tratado de Tordesilhas 1	321
Anexo 2.7 Mapa do Tratado de Tordesilhas 2	322
Anexo 2.8 Reduções Jesuíticas: RS	323
Anexo 2.9 <i>Vanerão Sambado</i> (1999) (letra)	324
Anexo 2.10 <i>Canto Alegretense</i> (1983) (letra)	325
Anexo 2.11 DVD: Vinheta de Campanha Institucional da RBS/TV	327
Anexo 3.1 Critérios de Abrangência e Profundidade.....	329
Anexo 4.1 Carta de autorização	331
Anexo 4.2 Modelo do 1º Questionário de Análise.....	332
Anexo 4.3 Instrumentos e orientação para o teste piloto	333
Anexo 4.4 Modelo do 2º Questionário de Análise.....	335
Anexo 5.1 Dados obtidos no 1º Questionário de Análise	337
Anexo 5.2 <i>Protocolos Verbais</i> : levantamento de dados.....	339
Anexo 5.2.1 Excerto a - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	339
Anexo 5.2.2 Excerto a - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	359
Anexo 5.2.3 Excerto b - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	373
Anexo 5.2.4 Excerto b - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	391

Anexo 5.2.5	Excerto c - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A).....	409
Anexo 5.2.6	Excerto c - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A)	439
Anexo 5.2.7	Excerto d - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A).....	465
Anexo 5.2.8	Excerto d - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AR): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A).....	489
Anexo 5.2.9	Excerto a - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B)	503
Anexo 5.2.10	Excerto a - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B).....	533
Anexo 5.2.11	Excerto b - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B)	419
Anexo 5.2.12	Excerto b - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B).....	543
Anexo 5.2.13	Excerto c - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B).....	561
Anexo 5.2.14	Excerto c - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B).....	571
Anexo 5.2.15	Excerto c - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B)8.....	583
Anexo 5.2.16	Excerto d - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B).....	597
Anexo 5.3	Dados obtidos no 2º Questionário de Análise	609
Anexo 5.4.1	Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria de Análise	611
Anexo 5.4.2	Protocolo de Auto-observação - 1ª Categoria de Análise.....	612
Anexo 5.4.3	Resultado - GRUPO A	616
Anexo 5.4.4	Resultado - GRUPO B.....	616
Anexo 5.4.5	Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria de Análise	614
Anexo 5.4.6	Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria de Análise.....	615
Anexo 5.4.7	Resultados - GRUPO A	616
Anexo 5.4.8	Resultados - GRUPO B	616
Anexo 5.4.9	Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	617
Anexo 5.4.10	Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria.....	618
Anexo 5.4.11	Resultados - GRUPO A	619
Anexo 5.4.12	Resultados - GRUPO B	619
Anexo 5.4.13	Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	620
Anexo 5.4.14	Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria.....	621
Anexo 5.4.15	Resultados - GRUPO A	622
Anexo 5.4.16	Resultados - GRUPO B	622
Anexo 5.4.17	Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria	623
Anexo 5.4.18	Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria.....	624

Anexo 5.4.19 Resultados - GRUPO A	625
Anexo 5.4.20 Resultados - GRUPO B	625
Anexo 5.4.21 Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria	626
Anexo 5.4.22 Protocolo de Auto-observação: 2ª Categoria	628
Anexo 5.4.23 Resultados - GRUPO A	629
Anexo 5.4.24 Resultados - GRUPO B	629
Anexo 5.4.25 Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	630
Anexo 5.4.26 Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria	631
Anexo 5.4.27 Resultados - GRUPO A	632
Anexo 5.4.28 Resultados - GRUPO B	632
Anexo 5.4.29 Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	633
Anexo 5.4.30 Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria	634
Anexo 5.4.31 Resultados - GRUPO A	635
Anexo 5.4.32 Resultados - GRUPO B	635
Anexo 5.4.33 Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria	636
Anexo 5.4.34 Protocolo de Auto-observação - 1ª Categoria	638
Anexo 5.4.35 Resultados - GRUPO A	640
Anexo 5.4.36 Resultados - GRUPO B	640
Anexo 5.4.37 Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria	641
Anexo 5.4.38 Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria	642
Anexo 5.4.39 Resultados - GRUPO A	643
Anexo 5.4.40 Resultados - GRUPO B	643
Anexo 5.4.41 Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	644
Anexo 5.4.42 Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria	625
Anexo 5.4.43 Resultados - GRUPO A	646
Anexo 5.4.44 Resultados - GRUPO B	646
Anexo 5.4.45 Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	647
Anexo 5.4.46 Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria	648
Anexo 5.4.47 Resultados - GRUPO A	649
Anexo 5.4.48 Resultados - GRUPO B	649
Anexo 5.4.49 Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria	650
Anexo 5.4.50 Protocolo de Auto-observação - 1ª Categoria	652
Anexo 5.4.51 Resultados - GRUPO A	653
Anexo 5.4.52 Resultados - GRUPO B	653
Anexo 5.4.53 Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria	655
Anexo 5.4.54 Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria	656
Anexo 5.4.55 Resultados - GRUPO A	657
Anexo 5.4.56 Resultados - GRUPO B	657
Anexo 5.4.57 Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	658

Anexo 5.4.58 Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria.....	659
Anexo 5.4.59 Resultados - GRUPO A	660
Anexo 5.4.60 Resultados - GRUPO B	660
Anexo 5.4.61 Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	661
Anexo 5.4.62 Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria.....	662
Anexo 5.4.63 Resultados - GRUPO A	663
Anexo 5.4.64 Resultados – GRUPO B.....	663
Anexo 6	665
a) Transcrições: Grupo A	665
Excerto a.....	665
L1.....	665
L2.....	667
L3.....	670
L4.....	673
L5.....	675
L6.....	677
L7.....	679
L8.....	681
L9.....	682
L10.....	685
L11.....	689
L12.....	691
L13.....	693
L14.....	695
L15.....	697
Excerto b	700
L1.....	700
L2.....	704
L3.....	708
L4.....	711
L5.....	714
L6.....	716
L7.....	719
L8.....	722
L9.....	725
L10.....	728
L11.....	734
L12.....	737
L13.....	740

L14.....	743
L15.....	746
Excerto c.....	749
L1.....	749
L2.....	752
L3.....	756
L4.....	760
L5.....	763
L6.....	766
L7.....	768
L8.....	771
L9.....	773
L10.....	775
L11.....	784
L12.....	786
L13.....	789
L14.....	792
L15.....	795
Excerto d.....	799
L1.....	799
L2.....	801
L3.....	804
L4.....	807
L5.....	809
L6.....	811
L7.....	813
L8.....	815
L9.....	817
L10.....	819
L11.....	823
L12.....	824
L13.....	828
L14.....	830
L15.....	832
b) Transcrições: Grupo B.....	835
Excerto a.....	835
L1.....	835
L2.....	837
L3.....	839

L4.....	841
L5.....	843
L6.....	845
L7.....	847
L8.....	849
L9.....	851
L10.....	854
L11.....	857
L12.....	860
L13.....	862
L14.....	864
L15.....	866
Excerto b	868
L1.....	868
L2.....	871
L3.....	874
L4.....	877
L5.....	880
L6.....	883
L7.....	886
L8.....	889
L9.....	892
L10.....	895
L11.....	898
L12.....	902
L13.....	905
L14.....	908
L15.....	911
Excerto c.....	913
L1.....	913
L2.....	916
L3.....	918
L4.....	920
L5.....	922
L6.....	924
L7.....	926
L8.....	928
L9.....	931
L10.....	934

L11.....	956
L12.....	938
L13.....	940
L14.....	942
L15.....	944
Excerto d	946
L1.....	946
L2.....	948
L3.....	950
L4.....	952
L5.....	954
L6.....	956
L7.....	958
L8.....	960
L9.....	962
L10.....	964
L11.....	966
L12.....	968
L13.....	970
L14.....	973
L15.....	975
Anexo 7: CD	977
a) Audições do Grupo A	
Faixa 1: Leitor 1A	
Faixa 2: Leitor 2A-I	
Faixa 3: Leitor 2A-II	
Faixa 4: Leitor 3A	
Faixa 5: Leitor 4A-I	
Faixa 6: Leitor 4A-II	
Faixa 7: Leitor 5A	
Faixa 8: Leitor 6A	
Faixa 9: Leitor 7A	
Faixa 10: Leitor 8A	
Faixa 11: Leitor 9A	
Faixa 12: Leitor 10A	
Faixa 13: Leitor 11A	
Faixa 14: Leitor 12A	
Faixa 15: Leitor 13A	
Faixa 16: Leitor 14A	

Faixa 17: Leitor 15A

b) Audições do Grupo B

Faixa 18: Leitor 1 B

Faixa 19: Leitor 2 B

Faixa 20: Leitor 3 B

Faixa 21: Leitor 4 B

Faixa 22: Leitor 5 B

Faixa 23: Leitor 6 B

Faixa 24: Leitor 7 B

Faixa 25: Leitor 8 B

Faixa 26: Leitor 9 B

Faixa 27: Leitor 10 B

Faixa 28: Leitor 11 B

Faixa 29: Leitor 12 B

Faixa 30: Leitor 13 B

Faixa 31: Leitor 14 B

Faixa 32: Leitor 15 B

c) *Vanerão Sambado* (Gaúcho da Fronteira)

Faixa 33

d) *Canto Alegretense* (Nico Fagundes/Neto Fagundes)

Faixa 34

e) *Boêmio Demodê* (Adelino Moreira/Paulo Vinicius)

Faixa 35

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, a *Deus*, por ter sido o nosso refúgio nesse tempo de tempestade, e à Santa Terezinha do Menino Jesus, a quem também muitas vezes recorremos em momentos de aflição.

Também gostaríamos de agradecer à CAPES pela confiança e pelo total apoio em proporcionar-nos, mais uma vez, uma bolsa de estudos, sem a qual seria inviável a conclusão do nosso curso de doutoramento na Universidade do Porto.

Queremos também expressar a nossa gratidão à nossa estimada orientadora, Professora Doutora Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte, pelo acompanhamento no desenvolvimento deste trabalho, bem como pelo seu olhar minucioso, exigente e certo sobre ele, o que foi decisivo para a sua conclusão. Certamente, sem isso, nosso caminho seria muito mais espinhoso.

Ainda, queremos agradecer às nossas também estimadas professoras Ana Maria Barros de Brito, Maria Fátima Favarrica Pimenta de Oliveira e Maria da Graça Lisboa Castro Pinto, pelo muito que nos ensinaram em aulas do curso de doutoramento. Temos a certeza de que neste trabalho está, de uma forma ou de outra, a presença de cada uma delas.

Também queremos deixar um especial agradecimento aos *leitores investigados* (tanto aos brasileiros como aos portugueses) que fizeram parte desta pesquisa e que, de forma paciente e preocupada, aceitaram colaborar, disponibilizando-nos muito do seu tempo.

Deixamos uma palavra de gratidão à Senhora Carla Amaral e à Direção da Universidade do Porto, os quais sempre foram prestativos e preocupados com questões administrativas que, por vezes, surgiam e exigiram resoluções rápidas.

A nossa gratidão estende-se de modo muito especial também ao professor Carlos Reis, pelo apoio e o incentivo oferecidos para a realização do nosso curso de doutoramento, de modo incondicional, principalmente em momentos de cansaço e fadiga em que pensávamos que já não poderíamos continuar.

Gostaríamos de expressar ainda o nosso profundo agradecimento às professoras Janayna Casotti e Isabel Seara, pelo seu apoio durante o curso de doutoramento em Linguística, como em momentos em que precisávamos de apoio para desvendar questões sobre os diferentes usos das formas de tratamento, no PB e no PE, ou mesmo de uma palavra amiga.

De forma especial, queremos agradecer à estimada professora Rosalice Pinto, pela paciência em ouvir muitas das minhas reflexões sobre o ensino das formas de cortesia para alunos estrangeiros.

Agradecemos à colega e amiga Filipa Brandão, por disponibilizar-nos muito do seu tempo para, juntas, desvendarmos os melindres do *software* AtlasTI e do *software* Maxqda, onde inserimos o material de pesquisa desta tese.

Somos gratas também à nossa família, pelo poio que puderam dar. Em especial, às nossas filhas e irmãs, pela eficiente ajuda na formatação do índice deste trabalho.

Ainda, também de forma muito distinta, gostaríamos de deixar um agradecimento às culturas que fizeram parte da nossa formação. Principalmente aos povos indígenas, por termos percebido, no decorrer deste trabalho, que há muito mais deles em nós do que supúnhamos.

Resumo

Palavras-chave: Linguística Aplicada, Compreensão Leitora, Cortesia linguística

Esta pesquisa procura verificar se o desconhecimento de regras de uso das formas de tratamento *tu* e *você*, em diferentes culturas de língua portuguesa, proporciona diferentes formas de compreensão de textos escritos, nomeadamente no Português do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul, e no Português Europeu.

O estudo justifica-se, por se entender que o desconhecimento dos usos das formas de cortesia e, especificamente, das formas de tratamento *tu* e *você*, de culturas alheias, pode ter consequências na compreensão de narrativas literárias, por parte de alunos de outras culturas. Inclusive, pode influenciar as suas competências comunicativa e metalinguística, comprometendo o seu desempenho escolar.

A parte teórica do estudo fundamenta a pesquisa, apoiando-se em teorias da linguística, da literatura e do ensino. A partir daí, desenvolve-se uma abordagem qualitativa comparativa, conjugada com a análise do conteúdo, incidindo num universo composto por brasileiros e portugueses, sempre residentes em seus países de origem e conhecedores da língua portuguesa culta. A amostra da pesquisa refere-se a leitores estudantes do Ensino Superior de Portugal e do Rio Grande do Sul. Para a obtenção de dados, foram usados questionários e leituras de excertos de obras literárias (da trilogia *O Tempo e o Vento* de Erico Verissimo e *d'Os Maias* de Eça de Queirós), com inserção de protocolos verbais de compreensão textual de autorrevelação e de protocolos de auto-observação.

As inferências dos leitores somaram 2280 classificações, que, após serem confrontadas com os dados levantados a partir dos questionários, conduziram a diversas conclusões. Situam-se essas conclusões, entre outros, nos planos da compreensão leitora, da análise dos sistemas de tratamento diferenciados das duas variedades do português, PE e PB (PBRs), e dos efeitos sociais causados pelo desconhecimento das formas de cortesia de culturas alheias.

Abstract

Keywords: Applied Linguistic, Reading Comprehension, Linguistic Politeness

This research aims at examining, in different cultures of Portuguese Language, if the fact that someone does not know the rules for the usage of *tu* and *você* forms induces different reactions before written texts, namely in Brazilian Portuguese, of the State of Rio Grande do Sul, and in European Portuguese.

The study is justified, because it can be argued that the ignorance of the usage of forms of politeness and specifically of *tu* and *você* forms, in other cultures, may lead to certain consequences in what concerns the comprehension of literary narratives, by students that are not familiar with those cultures. This fact can influence their communicative and metalinguistic competences, compromising the educational performance of the students.

The theoretical part of this study is the basis for the research, being supported by linguistic, literary and educational theories. From there on, a qualitative and comparative approach is developed, in conjugation with content analysis, focusing on an universe of Brazilian and Portuguese students, living in their original countries as well as being proficient in Portuguese. The selected sampling was collected from readers who are students in the Portuguese and in the Brazilian (in the State of Rio Grande do Sul) higher education system. Questionnaires and the reading of excerpts of literary works (from the trilogy *O Tempo e o Vento*, by Erico Verissimo, and from *Os Maias*, by Eça de Queirós) were employed, with the inclusion of verbal rules for the textual comprehension, implying self-revelation, as well as and self-observation rules.

The readers' inferences reached the total amount of 2280 classifications. After being confronted with the data disclosed by the questionnaires, the readers' inferences led to several conclusions. These conclusions are situated, amongst others, at the levels of the reading comprehension, of the analysis of the specific systems of treatment, in both varieties of Portuguese, and of the social effects induced by the ignorance of forms of politeness of other cultures.

Índice de Gráficos

Gráfico 1.1	Eixo do Tratamento Alocutivo e de Cortesia.....	80
Gráfico 5.1	Idade – Grupo A	200
Gráfico 5.2	Idade – Grupo B	201
Gráfico 5.3	Naturalidade – Grupo A	202
Gráfico 5.4	Naturalidade – Grupo B.....	202
Gráfico 5.5	Universidades – Grupo A	203
Gráfico 5.6	Universidades – Grupo B	203
Gráfico 5.7	Cursos – Grupo A.....	204
Gráfico 5.8	Cursos – Grupo B	204
Gráfico 5.9	Semestres – Grupo A.....	205
Gráfico 5.10	Semestres – Grupo B	205
Gráfico 5.11	1ª Categoria	208
Gráfico 5.12	1ª Categoria	211
Gráfico 5.13	1ª Categoria	213
Gráfico 5.14	2ª Categoria	215
Gráfico 5.15	2ª Categoria	217
Gráfico 5.16	2ª Categoria	218
Gráfico 5.17	3ª Categoria	219
Gráfico 5.18	3ª Categoria	220
Gráfico 5.19	3ª Categoria	222
Gráfico 5.20	4ª Categoria	223
Gráfico 5.21	4ª Categoria	224
Gráfico 5.22	4ª Categoria	225
Gráfico 5.23	1ª Categoria	227
Gráfico 5.24	1ª Categoria	229
Gráfico 5.25	1ª Categoria	230
Gráfico 5.26	2ª Categoria	231
Gráfico 5.27	2ª Categoria	232
Gráfico 5.28	2ª Categoria	233
Gráfico 5.29	3ª Categoria	234
Gráfico 5.30	3ª Categoria	234
Gráfico 5.31	3ª Categoria	235
Gráfico 5.32	4ª Categoria	236
Gráfico 5.33	4ª Categoria	236
Gráfico 5.34	4ª Categoria	237

Gráfico 5.35	1ª Categoria	239
Gráfico 5.36	1ª Categoria	240
Gráfico 5.37	1ª Categoria	241
Gráfico 5.38	1ª Categoria	241
Gráfico 5.39	1ª Categoria	242
Gráfico 5.40	1ª Categoria	243
Gráfico 5.41	1ª Categoria	244
Gráfico 5.42	2ª Categoria	245
Gráfico 5.43	2ª Categoria	246
Gráfico 5.44	2ª Categoria	246
Gráfico 5.45	2ª Categoria	247
Gráfico 5.46	2ª Categoria	247
Gráfico 5.47	2ª Categoria	248
Gráfico 5.48	2ª Categoria	248
Gráfico 5.49	3ª Categoria	249
Gráfico 5.50	3ª Categoria	250
Gráfico 5.51	3ª Categoria	250
Gráfico 5.52	3ª Categoria	251
Gráfico 5.53	3ª Categoria	251
Gráfico 5.54	3ª Categoria	252
Gráfico 5.55	3ª Categoria	253
Gráfico 5.56	4ª Categoria	253
Gráfico 5.57	4ª Categoria	254
Gráfico 5.58	4ª Categoria	255
Gráfico 5.59	4ª Categoria	255
Gráfico 5.60	4ª Categoria	256
Gráfico 5.61	4ª Categoria	257
Gráfico 5.62	4ª Categoria	258
Gráfico 5.63	1ª Categoria	260
Gráfico 5.64	1ª Categoria	261
Gráfico 5.65	1ª Categoria	262
Gráfico 5.66	1ª Categoria	262
Gráfico 5.67	1ª Categoria	263
Gráfico 5.68	1ª Categoria	265
Gráfico 5.69	2ª Categoria	267
Gráfico 5.70	2ª Categoria	267
Gráfico 5.71	2ª Categoria	267

Gráfico 5.72	2ª Categoria	267
Gráfico 5.73	2ª Categoria	268
Gráfico 5.74	2ª Categoria	269
Gráfico 5.75	3ª Categoria	270
Gráfico 5.76	3ª Categoria	270
Gráfico 5.77	3ª Categoria	271
Gráfico 5.78	3ª Categoria	271
Gráfico 5.79	3ª Categoria	272
Gráfico 5.80	3ª Categoria	273
Gráfico 5.81	4ª Categoria	273
Gráfico 5.82	4ª Categoria	274
Gráfico 5.83	4ª Categoria	275
Gráfico 5.84	4ª Categoria	275
Gráfico 5.85	4ª Categoria	276
Gráfico 5.86	4ª Categoria	277
Gráfico 5.87	2º Questionário de Análise	278
Gráfico 5.88	Conclusões sobre Eixos Semânticos.....	286
Gráfico 5.89	Conclusões sobre Conveniências.....	287
Gráfico 5.90	Conclusões sobre Oposição/Distinção.....	289
Gráfico 5.91	Conclusões sobre Compreensão Leitora (Excertos a e b)	290
Gráfico 5.92	Conclusões sobre Compreensão Leitora (Excertos c e d)	291
Gráfico 5.93	Conclusões sobre Compreensão Leitora (Excertos a, b, c e d)	295

Índice de Quadros

Quadro 1.1	Estimativa de perda da face	313
Quadro 1.2	Marcadores linguísticos e discursivo-textuais	314
Quadro 2.1	Significado do <i>Tu</i>	315
Quadro 2.2	Significado do <i>Você</i>	316
Quadro 2.3	Tupi-guarani na América do Sul	318
Quadro 2.4	Distribuição dos usos das formas <i>tu</i> e <i>você</i> : PB	319
Quadro 2.5	Mapa do Rio Grande do Sul	320
Quadro 2.6	Tratado de Tordesilhas 1	321
Quadro 2.7	Tratado de Tordesilhas 2	322
Quadro 2.8	Reduções Jesuíticas no RS	323
Quadro 2.9	Sistema Pronominal do Guarani	107
Quadro 3.1	Crêterios de Abrangência e Profundidade.....	329
Quadro 4.1	Material para recolha dos dados do 1º Questionário de Análise.....	172
Quadro 4.2	Eixos Semânticos	174
Quadro 4.3	Material para recolha de dado dos <i>protocolos verbais</i>	184
Quadro 4.4	Material para recolha dos dados do 2º Questionário de Análise.....	190
Quadro 4.5	Carta de autorização	331
Quadro 4.6	Modelo do 1º Questionário de Análise	332
Quadro 4.7	Instrumentos e orientação para o teste piloto	336
Quadro 4.8	Modelo do 2º Questionário de Análise	336
Quadro 5.1	Resultados do levantamento de dados dos Grupos A e B - 1º Questionário de Análise	337
Quadro 5.2	Grupo A: Excerto a - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	339
Quadro 5.3	Grupo A: Excerto a - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	359
Quadro 5.4	Grupo A: Excerto b - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	373
Quadro 5.5	Excerto b - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo A).....	391
Quadro 5.6	Grupo A: Excerto c - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A)	409
Quadro 5.7	Grupo A: Excerto c - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A)	439

Quadro 5.8	Grupo A: Excerto d - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A)	465
Quadro 5.9	Grupo A: Excerto d - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AR): Literatura Brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo A)	489
Quadro 5.10	Grupo B: Excerto a - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B)	503
Quadro 5.11	Grupo B: Excerto a - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B)	521
Quadro 5.12	Grupo B: Excerto b - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B)	533
Quadro 5.13	Grupo B: Excerto b - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura Portuguesa, <i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós (Grupo B)	543
Quadro 5.14	Grupo B: Excerto c - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B).....	561
Quadro 5.15	Grupo B Excerto c - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B).....	571
Quadro 5.16	Grupo B: Excerto c - <i>Protocolo de Autorrevelação</i> (AR): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B).....	583
Quadro 5.17	Grupo B Excerto d - <i>Protocolo de Auto-observação</i> (AO): Literatura brasileira/gaúcha, <i>O tempo e o vento</i> , de Erico Verissimo (Grupo B)	597
Quadro 5.18	Resultados do levantamento de dados dos Grupos A e B - 2º Questionário de Análise.....	609
Quadro 5.19	Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria de Análise.....	611
Quadro 5.20	Protocolo de Auto-observação - 1ª Categoria de Análise.....	612
Quadro 5.21	Resultado - GRUPO A	613
Quadro 5.22	Resultado - GRUPO B.....	613
Quadro 5.23	Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria	614
Quadro 5.24	Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria	615
Quadro 5.25	Resultados - GRUPO A	616
Quadro 5.26	Resultados - GRUPO B	616
Quadro 5.27	Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	617
Quadro 5.28	Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria	618
Quadro 5.29	Resultados – GRUPO A.....	619
Quadro 5.30	Resultados - GRUPO B	619
Quadro 5.31	Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	620
Quadro 5.32	Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria	621
Quadro 5.33	Resultados - GRUPO A	622
Quadro 5.34	Resultados - GRUPO B	622
Quadro 5.35	Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria	623

Quadro 5.36	Protocolo de Auto-observação - 1ª Categoria	624
Quadro 5.37	Resultados – GRUPO A	625
Quadro 5.38	Resultados - GRUPO B	625
Quadro 5.39	Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria	626
Quadro 5.40	Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria	628
Quadro 5.41	Resultados - GRUPO A	629
Quadro 5.42	Resultados - GRUPO B	629
Quadro 5.43	Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	630
Quadro 5.44	Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria	631
Quadro 5.45	Resultados – GRUPO A	632
Quadro 5.46	Resultados - GRUPO B	632
Quadro 5.47	Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	633
Quadro 5.48	Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria	634
Quadro 5.49	Resultados - GRUPO A	635
Quadro 5.50	Resultados - GRUPO B	635
Quadro 5.51	Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria	636
Quadro 5.52	Protocolo de Auto-observação - 1ª Categoria	638
Quadro 5.53	Resultados - GRUPO A	640
Quadro 5.54	Resultados - GRUPO B	640
Quadro 5.55	Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria	641
Quadro 5.56	Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria	642
Quadro 5.57	Resultados – GRUPO A	643
Quadro 5.58	Resultados - GRUPO B	643
Quadro 5.59	Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	644
Quadro 5.60	Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria	645
Quadro 5.61	Resultados - GRUPO A	646
Quadro 5.62	Resultados - GRUPO B	646
Quadro 5.63	Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	647
Quadro 5.64	Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria	648
Quadro 5.65	Resultados - GRUPO A	649
Quadro 5.66	Resultados - GRUPO B	649
Quadro 5.67	Protocolo de Autorrevelação - 1ª Categoria	650
Quadro 5.68	Protocolo de Auto-observação - 1ª Categoria	652
Quadro 5.69	Resultados - GRUPO A	654
Quadro 5.70	Resultados - GRUPO B	654

Quadro 5.71	Protocolo de Autorrevelação - 2ª Categoria	655
Quadro 5.72	Protocolo de Auto-observação - 2ª Categoria.....	656
Quadro 5.73	Resultados - GRUPO A	657
Quadro 5.74	Resultados - GRUPO B	657
Quadro 5.75	Protocolo de Autorrevelação - 3ª Categoria	658
Quadro 5.76	Protocolo de Auto-observação - 3ª Categoria	659
Quadro 5.77	Resultados - GRUPO A	660
Quadro 5.78	Resultados - GRUPO B	660
Quadro 5.79	Protocolo de Autorrevelação - 4ª Categoria	661
Quadro 5.80	Protocolo de Auto-observação - 4ª Categoria	662
Quadro 5.81	Resultados - GRUPO A	663
Quadro 5.82	Resultados - GRUPO B	663

Lista de Abreviaturas e Siglas

Abreviaturas

A	Alocutário
a	Excerto apresentado ao leitor (a, b, c ou d).
Grupo A	Grupo de leitores do PE
AO	Protocolo de auto-observação
AR	Protocolo de autorrevelação
AS	Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência
Grupo B	Grupo de leitores do PBRS
C?	Ato Conveniente, não se identifica se é Ciente ou Insciente.
CA	Compreensão ampla,
CC	Ato Conveniente Ciente
CE	Compreensão específica
CI	Ato Conveniente Insciente
CLC	Compreensão Leitora Convergente
CLD	Compreensão Leitora Divergente
DC	Dificuldade de compreensão
F	Falso
FFA	Face Flattering Act
FTA	Face-Threatening Acts
FTs	Formas de Tratamento
I?	Ato Inconveniente, não se identifica se é Ciente ou Insciente.
IC	Ato Inconveniente Ciente
II	Ato Inconveniente Insciente
L	Locutor/Leitor
LP	Língua Portuguesa
MFI	Marcadores de força elocutória
N	Não
NC	Não compreensão
PB	Português do Brasil
PBRS	Português do Brasil/Dialeto do Estado do Rio Grande do Sul
PE	Português Europeu
S	Sim
SIG	Semântica da Igualdade
SIN	Semântica da Inferioridade
SN	Semântica da Neutralidade
SS	Semântica da Superioridade

Siglas

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FONDEC	Fundo Nacional da Cultura e das Artes do Paraguai
NURC	Norma Urbana Culta
RBSTV	Rede Brasil Sul de Telecomunicações, filhada à Rede Globo de Televisão. Brasileira
RS	Estado do Rio Grande do Sul
ULBRA ¹	Universidade Luterana do Brasil
UERGS ²	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIRITTER	Universidade Ritter dos Reis ³

¹ A Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) é uma universidade superior particular brasileira e está presente em vários Estados do Brasil.

² A Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS) é uma instituição de ensino superior pública e multicampi, com vinte e quatro unidades distribuídas pelo Estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

³ O Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) é uma instituição de ensino superior brasileira e possui quatro campi localizados nas cidades de Porto Alegre e Canoas, no estado do Rio Grande do Sul.

Introdução

*Todo el mundo habla de paz,
mas nadie educa para la paz,
la gente educa para la competencia
y este es el principio de cualquier guerra.
Cuando eduquemos para cooperar y ser solidarios
unos con otros,
ese día estaremos educando para la paz.*

Maria Montessori

*Eu procuraria dizer-lhes que (...)
a coisa mais importante
que existe sobre a face da terra
é a pessoa humana.
E que desejo que elas vivam
em bondade e beleza.
E que
na medida de sua capacidade e habilidade
ajudem o próximo.*

Erico Verissimo

Este trabalho tem como objetivo comprovar que *as narrativas literárias portuguesas, escritas no PE⁴, e as narrativas brasileiras gaúchas, escritas no PB⁵ (PBRs)⁶, podem ser compreendidas de modos diferenciados, no que toca aos efeitos produzidos pelas formas tu e você, quando lidas por leitores de diferentes culturas de língua portuguesa (portugueses e gaúchos⁷)*. Ou seja, pretendemos demonstrar neste trabalho que o desconhecimento dos diferentes protocolos de uso das formas de tratamento *tu* e *você* em diferentes culturas de língua portuguesa (como no Estado do Rio Grande do Sul, localizado no extremo Sul do Brasil, e, em Portugal), proporcionam diferentes formas de compreensão de textos escritos em língua portuguesa, quando o leitor e a obra são provenientes de diferentes culturas.

Para desenvolver esse estudo, buscamos refletir sobre os significados semântico-pragmáticos daquelas duas formas (*tu* e *você*) em tais variedades do português, a fim de comprovarmos uma das seguintes hipóteses para essa questão:

1^a As diferentes regras de uso das formas *tu* e *você*, no PE e no PBRs, podem influenciar a compreensão de narrativas literárias escritas em língua portuguesa (LP), tanto no que tange à *compreensão específica* (CE), voltada ao nível do cotexto, como no que diz respeito à *compreensão ampla* (CA), voltada ao nível do contexto.

2^a As diferentes regras de uso das formas *tu* e *você*, no PE e no PBRs, podem influenciar a compreensão de narrativas literárias escritas em língua portuguesa (LP), no que tange à *compreensão específica* (CE), voltada ao nível do cotexto, mas não parecem influenciar sua *compreensão ampla* (CA), voltada ao nível do contexto.

3^a As diferentes regras de uso das formas *tu* e *você*, no PE e no PBRs, parecem não influenciar a compreensão de narrativas literárias escritas em língua portuguesa, no que tange à *compreensão específica* (CE), voltada ao nível do cotexto, mas sim à *compreensão ampla* (CA), voltada ao nível do contexto.

4^a As diferentes regras de uso das formas *tu* e *você*, no PE e no PBRs, não parecem influenciar a compreensão de narrativas literárias escritas em língua portuguesa, em

⁴ PE: Português Europeu.

⁵ PB: Português brasileiro, o qual abrange o *português popular* ou *vernáculo brasileiro* e o *português culto brasileiro*, ou seja, as normas vernaculares e as normas cultas (Mattos e Silva, 2008, p. 13; Lucchesi, 1998, p.1-26). Neste trabalho utilizamos a norma culta do PB.

⁶ PBRs: Português Brasileiro/dialeto do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷ Termo gentílico usado para pessoas procedentes do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado de *rio-grandense*. É de verificar que o termo gaúcho é também usado na Argentina, no Uruguai e no Estado do Mato Grosso do Sul (BR).

nenhum dos aspectos analisados: *compreensão específica* (CE) e *compreensão ampla* (CA).

Para analisarmos essa questão, partimos da verificação dos estudos de Goffman (1967), para quem as sociedades, ao gerenciarem suas atividades, ou as suas relações sociais, criam protocolos, normas de conduta, como o uso de símbolos, gestos, ou mesmo de formas linguísticas verbais. Esses protocolos têm como finalidade orientar e identificar grupos, bem como manter o bem-estar social entre eles. Porém, embora existam protocolos para orientar essas interações em todas as culturas, em nem todas elas eles são idênticos, o que faz com que surjam problemas que o uso desses próprios protocolos pretende evitar, são os estranhamentos interculturais. Entendemos que os ambientes narrativos de ficção, por vezes, também podem refletir essa problemática, ao apresentarem interações entre personagens de diferentes culturas ou variedades linguísticas: é o que pretendemos demonstrar.

Desta forma, cabe lembrarmos, antes de mais, que as culturas que pretendemos analisar, a brasileira do Estado do Rio Grande do Sul (RS)⁸ e a portuguesa, embora possuam a mesma língua oficial, o português, contêm diferentes variantes linguístico-culturais significativas, do ponto de vista dos usos das formas *tu* e *você*, no PE e no PB. No PE, as formas de tratamento pronominais *tu* e *você* podem ter usos distintos, a fim de produzir efeitos de maior ou menor distanciamento entre os interactantes, em interações discursivas, ligados a diferentes graus de cortesia e, sobretudo, expressar oposição entre formalidade e informalidade⁹. Tais efeitos referidos podem indicar que, por meio dos usos das formas *tu* e *você*, o locutor pode destacar a relação existente entre ele e o seu interlocutor, como relação de simetria ou de assimetria, vertical ou horizontal. Desse modo, pode evidenciar as suas possíveis diferenças hierárquicas de inferioridade, de superioridade, de igualdade, de proximidade ou de distância. Por outro lado, no PB, diferentemente do que ocorre no PE, as formas *tu* e *você* não parecem produzir tais efeitos.

Conforme Ramirez & Pozzani (2011), no PB, o *tu* e o *você* não são pronomes de tratamento *opostos*, como no PE (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 152). Por isso, para Gouveia (2008, p. 94), pode ser muito estranho a um brasileiro a percepção da existência de oposição entre as formas *tu* e *você* do PE. Nesse sentido, Duarte (2016) não vê essas formas exatamente como opostas, no PE,

⁸ A cultura do Rio Grande do Sul, Estado do extremo sul do Brasil é chamada de gaúcha.

⁹ Entretanto, conforme Duarte (2010), o PE possui preferência pelo uso de sujeito nulo, o que pode conferir maior ou menor ênfase ao dito, por meio do tratamento escolhido pelo locutor, se de forma implícita (mais cortês e mais branda ao interlocutor), ou explícita (mais direta e agressiva ao interlocutor).

mas que marcam diferentes relações entre locutor e interlocutor. O tu de maior proximidade e o você de maior distância. Mas o você, em PE, é mais complexo do que distância, pois a forma da distância, na norma, é o uso da 3ª pessoa sem qualquer pronome. O uso de você entre iguais é aceitável e até implica companheirismo. O que não é aceitável é tratar por você um desconhecido, um cliente, um superior, pelo menos na norma. Fora da norma, o você até pode ser muito respeitoso, em certas zonas do país, apenas¹⁰.

Entretanto, as marcas de diferentes relações em interações discursivas, as quais provocam os tais estranhamentos, conforme Carreira (2003), consistem em que, enquanto o PE possui base num sistema de tratamento triádico, com as formas *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*, o PB possui base em um sistema diádico, com as formas *tu/você* e *o(a) senhor(a)* (Carreira, 2003). Ou seja, enquanto no PE há diferentes usos para as formas pronominais *tu* e *você* e as formas nominais, no PB há diferentes usos somente entre as formas pronominais e as nominais, sendo as nominais as que expressam deferência (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 152). Entretanto, é de lembrar que, neste trabalho, não estão em causa as formas nominais, e sim somente as pronominais de 2ª pessoa (*tu* e *você*). De qualquer forma, os diferentes usos dessas duas formas, no PE, faz com que haja maior complexidade e diversidade desses usos nessa variedade do português.

No que diz respeito ao PBRS, o *tu* é o pronome preferencial do sistema de tratamento gaúcho e apenas ele é largamente utilizado nesse Estado do Sul do Brasil, não revelando, portanto, as assimetrias verificadas no PE. E o uso do *você* é visto como uma variação diatópica do pronome de 2ª pessoa.

Assim, pretendemos destacar que entendemos a semântica do *tu* gaúcho voltada à neutralidade, no PBRS, no que toca ao fator cortesia¹¹/descortesia, justamente por ele não possuir outra forma pronominal em uso, que lhe faça distinção. Ocorre que, como veremos, o *tu* gaúcho do PBRS é usado de forma indiscriminada para diferentes situações e preferencialmente de forma explícita, com o verbo flexionado na 3ª pessoa do singular (Paredes Silva, 2011, p. 246; Cunha & Cintra, 2002, pp. 293-294), com concordância muito baixa (Scherre, 2013). Por não haver distinção para a aplicação dos usos das formas *tu* e *você* no PBRS, também não se percebe distinção de grau de menor ou maior de cortesia, ou efeitos de menor ou maior proximidade entre interactantes, nem mesmo se percebe distinção de simetria ou assimetria entre eles em interações discursivas em que elas ocorram. Ou seja, o *você* é visto pelo gaúcho com efeito semelhante ao do *tu*, apenas

¹⁰ Duarte (2016), em orientação explícita.

¹¹ É de lembrar que entendemos aqui o termo *cortesia*, sobretudo, como sinônimo de *adequação social* (Scandall Vidal, 1998, p. 19-20), enquanto *descortesia* é a sua desadequação.

com variação diatópica, por ser usado em outros Estados brasileiros, ao referir a 2ª pessoa, de modo geral. Assim, não encontramos complexidade no uso do *você* no PBRS, como observamos no PE, o qual, por pertencer a um sistema de tratamento triádico, pode possuir maiores possibilidades de tipos de ocorrências e diferentes usos semântico-pragmáticos.

Ainda, no PE, o *tu*, conforme a norma, pode ser usado para tratamento de “superior” para “inferior”, ou seja, podemos usar um tratamento em 2ª pessoa para indicar a superioridade do outro (Cunha & Cintra, 2002). Entretanto, o “inferior” tratado por *tu* pelo seu “superior” pode tratar esse superior em 3ª pessoa, com sujeito nulo, de preferência, o que é mais cortês, a fim de destacar a superioridade dele (Duarte, 2013). Entretanto, é de destacar que, conforme Duarte (2016), há ainda regiões nortenhas em Portugal que usam o *você* explícito, por defeito, ou seja, a 3ª pessoa de forma explícita, também significando respeito (Duarte, 2016), como veremos na análise da nossa pesquisa de campo.

O significado desse tipo de tratamento, de superior e inferior, vai ao encontro do que Brown & Gilman (1960) chamam de *semântica do poder* (Brown & Gilman, 1960), pelo uso de tratamento não recíproco e assimétrico. Ainda, conforme essa semântica, se um “inferior” tratar seu “superior” por *tu*, o que é contrário à norma, esse tratamento indica falta de educação/polidez e “certa” agressão à *face* (Brown & Levinson, 1987) do seu interactante. Assim, convém que não seja usada essa forma, a menos que se pretenda realmente causar uma ameaça à *face* do outro. Mas há ainda, no PE, usos das formas *tu* e *você* de acordo com o que Brown & Gilman (1960) chamam de *semântica da solidariedade*, o que, para Gouveia (2008), é uma tendência em Portugal e, para Silva (2008), no Brasil; ou seja, a tendência geral é para a aproximação e a igualdade no tratamento entre as pessoas e não no sentido de aumentar a distância. Assim, conforme essa semântica, o locutor pode tratar o seu igual por *tu* (modo mais informal) ou por *você* (modo mais formal) por pretender demonstrar seu desejo de manter um tratamento simétrico com ele, sem destaque para as suas possíveis diferenças hierárquicas (Brown & Gilman, 1960). Logo, considerando-se essas duas semânticas, amplia-se a complexidade de usos para as formas de 2ª pessoa, no PE, que para podermos avaliar o seu real significado é preciso recorrermos ao contexto.

Entretanto, no que toca aos possíveis estranhamentos que possam surgir pelos usos ineficientes dessas formas, pela sua complexidade, cabe referirmos que para Grice (1975), normalmente, o ouvinte, ao perceber aparentes violações de regras linguísticas, busca hipóteses para a sua compreensão, perceber os seus pressupostos, ou verificar se há

insinuação por trás do dito. Assim, busca analisar o contexto situacional, antes de tirar conclusões. É de inferirmos com isso, que, por vezes, podem ocorrer estranhamentos entre interlocutores pelo uso de formas de tratamento de modo contrário à norma, por puro desconhecimento do locutor sobre a norma em si, e não por interesse em agredir a *face* do outro. O problema é que um tratamento descortês pode levar à criação de complicações nessas interações sociais.

A partir dessas verificações, voltamos de forma mais clara ao problema que se coloca neste trabalho e indagamos: *Se há diferentes significados semântico-pragmáticos para os usos das formas tu e você, será que essas diferenças podem influenciar a compreensão de narrativas literárias escritas em língua portuguesa, quando leitores gaúchos e portugueses leem as mesmas narrativas? Ou seja, Será que as inferências dos leitores portugueses e as inferências dos leitores gaúchos sobre os usos das formas tu e você, usadas pelas personagens dos excertos lidos, e os graus de proximidade atrelados a essas formas, percorrem diferentes caminhos, a partir dos diferentes conhecimentos do mundo desses leitores, e isso compromete a compreensão das narrativas literárias lidas por eles?*

A preocupação com a possibilidade dessas ocorrências justifica-se porque entendemos que o comprometimento da compreensão da narrativa pode ter consequências negativas aos alunos, por vários fatores. Em primeiro lugar, podemos destacar o seu desempenho em exames, visto que uma possível avaliação pode ser comprometida, caso o aluno não demonstre bom desempenho na compreensão da narrativa. Mas há ainda questões que nos parecem mais relevantes do que essa e que convém termos em conta, como a importância da boa compreensão das narrativas literárias para o conhecimento do mundo, o que pode ampliar os horizontes culturais do aluno/leitor. Afinal, conhecer os usos das formas de cortesia das culturas alheias pode levar ao desenvolvimento de competências de índole sociolinguísticas e pragmáticas (o que pode ser estimulado por meio de recursos literários ligados ao ensino da língua) e, mais especificamente, da compreensão textual. Nesse sentido, convém considerarmos que mesmo que a literatura não seja a realidade, ela pode representar a realidade e desenvolver competências que contribuem para que os alunos mudem suas realidades, a partir do conhecimento alargado dos hábitos linguísticos de culturas alheias. Por meio da literatura, os alunos podem criar e recriar situações que poderiam ser reais, mergulhando no ambiente da narrativa.

Compreender a narrativa de forma adequada pode ainda contribuir para o desenvolvimento metalinguístico e das competências comunicativas dos alunos, ao

mesmo tempo em que investir no ensino literário pode alegrar o ensino do idioma e muitas vezes desfazer *pré-conceitos* que poderiam levar ao mal-estar social, não só no que diz respeito ao ambiente da narrativa, mas também em ambiente real e escolar. Nesse sentido, lembramos aqui a epígrafe deste trabalho, da pedagoga italiana Maria Montessori (1870-1952), para quem o *mundo habla de paz, mas nadie educa para la paz, la gente educa para la competencia y este es el principio de cualquier guerra. Cuando eduquemos para cooperar y ser solidarios unos con otros, ese día estaremos educando para la paz*. Entendemos que podemos educar para a compreensão e para competência, ao mesmo tempo em que educamos para a paz (essa ideia, embora possa parecer utópica e exagerada, é uma das nossas aspirações).

É importante referirmos a relevância dessa verificação, principalmente em um momento em que as culturas portuguesa e brasileira interagem cada vez mais por meio de intercâmbios de alunos universitários e de imigrações (sem contar as relações comerciais entre Brasil e Portugal)¹² e ressaltar que o conhecimento dos usos sobre as formas de cortesia da cultura do outro pode auxiliar a evitar *pré-conceitos* entre os falantes, em contatos interculturais em meios escolares. Isso porque, por vezes, um falante pode usar certos termos que são agressivos em outras culturas, sem perceber essa ocorrência, visto que o mesmo termo não o é na sua.

Portanto, inferir de forma adequada sobre o uso de códigos linguísticos de outras culturas deve levar em conta o contexto cultural, de modo geral, por isso poder contribuir para a compreensão adequada de uma dada situação interacional e promover o equilíbrio e a paz do ambiente social.

Cabe aqui lembrarmos que, quando uma pessoa acaba de conhecer outra em Portugal e a trata por *tu*, pode ouvir a seguinte interrogação: - *Já podemos nos tratar por tu?*

Essa pergunta, que levanta o pressuposto de que o uso da forma *tu* poderia não ser “ainda” adequado nessa relação (por ser um tratamento informal e familiar, na visão dos portugueses), pode soar muito estranha a um gaúcho desavisado. Pode parecer-lhe óbvio que a resposta é afirmativa. Mas, se ele fizer uma pausa para refletir sobre a pergunta,

¹² Conforme estudo realizado por Leiria (2004), Portugal tem hoje um quadro sociológico diversificado e heterogeneizado de alunos que, nos últimos 30 anos, passaram a frequentar as escolas portuguesas. Tal decorre de Portugal se ter tornado, depois da entrada na Comunidade Econômica Europeia, sobretudo, um destino de imigração e já não apenas um país de emigração. Cabe referir também o esforço que o Brasil tem feito para proporcionar intercâmbios universitários entre esses dois países e o fato de o Brasil possuir uma imensa variedade sociolinguística de alunos de diversas procedências, bem como de portugueses. Desta forma, os contatos interculturais decorrentes desses fatores, por vezes, podem criar problemas interacionais nos meios escolares em que os alunos estrangeiros são inseridos. Problemas que podem ser decorrentes da falta de compreensão linguística do “falar do outro”, ou de questões que podem constituir significado no ambiente cultural próprio desse “outro”.

pode indagar: *Que outra forma haveria para se tratar?* E talvez nunca lhe ocorra a diversidade de possibilidades existentes para referência à 2ª pessoa, no PE. Mas, num segundo momento, provavelmente, o gaúcho atente à hipótese de usar o *você*, por entender que essa é a forma alternativa para se referir ao outro, como ocorre no Brasil, quase como um sinônimo de *tu*. Entretanto, conforme a norma do PE, se ele usar essa forma, mais uma vez estará incorrendo em um uso inadequado, por o *você* poder ser considerado grosseiro, no PE, conforme a norma. Ainda, para o gaúcho usar o *você* pode soar-lhe um pouco estranho, por tocar em um tema que lhe é delicado: a perda da marca da sua identidade, o que passa pelo uso do *tu*. Ou seja, embora o *você*, para ele, seja usado em outros Estados do Brasil, tal como o *tu*, não é a forma típica de um gaúcho referir-se à 2ª pessoa¹³.

A partir de verificações como essas acima, desde 2006 surgiu-nos motivação para realizarmos uma tese que levasse em conta a verificação desses estranhamentos. Ou seja, de verificarmos a incompreensão tangente aos diferentes usos das formas *tu* e *você* em interações discursivas de diferentes culturas, mesmo quando há intenção de cooperação nessas interações.

Assim, após ingressarmos no Curso de Mestrado em *Linguística: investigação e ensino*, na Universidade de Coimbra, passamos a dedicar-nos ao tema cortesia linguística e a estudar os usos das formas de tratamento do português. Esse estudo era realizado de modo comparativo entre o PE e o PB.

Mais tarde, ao ingressarmos no Curso de Doutorado em Linguística, na Universidade do Porto, continuamos dando atenção ao tema da cortesia verbal. Nesse período, as diversas viagens realizadas entre Brasil e Portugal (em que, eventualmente, realizamos trabalhos como professora de língua portuguesa no magistério do Rio Grande do Sul) fizeram com que observássemos a forma com que os alunos compreendiam as narrativas literárias com diálogos entre personagens que usavam as formas *tu* e *você*. Percebemos que eles nunca compreendiam essas formas como indicadoras de graus de proximidade ou de distanciamento entre os interlocutores, ou com efeitos distintos, ou de oposição em relação à formalidade/informalidade ou à cortesia, como ocorre no PE. Mas percebíamos que davam destaque à variação diatópica dos seus usos em diferentes Estados brasileiros. E, quando tentávamos fazê-los perceber que em outras culturas essas formas poderiam revelar tratamentos assimétricos, achavam isso muito “estranho”.

¹³ Tais observações serão fundamentadas e comprovadas em momento próprio, por meio do levantamento de dados da pesquisa de campo.

Deste modo, a partir dessas verificações, cada vez mais nos ficava clara não só a ocorrência de diferentes usos semântico-pragmáticos para as formas *tu* e *você*, no PE e no PBRs, mas também que isso poderia levar a diferentes compreensões de uma mesma narrativa. É comum ouvirmos dizer que cada leitor compreende o texto de uma forma, conforme o seu conhecimento do mundo. Então, indagávamos: *Estariam na base dessas diferentes compreensões os usos das formas tu e você?* Parecia-nos que sim, e era isso que tentaríamos provar.

Assim, finalmente, conseguíamos vislumbrar, além do tema para a nossa tese de doutoramento, o *corpus* de pesquisa, por meio do qual poderíamos estudar a questão dos usos das formas *tu* e *você*, no PE e no PBRs: as narrativas literárias¹⁴. Para tal, era preciso destacar das narrativas excertos com discursos de personagens em interações discursivas, nessas diferentes culturas do português. Após pesquisarmos obras em que pudéssemos apoiar o nosso estudo, passamos à produção de um Projeto Piloto para testarmos como os alunos portugueses e os gaúchos compreendiam os usos das formas *tu* e *você* presentes em narrativas de língua portuguesa, escritas no PE e no PBRs. Usamos para isso 4 excertos da obra *Os Maias*, de Eça de Queirós (1888; 2000), e 4 excertos da obra *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (1949; 1951; 2004)¹⁵. Os resultados do Projeto Piloto mostraram-se positivos, pois revelaram que gaúchos e portugueses, realmente, apresentavam diferentes compreensões sobre os usos das formas *tu* e *você* nas leituras apresentadas a eles e que isso influenciava a compreensão dos excertos lidos. A partir dessas observações, passamos à elaboração do Projeto de Pesquisa sobre o tema, na área de Linguística Aplicada, o qual foi apresentado à CAPES e aceito. Como já havíamos realizado a parte escolar do Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem, na Universidade do Porto, passamos ao desenvolvimento da tese. Entre os objetivos a atingir com essa pesquisa, estavam:

- Verificar em que medida as inferências realizadas por leitores de diferentes variantes de língua portuguesa sobre os usos de formas de cortesia, em especial dos usos das formas *tu* e *você*, interferem na compreensão de narrativas literárias;
- Demonstrar que o estudo em interface entre linguística, literatura e ensino pode ser um meio de disseminação de conhecimentos sociolinguísticos e de pragmática linguística sobre o uso de formas de cortesia utilizadas em diferentes culturas;

¹⁴ Estudar narrativas literárias não estaria distante da nossa área de estudo, visto que havíamos concluído um mestrado em Teoria da Literatura (PUCRS/CAPES).

¹⁵ A escolha desse *corpus* será justificada a seguir, ao apresentarmos a metodologia utilizada neste trabalho.

- Demonstrar o importante contributo que o estudo em interface entre linguística, literatura e ensino sobre o uso de formas de cortesia pode significar para a promoção da paz em ambiente escolar, ao passo que pode proporcionar compreensão linguística e interacional entre alunos de diferentes culturas, e não só.

Para realizarmos a investigação sobre qual a hipótese de pesquisa apresentada no início estaria mais correta, desenvolvemos um estudo aprofundado, com pesquisa de campo no Brasil e em Portugal, o qual levou ao desenvolvimento do trabalho que a seguir apresentamos. Segue abaixo a sua estruturação.

De forma geral, o desenvolvimento deste trabalho é dividido em duas partes, sendo a primeira teórica e subdividida em 3 Capítulos, e a segunda prática e subdividida em dois capítulos (Metodologia e Análise).

No que toca à primeira parte, à revisão teórica, nela buscamos apresentar a argumentação para a comprovação da tese e apoiar o desenvolvimento da análise, por meio de teorias das áreas da linguística, da literatura e do ensino. Desta forma, o 1º Capítulo é dividido em três seções e trata, na primeira seção, da verificação dos estudos de Austin (1962) e de Searle (1969), por influenciarem os estudos sobre Cortesia Linguística, principalmente no que toca a sua verificação sobre a importância do contexto situacional para a análise do significado. Ainda nesta seção, apresentamos as noções de Grice (1975; 1982) sobre *significado do falante* e de *significado literal* e sobre a relevância de recorrermos ao contexto a fim de garantirmos a compreensão do significado de um ato. Na revisão das teorias de Grice (1975; 1982), ainda é de destacar a noção de *implicatura conversacional*, a qual busca verificar as intenções subjacentes às sentenças proferidas pelo falante.

Na segunda seção do 1º Capítulo, aprofundamos a verificação do significado do termo *cortesia*, em sentido *lato* (Haverkate; 1994), até chegarmos à *cortesia linguística*, conforme orientação de Carreira (2014) e de Escandall Vidal (1998).

E, na terceira seção, apresentamos algumas das principais teorias sobre a Cortesia Linguística que sistematizam os estudos sobre o tema e retomam os estudos de Austin (1962), Searle (1969) e Grice (1975). Portanto, de forma mais ou menos cronológica, privilegiamos os trabalhos de Brown & Levinson (1987) sobre as noções de *face positiva* e *face negativa* (a partir dos estudos de Goffman, 1953; 1982), que levam à definição de uma fórmula para calcular o peso do *ato ilocutório de ameaça à face*, levando em consideração o grau de distância entre os interactantes, o poder de um sobre o outro e o grau de rudeza do ato realizado, o que leva também à constatação da existência de cinco

atos ameaçadores da face (*Face-Threatening Acts* - FTA). Esse estudo interessa a este trabalho, principalmente porque nele verificamos as diferentes concepções sobre os graus de cortesia existentes em atos de interactantes de diferentes culturas, do ponto de vista do distanciamento linguístico.

Outro nome de destaque nesta terceira seção é o de Leech (1983; 1995; 2014), por ter desenvolvido uma teoria sobre *máximas de polidez* em interações sociais e destacado a importância do bem falar para a boa interação discursiva. Observamos sua teoria sobre o distanciamento verbal entre locutor o interlocutor, como forma polida de agir.

Após essas verificações, passamos aos estudos de Haverkate (1994), o qual recupera a teoria dos *atos da fala* de Searle (1969), mas trata das noções de *cortesia conversacional negativa* e *cortesia conversacional positiva*, por meio de uma abordagem que valoriza a distinção entre seus níveis de realização. Segundo o autor, a *cortesia* linguística pode ser realizada em *atos globais* (*macroatos-macroníveis do discurso*) e em *atos locais* (*microatos-microníveis do discurso*). Interessa-nos principalmente em seu estudo os *microatos* do discurso, ao qual associamos os usos das formas *tu* e *você*, visto que para o autor os pronomes são considerados *microatos de cortesia* (Haverkate, 1994, p.68 – 76).

Posteriormente, refletimos sobre algumas questões que julgamos pertinentes dos estudos de Kerbrat-Orecchioni (1992; 2001; 2004, 2005; 2011; 2014) sobre *interação verbal* e relações entre *interactantes* de dadas conversações, por destacarem a importância do contexto situacional para a compreensão do significado. É de verificar ainda a relevância que a autora oferece à organização do discurso e às trocas verbais, ao afirmar a relevância dessas características não discursivas para a realização da cortesia. Ainda consideramos sua teoria sobre os *intensificadores*, os *durcisseurs* (endurecedores), atos que no processo de *cortesia negativa* buscam reforçar os atos do discurso, embora sejam contrários às atenuações. Ou seja, são os *Face Flattering Act* (FFAs), que se diferem dos FTAs e que buscam *valorizar* e *intensificar* atos de cortesia.

Terminamos este capítulo com os estudos sobre cortesia linguística no português. Desta forma, destacamos os trabalhos realizados por Carreira (1994, 1997, 1995, 2014) que, em sua proposta, apresenta um modelo *semântico-pragmático* para o estudo da *cortesia* baseado na *proxémica verbal*, conforme os percursos *onomasiológicos*, *semasiológicos* e os níveis da interpretação e do discurso. Desse modo, cria um modelo de eixo de *atenuação-intensificação* que privilegia a zona do locutor e a zona do alocutário em interações discursivas, relativos aos usos dos pronomes de tratamento. Seus

estudos são importantes para a nossa pesquisa, ao passo que nele verificamos usos das formas de distanciamento interpessoal entre interactantes de diferentes culturas de língua portuguesa, referentes aos pronomes *tu* e *você*.

Após a revisão de teorias relevantes sobre cortesia linguística para a fundamentação da nossa pesquisa, passamos ao 2º Capítulo da primeira parte deste trabalho, onde fazemos uma breve revisão sobre os usos das formas *tu* e *você*, no PE, no PB e no PBRS. Tal capítulo, portanto, é dividido em três seções.

Na primeira seção, destacamos os usos das formas *T*, *V* e *Vossa Mercê*, do latim ao português e o surgimento dos pronomes de tratamento ligados à cortesia linguística, a partir de revisão sobre o tema e por meio dos estudos de Pereira (1935), Brown & Gilman (1960), Castro (2011), Cintra (1972), Cunha & Cintra (2002), Duarte (2010), Elia (1992), Faria (2003), Hammermueller (1993), Luft (1957), Mattos e Silva (1998), Moreno Fernández (1998), Rocha (1965), Said Ali (1921; 1927), Carreira (2003), Gouveia (2008), Pereira (1935), Saussure (1974), Segura (2014), Villalva (2003a; 2003b), entre outros. Contudo, entre os autores estudados, destacamos as visões de Brown & Gilman (1960) sobre a *semântica do poder* e a *semântica da solidariedade* e sobre a evolução do uso das formas *T* e *V*. Destacamos, ainda, a visão de Cintra (1972) sobre a periodização dos pronomes em português, bem como as análises de Duarte (2010) e de Cunha & Cintra (2002) sobre os usos dos pronomes *tu* e *você* no português europeu atual.

Na segunda seção, verificamos parte da influência linguístico-cultural da língua portuguesa europeia no Brasil e o ponto atual da questão, no que toca aos usos das formas *tu* e *você*. Para isso, atentamos aos estudos de Biderman (1972-1973), Brito (1999), Caminha (1500), Coelho & Görski (2011), Couto Magalhães (1940), Cunha (1970), Cunha & Cintra (2002), Elia (1992), Faria (2003), Freitas (1936), Galves (1993), Mattos e Silva (1998; 2004; 2008), Nascentes (1998), Pagotto (1998; 2011), Paredes Silva (1998; 2001; 2011), Ramirez & Pozzani (2011), Ribeiro (1999), Robert (2013), Scherre (2013), Silva (2008) e Teyssier (1997). Essa verificação parte do período de colonização do Brasil e apresenta os estranhamentos percebidos entre as duas culturas, a portuguesa e a indígena brasileira, conforme orientação de Elia (1992), de Couto Magalhães (1940) e de Mattos e Silva (1998; 2004; 2008). Após, observamos algumas visões sobre as variações ocorridas no uso das formas *tu* e *você* no PB, a partir de estudos de Ramires & Pozzani (2011), Nascentes (1950), Cunha (1970), Biderman (1972-1973), Paredes Silva (2000), Scherre (2013), Moreta & Camarasa (1992), entre outros.

Na terceira e última seção do 2º Capítulo, atentamos às influências linguístico-culturais recebidas pelo Estado do Rio Grande do Sul, no que toca à preferência pelo uso da forma *tu*, a qual é selecionada para constituir o sistema de tratamento do PBRs, diferente do que ocorre na maior parte do Brasil, que possui preferência pelo uso do *você*. Para isso, seguimos os estudos de Barbosa Lessa (1981), Elia (1992), Franzen (2003), Gomes de Deus (2009), Moreno (1996), Moreta & Camarasa (1992), Oliveira Vianna (1974), Oliven (1984), Passavento (1985), Ramirez & Pozzani (2011), Scherre (2013), Simões Pires (s/d), entre outros.

No 3º e último Capítulo da primeira parte deste trabalho, destacamos a importância dos estudos em interface entre linguística, literatura e ensino da língua, sobretudo no que toca à importância do ensino das formas de cortesia para o desenvolvimento de competências ligadas à compreensão leitora de narrativas literárias de diferentes culturas. Para isso, buscamos os estudos de Aguiar e Silva (2008), Baker & Brown (1984), Cohen (1987), Colomer & Camps (2002), Debus (2006), Duarte (2010; 2012; 2016), Faria (2003), Fonseca (1994; 2002), Goodman (1982; 1991), Haverkate (1994), Hymes (1972), Kerbrat-Orecchioni (1992), Leffa (1996), Moreno Fernández (1998), Pereira (2009), Poersch (1991), Poersch & Rossa (2007), Ramirez & Pozzani (2011), Reis (2008), Reis & Lopes (1998), Smith (1999), Spiro (1980), entre outros.

Sendo assim, dividimos tal capítulo em duas seções. Na primeira seção, verificamos a concepção de Fonseca (1994) sobre a união dos estudos literários e linguísticos para o estímulo das competências linguísticas dos alunos, e de Aguiar e Silva (2008) e de Reis (2008), para quem a interdisciplinaridade entre linguística e literatura é extremamente fecunda para o desenvolvimento intelectual do aluno. Ainda nesta seção, no que diz respeito ao ensino das formas de cortesia nas escolas, destacamos as visões de Duarte (2010), de Kerbrat-Orecchioni (1992) e de Haverkate (1994).

Na segunda seção deste capítulo, refletimos sobre questões ligadas à competência comunicativa, à compreensão leitora, à importância do professor na ativação dos conhecimentos dos alunos, sobre o discurso literário e a construção da narrativa pelo escritor.

Portanto, num primeiro momento, atentamos brevemente ao tema “competência comunicativa”, na visão de Hymes (1972), sobre a grande diversidade de competências e de saberes existentes em comunidades linguísticas, as quais são ligadas a regras de cortesia. Num segundo momento, no qual toca à questão da compreensão leitora, destacamos os estudos de Goodman (1982) sobre o processo de percepção de

componentes linguísticos selecionados na construção textual; os estudos de Smith (1999) sobre leitura significativa e compreensão leitora (a qual entende que, em boa parte, é propiciada pelo conhecimento de mundo do leitor); a teoria de Debus (2006), que complementa esse estudo ao afirmar que as narrativas literárias reproduzem simbolicamente o mundo real; a concepção de Leffa (1996) sobre compreensão; os estudos de Goodman (1991) e de Pereira (2009) sobre inferências; os estudos de Duarte (2012) sobre o discurso narrativo; as concepções de Reis & Lopes (1998) sobre a construção da narrativa literária pelo escritor; e as visões de Baker & Brown (1984), para quem o professor tem importante papel na ativação dos conhecimentos dos alunos, no desenvolvimento das suas competências comunicativas, da sua compreensão leitora, bem como no desenvolvimento do ensino da metalinguagem para a evolução da sua compreensão textual.

Desta forma, passamos à segunda parte deste trabalho, que é composta por dois capítulos: o 4º, referente à Metodologia de Pesquisa, e o 5º, referente à Análise de Dados colhidos na pesquisa de campo.

Assim, no 4º Capítulo destacamos detalhadamente a metodologia utilizada nesta pesquisa, conforme segue, de forma resumida:

Os métodos utilizados no desenvolvimento desta pesquisa levam em conta, por um lado, o método indutivo, por ela surgir da *observação* e da busca de comprovação para os nossos argumentos de que existem diferentes significados semântico-pragmáticos para os usos das formas *tu* e *você*, no PE e no PBRS, o que pode influenciar a compreensão de narrativas literárias do português.

Por outro lado, como método de análise do material, utilizamos a Análise do Conteúdo (Bardin, 1977), pelo destaque à análise de dados qualitativos, mas que permite que se transforme esses dados colhidos em dados quantitativos, para facilitar a apresentação das questões levantadas, embora a quantificação não seja um fator relevante para este estudo, e sim a qualificação.

Ainda neste capítulo, apresentamos o Universo de Pesquisa, que é composto por brasileiros e portugueses, sempre residentes em seus países de origem e conhecedores da norma da língua portuguesa culta. A Amostra levantada a partir desse universo é composta por leitores estudantes do Ensino Superior do Rio Grande do Sul e de Portugal, para abranger um público homogêneo no que diz respeito à idade, ao nível cultural, às aspirações, aos objetivos e ao conhecimento da norma culta da língua portuguesa e das culturas de suas regiões. Como vemos, delimitamos a Amostra no Brasil, o que ocorre

porque o país possui grande diversidade cultural, por Estados, bem como diferentes sistemas de tratamento relacionados aos usos das formas *tu* e *você*. Desse modo, escolhemos o Estado do Rio Grande do Sul (RS) como parte da pesquisa, por a investigadora ser procedente desse Estado e, assim, conhecedora dos hábitos linguístico-culturais dessa região. A Amostra é, portanto, composta por Grupos A e B, em que, no Grupo A, temos leitores residentes (nativos) em Portugal e, no Grupo B, leitores residentes (nativos) no RS.

A escolha dos *elementos* dos Grupos é feita por *acessibilidade*, tendo em conta os dados referidos acima, por entendermos que a Amostra é homogênea e não necessita de maiores delimitações. Ou seja, para ingressar em universidades, tanto nas portuguesas como nas brasileiras, os alunos passam por testes de aprovação sobre o conhecimento da norma culta da língua portuguesa.

Decidimos analisar 30 participantes, 15 do RS e 15 de Portugal (entre setembro de 2014 e junho de 2015), por julgarmos que esse número é suficiente para saturar a Amostra, o que realmente acontece, como pretendemos demonstrar em momento próprio.

A técnica de obtenção de dados é dividida em três etapas. Na primeira etapa, os investigados preenchem um questionário com seus dados pessoais; na segunda etapa, realizam leituras de excertos de obras literárias, das literaturas brasileira e portuguesa; e, na terceira etapa, preenchem um segundo questionário, sendo este sobre os usos das formas *tu* e *você* no seu cotidiano.

Para obtermos os resultados da segunda etapa destacada acima, que consta da obtenção de dados durante as leituras, usamos tanto *protocolos verbais* de compreensão textual de *autorrevelação*, com a inclusão de *protocolos de pausa*, como *protocolos de auto-observação* (Tomitch, 2007). Aquele busca colher dados inferidos pelos leitores durante a leitura e, este busca colher dados inferidos pelos leitores após a leitura, de forma retrospectiva. Os dados obtidos durante a leitura, ou seja, enquanto estão na memória de trabalho, são classificados como dados de *Compreensão Específica (CE)*, por estarem mais voltados ao nível do cotexto. Já os dados obtidos após a leitura, ou seja, que podem não mais estar na memória de trabalho, são chamamos de dados de *Compreensão Ampla (CA)*. Cabe lembrar que estes são inferidos de modo retrospectivo pelo leitor e tratam da compreensão do contexto da narrativa.

Quanto às etapas para a coleta de dados, por ordem de aplicação, e realizadas em dia, horário e local marcado, de forma oral e gravada, são 5, conforme:

1º Aplicação do 1º Questionário para a obtenção dos dados pessoais do investigado;

2º Aplicação de um excerto piloto para treino da metodologia aplicada, relativamente às leituras;

3º Aplicação de quatro excertos escolhidos para o desenvolvimento dos protocolos do *autorrevelação*, com pausas, e do protocolo de *auto-observação*;

4º Aplicação do 2º Questionário para a obtenção de dados sobre os usos das formas *tu* e *você*, pelo investigado;

5º Obtenção de autorização do investigado para a utilização dos dados da pesquisa.

É de destacar que a terceira etapa, a qual trata das leituras dos excertos pelos leitores, é a mais importante para esta pesquisa. Por isso, é realizada de forma oral e gravada. Nela, utilizamos excertos da trilogia brasileira e gaúcha *O Tempo e o Vento* (1949, I Parte; 1951, II Parte; 2004, I Parte; 2004, II Parte)¹⁶, de Erico Veríssimo, e excertos da literatura portuguesa *Os Maias* (1888; 2000), de Eça de Queirós.

A justificativa para a escolha dessas duas obras diz respeito às seguintes verificações. A narrativa literária portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós, é destacada como leitura recomendada nos Programas de Português, em Portugal, e diversas obras do autor são leituras obrigatórias para a entrada nas principais universidades brasileiras, por meio de provas de vestibulares. A seleção dessas obras é alterada de ano para ano, sendo a narrativa *Os Maias* uma delas. Por seu turno, a narrativa *O Tempo e o Vento*, de Erico Veríssimo, também é leitura obrigatória para o ingresso em diferentes universidades brasileiras, por meio de vestibulares, principalmente em universidades gaúchas. Além disso, esta narrativa é escrita no dialeto gaúcho.

Assim, no Projeto Piloto, como referimos acima, optamos pela escolha de 8 excertos dessas narrativas, para serem testados junto a 2 leitores portugueses e a 2 leitores gaúchos, sendo 4 excerto de cada variedade linguística. A sua aplicação junto aos leitores buscou verificar as inferências realizadas por eles sobre o tratamento utilizado pelas personagens dos excertos, no que toca aos usos das formas *tu* e *você* entre elas.

Cabe destacar que um dos excertos escolhidos para fazer parte desta pesquisa não possui as formas *tu* e *você* explícitas, mas sim verbos nas 2ª e 3ª pessoas do singular, a presença de outras formas de 2ª pessoa, como determinantes (*teu*), por exemplo. Mas, mesmo assim, esse excerto é significativamente produtivo, visto que os leitores inferem e refere explicitamente a ligação dessas formas ao tratamento por *tu* ou por *você*.

¹⁶ Trilogia *O Tempo e o Vento*: O Continente (I Parte), O Retrato (II Parte), O Arquipélago (III Parte).

Entretanto, dos 8 excertos testados no Projeto Piloto, escolhemos apenas dois da literatura portuguesa, *Os Maias*, e dois da literatura gaúcha, *O tempo e o vento*, para fazerem parte da pesquisa, por entendermos que eram suficientes para a comprovação da tese.

Quanto ao uso de *protocolos de autorrevelação* na aplicação do teste de leitura, tal como fizemos no Projeto Piloto, inserimos *protocolos de pausa* (pontos vermelhos) nos excertos, onde os leitores deveriam parar e relatar o que inferiram. Esses *protocolos de pausa* foram inseridos próximos às formas *tu* e *você* e em locais em que, embora não apresentassem essas formas explícitas, os leitores pudessem relacionar esses usos, como ocorreu no Projeto Piloto, por meio de verbos de 2ª e 3ª pessoas do singular, determinantes e pronomes. Inserimos ainda *protocolos de pausa* em pontos distantes dessas formas, para que os leitores não ficassem sugestionados pela constante proximidade dos protocolos às formas referidas.

Quanto ao *protocolo de auto-observação*, também seguimos os passos do procedimento realizado no Projeto Piloto e, no final da leitura, fizemos uma pergunta ao leitor, a fim de induzi-lo a refletir sobre os usos das formas em questão, para o caso de não as ter referido durante o teste de *autorrevelação*, por “distração”. Assim, perguntamos: *Do ponto de vista da língua portuguesa, qual o grau de proximidade entre as personagens, de um a cinco? Por quê?* É de destacar que não computamos os graus de distanciamento referidos por eles (de um a cinco), por esta pesquisa não ser de caráter quantitativo¹⁷, apenas pretendíamos com isso alertá-los da possibilidade de haver graus de distância entre as personagens, o que poderia ser destacado por meio de marcas linguísticas. É de lembrar que a pesquisa de campo foi realizada no Brasil e em Portugal.

Passamos, portanto, à exploração do material de pesquisa, do tratamento dos dados obtidos (em Categorias que possuem diferentes Classificações internas) e da organização do material.

A técnica de abordagem do problema foi, prioritariamente, a qualitativa comparativa, como vimos, por a pesquisa envolver: observação e registros de processos de compreensão textual dos investigados durante a leitura e análise comparativa entre os dados obtidos junto aos Grupos da Amostra. Contudo, reiteramos que não descartamos a

¹⁷ Não realizamos essa verificação (ao pormenor), neste momento, porque, além de não ser o nosso objetivo principal, poderia avolumar muito o presente estudo. Entretanto, entendemos que computar esses dados pode ser interessante, motivo pelo qual pretendemos realizar também essa verificação em outro momento.

utilização do método quantitativo para a explanação dos resultados comparativos entre as Amostras A e B, que são apresentados em gráficos demonstrativos.

Sendo assim, o tratamento do material apresenta o seguinte procedimento:

- 1ª Seleção dos dados obtidos no 1º Questionário;
- 2ª Seleção dos dados obtidos por meio dos protocolos de *autorrevelação*, que incluem *protocolos de pausa*;
- 3ª Seleção dos dados obtidos por meio dos *protocolos de auto-observação*;
- 4º Seleção dos dados obtidos no 2º Questionário;
- 5º Organização das ocorrências nas Categorias e Classificações internas dessas Categorias;
- 6º Demonstração das ocorrências em gráficos, com reflexões e conclusões pessoais, a partir dos dados obtidos.

No que diz respeito à *organização das ocorrências em Categorias*, convém destacarmos que, a partir da verificação das inferências apresentadas pelos leitores da Amostra, por meio da inserção desses dados levantados no AtlasTI e no MaxQda, *softwares* de Análise do Conteúdo, desenvolvemos 4 Categorias de Análise, com diferentes Classificações internas, para a organização desses dados, conforme os protocolos de *autorrevelação* e de *auto-observação*. Ou seja, as Categorias de Análise foram criadas a partir da observação das inferências dos leitores nos *protocolos de pausa* em que eles referiram “explicitamente” os usos das formas *tu* e *você* como referência à 2ª pessoa. As Categorias e as suas Classificações são apresentadas abaixo:

1ª Categoria: Categoria dos Eixos Semântico.

Nesta Categoria, estão classificadas as inferências em que os leitores referem os usos das formas *tu* e *você* com diferentes efeitos semântico-pragmáticos, no que toca à posição do locutor, se de inferioridade, de superioridade, de igualdade ou de neutralidade, em relação ao seu interlocutor.

Para isso, essa Categoria é subdividida em 4 Classificações, conforme: a) Semântica da Inferioridade; b) Semântica da Neutralidade; c) Semântica da Igualdade; d) Semântica da Superioridade. Ainda temos uma 5ª Classificação possível, para o caso de o leitor não revelar inferências sobre o *protocolo de pausa*, conforme: AS (Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência).

2ª Categoria: Inferência sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens como (in)convenientes e/ou (ins)cientes.

Nesta Categoria, são classificadas as inferências em que os leitores referem que os usos das formas *tu* e *você* usadas pelas personagens em atos linguísticos do qual essas formas fazem parte, são: atos *(in)convenientes* e *(ins)cientes*.

Para isso, essa Categoria é subdividida em 7 Classificações, conforme: a) CC (Ato Conveniente Ciente); b) CI (Ato Conveniente Insciente); c) C? (Ato Conveniente, não se identifica se é Ciente ou Insciente); d) IC (Ato Inconveniente Ciente); e) II (Ato Inconveniente Insciente); f) I? (Ato Inconveniente, não se identifica se é Ciente ou Insciente); g) AS: Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência.

3ª Categoria: O leitor revela inferências sobre os usos das formas *tu* e/ou *você* com efeitos distintos que marcam diferentes relações entre locutor e interlocutor.

Nesta Categoria, são classificadas como *sim* as inferências em que os leitores referem os usos das formas *tu* e *você* como formas que possuem usos distintos e que referem diferentes graus de cortesia, e como *não* inferências em que não referem os usos de *tu* e/ou *você* como formas que marcam diferentes relações entre os interlocutores.

Para isso, essa Categoria é dividida em 3 Classificações, conforme: a) S: Sim; b) N: Não; c) AS: Não revela inferência/Ato de silêncio do leitor.

4ª Categoria: Compreensão leitora sobre os usos das formas *tu* e *você* sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores, ou com marcas da relação vertical ou horizontal entre os interlocutores.

Nesta Categoria, são Classificados os tipos de compreensão leitora dos entrevistados, no que toca à presença das formas *tu* e *você*, se com significados semântico-pragmáticos ligados ao PE ou ao PBRs.

Para isso, essa Categoria é dividida em 4 Classificações, conforme: a) CLC: Convergente com o PBRs/em excerto do PBRs (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou convergente com o PE/em excerto do PE (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores); b) CLD: Divergente do PBRs/em excerto do PBRs (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou divergente do PE/em excerto do PE (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores) c) DC: Dificuldade de compreensão; d) NC: Não compreensão. E aqui também temos uma 5ª Classificação possível, para o caso de o leitor não revelar inferências que nos permitam classificar essas questões: e) AS: Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência.

Pela complexidade das Classificações dessas Categorias, explicitaremos cada uma delas de forma mais detalhada em capítulo próprio: Metodologia. Entretanto, é de referir

que após a organização das Categorias e dos dados inferidos pelos leitores nas suas Classificações respectivas, nos *softwares*, para uma melhor comparação e análise dos dados levantados, passamos esses dados para gráficos em que colocamos os resultados de todas as Categorias, com suas Classificações, lado a lado. Assim, conforme essa organização, apresentamos os resultados obtidos, a partir dos excertos a, b, c e d, nas 4 Categorias de Análise, por Grupos, A e B, respectivamente, conforme os *protocolos de autorrevelação* e de *auto-observação*, também respectivamente.

É de referir ainda que, dos 43 *protocolos de pausa* presentes nos 4 excertos e disponíveis aos 30 leitores da Amostra para serem inferidos, utilizamos apenas 17 deles em nossa análise, por serem os protocolos que se mostraram mais produtivos ao nosso trabalho. Ainda, juntamos 4 *protocolos de pausa* em 2, por estes estarem muito próximos e acabarem por ser inferidos em conjunto pelos leitores.

Sendo assim, no total, apresentamos 15 *protocolos de pausa* aos leitores, onde deveriam parar e relatar o que compreenderam. Se multiplicarmos esses 15 protocolos pelo total de leitores, que são 30, e pelo número de Categorias analisadas no *protocolo de autorrevelação*, que são 4, teremos 1800 possibilidade de Classificação dessas inferências. Entretanto, se somarmos a isso, mais uma inferência por leitor (30) realizada no *protocolo de auto-observação*, as quais também são Categorizadas e Classificadas como as anteriores, em 4 Categorias de Análise, teremos mais 480 possibilidade de Classificações das inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você*. Assim, a soma total da possibilidade de Classificação dessas inferências chega a 2280, se somados os dois *protocolos verbais*. É de destacar que esse número conta também com os atos de silêncio dos leitores (AS), que também são Classificados, caso os leitores não parem no *protocolo de pausa* para revelar inferência.

Após a verificação do capítulo destinado à metodologia de pesquisa, o 5º Capítulo deste trabalho apresenta a Recolha e a Análise dos Dados obtidos na Amostra dos Grupos A e B. Para isso, é dividido em duas partes, sendo que, na primeira, destacamos a recolha, a Catalogação e a Classificação dos dados obtidos junto aos leitores e, na segunda, o Tratamento dos Resultados dos dados colhidos na parte anterior.

A primeira parte do 5º Capítulo é dividida em três seções. A primeira seção apresenta o levantamento do 1º Questionário da pesquisa, que contém os dados pessoais dos investigados dos Grupos A (portugueses) e B (brasileiros). Esse levantamento pretende comprovar a homogeneidade entre os dois Grupos (relativamente à nacionalidade, à idade e ao grau acadêmico) e a sua diversidade (relativamente a

universidades, cursos que frequentam e naturalidades), a fim de comprovar a validade da pesquisa.

A segunda seção é dedicada à apresentação do levantamento da análise realizada por meio dos *protocolos verbais*, nos excertos das narrativas literárias lidas pelos leitores que fazem parte desta pesquisa, do PE e do PBRs. Tais dados são apresentados em formulários, referentes aos Grupos A e B. Em primeiro lugar, apresentamos os dados colhidos junto ao Grupo A e, em segundo, os dados colhidos junto ao Grupo B, conforme os excertos, a, b, c e d, respectivamente. Entretanto, é de lembrar que pela grande quantidade de dados recolhidos junto aos leitores, esses formulários são apresentados em anexo.

Na terceira e última seção da primeira parte do 5º Capítulo, apresentamos o levantamento realizado a partir do 2º Questionário de Análise, que consta dos dados recolhidos junto aos dois Grupos investigados (A – portugueses; B - brasileiros) sobre os usos das formas *tu* e *você* no seu cotidiano. Tal questionário tem como objetivo levantar alguns dados que possam contribuir para a nossa análise, caso ainda fiquem dúvidas sobre questões anteriores.

A segunda parte deste capítulo é dividida em três seções e apresenta os resultados das pesquisas realizadas na parte anterior.

A primeira seção apresenta os resultados levantados no 1º Questionário de Análise, os quais consistem no confronto dos dados pessoais dos investigados dos Grupos A e B e apontam à homogeneidade e à diversidade da Amostra de pesquisa.

A segunda seção apresenta os dados recolhidos a partir das leituras dos excertos, por meio dos *protocolos verbais*, junto aos Grupos A e B. Nela, está a análise do confronto entre os resultados obtidos nos dois Grupos investigados, no que toca à Classificação das inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você*. Esses dados também são apresentados em formulários próprios que estão em anexo. Apresentamos ainda esses dados em gráficos, a fim de facilitarmos a sua demonstração.

Na terceira seção, apresentamos os resultados dos dados levantados no 2º Questionário de Análise sobre os usos das formas *tu* e *você* no cotidiano dos investigados dos Grupos A e B. Tais resultados apontam para a coerência entre a compreensão dos leitores sobre os usos de tais formas no seu cotidiano e a compreensão que fazem delas nas narrativas analisadas.

Por fim, no Capítulo de Conclusão, fazemos a triangulação entre os dados obtidos na pesquisa de campo, em consonância com as teorias estudadas, a fim de apresentarmos o resultado deste estudo.

I Parte
Quadro Teórico

Capítulo 1. - Um olhar sobre a cortesia linguística

Neste capítulo, pretendemos destacar a importância da análise do contexto do falante e dos seus destinatários para o bom entendimento dos usos verbais, principalmente no que toca ao ambiente cultural em que ocorrem. Devemos considerar que este trabalho trata justamente do estudo comparativo de questões de cortesia linguística ligadas aos usos das formas *tu* e *você* em narrativas de diferentes culturas, como na cultura portuguesa e na cultura gaúcha do Rio Grande do Sul (Brasil), o que justifica tal verificação.

Desta forma, dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira parte, pretendemos apresentar alguns dos principais estudos que fundamentaram teorias posteriores sobre cortesia linguística, tais como: os estudos de Austin (1962) e de Searle (1969) sobre *atos de fala*, os quais levam em conta a importância do contexto de fala para a compreensão do seu significado; e os estudos de Grice (1975; 1982) sobre significado literal, significado do falante, Implicaturas Conversacionais, Princípio de Cooperação e Máximas Conversacionais, os quais também levam em conta a importância do contexto.

A segunda parte deste capítulo é dividida em duas seções. Na primeira seção, temos como objetivo aprofundar a verificação da noção de *cortesia*, até chegarmos à cortesia linguística. Na segunda seção, pretendemos verificar alguns dos principais trabalhos sobre Cortesia Linguística, incluindo estudos sobre a cortesia linguística no português. Para isso, destacamos, os nomes de Brown & Levinson (1987), Leech (1983, 1995, 2014), Haverkate (1994), Kerbrat-Orecchioni (1992; 2001; 2004, 2005; 2011; 2014) e Carreira (1994, 1997, 1995, 2014), entre outros¹⁸.

Passamos então a essas verificações.

1.1. Contexto de fala e compreensão do significado

Nesta primeira parte deste capítulo, temos como objetivo aprofundar a verificação de algumas das principais teorias que estiveram na base dos estudos de Cortesia Linguística e que destacaram a importância da análise do contexto para a compreensão do significado linguístico. Desta forma, fazemos uma retomada dos estudos de Austin (1962), de Searle (1969) e de Grice (1975;1982).

¹⁸ É de referirmos que os estudos de Cintra (1972) sobre esse tema constarão no capítulo posterior, em que aprofundaremos a verificação sobre as formas de tratamento no português.

1.1.1. John Austin

No que toca aos estudos de Austin (1962), fazemos referência a eles porque influenciaram os estudos de Searle (1969) sobre a importância do contexto interacional para a identificação do significado. Sendo assim, seus estudos são voltados à análise da linguagem verbal e social. Por um lado, por o teórico entender que por meio das palavras não só se dizem coisas, mas também se realizam coisas, e, por outro, por entender que há frases que não se submetem à condição de verdade.

O teórico entende que podemos fazer coisas ao nos expressarmos linguisticamente e que, enquanto o *ato locutório* possui apenas certo significado, o ato *ilocutório* possui, além de certo significado, também certa *força ilocucionária*, por poder realizar ações.

Assim, num primeiro momento do desenvolvimento da sua teoria, Austin propõe uma abordagem linguística mais voltada para a ação, distinguindo os enunciados em *constativos* e *performativos*. Nos *constativos* entende que se pode verificar o seu valor de verdade, por eles descreverem coisas/realidades e, portanto, podermos ver se há coincidência entre os estados de coisas e os modos como esses estados de coisas são descritos. Os *performativos* são avaliados pela condição de felicidade, por o teórico entender que estes podem realizar ações e, assim, possuírem *força ilocucional*. Ou seja, estes não são submetidos ao valor de falso (F) ou verdadeiro (V), mas realizam ou participam de ações para realizá-las. Conforme o teórico, o que garante o ato é o uso de um verbo performativo em 1ª pessoa, no presente do Indicativo, na voz ativa, bem como seguir seis regras, conforme:

- 1ª) Deve haver procedimento convencional com uso de palavras pré-determinadas ditas por pessoas determinadas, em circunstâncias determinadas.
- 2ª) Deve haver invocação do procedimento por pessoas em circunstâncias próprias.
- 3ª) Todo o procedimento deve ser seguido por todos os envolvidos de forma correta.
- 4ª) O procedimento deve ser cumprido até o final.
- 5ª) Os envolvidos devem sentir e agir de acordo com o procedimento.
- 6ª) Após o procedimento, a ação deve seguir o acordo, conforme foi realizado no procedimento.

Lembra Austin que se alguma dessas condições não for satisfeita, ocorre a infelicidade do ato, ou seja, o insucesso do ato de fala¹⁹.

¹⁹ E o tipo de infelicidade depende do momento em que ocorre o seu incumprimento. Se ocorrer em uma das quatro primeiras condições, ocorrem *falhas*. Mas se a infelicidade ocorrer nas duas últimas condições, ocorrem *abusos*. Seguem abaixo exemplos de *falhas*, ou seja, do que são atos infelizes, relativamente às quatro primeiras regras de Austin (1962):

Na continuação desse seu estudo sobre a felicidade dos *atos de fala*, Austin (1962) percebe que há inúmeras regras linguísticas de uso social que implicam essa felicidade e que não tem como catalogar todas elas. Desta forma, faz o caminho contrário e analisa os motivos pelos quais os *atos de fala* são passíveis de infelicidades, partindo do princípio da “boa vontade” e da “cooperação” do falante ao realizar um *ato de fala*, o que se repercute mais tarde nos trabalhos de Grice (1975) sobre Princípio de Cooperação.

Assim, a teoria de Austin baseia-se em um arranjo entre as intenções do falante e os graus de formalidade das convenções sociais. Para ele, o grau de felicidade do ato depende de vários fatores contextuais que partem de culturas com práticas convencionadas socialmente que podem ser mais ou menos formais, implícitas ou explícitas.

Ainda, para o teórico, todos os atos possuem uma parte locutória, referencial, de tipo mais claramente linguístico e gramatical e, enquanto os atos ilocutórios apenas expressam a intenção do locutor, sendo o núcleo do *ato de fala*, com certa força ilocutória, os atos perlocutórios incluem os efeitos que os atos ilocutórios produzem no interlocutor.

Passamos aos estudos de Searle (1969), que recuperam essa teoria de Austin (1962).

1.1.2. John Searle

John Searle (1969), ao recuperar a teoria dos *atos de fala* de Austin (1962), dedica-se principalmente aos *atos ilocutórios* e a analisar as condições de felicidade que garantem a realização dos atos do discurso e o reconhecimento das intenções *ilocutórias*. Portanto, faz distinção entre significado e ato ilocutório, por entender que, embora um enunciado possa ser entendido do ponto de vista do significado, pode gerar dúvidas sobre se é, por exemplo, um pedido ou uma ordem. Assim, Searle (1969) prevê duas entidades distintas, a *proposição* e a *força ilocutória* e estuda a *força ilocutória* da proposição, visto que entende que uma mesma proposição pode expressar *forças ilocutórias* diferentes. Nesse sentido, assim como Austin (1962), Searle entende que há tanto conteúdo proposicional quanto força ilocutória em todos os *atos de fala*, pois esses atos expressam

1ª) Uma pessoa desafia outra para um duelo. Entretanto, o desafiado não sabe o que é um duelo.

2ª) Uma pessoa ordena algo para outra, sem ter autoridade para tal.

3ª) Alguém desmarca um compromisso sem especificar qual dos vários compromissos da lista se trata.

4ª) Uma pessoa faz uma aposta com outra. Entretanto, a outra não aceita o jogo.

Seguem exemplos de *abusos*, ou seja, do que são atos infelizes, relativamente às duas últimas regras:

5ª) Alguém promete algo sem a real intenção de realizar a promessa.

6ª) Alguém promete algo com intenção de realizar a promessa, mas acaba por não realizá-la.

proposições ao mesmo tempo que realizam ações. Ele entende que o *objetivo* diz respeito às intenções do locutor, ao que este deseja obter, enquanto a *força* pode ser verificada por *marcadores de força ilocutória* (MFI) como: a ordem das palavras na proposição, a pontuação, a entonação da voz, o modo verbal escolhido, os tempos verbais, etc.

Entretanto, Searle (1969) percebe que nem sempre a *força ilocutória* pode ser verificada por meio desses marcadores pré-determinados, pois seu resultado pode depender muito da situação, do contexto. Ainda, para o teórico, os atos linguísticos buscam influenciar o interlocutor e, por isso, são intencionais. Entretanto, para que isso ocorra, esse interlocutor precisa reconhecer a intenção do ato. Assim, o teórico percebe o quanto essas questões são discutíveis e que a força de um enunciado não é apenas o seu conteúdo lexical, pois há diferenças entre o *sentido semântico* e o *sentido pragmático* de um enunciado. Portanto, deixa claro que o contexto afeta o significado, visto que um enunciado pode ter diferentes sentidos, intenções e interpretações, consoante os contextos, literal (semântico) ou não-literal, contextual, pragmático, em que está inserido.

Logo, Searle (1969), por meio de seus estudos, os quais corroboram com as verificações de Austin (1962), deixa clara a importância do conhecimento da intenção do ato, do conhecimento das convenções sociais e do sentido semântico-pragmático dessas convenções, o que engloba o conhecimento do contexto situacional, para a compreensão do significado.

Passamos ainda aos estudos de Grice (1975;1982), que também recuperam os estudos de Austin (1962).

1.1.3. Paul Grice

Ao observarmos os estudos de Grice (1975), os quais aprofundam as teorias de Austin (1962) e referem a importância da existência da boa vontade do falante para a compreensão do ato, verificamos que, tal como Searle (1969), ele entende que essa compreensão das expressões linguísticas precisa levar em conta o seu contexto de uso, para poder determinar o tipo de significado que elas inserem.

Assim, Grice (1982) desenvolve um método de reconstrução do processo de significação que busca criar uma referência para a análise das intenções do falante e que tem como premissa o fato de a interação comunicativa entre falantes e ouvintes ser regida por um *princípio de cooperação*. Ou seja, para ele: o falante fala para ser entendido e o interlocutor faz um esforço de cooperação para compreender a intenção do locutor.

Além disso, Grice (1982) busca perceber os pressupostos do interlocutor e as expectativas sobre o que o locutor tem a dizer e formula um modelo ideal de interação linguística calcado no “Princípio de Cooperação”, dividindo-o em quatro Máximas Conversacionais que o locutor, a fim de obter bons resultados na conversação, deve seguir:

- 1ª Máxima de Quantidade: deve informar o necessário e apenas o necessário.
- 2ª Máxima de Qualidade: deve dizer a verdade e o que possa comprovar.
- 3ª Máxima de Relação: deve informar apenas o que é relevante.
- 4ª Máxima de Modo: deve ser breve e claro, evitando ambiguidades, obscuridades, prolixidade.

Grice (1982) destaca que a ocorrência de uma dessas máximas não exclui a existência de outra, pois elas podem ocorrer concomitantemente em um ato comunicativo. Por exemplo, a máxima de quantidade pode incluir também a máxima de qualidade, pois ao mesmo tempo que se diz o necessário, também se pode expressar uma verdade comprovável. Inclusive, haveria ainda, para este teórico, outras máximas e submáximas que também poderiam servir de pressupostos para a felicidade da comunicação, mas ele prefere citar apenas as que considera mais importantes, que são essas quatro.

Cabe lembrarmos que, para Grice (1982), normalmente, o ouvinte, ao perceber as aparentes violações de regras linguísticas, busca hipóteses plausíveis para interpretar os motivos dessas violações e entender o que pode estar sendo dito de forma indireta, ou implícita, e o que pode estar tornando a conversação, às vezes, desagradável, pouco clara, ou mesmo ambígua. Desta forma, busca entender os pressupostos, formular hipóteses interpretativas sobre os motivos pelos quais o locutor não está, pelo menos aparentemente, usando as máximas comunicacionais. Busca, ainda, perceber se há insinuação ou ironia por trás do dito, coisas que não estão explicitadas e que, portanto, não podem ser confirmadas. Ou seja, com base no conhecimento do mundo e no contexto situacional, o locutor pode tirar suas conclusões e perceber o que não está dito mas que está *implicado* na fala do locutor. Portanto, para Grice (1982), o que produz a *implicatura* é a violação da *máxima conversacional*.

Ainda conforme o teórico, em certos casos, a quebra das máximas pode tornar a conversação agradável, visto que pode ser conveniente para os interlocutores. Como exemplo, estão os usos de *eufemismos* ou de *metáforas*, que podem ser formas indiretas de se dizer algo sem magoar. Isso implica que pode existir por trás dessa quebra das

máximas outra mensagem que o locutor quer transmitir, que pode ser de *cortesia*. Assim, cada vez mais fica clara a importância do contexto para a análise da situação.

A partir da análise das teorias acima destacadas, podemos confirmar que elas tiveram grande importância para os estudos do significado linguístico e do contexto comunicacional, o que vem contribuir para os estudos da cortesia linguística.

Passamos à segunda parte deste capítulo, onde tratamos, mais especificamente, sobre a questão da *cortesia linguística*.

1.2. Cortesia Linguística

Nesta segunda parte deste capítulo, a qual dividimos em duas seções, na primeira, aprofundamos a verificação da noção de *cortesia*, em sentido *lato*, até chegarmos aos estudos sobre *cortesia linguística*. E, na segunda seção, passamos à verificação da *cortesia linguística*, por meio de algumas das principais teorias que desenvolveram esse tipo de estudo e que têm como destaque nomes como de Brown & Levinson (1987), Leech (1983, 1995, 2014), Haverkate (1994), Kerbrat-Orecchioni (1992; 2001; 2004, 2005; 2011; 2014) e, no que diz respeito os estudos sobre a *cortesia linguística no português*²⁰, Carreira (1994, 1997, 1995, 2014).

1.2.1. Noções sobre o termo *Cortesia*

Considerando o termo *cortesia*, do ponto de vista etimológico, verificamos que ele provém de *corte/ô/* que, no século XII, significava *local delimitado, pátio, residência* (Houaiss, 2002, p. 1102). Entretanto, sua evolução semântica levou com que, no século XIII, ele passasse a representar *residência, moradia de um soberano* ou de um *conjunto de pessoas da nobreza, pessoas que visitavam a moradia de um soberano*. Na Inglaterra, no século XIII, o termo *corte/ô/* significava um conjunto de pessoas de um país monárquico, de onde surgiu o termo *cortês, relativo à corte (cidade) ou ao que dela provém*. Desta forma, o termo *cortês* ganhou significado de *refinamento, civilidade e urbanidade*, embora referisse também membros governamentais, principalmente em regime monárquico, o clero e o parlamento; ou seja, entidades ligadas à norma, à civilidade e à forma correta de agir (Houaiss, 2002, p. 999).

Deste modo, também surgiu o substantivo *cortesia*, no século XIII, de *cortês + ia* (indicando qualidade de quem é cortês), o que também representa o modo cortês de agir

²⁰ É de relembrar que os estudos de Cintra (1970) serão referidos no capítulo posterior, em que aprofundaremos os usos das formas de tratamento no português.

e significa urbanidade, educação polida, atitude *delicada*, como cumprimentos respeitosos, hábitos de realizar *favores, homenagens e saudações, modo cauteloso e hábil de tratar determinada questão*, ou seja, um modo *pouco marcado ou perceptível, subtil, ténue*, de pessoas que usam formas de agir sem ofender (Houaiss, 2002, p. 1095).

Nesse contexto, surge ainda o adjetivo *cortesão*, no século XV, para indicar pessoas ligadas à corte, por *oposição ao camponês*. Os *cortesãos* eram invejados e os seus hábitos, a sua linguagem e as suas atitudes passaram a ser modelo de civilidade, educação e boas maneiras. Entretanto, o termo *cortesão* ganhou também um tom pejorativo como bajulador ou adulator *excessivo ou exagerado*.

Desta forma, conforme Haverkate (1994, p. 11), a noção de *cortesia* teve origem etimológica na vida da corte, pois, no final da Idade Média, os cortesãos distinguiram-se do povo, ou distanciavam-se dele, criando um modelo de comportamento social distintivo. Esse comportamento representava um código interacional de civilidade entre esse determinado grupo, o que pressupunha que para se poder entrar nele convinha saber usar o seu código: as *formas de cortesia*.

No que toca ao termo *cortesia*, conforme Carreira (2014, p. 29), hoje, é o utilizado principalmente no PE e no espanhol, diferente do que ocorre em outras culturas que preferem usar os termos *delicadeza* e *polidez*. Entretanto, refere a teórica que

a questão da metalinguagem levanta-se aqui como na maioria dos setores da linguística, dados os termos metalinguísticos resultarem com frequência duma transposição de termos correntes. Assim, torna-se difícil desligar um termo metalinguístico desse mesmo termo e de termos afins na consciência linguística do sujeito falante. Na utilização corrente, cortesia evocará fortemente regras de etiqueta, enquanto delicadeza será sentido como mais abrangente, incluindo a interioridade – ou, em termos linguísticos a intencionalidade – e as suas manifestações. Quanto à polidez, termo menos utilizado, evoca a superfície polida, sem ângulos ou imperfeições. (...) e isso testemunham alguns dos meus trabalhos, publicados em português, o termo delicadeza pela sua abrangência na intuição linguística dos falantes, estaria mais apto do que o termo cortesia a designar um domínio de estudo polifacetado que contemple tanto a intencionalidade e a relação interpessoal e social, como as manifestações verbais e não verbais e suas regras de funcionamento. Contudo, no estágio atual, a aliança entre o português e o espanhol elegeu cortesia. (...) Respeitando esse consenso terminológico (...), adotarei pois o termo metalinguístico cortesia, desligando-o assim em grande parte da intuição que dele tenho na linguagem corrente – o que não ocorre com o termo delicadeza (Carreira, 2014, pp. 29-30).

A teórica usa em seu artigo de 2014 (Carreira, 2014; In: Seara, 2014) o termo *cortesia* por entender que ele é o eleito no português. Seguimos essa orientação sobre a eleição do termo *cortesia* pelo mesmo motivo: por ser o termo escolhido pela maioria dos teóricos do português. Contudo, gostaríamos de lembrar que também para nós esse termo não nos parece o mais adequado, principalmente para referir hábitos da cultura gaúcha

(como veremos no capítulo posterior), que parece ser diferente da portuguesa, no que toca às questões de *cortesia*, que estão ligadas ao maior distanciamento como forma educada de agir. O termo *cortesia*, “para nós”²¹, parece ser mais representativo de culturas que têm ou que tiveram no passado vivências monárquicas, como foram as culturas portuguesa e espanhola, por lembrar-nos a corte. Já o termo *delicadeza* remete-nos a culturas que, além de terem origens monárquicas, parecem valorizar a *sutileza*, o *cuidado*, no que diz respeito às relações sociais, o que não parece ser próprio do gaúcho típico, de modos mais rudes, rurais. E o termo *polidez* parece-nos evocar culturas que, mesmo também podendo possuir origens monárquicas, são mais preocupadas com o desenvolvimento das relações sociais que possuem grande cuidado com a educação formal, no sentido que refere Carreira (2014), de *superfície polida, sem ângulos ou imperfeições* (Carreira, 2014, p. 29), o que também não lembra o gaúcho, pelo mesmo motivo anterior. Como veremos no capítulo posterior, de modo mais aprofundado, o RS é um Estado brasileiro que possui pouco mais de três séculos de história e menos de dois séculos com a configuração que tem hoje. Além do mais, não só não possuiu “corte”, como foi contrário à monarquia, por ser um Estado Republicano e antimonárquico, o que ficou claro na Revolução Farroupilha, de caráter antimonárquico e que durou 10 anos (1835-1845). Assim, associar aqueles termos à cultura gaúcha é algo que só se consegue de forma mais ou menos abstrata, principalmente no que toca ao termo *cortesia*.

Contudo, como esse termo parece estar lexicalizado e ser, na visão de Escandall Vidal (1998, p. 19-20) *sobretudo, uma questão de adequação social*, optamos por usá-lo neste trabalho.

Assim, passamos à verificação das principais teorias sobre essa “adequação social”, que fundamentam o nosso estudo.

1.2.2. Cortesia Linguística: algumas das suas principais teorias

Nesta parte pretendemos apresentar algumas das principais teorias que sistematizaram os estudos sobre cortesia linguística, começando pela verificação dos estudos de Brown & Levinson (1987), os quais foram impulsionados pelos estudos de Goffman (1967), como veremos.

²¹²¹ Talvez por sermos do Rio Grande Sul.

1.2.2.1. Penelope Brown & Stephen Levinson

Os estudos de Brown & Levinson (1987) apoiaram-se nos estudos de Goffman (1967), sobre interações sociais entre os indivíduos. Ocorre que o antropólogo verificou que as pessoas vivem em constantes interações em que tentam mostrar uma *face* positiva de si próprias aos outros, a fim de serem bem aceitas na sociedade (Goffman, 1982, p. 5). De tal verificação surgiu sua teoria sobre *face* e *território*. Ou seja, *face-work*, ou *face* de trabalho, que é a *face* que o ser humano quer apresentar à sociedade. Para ele, essa face

may be defined as the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact. Face is as image of self-delineated in terms of approved social attributes – albeit an image that others may share, as when a person makes a good showing for his profession or religion by making a good showing for himself (Goffman, 1982, p. 5).

Conforme o teórico, a *face* é voltada para o social e é uma máscara que usamos para representar uma imagem determinada à sociedade.

Por outro lado, o *território* trata-se do nosso domínio reservado, privado, do nosso espaço de ação e de liberdade. É a imagem privada e particular de cada um e inclui territórios espaciais, afetivos, materiais, cognitivos (Goffman, 1982, p. 5).

Para esse teórico, geralmente, as pessoas conhecem as normas/regras da sociedade em que vivem e buscam segui-las, a fim de preservar a sua *face*. Ainda, para Goffman (1982), tal tipo de capacidade é, por vezes, chamada de tato, ou de saber fazer (*savoirfaire*), ou de diplomacia, ou mesmo de habilidade social, *variation in social skill pertains more to the efficacy of facework than to the frequency of its application, for almost all acts involving others are modified, prescriptively or proscriptively, by considerations of face* (Goffman, 1982, p. 13).

Assim, influenciados por essas verificações, Brown & Levinson (1987, pp. 61-76) criaram a sua teoria sobre *face positiva* e *face negativa* (Brown & Levinson, 1987, pp. 62), sendo certo que a referência a positivo/negativo não significa diferentes graus de valores, mas de maior ou menor privacidade. Sendo assim, a *face negativa* é a face individual, o *território* pessoal de cada um, suas vontades, seus desejos, sua liberdade de ação. A *face positiva* é a face social, a *face* que o indivíduo apresenta à sociedade nas suas interações sociais e que lança a ideia que ele quer que os outros tenham de si.

Conforme esses autores, na interação social entre dois indivíduos há quatro *faces* envolvidas, duas positivas e duas negativas, e os indivíduos precisam jogar com essas quatro *faces* (consoante a sua necessidade de proteção e/ou de ameaça), na

interação. Assim, as *faces positivas* são as voltadas para os outros, enquanto as *faces* negativas são reservadas, ou voltadas para os próprios indivíduos.

Conforme Brown & Levinson (1994), em geral, os indivíduos tendem a proteger mais a sua *face positiva* (social) do que a sua *face negativa*, pela importância que a sua imagem representa para a sua boa aceitação na sociedade. A preferência pela proteção da *face positiva* faz com que não se possa ignorar a importância que tem o “outro” para a definição do conceito de *face*. Logo, a fim de serem apreciados, os indivíduos procuram maneiras de “manter” a sua *face positiva*, por meio de mecanismos de interação, como pelo uso de formas de cortesia reconhecidas entre os interactantes de dadas culturas.

Entretanto, quando um indivíduo é cortês, por um lado, satisfaz a sua *face positiva*, mas, por outro lado, pode debilitar a sua *face negativa*, ao tomar para si o custo da interação, como quando ele oferece a sua cadeira a um idoso, por exemplo. Também se ele realizar *atos ilocutórios* como promessas e ofertas ameaçará a sua própria *face negativa* e protegerá a sua *face positiva*, pois agradará ao outro, mas ficará comprometido a realizar o que prometeu.

Pelo contrário, quando um indivíduo satisfaz a sua *face negativa*, como quando usa a sua liberdade de ação para dizer o que quer, pode debilitar a sua *face positiva* ao ser visto pelo outro, ou pela sociedade, de forma negativa²². Ainda, se ele desejar ameaçar a *face positiva* do seu interlocutor²³, pode usar críticas, repreensões, atitudes, termos inadequados que também ameaçam a sua *face positiva*.

Essas verificações sobre as *ameaças da face* levam Brown & Levinson (1987) a criarem uma fórmula para o cálculo do peso do ato ilocutório dessas ameaças²⁴. Tal fórmula leva em consideração o grau de distância entre os interactantes, o poder de um sobre o outro e o grau de rudeza do ato realizado para o contexto específico dessa realização. Desta forma, os teóricos chegam à conclusão de que as *faces* são entidades permanentemente ameaçadas.

²² Como vemos, seguir regras sociais pode representar uma atitude positiva para a proteção da *face* e, consequentemente, para a boa aceitação de quem as usa em grupos sociais, mesmo quando essas regras são simples rituais e não revelam uma intenção que vá além do desejo de proteger a *face* ou colaborar na interação social. Como exemplo, temos a expressão “Como vai?”, que, no Brasil, é uma forma de cumprimentar usada no meio social alto e que, na maioria das vezes, significa apenas uma expressão de cortesia, não prevendo resposta. Usar essa regra é usar um código de pertença a este determinado grupo e uma forma de proteger a *face positiva*. Conforme Carapinha (2009) refere, de forma explícita, em aula de Mestrado em Linguística, na Universidade de Coimbra, deve-se sempre considerar que, conforme Brown & Levinson (1987, p. 76): a *questão da perigosidade/da ameaça (...) é uma questão sempre relacionada com factores (...) de natureza sociológica, como: a distância social entre os interlocutores, o maior poder de um sobre o outro e o grau de rudeza que aquele ato representa para aquela cultura, ou seja, as relações de autoridade entre ambos e até o contexto social específico* (Carapinha, 2009).

²³ Podemos dizer que um *ato inconveniente* ocorre quando o locutor usa uma forma de tratamento inadequada para dado contexto situacional, como quando um aluno trata um professor por *tu* ou por *você*, no PE, o que significa descortesia, ou desconhecimento das regras de tratamento.

²⁴ Conforme segue: $W = (S, H) + P(S, H) + R$ (Brown & Levinson, 1987, p. 76).

Esse estudo leva a que os autores constatem que há tipicamente cinco *atos ameaçadores da face* (*Face-Threatening Acts - FTA*) e, dependendo da forma com que o indivíduo realiza um *ato ilocutório*, ele tem a possibilidade de usar uma de cinco estratégias de polidez linguística, consoante o maior ou o menor grau de *risco de perder a face*. Sendo assim, num dos extremos da linha de risco de perder a *face* está *a realização de uma ameaça*, e no outro extremo está *a não realização de uma ameaça* (Anexo 1.1). Assim, conforme a teoria dos FTAs, a decisão de fazer ou não uma ameaça pode gerar basicamente uma de cinco estratégias de realização de *atos ilocutórios*.

Devemos ter em conta que, conforme os autores, *não realizar* um ato ilocutório, ou seja, *não dizer nada*, conforme a 5ª estratégia, pode gerar um menor grau de perda da *face* do que realizá-lo sem ação corretora, que é a 1ª estratégia referida por Brown & Levinson (1987, pp. 61-74). Ou seja, protegemos a nossa *face positiva* em detrimento da nossa *face negativa*.

Ainda, verificamos que, conforme essa teoria, podemos optar por *realizar uma ameaça* ou por *não realizá-la*. Mas, se optarmos por realizá-la, podemos fazê-la de forma *direta* ou de forma *indireta*. No caso de optarmos por realizá-la de forma *direta*, podemos fazê-la ainda *com ação corretora*, ou *sem ação corretora*. No caso de optarmos por realizá-la *com ação corretora*, podemos usar *polidez positiva* ou *polidez negativa*. Mas, se optarmos por realizá-la *sem ação corretora* (conforme a 1ª estratégia), essa atitude beneficiará a nossa *face negativa* em detrimento da nossa *face positiva*. Ou seja, não é usada uma estratégia para minimizar o *ato ameaçador* da nossa *face positiva*.

Conforme os autores, entre as estratégias de ameaças *direta* e *indireta*, esta, a 5ª, é a que oferece maior proteção às *faces positivas* do locutor e do interlocutor, visto que a direção pode ser mais agressiva.

Quanto à ameaça *direta com ação corretora negativa*, 3ª estratégia, e à ameaça *direta com ação corretora positiva*, 2ª estratégia, devemos ter em conta que esta busca a *face positiva* do interlocutor e, portanto, protegê-la, ao passo que demonstra boa vontade na interação. Entretanto, a ameaça *direta com ação corretora* e uso de *polidez negativa* também preserva o sentido da cooperação e é usada para satisfazer as necessidades da *face positiva* do outro, mas em menor grau de risco do locutor perder a *face*, se comparada a com *polidez positiva*. Ou seja, possui a probabilidade de debilitar, em maior grau, também a *face positiva* do locutor.

Quanto à hierarquia sugerida pelos teóricos sobre essas estratégicas, entendemos que pode não ser fixa, mas depender do contexto em que ocorre a ação, pois o uso da 5ª

estratégia, *não fazer a ameaça*, ou seja, *não dizer nada* (que para os autores possui um menor grau de ameaça a *face* do outro), em ambiente de debate, por exemplo, pode ameaçar mais a *face positiva* do locutor que manteve silêncio, no seu turno de fala, do que se ele tivesse verbalizado sua opinião (mesmo sendo ela indesejável aos interlocutores), e usado ação corretora, por exemplo. Isso porque o *contexto* do debate prevê o uso do diálogo.

Deste modo, para Leech (2014, pp. 33-34), na prática, todo o foco da teoria Brown & Levinson diz respeito aos atos ameaçadores das *faces* e às estratégias de polidez, que são projetadas para corrigi-los ou mitigá-los. E, embora a teoria das *faces* tenha recebido críticas, por não abranger todas as culturas da mesma forma e por considerar que as faces estão sempre ameaçadas, ainda é muito citada e utilizada em trabalhos científicos.

Para o nosso estudo, entendemos que tais teorias são de grande relevância, pois ao verificarmos os diferentes efeitos dos usos das formas *tu* e *você*, no PB e no PE, sobre os efeitos de maior ou menor grau de cortesia, como veremos a seguir, por marcarmos diferentes relações entre os interlocutores e evidenciarmos suas possíveis diferenças hierárquicas de inferioridade, de superioridade, de igualdade, em interações discursivas de diferentes culturas, percebemos que, por vezes, podemos incluir esses usos em algumas das estratégias citadas acima.

1.2.2.2. Geoffrey Leech

É importante aqui referir, sobre o estudo da *cortesia*, ou da *polidez* para Leech (1983, 2014), que este teórico acrescenta *máximas de polidez*, às máximas de Grice, e cria o Princípio de Polidez (Leech, 1983, 2014). Ou seja, Leech (2014) entende que o Princípio de Polidez é governado por regras pragmáticas e que tal como o Princípio de Cooperação pode ser observado em processos comunicativos. Isso porque, conforme o autor, o locutor, em geral, prefere demonstrar cortesia, polidez, do que indelicadeza, por aquelas serem favoráveis ao interlocutor, embora, por vezes, possam ser desfavoráveis a si mesmo. Assim, a descortesia e a indelidade são atitudes desfavoráveis ao interlocutor e favoráveis ao locutor. Em seus estudos sobre as *máximas de polidez*²⁵ em interações sociais e sobre a importância do bem falar (baseado na Retórica de Aristóteles) para ser bem aceito na sociedade (*problem-solving*) (Leech, 1983, p.250), e também baseado nas teorias dos *atos da fala* de Austin (1962) e de Searle (1969) e na teoria das *implicaturas*

²⁵ Este autor utiliza a forma *polidez* em seus conceitos e assim vamos mantê-lo nesta parte.

conversacionais de Grice (1982), Leech privilegia o distanciamento verbal entre o locutor e o interlocutor como forma de *polidez*. Desta forma, o teórico desenvolve um o estudo sobre do Princípio de Polidez, dividindo-o em seis máximas (Leech, 1995, p. 132), conforme:

- (I) TACT MAXIM (in impositives and commissives)
 - (a) Minimize cost to other
 - [(b) Maximize benefit to other]
 - (II) GENEROSITY MAXIM (in impositives and commissives)
 - (a) Minimize benefit to self
 - [(b) Maximize cost to self]
 - (III) APPROBATION MAXIM (in expressives and assertives)
 - (a) Minimize dispraise to other
 - [(b) Maximize praise of other]
 - (IV) MODESTY MAXIM (in expressives na assertives)
 - (a) Minimize praise of self
 - [(b) Maximize dispraise of self]
 - (V) AGREEMENT MAXIM (in assertives)
 - (a) Minimize disagreement between self and other
 - [(b) Maximize agreement betwen self and other]
 - (VI) SYMPATHY MAXIM (in assertives)
 - (a) Minimize antipathy between self and other
 - [(b) Maximize sympathy between self and other]
- (Leech, 1995, p. 132)

Quanto à relação entre as máximas do Princípio de Cooperação de Grice (1982) e as Máximas de Polidez de Leech (1995), embora elas possam coexistir, para este teórico, estas estão em vantagem em relação àquelas, por regularem os papéis sociais, indo além da simples cooperação. Ou seja, as máximas de polidez são mais universais, por incluírem as de Cooperação, ao passo que buscam o equilíbrio da interação, por meio da cortesia. Também, para Leech (1983, p. 105-108), quanto maior a *indireção* e o *distanciamento* do *ato ilocutório* nas interações verbais, maior o grau de *polidez*, como sinônimo de boa educação²⁶.

Esse estudo é importante para este trabalho, por entendemos que o *distanciamento* entre os interactantes de certa interação discursiva pode ser mais cortês em certas culturas que valorizam a formalidade nas relações sociais, mas isso pode ser diferente de cultura para cultura, como discutiremos mais tarde.

²⁶ É de referir que Yuenguo Gu (1990) faz uma crítica às teoria de Brown & Levinson (1987) e de Leech (1983), por estas não representarem as tradições da cortesia chinesas, as quais entende serem orientadas por quatro máximas de polidez: o autodenegrir-se, o uso de formas de tratamento, o tato e a generosidade (Gu, 1990, p. 245). Ainda, nessa cultura, para o equilíbrio social, deve haver trocas de favores de forma equilibrada. Por isso, propõe o *princípio do equilíbrio*, no que toca ao esforço das relações sociais, visto que a cultura chinesa é voltada para o social. Também a teórica japonesa Sachiko Ide (1982, 1989, 1993) critica a cortesia vista por Brown & Levinson (1987) e Leech (1983) por apresentar uma visão ocidental voltada para o individual, em detrimento do coletivo, como ocorre na cultura japonesa.

1.2.2.3. Catherine Kerbrat-Orecchioni

No que toca aos princípios que regem a cortesia, conforme Kerbrat-Orecchioni (1992), podem estar voltados tanto para o alocutário quanto para o locutor. Ou seja, há atos de cortesia voltados às *faces positiva* e *negativa* do próprio locutor (L) que os produz, e atos de cortesia voltados às *faces positiva* e *negativa* do alocutário (A). Os atos de *cortesia negativa* buscam proteger as *faces* positiva (social) e negativa (particular) do alocutário, evitando, ou atenuando a produção de atos ameaçadores a essas *faces*. Já os atos de *cortesia positiva* são voltados ao alocutário e buscam a realização de atos que *valorizem* suas *faces* (FFAs) *positiva* e *negativa* do alocutário (Kerbrat-Orecchioni, 1992, p. 184).

No que toca aos princípios de *cortesia* voltados para o próprio locutor, estes buscam ser-lhe desfavoráveis ou favoráveis. Os princípios favoráveis ao locutor, por sua vez, incluem atos de *cortesia negativa* que preveem que o locutor deve agir com cuidado, ou cuidar para não exagerar na prática de atos que leve à perda das suas *faces positiva* e *negativa*. Já no quesito *cortesia positiva* voltada à *face* do locutor, a autora não encontra favorecimento possível nesse ato, deixando-o de fora do seu estudo. Entende que valorizar a própria *face*, na cultura ocidental em que a modéstia é valorizada, contraria os princípios de cortesia voltados às *faces* do locutor²⁷ (Carreira, 2014).

No que toca aos atos desfavoráveis às *faces* do locutor, segundo Kerbrat-Orecchioni (1992), os atos de *cortesia negativa* são voltados às *faces positiva* e *negativa* do alocutário. Assim, o locutor deve proteger suas *faces* evitando a realização de atos que ameacem as *faces* do alocutário, como os insultos, as críticas. Isso porque poderia ocorrer o que a teórica chama de efeito *boomerang*, por esses atos serem prejudiciais ao próprio locutor. Entretanto, no caso de ser impossível não realizar certa ameaça, o locutor deve amenizá-la por meio de estratégias linguísticas de conhecimento do falante, como pelo uso de eufemismos, metáforas, etc. Ainda, conforme Kerbrat-Orecchioni (1992), há atos de *cortesia negativa* e atos de *cortesia positiva* voltados às *faces negativa* e *positiva* do alocutário.

Os atos desfavoráveis ao locutor e de *cortesia negativa*, são os que demonstram a cortesia por excelência, como os cumprimentos, as ofertas, os agradecimentos, etc. Para

²⁷ Contudo, cabe lembrarmos que podem ocorrer casos em que é simpático verificarmos uma “autovanglorização” como demonstração de autoestima alta, “garra” e vontade de vencer, pois isso pode agradar aos que de alguma forma ou de outra dependem do locutor para alcançarem seus objetivos de vitória.

a teórica, o exagero no uso dessas fórmulas pode realizar efeitos contrários aos desejados, podendo ser considerados descortesia, se forem percebidos como atos de bajulação.

Sobre os atos desfavoráveis ao locutor e de *cortesia positiva*, por serem voltados às *faces negativa e positiva* do alocutário, a autora entende que estes dizem respeito à manutenção da própria dignidade do locutor, da proteção das suas *faces social e particular* e que, assim, esses atos desfavoráveis buscam evitar conflitos, sem fugir deles. Cabe lembrar que em seu estudo das relações interpessoais, a teórica refere haver proximidade entre a *polidez* e o *consenso* e entre a *impolidez* e o *conflito*.

Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 210) ainda cita os *adoucisseurs*, ou seja, *atenuadores*, os quais são relativos ao processo de realização da cortesia negativa e buscam atenuar as FTAs. Esses *atenuadores* são subdivididos em: *substitutivos* e *acompanhantes*. Os *atenuadores substitutivos* agem por trocas de expressões que buscam amenizar, atenuar as FTAs. Os *atenuadores acompanhantes* são expressões de cortesia positiva que ocorrem após ou antes de uma ameaça, como um pedido seguido de um elogio, ou vice-versa. Mas é importante destacar que conforme a teórica, os usos desses *atenuantes* variam conforme a língua, o contexto situacional e a cultura em que se realiza o ato. Observa a autora ainda que eles podem ser cumuláveis.

A autora refere também os *durcisseurs*, ou seja, os *intensificadores*, atos que no processo de *cortesia negativa* buscam reforçar os atos do discurso, embora sejam contrários às atenuações. São os *Face Flattering Act* (FFAs) que diferem dos FTAs e que buscam *valorizar* e intensificar atos de cortesia como: ofertas, cumprimentos, ou fórmulas corriqueiras de cortesia. Como exemplo de intensificador, temos: “Muito” obrigada!

A teórica critica os FTAs (Brown & Levinon, 1987) por entender que essa teoria é um tanto exagerada sobre o fato de as *faces* estarem sempre em constante ameaça. Por isso, seus FFAs, pelo contrário, buscam a *valorização da face* do outro. Ou seja, os locutores tendem a amenizar a formulação de atos ameaçadores e a reforçar os atos *valorizadores das faces*, o que é contrário à constante ameaça proposta por Brown & Levinson (1987), em sua teoria de ameaça às *faces*.

Kerbrat-Orecchioni (1992, pp. 233-239) refere a importância do conhecimento da organização do discurso, no que toca às trocas verbais. Ou seja, reconhece a importância de outras características que envolvem o discurso, para a realização da verificação das formas de cortesia. Um simples sorriso com desdém ao realizar um ato de cortesia, por exemplo, pode levar o alocutário a compreender a fórmula como uma ironia.

Expressa a autora, ainda, que entre as formas que podem determinar o grau de distanciamento entre os interactantes estão as *formas de tratamento* que, no seu entender, enquadram-se no grupo das *formas de polidez* (Kerbrat-Orecchioni, 1992, 45-57). Desse modo, descreve os *relacionemas*, que são marcadores linguísticos e discursivo-textuais que podem expressar distâncias entre os interactantes, em uma conversação. Destacamos no gráfico, em negrito, os que consideramos mais importantes para o nosso estudo, conforme o Anexo 1.2.

Percebemos que as *formas de tratamento* aparecem tanto entre os relacionemas do eixo vertical como entre os relacionemas do eixo horizontal, expressando graus de cortesia, simetria e assimetria entre os interactantes de uma interação discursiva. Lembramos, com isso, das formas *tu* e *você*, as quais enquadram-se entre os relacionemas formas de tratamento.

Sendo assim, após tentarmos dar conta de questões das teorias de Kerbrat-Orecchioni que entendemos dizer respeito ao foco deste trabalho, lembramos que destacamos apenas aspectos que julgamos mais importantes para este estudo, visto que a teórica possui vasta pesquisa sobre relações entre interactantes e formas de cortesia.

Passamos à verificação dos estudos de Haverkate (1994).

1.2.2.4. Henk Haverkate

Num outro prisma de análise sobre as formas de *cortesia*, destacamos os estudos de Haverkate (1994), os quais também recuperam a teoria dos *atos de fala* de Searle (1969), mas tratam das noções de *cortesia conversacional negativa* e *cortesia conversacional positiva*.

Segundo esse autor, a *cortesia* linguística pode ser realizada em *atos globais* (*macroatos-macroníveis do discurso*) e em *atos locais* (*microatos-microníveis do discurso*). Nos atos globais a *cortesia* fica determinada por fatores de coerência e relevância interacional (Haverkate, 1994, p. 68 - 76), como é o caso da realização de um elogio seguido de um pedido (exemplo: “Como você está bonita hoje! A propósito, tem tempo para cuidar de um bebê hoje à noite?” - neste caso, os dois atos podem estar associados e um pode minimizar a ameaça do outro; ou seja, o elogio minimiza o risco de perder a *face* e o pedido/ordem provoca a perda da *face*, pois o primeiro ato, *positivo*, tem como objetivo minimizar os efeitos negativos do segundo ato, *negativo*), ou de um ato exortativo, uma ordem.

Ainda no *macronível* do discurso, conforme Haverkate (1994), as formas de cortesia também podem estar presentes em diálogos simétricos, como nas trocas de saudações e despedidas com turnos idênticos (como em pergunta-resposta), e em diálogos assimétricos, com atenção para o uso de respostas preferidas envoltas em cortesias. Para o autor, os diálogos assimétricos com respostas *não preferidas* expressam atitudes *descorteses*. Entretanto, isso pode alterar-se de cultura para cultura. Por exemplo, em culturas ocidentais, ao recebimento de um convite é conveniente e normal aceitá-lo, mas na cultura chinesa é conveniente negar o convite duas vezes. Para tanto, quem convida deve insistir três vezes, para assim a pessoa convidada ter a certeza de que o convite é sincero e aceitá-lo (Gu, 1990, p. 253. In: Haverkate, 1994, p. 73).

No que toca aos *microatos*, para Haverkate (1994), *no micronível dos atos do discurso, a cortesia manifesta-se através de uma variedade de categorias linguísticas, como pela seleção de pronomes de tratamento, pelo uso de condicionais, de imperfeitos, realizações indiretas de atos da fala* (Haverkate, 1994, p. 68). E, segundo o autor, os *microatos de fala* podem ser ainda tripartidos em *corteses*, *não corteses* e *descorteses*.

Logo, os *microatos corteses* expressam *cortesia positiva* e causam benefícios aos interlocutores, como os expressivos (saudação, cumprimento, agradecimento, pedido de desculpa) e os comissivos (promessas, o falante expressa boa intenção em realizar o que diz). Os *expressivos*, expressões de estados psicológicos do falante, reforçam a imagem positiva do interlocutor, como os agradecimentos, as felicitações, o pedido de perdão, de desculpas, as condolências, as boas vindas, etc. As *saudações* abrem o canal comunicativo, evitam tensões sociais e exprimem agrado e afeto; os *cumprimentos* criam ou mantêm um ambiente de amabilidade; os *agradecimentos* têm efeitos que redundam em benefício do falante, pois restabelecem o equilíbrio da relação custo-benefício; os *pedidos de desculpa* dão a conhecer ao interlocutor que o emissor reconhece que violou certa norma social. Isso reforça a imagem positiva do interlocutor e ameniza uma possível imagem negativa do emissor, mesmo que o conteúdo do pedido de desculpa não seja realmente sentido. Os atos *comissivos* são as promessas, atos em que o falante expressa a boa intenção em realizar o que diz.

Ainda, as *formas de cortesia* prototípicas, conforme Haverkate (1994), buscam, em princípio, proteger as *faces* do interlocutor e do próprio locutor em momentos de interação verbal. Mas, por vezes, essas formas confundem o interlocutor e ameaçam tais *faces*, como ocorre, por exemplo, quando há ironia em um pedido de desculpa. Também, em geral, tais formas estão ligadas a normas linguísticas cultas, conforme convenções

pré-estabelecidas em dadas culturas. Mas não necessitam efetivamente estar ligadas a elas, e sim adequadas às situações de interação.

Já os *microatos descorteses* expressam *cortesia negativa* e não causam benefícios ao interlocutor²⁸. São os insultos diretos, as expressões de desprezo e até mesmo os calões, ou os palavrões, quando usados inadequadamente.

Já os *microatos não corteses*, ainda conforme o teórico, quanto ao fator cortesia, são *neutrais*²⁹ e também não causam benefícios ao interlocutor. Assim, os estudos de Haverkate (1994) são de grande valia para este trabalho por fundamentarem a classificação de pronomes como *microatos corteses*, *descorteses* e *não corteses*. Interessa-nos particularmente, esta última classificação (*não corteses*) por demonstrar a possibilidade de os pronomes poderem também não expressar cortesia.

Para aprofundarmos essas questões, no que toca aos usos das formas de cortesia e das formas de tratamento em português, passamos à verificação dos estudos de Carreira, deixando claro que os estudos de Cintra (1972) sobre as formas de tratamento, que são anteriores a estes, serão aprofundados no capítulo posterior.

1.2.2.5. Maria Helena Carreira

Neste capítulo, os estudos sobre a cortesia linguística que nos levam, mais especificamente, ao português têm como expoente o nome de Maria Helena Carreira. É de destacar que eles retomam e reelaboram teorias de Brown & Levinson (1987), Leech (1983), Kerbrat-Orecchioni (1992), Hall (1963) e Pottier (1992, 2000, 2012), conforme uma visão voltada para o PE. Sendo assim, cabe-nos antes de mais lembrarmos que a autora prefere usar o termo *delicadeza* para referir o que Leech e Brown & Levinson tratam por *polidez* e o que Kerbrat-Orecchioni trata por *cortesia* (Carreira, 2014, p. 30), embora tenha usado o termo *cortesia* em seu artigo de 2014, como vimos anteriormente, por entender que era o termo preferido pelos teóricos portugueses. Sendo assim, na verificação que fazemos de suas teorias, usamos as duas formas, consoante o trabalho referido da linguista.

²⁸ Cabe lembrarmos que, conforme Brown & Levinson (1994, p. 69), também os pedidos ou ordens podem *ameaçar a face* do interlocutor e que, para Cunha & Cintra, na cultura portuguesa: *por dever social e moral, geralmente evitamos ferir a susceptibilidade do nosso interlocutor com a rudeza de uma ordem. É claro que também o tom de voz é de suma importância, pois qualquer ordem pode, não obstante as fórmulas de cortesia empregadas, tornar-se rude e seca, ou mesmo insolente, com a simples mudança de entoação* (Cunha & Cintra, 1984, p. 479).

²⁹ *Neutral*, embora sinônimo de *neutro*, quer dizer, de preferência, “imparcial, que não é por um nem outro”. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/neutroneutral/14752> (Consultado em 12/10/2015). *Que não toma partidos perante um conflito; que é imparcial ou isento* <http://www.lexico.pt/neutral/> (Consultado em 12/10/2015).

Em seu estudo sobre *delicadeza*, a autora privilegia as manifestações discursivas ligadas às formas de tratamento, às formas verbais e às fórmulas interlocutórias (Carreira, 1997), por entender que são os meios verbais capazes de regular o grau de distanciamento entre os interlocutores. Inclusive, deixa claro que é *a regulação da relação interpessoal que constitui o cerne do estudo da cortesia, tanto nas suas manifestações verbais como não-verbais* (Carreira, 2014, p. 32). Destaca ainda que os locutores possuem à disposição, para a realização de suas manifestações, os níveis da língua e os níveis do discurso.

Sendo assim, de Hall (1963), Carreira recupera os conceitos de proxémica que tratam das distâncias entre indivíduos, do ponto de vista relacional, e que expressam as distâncias interpessoais de *cortesia*, como a distância física, por meio de medidas. Para o autor, *la proxémique ne se préoccupe pas au départ de l'observation et de l'enregistrement des détails gestuels et des mouvements corporels. Elle traite de l'espace (...) La proxémique cherche à déterminer comment nous établissons des distances* (Hall, 1981, p. 196. In: Carreira, 2014, p. 33)³⁰.

Aliado a esse estudo, Carreira (1994) recupera ainda de Pottier (1992) os conceitos de *semântica-pragmática*, *modalidade* e *interlocução*, visto que, conforme a teórica (2014), nas manifestações discursivas, a cortesia verbal exprime-se através de processos variados de *modalização* e de *indireção*, bem como por múltiplas estratégias, tais como o modo de encorajar o interlocutor, o modo de exprimir acordo ou desacordo, etc. Sendo assim, Carreira propõe um modelo *semântico-pragmático* para o estudo da *cortesia*, a partir da perspectiva da *proxémica verbal* em português, e parte de indagações como: *quais os recursos linguísticos e quais as manifestações discursivas reguladoras da relação interpessoal e, de modo mais amplo, da relação social?* (Carreira, 2014, p. 32); *como esboçar os movimentos conceptuais subjacentes às trocas linguísticas?* (Carreira, 2014, p. 32).

Para desenvolver essas questões, busca o modelo de *trimorfo cíclico* de Pottier (1992), referente ao espaço interlocutivo e às distâncias/relações espaciais entre os interlocutores (como a proximidade, a presença/contato e o afastamento). Contudo, apresenta-o em figura de espelho em que o movimento dos interlocutores ocorre em

³⁰ **Modelo de Proxémica (Hall, 1963):**

Tipos de Distâncias	Distâncias em metros	Obs: Contudo o autor observa que essas distâncias variam de cultura para cultura. Entretanto, o quadro serve como base de referência para a verificação dessas diferenças.
Íntimas	15 cm -45 cm	
Pessoal	45 cm -120 m	
Social	1,2 m – 3,5 m	
Pública	+ 3,5 m	

afastamento, aproximação e distanciamento, podendo continuar infinitamente, desenvolvendo-se em maiores ou menores graus de afastamentos e proximidades, o que desemboca na relação de espaço e tempo interlocutivos que podem ser simétricos ou assimétricos (Carreira, 1995, p. 14-15).

O modelo *assimétrico* ocorre quando existe maior complexidade das dinâmicas das trocas verbais e movimentos de afastamento e aproximação à zona de contato (Carreira, 1995, p. 15). Contudo, entre afastamentos e aproximações interacionais no tempo e no espaço podem ocorrer os mais diferentes modelos de trimorfos, uma infinidade de combinações possíveis dos movimentos interlocutivos, principalmente quando os interlocutores são múltiplos e as situações de diálogo também. Desses afastamentos e aproximações entre os interlocutores, provocados pelas trocas verbais, surgem posições de diversos tipos de interações de grande complexidade, visto que eles, para terem felicidade nas escolhas das formas a serem utilizadas, precisam inferir, convenientemente, de acordo com os objetivos que pretendem obter. Ou seja, precisam contar com o seu *feeling* para detectar o tipo de relação que existe e para definir o tipo de relação que pretendem desenvolver, se de proximidade ou de distanciamento. Entretanto, dentro das relações de proximidade e de distanciamento existem vários detalhes ligados a afastamentos e aproximações relativas que ainda precisam ser verificados antes de o locutor escolher a forma a ser utilizada, se simétrica ou assimétrica.

Sendo assim, conforme a teórica, na *zona de aproximação*, a relação será simétrica se os interlocutores mantiverem orientação dinâmica de aproximação, e será assimétrica se um interlocutor possuir orientação de aproximação, mas o outro possuir orientação de afastamento. Exemplo: o locutor A possui posição interativa alta e o B baixa. O locutor A escolhe a forma de tratamento a ser utilizada e o interlocutor B aceita a escolha de A e colabora com ela, usando uma forma de tratamento de inferior para superior.

Outro caso destacado pela autora é a *posição mediana na zona de contato*. Ou seja, quando há desejo de atenuação das diferenças hierárquicas entre os interlocutores. Sendo assim, na posição simétrica não há diferenças de tratamento. Já, na posição assimétrica, o locutor A possui posição alta e o interlocutor B baixa. E o locutor A não usa formas de tratamento que acentuem essas diferenças, enquanto B aceita a escolha de A e colabora com ela.

No que toca à *zona de afastamento*, a relação será simétrica se houver simetria hierárquica e desejo de afastamento entre os interlocutores. Por outro lado, a relação será assimétrica se as formas de tratamento escolhidas para a manifestação da distância forem

assimétricas. Ou seja, o locutor A, que está em posição alta, pode escolher o tipo de forma de tratamento a ser utilizada na interação.

Desta forma, conforme Carreira (2014, p. 33),

a proxémica verbal terá como objetivo o estudo da arquitetura e do espaço interlocutivo – tanto do ponto de vista da língua, enquanto sistema de virtualidades, como do discurso, enquanto realizações linguísticas em contexto; tanto do ponto de vista do enunciador como do interpretante; tanto do ponto de vista da intencionalidade, como do ponto de vista da interação – tendo como figura conceptual de base o “trimorfo” com as suas três fases e os seus cinetismos num eixo contínuo (Carreira, 2014, p. 33).

A partir dessas verificações, a teórica desenvolve ainda uma classificação para as relações interlocutivas ligadas às *formas de tratamento*, conforme:

- a) Referências *elocutivas*: designam o próprio *locutor* (eu e nós).
- b) Referências *alocutivas*: designam o *alocutário* (tu, você, senhor(a), doutor(a), João, sendo esses três precedidos ou não de artigo).
- c) Referências *delocutivas*: designam o *delocutário* (*ele(s), ela(s), senhor(a,es,as)*, precedidos ou não de artigos) (Carreira, 1995).

Assim, ela se volta ao estudo dos subsistemas da língua que estão ligados ao uso interlocutivo e que são *aptos à regulação das relações interpessoais e dos discursos em contexto* (Carreira, 2014, p. 38). Conforme a autora,

*A cortesia verbal exprime-se nomeadamente através de formas que fazem parte do código linguístico cujas potencialidades de aplicação para a regulação proxémica são de destacar (por ex. as **formas de tratamento**, as formas de saudação, as formas de apresentação, os agradecimentos, as felicitações, as desculpas, as formas interlocutórias)* (Carreira, 2014, p. 39).

Nas manifestações discursivas há processos variados de modalização e de indireção para a expressão, bem como diferentes estratégias. Entre elas, Carreira (2014) cita o modo de encorajar o interlocutor, de exprimir o acordo e/ou o desacordo (Carreira, 2014, p. 39).

É de referirmos ainda que, para o seu estudo da *cortesia*, Carreira (1997) cria um modelo de eixos semânticos de *atenuação-intensificação* (Carreira, 1997, pp. 147-188) e apresenta diferentes gráficos para exemplificar essas ocorrências. Entretanto, para o que diz respeito ao nosso trabalho, dentre os diferentes eixos apresentados pela teórica, destacamos apenas o que apresenta as formas *tu* e *você* com diferentes graus de cortesia.

Segue o modelo do eixo proposto por Carreira (2014, p. 40):

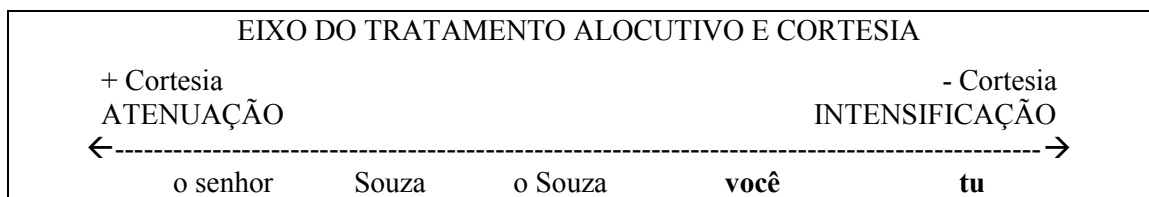


Gráfico 1.1: Eixo do Tratamento Alocutivo e de Cortesia

Fonte: Carreira, 2014, p. 40.

Como vemos, conforme a teórica, no que toca às formas de tratamento, *tu* e *você* apresentam menor cortesia, se comparadas às formas nominais (as quais devemos referir que não estarão em causa no nosso estudo, motivo pelo qual não pretendemos aprofundar essas verificações). Entretanto, no que diz respeito às formas *tu* e *você*, embora as duas formas apresentem pouco grau de cortesia, o pronome *tu* ainda parece expressar menor grau de formalidade do que o *você*, por estar mais à direita, no eixo.

Destacamos esse gráfico de Carreira (2014) porque ele fundamenta uma questão importante para a nossa tese, o fato de as formas *tu* e *você* poderem possuir diferentes graus de cortesia, no PE, visto que esse eixo apresenta a regulação da distância entre os interlocutores dessa variedade linguística e leva em conta os graus de *atenuação* (+ cortesia) e de *intensificação* (- cortesia).

Desta forma, conforme Carreira (1995), o sistema de tratamento do PE é complexo e *garde une gamme diversifiée, complexe et très vivante, de possibilités de modulation de la distance interlocutive* (Carreira, 1995, p. 6).

Antes de concluirmos esta parte, gostaríamos de acrescentar que, quanto ao fator *cortesia linguística*, a teórica entende que os estudos de referência de Goffman (1967) e de Brown & Levinson (1987) sobre a teoria das *faces*, numa perspectiva de usos universais da linguagem (Carreira, 2014, p. 33), e sobre a distinção entre *faces positiva* e *negativa* e os *atos ameaçadores da face*, são de fundamental importância para o estudo da *cortesia linguística*, visto que têm como fundamento o *respeito do indivíduo enquanto entidade social* (Carreira, 2014, p. 33). Para Carreira (2014), são três os fatores que orientam as escolhas linguísticas, os quais podem variar conforme a cultura:

1. Relação de poder
2. Distância social
3. O peso da imposição - grau de ameaça à *face* (FTA/ Face Threatening Acts/Atos ameaçadores para a face)

Sobre essa questão, segundo a teórica, a teoria *standard* de Brown & Levinson (1987) *oferece-nos um modelo bem estruturado e com muitas potencialidades que*

permitem adaptações às diferentes culturas (Carreira, 2014, p. 37), mesmo que, conforme Bravo (2004, cap. 1, pp. 15-37) esta seja desenvolvida de forma etnocêntrica, por estar voltada à cultura anglossaxônica, e que, conforme Kerbrat-Orecchioni (2005) ela exagere ao referir que o interlocutor está sempre em constante ameaça.

Assim, Carreira (2014, p. 36) adapta a teoria das *faces* de Brown & Levinson à teoria dos *atenuadores* de Kerbrat-Orecchioni e cria uma nova proposta. Ou seja, para ela, *dos três eixos propostos por Brown & Levinson (1987), derivam quatro tipos de delicadeza, segundo a proposta de Kerbrat-Orecchioni (1992, p. 184), conforme:*

1. Cortesia negativa voltada para a face negativa (Ex: uma desculpa pela violação do *território* do alocutário)
2. Cortesia negativa voltada para a face positiva (Ex: a atenuação de uma crítica)
3. Cortesia positiva voltada para a face negativa (Ex: a proposição de ajuda)
4. Cortesia positiva voltada para a face positiva (Ex: o elogio)

A *cortesia negativa* (como o pedido de desculpa ou a atenuação de uma crítica) evita ou abranda um *ato ameaçador da face* (FTA), enquanto a *cortesia positiva* (como a oferta de ajuda, ou um elogio) realiza um *ato valorizador da face* FFA. Como escreve Kerbrat-Orecchioni,

Le déroulement d'une interaction apparaît alors comme un incessante et subtil jeu de balancier entre FTAs et FFAs, la politesse étant redéfinie comme un ensemble de stratégies de ménagement mais aussi de valorisation des faces d'autrui (sans pour autant mettre excessivement en péril ses propres <<faces>>) afin de préserver l'ordre de l'interaction (Kerbrat-Orecchioni, 2011, pp. 37-38. In: Carreira, 2014).

Ou seja, o desenvolvimento de uma interação está repleto de equilíbrios constantes e sutis entre FTAs e FFAs.

Portanto, Carreira, a partir de teorias de Brown & Levinson (1987), de Kerbrat-Orecchioni (1992), de Pottier (1992, 2000, 2012) e de Hall (1963), desenvolve sua abordagem *semântico-pragmática* sobre o estudo da *cortesia*. Estudo esse que leva em conta questões de *proxémica* verbal e considera os percursos *onomasiológico* (do enunciador), *semasiológico* (do interpretante), e os níveis de produção e interpretação, *do conceptual ao linguístico (virtualidades da língua) e ao discurso (realizações individuais)* (Carreira, 2014, p. 38).

Suas verificações interessam a este trabalho, ao passo que referem, principalmente, os usos das formas de tratamento, no PE e no PB, os graus de assimetria

e/ou de simetria que essas formas podem referir e os graus de *cortesia* atrelados aos seus diferentes usos.

Passamos, portanto, às considerações finais deste capítulo.

Considerações Parciais

Neste capítulo, destacamos teorias que observam a importância da análise do contexto para a compreensão da expressão do falante, bem como teorias sobre cortesia linguística, visto que este estudo trata justamente da análise comparativa de questões de compreensão sobre cortesia linguística ligadas aos usos das formas *tu* e *você* em narrativas de diferentes contextos culturais, como o da cultura portuguesa e o da cultura gaúcha do Rio Grande do Sul (Brasil).

Importante foi verificarmos que o grau de felicidade do ato de fala depende de fatores contextuais e de regras sociais que estão em consonância com a verificação desse ato, conforme as suas partes: locutória (referencial e gramatical), ilocutória (expressa a intenção do locutor) e perlocutória (inclui os efeitos que os atos ilocutórios produzem no interlocutor) (Austin, 1962). Ainda, sobre a felicidade do ato na interação discursiva, verificamos que é relevante conhecermos as convenções sociais e os sentidos semântico-pragmáticos de expressões e termos linguísticos de diferentes culturas, para a melhor compreensão do significado do que é expresso pelo locutor e dos efeitos que os nossos atos podem causar nesse interlocutor. Para isso, antes, é necessário conhecermos o contexto em que se está inserido.

Verificamos ainda que Grice (1982), tal como Searle (1969), revela a importância do contexto para a determinação do significado e desenvolve sua teoria do Princípio de Cooperação, a qual possui como premissa a interação comunicativa entre falantes e ouvintes ser regida por um princípio de boa vontade. A partir dela, Grice (1982) desenvolve suas Máximas Conversacionais, as quais o locutor precisa seguir para obter bons resultados na conversação.

É importante referir que, para Grice (1982), o ouvinte costuma perceber quando há violações dessas máximas e, assim, buscar hipóteses de interpretação, também de forma colaborativa, a fim de perceber se há insinuação ou ironia por trás do dito, com base no seu conhecimento do mundo e do contexto situacional. Ou seja, o locutor busca perceber o que está *implicado* na fala do locutor, isso porque o que produz a *implicatura* é a violação da *máxima conversacional*.

Foi importante verificarmos a relevância da adequação cultural para a felicidade na interação, visto que, muitas vezes, a infelicidade da interação comunicativa não está ligada apenas ao conhecimento do sentido literal ou não-literal do enunciado, mas ao fato de o próprio sentido literal de um enunciado poder não ser o mesmo em diferentes culturas que falam a mesma língua. Para exemplificarmos essa questão, tomamos o caso da forma *rapariga*, por exemplo, que pode ter diferentes significados no PB e no PE (concubina/PB; menina nova/PE). Um tratamento por essa forma, de modo equivocado, no Brasil, pode ser inadequado.

Para o nosso estudo, não menos relevante é verificarmos a questão das ameaças *as face* (*Face-Threatening Acts - FTA*) (Brown & Levinson, 1987) e a sua *valorização* (Kerbrat-Orechioni, 2005) (o que é contrário à constante ameaça proposta por Brown & Levinson; 1987), bem como a referência desta autora às formas de tratamento, as quais podem determinar o grau de distanciamento entre os interactantes. Por esse motivo, no seu entender, elas se enquadram no grupo das formas de polidez.

Nesse sentido, voltamos a Leech (1983, p. 105-108), para quem, quanto maior a *indireção* e o *distanciamento* do *ato ilocutório* nas interações verbais, maior o grau de *polidez* como sinônimo de boa educação. É de lembrar que as Máxima de Polidez de Leech (2014) (as quais entende serem superiores ao Princípio de Cooperação de Grice, embora elas possam coexistir) regulam os papéis sociais ao buscarem o equilíbrio da interação por meio do uso de formas de cortesia que levam em conta o contexto. Assim, mais uma vez, percebemos a importância da análise do contexto para compreensão das expressões dos locutores, não só em ambiente real, mas também ficcional.

Importante foi também a verificação dos estudos de Haverkate (1994), para quem os pronomes são classificados entre os *microatos de cortesia* (Haverkate, 1994, p. 68), que tratam das noções de *cortesia conversacional negativa* e *cortesia conversacional positiva*, as quais podem ser realizadas em *atos globais* (*macroatos-macroníveis do discurso*) e em *atos locais* (*microatos-microníveis do discurso*).

É importante verificarmos que, conforme o autor, os *microatos* podem ser: *cortesias*, se usados de forma adequada e expressarem *cortesia positiva*, o que causa benefícios ao interlocutor (exemplo: o uso de um *tu* adequado ao grau de distanciamento entre locutor e interlocutor, no PE); *descortesias*, se expressarem *cortesia negativa* e não causarem benefícios ao interlocutor (exemplo: o uso de um *tu* inadequado ao grau de distanciamento entre locutor e interlocutor, no PE); *não cortesias*, se não causarem nem benefícios nem malefícios ao interlocutor, por serem “neutros/neutrais” (exemplo: o uso

do *tu*, no PBRS). Também sobre esse aspecto os estudos de Haverkate (1994) são de suma importância para este trabalho por considerarem a possibilidade da existência de *não cortesia* nos usos dos pronomes.

Desta forma, tais verificações revelam a diversidade de usos das formas *tu* e *você* que, por vezes, podem ser utilizadas para expressar efeitos de cortesia (de distanciamento, assimetria entre interactantes) e, outras vezes, neutralidade.

Interessante foi observarmos ainda os estudos de Carreira, para quem as formas de tratamento são um dos meios capazes de regular o grau de distanciamento entre os interlocutores. A teórica cria modelos de eixos semânticos de *atenuação-intensificação* da cortesia (Carreira, 1997, pp. 147-188) e apresenta um gráfico para referir o tratamento alocutivo de cortesia. Nesse eixo revela o contexto adequado à distância interlocutiva de atenuação e intensificação, onde insere as formas *tu* e *você* com seus diferentes graus de cortesia, no PE. É de destacar que entende que essas duas formas expressam menor formalidade entre os locutores, se comparadas às formas de tratamento nominal.

Desse modo, concluímos o primeiro capítulo deste trabalho e passamos ao próximo, onde pretendemos lançar olhares diacrônicos e sincrônicos sobre os usos das formas *tu* e *você*, do latim ao PBRS, de forma mais específica.

Capítulo 2 - Olhares diacrônicos e sincrônicos: *tu* e *você*

Nenhuma sociedade conhece ou conheceu a língua senão como produto herdado das gerações anteriores (...). Um determinado estágio da língua é sempre o produto de fatores históricos (Saussure, 1974, p. 130).

Tendo, no primeiro capítulo deste trabalho, passado em revista algumas teorias linguísticas do âmbito da Pragmática que, a nosso ver, melhor explicam e sustentam os usos das formas de tratamento em PE, em PB e em PBRS, neste capítulo, damos seguimento ao nosso estudo sobre os usos das formas *tu* e *você*, nessas duas variedades do português, por meio de breves revisões diacrônica e sincrônica, começando por salientar algumas noções que julgamos pertinentes destacar, antes de seguirmos o nosso estudo.

Para começar, gostaríamos de salientar que, conforme Castro (2011), *uma língua não é um objeto estático e fechado, como as descrições linguísticas sincônicas, por conveniência prática, muitas vezes deixam supor; antes parece um corpo vivo que se acha em mutação constante* (Castro, 2011, p. 7). Para o autor, ela pode avançar de forma não linear e em várias direções e possuir variação em três dimensões: a) *diatrática*: social, mudanças verificadas em diferentes comunidade de fala; b) *diatópica*: geográfica, mudanças verificadas em diferentes espaços de fala; c) *diacrônica*: mudanças verificadas no tempo. Ainda, é importante referir que, para o autor, *Portugal goza de uma condição de monolinguísmo quase absoluto* (Castro, 2011, p. 7). Ou seja, *além do português, apenas se fala uma outra língua, o mirandês* (Castro, 2011, p. 7), diferente do que ocorre, por exemplo, no Brasil que, como veremos, além do português, possui muitas outras línguas minoritárias.

Conforme Mattos e Silva (1998),

quando se fala de língua portuguesa una, na diversidade de suas manifestações, tem-se em mente - por um lado - a estrutura comum que está na base das suas diversificadas realizações e por outros os factores históricos que a unem e a definem como tal. Enquanto língua histórica, a depender do transcurso de sua história, as línguas apresentam maior ou menor diversidade nas suas realizações. No caso do português, se pode falar hoje de suas variantes ou variedades básicas (cf., p. ex., Mateus et alii: 21-29), a de Portugal e a do Brasil, já que as de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe até 1975 estiveram em dependência estrita e directa da variante de Portugal e só há uma década se definem em liberdade os seus rumos. A variante portuguesa e a brasileira apresentam normas linguísticas caracterizadoras que fazem com que de imediato se identifique um português de um brasileiro, mesmo que não se identifique de que lugar ou de que estrato social de Portugal ou do Brasil provêm. Uma norma linguística é sempre definida sobre um «dialecto de prestígio» que é característico de um grupo social e de um centro cultural considerado modelar, por razões sócio-políticas e culturais; mas não por razões estritamente linguísticas. Além dessa norma de prestígio, resultado, em geral, do consenso entre letrados, académicos, gramáticos, existe em toda

comunidade de fala, com todas as suas variações típicas, uma norma consensual que não é imposta de fora ou de cima, mas resultado da necessidade de intercomunicação interdialectal. Neutraliza ela divergências acentuadas e pode ser empiricamente observada já que qualquer falante de uma comunidade de fala é capaz de emitir juízos de valor estigmatizando ou valorizando determináveis traços linguísticos que lhe pareçam dignos ou não de serem utilizados, mesmo quando o seu uso não coincida com o seu juízo (Mattos e Silva, 1998, pp. 3-5).

Desta forma, a análise comparativa entre diferentes variedades da língua portuguesa tende a considerar a herança linguístico-cultural recebida em diferentes momentos históricos trilhados por ela, tanto no Brasil e em Portugal, como nos outros locais do mundo onde o português se fala. Para o que diz respeito a este trabalho, destacamos principalmente a análise dos usos das formas *tu* e *você* nessas duas variedades do português, no PE e no PB, bem como no dialeto do PBRs.

É de referir que o termo *dialeto* é utilizado ao longo do trabalho no sentido que lhe é atribuído pela *Gramática do Português*, edição da Gulbenkian (2014), em que dialeto é,

tradicionalmente, uma variedade geográfica ou diatópica de uma língua. Por oposição à língua, o dialeto é um sistema com a mesma origem que um outro sistema considerado como língua, que se desenvolveu de forma independente deste, mas que não adquiriu o mesmo estatuto cultural e social deste. Em sentido restrito, dialeto está relacionado com a diferenciação no espaço, mas em sentido mais vasto podem considerar-se dialetos também outro tipo de modalidade do mesmo sistema (as variedades ou dialetos diastráticos, como nível popular, culto, etc.) ou diferentes modalidades de comunicação – variedades diafásicas (estilo coloquial, estilo formal, estilo cuidado). Neste texto, “dialeto” será tomado no sentido tradicional de variedade geográfica (Segura, 2014. In: Raposo, E. B. P. et alii; 2015, pp. 85).

A expressão “dialeto gaúcho” pretende destacar, portanto, a variedade linguística do Rio Grande do Sul (BR), que possui particularidades fonéticas, morfológicas, sintáticas, lexicais e semânticas próprias. Temos que destacar ainda a relação entre os termos *dialeto* e *variedade*, visto que usamos, umas vezes, um e, outras vezes, o outro, neste trabalho. Sendo assim, seguiremos a orientação dessa mesma gramática, ou seja, tomaremos *variedade* e *dialeto* como sinônimos, pois a *sociolinguística*,

de certa maneira, (veio) a substituir o termo dialeto pelo termo variedade, mais neutro (...) uma vez que dialeto tem, em certos meios, a conotação pejorativa de modalidade rústica ou inferior da língua. Relativamente a este aspeto, convém referir que os dialetos não são (e nunca será demais acentuar ou fazer compreender) variedades menores da língua ou, ainda menos, formas desviantes da língua, que se toleram ou se apreciam pelo seu pitoresco. Os dialetos são variedades de uso simultâneo dentro da mesma língua, com as suas regularidades e os seus sistemas particulares, as suas gramáticas próprias e com as suas normas-padrão próprias, embora, normalmente, não fixadas em nenhum documento de tipo normativo, não tendo geralmente, ortografia própria (Segura, 2014. Raposo, E. B. P., et alii; 2015. pp. 85-86).

Deste modo, a análise diacrônica justifica-se neste estudo porque, conforme vemos na epígrafe acima de Saussure (1974, p. 51-52), *nenhuma sociedade conhece ou conheceu a língua senão como produto herdado das gerações anteriores* (Saussure, 1974, p 130). O PB, em nossa perspectiva, além de ser uma variante do PE, é, como todas as línguas do mundo, uma língua viva com influências linguístico-culturais portuguesas, mas que historicamente adapta esse idioma conforme regras culturais próprias e influenciadas por outras culturas que também passaram a habitar o Brasil, bem como de culturas que já se encontravam nesse território na época da sua colonização, como é o caso dos povos indígenas. Assim, as regras que vão surgindo vão também sendo transferidas de geração em geração.

No que tange à análise sincrônica, justifica-se porque, também conforme a epígrafe acima, *um determinado estágio da língua é sempre o produto de fatores históricos* (Saussure, 1974, p. 130), ou seja, é impossível dissociar a análise diacrônica da sincrônica, visto que aquela é formada por um conjunto desta, em diferentes momentos históricos.

Para desenvolvermos nosso estudo, dividiremos este capítulo em três partes. Na primeira parte, faremos uma breve reflexão sobre os usos dos pronomes T e V³¹, do latim ao português atual, e sobre os usos de formas de tratamento em português, de *Vossa Mercê* a *você*, por meio dos estudos de Pereira (1935), Brown & Gilman (1960), Cintra (1972), Cunha & Cintra (2002), Duarte (2010), Elia (1992), Faria (2003), Luft (1957), Moreno Fernández (1998), Said Ali (1921; 1927), Carreira (2003), Gouveia (2008), Pereira (1935), Villalva (2003a; 2003b), entre outros. Destacam-se as visões de Brown & Gilman (1960) e de Cintra (1972) sobre as formas T e V do latim antigo e a evolução semântica dos usos dessas formas, as classificações de Cunha & Cintra (2002) sobre as formas *tu* e *você*, as análises de Carreira (2003) e de Gouveia (2008) sobre os usos dessas formas no PE e no PB, e as verificações de Duarte (2010) sobre o ensino das formas de tratamento no português europeu atual. Ainda, nesta parte, fazemos uma revisão sobre os significados das formas *tu* e *você* nos principais dicionários de língua portuguesa: *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), *Dicionário Aurélio* (1986) e *Dicionário Antônio Houaiss de Lexicologia* (2002).

Na segunda parte deste capítulo, observamos a influência da língua portuguesa no Brasil, relativamente aos usos das formas *tu* e *você*, começando pela caracterização dessas

³¹ Pronomes de 2ª pessoa T(tu) e V(vós).

formas na época da colonização portuguesa no Brasil, até chegarmos aos dias atuais. Sendo assim, seguimos os estudos de Biderman (1972-1973), Brito (1999), Caminha (1500), Coelho & Görski (2011), Couto Magalhães (1940), Cunha (1970), Cunha & Cintra (2002), Elia (1992), Faria (2003), Freitas (1936), Galves (1993), Mattos e Silva (1998; 2004; 2008), Nascentes (1998), Pagotto (1998, 2001), Paredes Silva (1998; 2000; 2011), Ramirez & Pozzani (2011), Ribeiro (1999), Robert (2013), Scherre (2013), Silva (2008) e Teyssier (1997).

Na terceira e última parte deste capítulo, buscamos verificar as influências linguísticas recebidas pelos gaúchos do RS³², das diferentes culturas que estiveram na base da sua formação e ofereceremos especial atenção ao uso da forma *tu* como pronome preferencial em interações discursivas nesse dialeto, diferente do que ocorre na maior parte do Brasil, que possui preferência pelo uso do *você* (Cunha & Cintra, 2002).

Deste modo, pretendemos analisar questões relativas à história do povo gaúcho, a fim de tentarmos entender a escolha do pronome *tu* como preferencial no sistema de tratamento do PBRS. Portanto, atentaremos aos estudos de Elia (1992), Oliven (1984), Franzen (2003), Gomes de Deus (2009), Moreno (1996), Passavento (1985), Barbosa Lessa (1981), Simões Pires (s/d), Moreta & Camarasa (1992), Ramirez & Pozzani (2011), Oliveira Vianna (1974), Scherre (2013), entre outros. No final desta parte, apresentaremos um modelo de interação discursiva atual entre gaúchos do Rio Grande do Sul, o que é transcrito a partir de uma vinheta institucional da RBSTV (Rede Brasil Sul de Telecomunicações), filial da Rede Globo de Televisão.

Buscamos ainda, neste capítulo, referir algumas formas que coexistiram com o *tu* e o *você* em diferentes momentos históricos, o que se justifica porque, conforme Saussure (1974, p. 204), *na língua, como em qualquer outro sistema semiológico, o que constitui um signo é o que o distingue dos outros. É a diferença que faz a característica* (Saussure, 1974, p. 204).

Sendo assim, passamos à primeira parte deste capítulo, começando pela verificação dos estudos da evolução semântica de formas de referência à 2ª pessoa, do latim ao português.

³² Especificamos que os *gaúchos* que referimos são os do Rio Grande do Sul, porque, embora o termo gaúcho seja gentílico dessa região, ao lado do termo sul-rio-grandense, o termo *gaúcho* também é usado no Uruguai, na Argentina e no Sul do Mato Grosso do Sul.

2.1. T, V e Vossa Mercê: do latim ao português

Na primeira parte deste capítulo, pretendemos verificar, entre outras questões, a evolução dos usos das formas T e V, a partir do latim, para referência à 2ª pessoa do singular e do plural, respectivamente, e a passagem do V à forma de tratamento no singular, como alternativa ao *tu*.

Ainda buscamos verificar o surgimento da forma *Vossa Mercê*, no PE, e a expressão de deferência aliada a ela, o que nos leva a reflexões sobre as relações entre as formas de tratamento e as formas de cortesia, a fim de percebermos as peculiaridades dos seus diferentes usos. Tais verificações partem dos estudos de Brown & Gilman (1960).

2.1.1 Conforme Brown & Gilman (1960) em seu famoso artigo “The pronouns of power and solidarity”, o qual trata da evolução semântica dos pronomes T e V, o sistema pronominal do latim antigo apresentava apenas o T (*tu*) para o singular e o V (*vós*) para o plural, sendo o T usado de forma indiscriminada inclusive para o Imperador. Mas, há um momento de transformação no sistema pronominal em que essas formas passam a ter usos diferentes dos primitivos. Ou seja, no que diz respeito ao uso do pronome *tu*, este teve o seu uso degradado da sua “primitiva dignidade”, pelo uso do *vós* para referir a 2ª pessoa do singular, com efeito de tratamento (Brown & Gilman, 1960, p. 255). Isso ocorreu porque, conforme Pereira (1935):

Tinham no latim classico os pronomes pessoas seu valor proprio sem qualquer idéia accessoria de reverencia ou irreverencia. Os imperadores romanos, de Deocleciano em diante, começaram a usar de nos em lugar de ego, e passou assim o pronome plural nos a indicar uma pessoa proeminente, que representava uma collectividade. Os príncipes e os bispos reclamaram para si o mesmo emprego plural, que se tornou plural de majestade. Arrastado pela analogia o pronome tu começou a ser substituído pelo pron. vós, nas línguas romanicas, sempre que se queria mostrar deferencia ao interpellado. Degradado deste modo o pron. tu de sua primitiva dignidade, passou a ser, por um lado, a expressão de inferioridade, de desprezo ou de odio, e, por outro, no circulo das relações intimas, a expressão de amor e de familiaridade (Pereira, 1935, pp. 459-461)³³.

Sendo assim, o uso do *tu*, por volta do século I, d.C, usado de forma *neutral*, do ponto de vista da expressão de cortesia, e que buscava referir com quem se estava falando, a 2ª pessoa, passou a expressar tratamento diferenciado de inferioridade, desprezo e ódio, ou de amor e familiaridade. Ocorre que, nesse tempo, a direção expressa pelo pronome *tu* passou a ser incompatível com a necessária humildade que as pessoas de baixas hierarquias “deveriam” expressar diante dos nobres. Assim, seu uso passou a poder significar falta de respeito ao interlocutor.

³³ Mantivemos a ortografia conforme o original.

Deste modo, para Pereira (1935), é desenvolvida na *b. latinidade a ideia acessoria de deferência ou dignidade no emprego dos pronomes de 1ª e 2ª pess. do plural (nós, vós)* (Pereira, 1935, p. 561), e assim, *[requinta-se] em língua o espirito e cortezania, promovendo a reação de certo numero de pronomes ou expressões pronominais de tractamento* (Pereira, 1935, p. 561). Entendemos que passou a ser inadequado usar o tratamento *tu* para pessoas de condição superior, principalmente por a sua forma ser direta, visto que, conforme Said Ali (1921):

Do latim vieram os pronomes tu e vós como tratamento directo da pessoa ou pessoas a quem se dirigia a palavra. Tornando-se tu insufficiente para expressar o sentimento de humildade e respeito, recorreu-se ao tratamento indirecto. Por um dos expedientes, o mais antigo em linguagem portuguesa, o atrevimento de vir perante um individuo de hierarquia superior, e olhar para elle face a face, se disfarçou fingindo repartida vista pelo seu cortejo ou nimbo, real ou imaginário. Desta atenção, com que se magnificava e lisonjeava pessoa única, se originou o costume de empregar o plural vós, em vez do pronome singular, como simples prova de respeito e polidez, depois de apagada da memoria a imagem da situação primitiva (Said Ali, 1921; 1927, pp. 93-94).

Portanto, também conforme esse gramático, a forma direta no uso do *tu* passou a indicar atrevimento, sendo substituída pelo uso de formas indiretas e disfarçadas, como quando nos referimos à 2ª pessoa como se estivéssemos falando com uma 3ª (Said Ali, 1921; 1927, pp. 93-94). E o pronome *vós* passou a referir a 2ª pessoa do singular com efeito de tratamento cerimonioso, mas, num primeiro momento, somente era usado ao imperador (Brown & Gilman, 1960, p. 255). Porém, aos poucos, essa forma de tratamento real foi estendida aos nobres e fidalgos e pessoas de hierarquias mais altas passaram a tratar seus “inferiores” por *T*, a fim de demonstrarem seu poder e superioridade sobre eles, condicionando-os, conforme a regra, a serem tratados por eles por *V*, a forma não recíproca e mais cortês de tratamento. Ou seja, para Brown & Gilman (1960), a flutuação entre os usos de *T* e *V* fez com que, aos poucos, o *T* ganhasse tal caráter semântico diferenciado, de inferioridade e/ou de familiaridade (Brown & Gilman, 1960, p. 255). Isso levou Brown & Gilman (1960) a observarem que, entre os séculos XII e XIV, houve a cristalização de um conjunto de normas para os usos das formas *T* e *V* ligadas ao uso não recíproco dessas formas, o que esses teóricos chamaram de *semântica de poder*³⁴ (Brown e Gilman, 1960, p. 255), em que:

³⁴ Conforme Brown & Gilman (1960), isso é comum em línguas como o alemão, o italiano, o francês, o espanhol, etc. Ou seja, conforme esses autores, *the European development of two singular pronouns of address begins with the Latin tu and vos. In Italian they became tu and voi (...); in French tu and vous; in Spanish tu and vos (later usted). In German the distinction began with du and ihr but ihr gave way to er later to sie* (Brown e Gilman, 1960, p. 254). Interessante é verificar que os autores destacam que, no alemão a distinção entre essas duas formas começa com *du* e *LHR*, mas *LHR* dá lugar a *er* e mais tarde a *sie*. E, no inglês, o *thou* desaparece como representante do *T*, e o *ye*, que representava o *V*, passa ao atual *you* (Brown & Gilman, 1960, p. 254).

One person may be said to have power over another in the degree that he is able to control the behavior of the other. Power is a relationship between at least two persons, and it is nonreciprocal in the sense that both cannot have power in the same area of behavior (...): the superior says T and receives V. There are many bases of power – physical, strength, wealth, age, sex, institutionalized role in church, the state, the army, or within the family (Brown & Gilman, 1960, p 255).

Ou seja, conforme a *semântica do poder*, uma pessoa tem poder sobre a outra na medida em que ela é capaz de controlar o comportamento dessa outra. Entendem esses teóricos que o poder é uma relação entre pelo menos duas pessoas, e não é recíproco. Para determinar quem tem mais poder sobre o outro, os autores citam algumas das questões que podem ser determinantes para isso, como: a força física, a riqueza, a idade, o sexo, a função institucionalizada na igreja, o Estado, o exército, a família, etc. (Brown & Gilman, 1960, p 255). Portanto, a relação chamada "do mais poderoso que" (Brown & Gilman, 1960, p. 257), que é captada a partir de relações mais específicas, é concebida para ser *assimétrica e não recíproca* (Brown & Gilman, 1960, p 257). Ou seja, conforme a *semântica do poder*, os usos das formas T e V podem referir a *não reciprocidade* entre pessoas de hierarquias diferentes, ou a proximidade e o caráter familiar das relações (Brown & Gilman, 1960, p 257).

Por muitos séculos (e até hoje), muitas línguas usaram essas regras de *não reciprocidade* no tratamento entre pessoas de poderes desiguais hierarquicamente, ditadas pela força física, a idade, o sexo, a riqueza, o título, etc. (Brown & Gilman, 1960, p 257).

Ainda, conforme Cintra (1972, p. 17), nos primeiros séculos da história da língua portuguesa, a partir do século XII, com a ascensão da burguesia e as mudanças sociopolíticas e culturais decorrentes daí, o que levou a classe burguesa a meios mais elevados, as formas de tratamento referidas ao rei passaram a ser usadas indiscriminadamente. O *vós* passou a ser usado para tratamento aos nobres e fidalgos como forma de cortesia, perdendo o caráter de referência somente ao rei (Cintra, 1972, p. 17). Mas, para evitar a degradação das formas de referência ao rei, o próprio rei decreta

regras para os usos dessas formas, as *Ordenações*³⁵, ou *Leis das Cortesias*³⁶. Quem violasse essas leis poderia sofrer castigo.

Desse modo, conforme Cintra (1972), surgiu uma nova forma de referência ao rei para substituir o *vós*, a forma de tratamento *Vossa Mercê* (Cintra, 1972, p. 17): *vossa*, feminino de *vosso*, pronome possessivo de segunda pessoa do plural, que substitui o *vós* como referência ao rei, acrescida de *mercê*, substantivo feminino significando, graça, benefício, indulto. Além disso, a forma *Vossa Mercê* passou a ser usada com verbos na 3ª pessoa do singular, por assim emitir maior indireção e distanciamento em relação à pessoa com quem se fala. Cabe lembrarmos que, conforme Said Ali (1921 e 1927), o modo de

tratamento indireto constituiu em fingir que se dirigia a palavra a um atributo ou qualidade eminente da pessoa de categoria superior, e não a ella propria. Assim, aproximavam-se os vassallos de seu rei com o tratamento de vossa mercê, vossa senhoria, substituindo depois por vossa alteza e finalmente por vossa majestade. Do uso e abuso da formula vossa mercê nasceu em boca do povo a variante você, a qual não só perdeu todo o antigo brilho, mas acabou por aplicar-se a individuos de condição igual, ou inferior, á da pessoa que fala, e dirigindo-nos a mais de um individuo, servimo-nos hoje de vocês como plural semântico de tu. O pronome vós cahiu em desuso, quer para denotar pluralidade de pessoas³⁷, quer como tratamento de polidez, conserva-se todavia nas preces (Said Ali, 1921; 1927, p. 94)³⁸.

Como vemos, além de a forma *Vossa Mercê* perder o seu brilho primitivo, perde também o seu caráter semântico de grande cortesia, visto que, mais uma vez, a forma usada ao rei é absorvida pelo povo, popularizando-se e tendo que ser substituída por outra, com verbo de 3ª pessoa a referir a 2ª pessoa do discurso, o rei.

Também para Carreira (2003),

Vossa Mercê (a forma que está na origem do "você" atual), que foi nos séculos XIV e XV forma nominal para falar com o rei, tornou-se uma forma menos nobre, de modo que a partir do final do século XV já não se refere ao rei. É usada para falar com o nobre (e não com o rei) no século XVI e a sua utilização estende-se aos cidadãos (ver Autos Gil Vicente). A sua forma e o seu uso deterioraram-se, em vez de "Vossa Mercê" passa a ser usado "vossancê", "você" (comprovado em meados do século XVII), que, em seguida,

³⁵ As Ordenações eram leis que previam o uso de certas formas de tratamento/cortesia apenas para os reis e os seus. Houve Ordenações Afonsinas (Dom Afonso V, primeira compilação oficial do século XV), Manuelinas (Dom Manuel I, 1521), Filipinas (Dom Filipe II de Espanha e Portugal, em 1597). Conforme Carreira (2003), ao ler a legislação de 1739, *ficamos impressionados com o detalhe das classes sociais enumeradas (na nobreza, o alto clero e funcionários) e formas de tratamento que o destinatário de cada membro tem o direito ("Senhoria", "Excelência", "Excelentíssimo" "Ilustríssimo")*. A lei real é muito firme, procurando pôr ordem no uso de formas de tratamento do Português, tornou-se depois o monarca, muito permissivo. Aqui está uma passagem desta legislação *"ordeño que daqui ao diante não possam modo algum aceitar aos tratamentos acima referidos senão tem pessoas quem tem tido para concedellos servido ou permitillos por especial ordem minha e que ninguém possa dallos tem alguma outra pessoa, nem por tratar assim alguma excelentíssimo ou ilustríssimo ou reverendíssimo mas têm pessoas tem quem acima é determinão ou permitem respectivamente estes tratamentos"* (Carreira, 2003). Colóquio sobre los Pronombres de segunda persona y formas de tratamiento en las lenguas de Europa. http://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf (consultado em 12/07/2014).

³⁶ Esses protocolos regulavam o uso de formas de tratamento para reis, príncipes, infantes, seus genros, noras, cunhados, filhos, duques, marqueses, condes, governadores, embaixadores, vice-reis.

³⁷ Conforme Duarte (2016) em orientação explícita, *em muitas regiões de Portugal, como o Porto, por exemplo, o pronome "vós" para a 2ª pessoa do plural continua a usar-se normalmente, sem ser de polidez: é o plural de tu*.

³⁸ Mantivemos a ortografia e a sintaxe conforme o original.

perde todo o senso de cortesia para Vossa Alteza que, a partir do final do século XV (...), substitui Vossa Mercê para tratar o rei (Carreira, 2003).

Logo, passou a haver necessidade de criação constante de formas para referir o rei³⁹. Destaca Carreira (2003) que a absorção das formas de tratamento referidas ao rei, em Portugal, fazem ainda que, no final do século XVI, Filipe II crie uma lei para a utilização da forma *Senhoria*. Mas ela também se estende ao uso do povo *com excesso de vulgarização, pervertendo a Ordem e distinção de seu Tratamento* (Carreira, 2003). E, em 1739, já no reinado do rei D. João V, surge mais uma lei para o emprego de *Vossa*, agora precedendo *Senhoria* e *Excelência*, para serem usadas ao rei, sendo os tratamentos mais raros utilizados nesse período. Essas duas formas, entretanto, também são absorvidas pelo povo, tal como as anteriores, sendo mantidas até os dias atuais como formas cerimoniais (Carreira, 2003).

Conforme Brown & Gilman (1960), no século XIX, gradualmente é introduzida no sistema de tratamento a *semântica da solidariedade* (Brown & Gilman, 1960, pp. 257-258), visto que passa a existir uma complexidade de relações possíveis que não são somente ligadas à valorização hierárquica entre as pessoas, mas privilegiam também a relação igualitária. Assim, os tratamentos também podem ser *simétricos* e *recíprocos* entre pessoas de diferentes estatutos sociais e hierárquicos, com os usos de: T – T ou V – V. Mas também ainda podem ser *não solidários*, *assimétricos* e *não recíprocos* para casos que envolvem desejo de expressar hierarquia, com usos de: T –V ou V – T.

Para Gouveia (2008), em seu artigo *As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu* (Gouveia, 2008, pp. 91-100), no sistema da semântica do poder, *tradicional*, os actores sociais, por um lado, reconhecem e respeitam as diferenças sociais que os colocam em posições relativas no quadro das relações interpessoais e, por outro, usam estratégias de distanciamento e de deferência relativamente ao outro (Gouveia, 2008, p. 97-98). Por outro lado, no sistema da semântica da solidariedade, *pós-tradicional*, os actores sociais não sentem que existam diferenças de poder e de envolvimento entre as pessoas com quem interagem e codificam as suas relações em termos de proximidade e de familiaridade (Gouveia, 2008, p. 97-98).

Refere Moreno Fernández (1998) que, atualmente, há uma tendência geral para o uso de relações *simétricas*, o que pode variar de cultura para cultura (Moreno Fernández, 1998, p. 152). O mesmo refere Silva (2008), para o PB paulista.

³⁹ É de referir que o fato de as formas atribuídas ao rei serem constantemente absorvidas pela burguesia leva-nos a crer que as *Ordenações* não eram bem respeitadas, ou controladas.

No PE, segundo Gouveia (2008), o uso do *você* que, para a norma padrão é ofensivo, passa a não ser tão ofensivo como antes, visto que conforme os tempos mudam, os usos das formas de tratamento também mudam ou alteram-se. Deste modo, conforme o autor, Portugal está a passar por “transformações” de um sistema *base hierárquica e deferencial para um sistema de base igualitária e de envolvimento* (Gouveia, 2008, p. 97-98).

É de destacar ainda que, conforme o autor, as FTs podem refletir a estrutura da língua e a estrutura da sociedade, sua organização social e a sua forma de estratificação (Gouveia, 2008, p 92).

2.1.2. Sobre as formas de tratamento, cabe fazermos uma reflexão sobre uma questão levantada por Moreno Fernández (1998, p. 152), que são os diferentes conceitos de *poder* e de *solidariedade*, usos de *simetria*, de *assimetria*, de *reciprocidade* ou de *não reciprocidade* verificados nessas formas. Ou seja, para o teórico, a inconstância nesses usos pode “complicar” a análise das conversações em geral, bem como a compreensão no ensino das línguas estrangeiras (Moreno Fernández, 1998, p. 152). E, para ele, as conversações são as modalidades mais importantes nas interações comunicativas, visto que, por meio delas, podemos manter relações sociais, reforçar nossa identidade, transmitir informações, entre outras variedades de situações (Moreno Fernández, 1998, p. 165). Aquela inconstância pode também complicar o êxito da interação que depende *da adequação entre o que se diz, para quem se diz, a quem se diz, como se diz e em que situação se diz* (Moreno Fernández, 1998, p. 165). Nesse sentido, é importante destacar que, segundo Duarte (2010):

Nas formas de tratamento cruzam-se questões linguísticas e não linguísticas, o princípio de cortesia, a adequação ao destinatário, a necessidade de não ameaçar a sua face (cf. Goffmann). O locutor tem de ter em conta, ao dirigir-se ao alocutário, as diferenças sociais, de idade, a proximidade ou a distância da relação, a formalidade ou informalidade da situação discursiva (...). Por regularem as relações intersubjectivas, as formas de tratamento permitem perceber a subjectividade enunciativa, e através delas se valoriza positiva ou negativamente o alocutário. São atravessadas pela atitude subjectiva do locutor, o respeito pelas convenções sociais, os sentimentos em relação àquele com quem se fala e o lugar que se lhe atribui (...) As formas de tratamento, como as formas de delicadeza em geral, são peças fundamentais na regulação da relação interpessoal (...) fazem parte das normas que regulam a interacção linguística (Duarte, 2010, p. 134-136).

Portanto, o emaranhado de cruzamentos entre formas de tratamento, o princípio de cortesia (a adequação do uso dessas formas), questões linguísticas, questões não linguísticas, o cuidado com a *face* do outro, as diferenças sociais e de idade entre os

interlocutores, a proximidade ou a distância da relação, a formalidade ou a informalidade em situações discursivas, são todas questões sobre as quais o locutor precisa refletir antes de referir-se ao outro e que convém que sejam constantes, para facilitar a compreensão dos interlocutores.

Assim, quanto às relações entre as formas de tratamento e as formas de cortesia, é de considerar que, conforme Moreno Fernández (1998), essas possuem noções linguísticas que se exigem mutuamente e que não podem ser explicadas de forma independente. Isso porque as duas noções partem dos mesmos princípios e conceitos linguísticos e sociolinguísticos, ou seja, das noções de *poder* e *solidariedade*. Estas duas concepções, usadas primeiramente por Brown & Gilman (1960), como vimos, englobam as relações entre os interlocutores e sua força na relação que, para Moreno (1996), em geral, é regulada por quem tem maior superioridade na relação e, assim, maior liberdade para dirigir-se ao outro (Moreno, 1996, p. 152). Interessante é destacar também a referência de Silva (2008) sobre os estudos de Brown & Gilman (1960), pois, para ele, esses teóricos

centram-se, fundamentalmente, no exame das inter-relações entre as estruturas linguísticas e sociais, já que a sociedade está polarizada entre as duas forças: poder e solidariedade, que tratam de relações que se estabelecem entre os interlocutores. (...) a primeira força - poder -, identificada como eixo vertical (V), associa-se ao uso não recíproco de pronomes. Essa dinâmica manifesta-se nas relações assimétricas, diferenciáveis e não recíprocas, governadas pelo conceito de hierarquia (...) caracterizado pela idade, geração, autoridade. A segunda força – solidariedade -, identificada com o eixo horizontal (T), associa-se ao uso recíproco do pronome, em que há relações simétricas, caracterizadas pela igualdade e pela semelhança (Silva, 2008, p. 160).

Logo, destacamos, mais uma vez, a relevância dos estudos de Brown & Gilman (1960), por centrarem-se na verificação das “inter-relações entre as estruturas linguísticas e sociais” e considerarem a importância da polarização das forças *poder* e *solidariedade* estabelecidas entre os interlocutores para a seleção pronominal vertical ou horizontal. Nesse sentido, lembramos ainda a visão de Gouveia (2008), para quem, nas línguas naturais, as formas de tratamento podem refletir a estrutura da língua e, assim, a estrutura da sociedade, sua organização social e a sua forma de estratificação por: *idade, classe, gênero, profissão, educação, etc.* (2008, p 92). Com isso, significa que, ao selecionarmos uma forma de referência ao outro, precisamos realizar uma análise do contexto, a fim de evitarmos situações desagradáveis, se é isso que desejamos.

Ainda sobre os usos das formas de tratamento, para Faria (2003), de modo geral, *os graus de maior ou menor formalidade*⁴⁰ (...) *reflectem a existência de normas de natureza sociocultural a preservar na interação verbal, a par dos graus de adequação que a frequência de uso pelas diferentes gerações e entre gerações lhes reconhece* (Faria, 2003, p. 67). Sobre essa questão de formalidade e informalidade no uso linguístico das formas de tratamento, no PE, Gouveia (2008) concorda com Villalva (2003b), para quem essa oposição (que revela proximidade e distanciamento linguístico) percebe-se “fundamentalmente” na verificação dos usos das formas *tu e você* (Gouveia, 2008, p. 94). Entretanto, o contraste entre esses usos no PE e no PB é incompreensível para um brasileiro. Ou seja, a distinção entre essas duas formas ligadas a graus de distanciamento e de formalidade entre interlocutores, o que ocorre em Portugal, pode parecer algo muito estranho para os brasileiros (Gouveia, 2008, p. 94).

Sendo assim, no que toca às diferentes caracterizações e aos diferentes usos das formas *tu e você*, no PE e no PB atuais, para aprofundarmos essa questão, convém observarmos três dos principais dicionários de língua portuguesa, como veremos a seguir.

2.1.3. Desse modo, verificamos que o *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), o *Dicionário da Academia Brasileira de Letras e Academia de Filologia* (1986) e o *Dicionário Antônio Houaiss de Lexicologia* (2002), referem o *tu* como *pronome pessoal* da 2ª pessoa do singular e indicador da pessoa com quem se fala (Anexo 2.1). Entretanto, é de destacar que o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001) refere ainda um contexto de uso do *tu*, que indica a quem se dirige a mensagem, referindo o tratamento *familiar*. Conforme o *Dicionário Aurélio* (1986), o *tu* é mais empregado no PE do que no PB, por nesta variedade predominar o uso do *você*. E, conforme o *Dicionário Houaiss* (2002), no PB, há absorção do *tu* pelo *você*, com exceção de algumas regiões do Brasil em que o *tu* permanece, como em alguns pontos das Regiões Sul e Norte, sendo o Rio Grande do Sul uma das regiões do Brasil em que o *você*, além de não ter substituído o *tu*, perdeu terreno para ele, visto que praticamente não aparece na fala do gaúcho.

Sobre o significado do *você* nesses dicionários analisados (Anexo 2.2), é interessante verificar que, embora seja referido como pronome de tratamento, o que, como vimos, remete ao tratamento *Vossa Mercê*, também é referido como pronome pessoal reto

⁴⁰ Nomeadamente, das expressões idiomáticas, a expressão verbal da maior ou menor distância e solidariedade entre os falantes (Faria, 2003, p. 67).

no *Dicionário da Academia de Lisboa* (2001), mas, como veremos a seguir, Cunha & Cintra (2002) não inserem o *você* na seção dos pronomes pessoais em sua gramática. Já o *Dicionário Aurélio* (1986) refere o *você* como pronome de tratamento que está semanticamente ligado à forma de tratamento *Vossa Mercê*, em algumas Regiões de Portugal indicando “respeito”. Também, como veremos a seguir, conforme Duarte (2016)⁴¹ e Gouveia (2008), no que toca à norma padrão, o *você* não indica respeito, mas sim uma forma inadequada de tratar.

Ainda, o *Dicionário Aurélio* (1986) refere que apesar de o *você* funcionar como forma de tratamento de 2ª pessoa, é usado com verbos da 3ª pessoa do singular. Quanto à caracterização do *você* no *Dicionário Houaiss* (2002), este refere que o *você*, no PE, pode ser usado em classes sociais mais altas como forma carinhosa de intimidade, forma considerada requintada e que também é usado, em certas regiões do dialeto nortenho, como forma de deferência. E seu tratamento de inferior para superior é visto como ofensa propositada (acinte).

Convém, assim, analisarmos como alguns dos principais gramáticos da língua portuguesa, Cunha & Cintra (2002), classificam as formas *tu* e *você*, em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Deste modo, quanto à forma *tu*, apresentam-na junto à seção dos pronomes pessoais retos, por um lado, e junto à seção das formas de tratamento, por outro. Quanto à forma *você*, como referimos acima, esta só aparece na seção dos pronomes de tratamento, ao lado do *tu*, conforme:

EMPREGO DOS PRONOMES DE TRATAMENTO DE SEGUNDA PESSOA: I. Tu e você. No português europeu normal, o pronome tu é empregado como forma própria de intimidade. Usa-se de pais para filhos, de avós ou tios para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colegas de faixa etária igual ou próxima. O seu emprego tem-se alargado nos últimos tempos, entre colegas de estudo ou da mesma profissão, entre membros de um partido político e até, em certas famílias, de filhos para pais, tendendo a ultrapassar os limites da intimidade propriamente dita, em consonância com uma intenção igualitária ou, simplesmente, aproximativa. No português do Brasil, o uso do tu restringe-se ao extremo Sul do país e a alguns pontos da região Norte, ainda não suficientemente delimitados. Em quase todo o território brasileiro ele foi substituído por você como forma de intimidade. Você também se emprega, fora do campo da intimidade, como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior. É este último valor, de tratamento igualitário ou de superior para inferior (em idade, em classe social, em hierarquia), e apenas este que você possui no português normal europeu – aparece usado como forma carinhosa de intimidade. No português de Portugal não é ainda possível, apesar de certo alargamento recente do seu emprego, usar você de inferior para superior, em idade, classe social ou hierarquia (Cunha e Cintra, 2002, p. 293-294).

⁴¹ Em orientação explícita.

Assim, essa gramática pretender expressar, conforme Duarte (2016)⁴², que *o tratamento se pode dar tanto por forma pronominal (por meio de pronomes pessoais) ou por forma nominal (por meio de formas como o senhor, o doutor, a Dona Fátima), ou só por forma verbal* (Duarte, 2016).

Ainda, por outro ângulo de análise, o fato de o *você* não ser incluído na seção dos pronomes pessoais se faz relevante, pois conforme observa Paredes Silva (2011), que defende esse uso também como pronome pessoal, por haver muitos estudos que indicam a trajetória de mudança do *Vossa Mercê* até o pronome *você*,

nossos gramáticos tradicionais, mesmo em edições mais recentes, revistas e atualizadas de suas obras, relutam em atribuir a você o estatuto de pronome. É o que se constata em Bechara (2000). Mantém-se, assim, a postura de Cunha (1970), que mesmo reconhecendo a supremacia de você no território nacional, evitava chamá-lo de pronome e o incluía entre as formas de tratamento (Cunha, 1970, p. 211). Até um renomado linguista como Mattoso Câmara Júnior revelava o mesmo cuidado, evitando a classificação de pronome para você: utilizava expressões mais vagas como forma ou palavra (Mattoso Câmara, 1970, p. 109-110). Nesse ponto, aliás, as descrições brasileiras se aproximam das portuguesas: Vilela (1999), ao descrever os pronomes pessoais na variedade europeia, inclui você entre as formas de tratamento, não no quadro dos pronomes (Paredes Silva, 2011, p. 247).

É importante destacar que o *Dicionário da Academia de Lisboa* (2001) aponta o *você* como pronome pessoal. Entendemos que as formas *tu* e *você* são consideradas pronomes pessoais retos por referirem o interlocutor, ao referirem a pessoa do discurso, o sujeito, de forma explícita ou implícita. E que, para além disso, esses pronomes podem, ao mesmo tempo, expressar cortesia, funcionando como formas de tratamento. Contudo, é de referir que, por vezes, as formas *tu* e *você* podem não indicar grau de tratamento mais ou menos formal, sendo *neutrais*, embora marquem distância ou proximidade entre os interlocutores. De modo semelhante, cabe aqui referirmos que, no inglês, *speakers first used “thou” and ye and later replaced “ye” with “you”. As a convenience we propose to use the symbols T and V (from the Latin tu and vos) as generic designators for a familiar and a polite pronoun in any language* (Brown & Gilman, 1960, p 254). Assim, o movimento realizado pelo *tu* na maior parte do PB nos parece semelhante ao movimento realizado pelo *thou* no inglês, que desapareceu como representante do T, e o *ye*, que representava o V, modo mais formal, passou ao atual *you* (Brown & Gilman, 1960, p 254), que é usado de forma única, exclusiva, atualmente. Também o *tu* desapareceu da fala da maior parte dos brasileiros e o *você*, de *Vossa Mercê*, modo mais formal, substituiu o *tu*, passando ao uso geral, com exceção de algumas poucas regiões do Brasil.

⁴² Em orientação explícita (2016).

Assim, o *you* é hoje comparável ao *você* do PB, mas traduzido por *tu* no PBRS, por este sistema de tratamento usar o *tu* como pronome preferencial de referência à 2ª pessoa do singular.

É curioso observar que, conforme Paredes Silva (2011), contrariamente ao que é consenso geral

há evidências de que o pronome tu não chegou a desaparecer da fala dos habitantes do Rio de Janeiro: digamos que, na disputa com o você, esteve temporariamente em segundo plano. Agora, ressurgiu com bastante vigor para ocupar o espaço deixado pela frequente redução, na fala corrente, da forma tônica você ao clítico cê. Destaca-se, porém que, nesse retorno, o pronome tu se apresenta num contexto não padrão, já que não se faz a flexão correspondente do verbo (tu vai, tu sabe etc. e não tu vais, tu sabes etc.) (Paredes Silva; 2011, p. 245).

Talvez isso ocorra porque, conforme a teórica, *podemos observar que na continuidade do processo de gramaticalização da forma você, ela acaba por reduzir-se cada vez mais, perdendo corpo fônico, limitando-se à sílaba cê* (Paredes Silva, 1998).

Isso pode levar a recuperar, no uso corrente, uma forma tônica, velha conhecida, já existente no sistema - tu. De acordo com Givón (1979, 1995), esse processo estaria dentro do chamado ciclo funcional. Assim, a partir de uma forma de tratamento de uso definido em contextos discursivos marcados (Vossa mercê, para relações cerimoniais muito cerimoniais), chegamos a quase-zero (o clítico cê) (Givón, 1979). A retomada do tu levaria o falante a recuperar posições – no caso, através da busca de uma forma superior na escala (Paredes Silva, 2011, p. 245-246).

Portanto, para Paredes Silva (2011), *o tu começa a ressurgir na região do Rio de Janeiro, com concordância baixa* (Scherre, 2013), *a fim de ocupar um lugar que está quase perdido, o do você, que vem sendo tratado como cê* (Paredes Silva, 2011, p. 245-246). Essa informação é relevante, ao passo que apresenta uma curiosidade: o fato de o *tu* começar a aparecer na fala carioca com concordância baixa, como ocorre no PBRS.

Entretanto, conforme Villalva (2003a), sobre a caracterização das formas *tu* e *você*, entende que relativamente os graus de proximidade expressos nos usos dessas formas, no PE, o *tu* é a forma de tratamento que expressa maior proximidade entre locutor e interlocutor. Por outro lado, os tratamentos nominais são as formas de tratamento que exibem maior grau de distanciamento. E o *você*, por sua vez, é uma forma de tratamento intermediária entre esses dois (Villalva, 2003a). Desse modo, percebemos que, enquanto o *tu*, no PE, expressa intimidade, o *você* tem usos variados que vão depender do contexto, podendo, por vezes: expressar um grau maior de cortesia, se comparado ao *tu* (conforme eixo de Carreira, 2014)⁴³; ser usado de igual para igual para expressar camaradagem.

⁴³ Carreira (2014) apresenta no seu eixo do tratamento alocutivo e cortesia (Carreira, 2014, p. 40) constante no Gráfico 1.1, referido no capítulo anterior, as formas de tratamento no PE, as quais são *des moyens verbaux de régulation proximique auxquels les locuteurs*

Ainda, conforme a norma, o *você* pode representar um tratamento inadequado, inconveniente (Duarte, 2016)⁴⁴. Ou seja, a caracterização do uso do *você* vai depender do ângulo de quem o usa e de quem observa o seu uso, se por meio de olhares verticais (de cima para baixo ou de baixo para cima), ou se por meio de olhares horizontais.

Cabe destacar ainda que, para Duarte (2010), atualmente e conforme a norma, no PE,

(...) a 2ª pessoa usa-se em contexto de proximidade social ou familiar e os locutores utilizam, normalmente, a 3ª pessoa para se dirigirem ao alocutário. Nas situações mais formais e nos usos mais próximos da norma, utiliza-se a forma nula de sujeito, ou seja, o locutor dirige-se ao alocutário na 3ª pessoa sem o pronome “você”, ou com formas de tratamento nominais como “o senhor”, “a senhora”, o título profissional, o nome do alocutário precedido de artigo definido (Duarte, 2010, p. 113).

Como vemos, as formas nominais com verbos em 3ª pessoa do singular precedidas de artigo, tais como *o senhor*, *a mãe*, *a Maria*, estão entre as formas mais polidas para referir o próximo em Portugal. Inclusive, são hoje as formas mais frequentes de todas elas (Duarte, 2016)⁴⁵.

Não podemos deixar de referir ainda que o *vós*, conforme Duarte (2016)⁴⁶ ainda pode ser encontrado em muitas zonas próximas ao Porto, para referir a 2ª pessoa do plural, com flexão na 2ª pessoa do plural, pois como cortesia caiu em desuso.

2.1.4. Relevantes, ainda, são as observações de Carreira (2003), sobre os sistemas de tratamento do PE e do PB, visto que:

Le portugais européen possède un système de base triadique singulier: "tu", "você"; "o senhor"/"a senhora"; au pluriel: "vocês"/"vós", "os senhores"/"as senhoras", avec des ramifications d'une grande complexité, alors que les autres variantes du portugais (Brésil, Afrique) réduisent les formes d'adresse allocutive à un système dyadique (au Brésil: "você"/"o(s) senhor(es)", en général; dans le Maranhão, dans le Rio Grande do Sul et à Rio le "tu" remplace "você" au singulier, bien que le verbe se maintienne à la 3ª personne, par ex. "tu vai" au lieu de "tu vas"; en Afrique, une fluctuation se constate, avec une tendance à l'extension (Carreira, 2003).

Ou seja, sobre o sistema de tratamento do singular, que é o que diz respeito a este trabalho, como verificamos acima, devemos considerar que o PE possui base em um sistema de tratamento triádico, enquanto o PB possui um sistema de tratamento de base

ne peuvent pas échapper en interlocution (Carreira, 1995, p. 6). Ou seja, em seu eixo, inclui as formas *tu* e *você*, sendo o *você* uma forma de tratamento com maior efeito de formalidade, se comparada ao *tu*, embora o *você* possua baixo grau de cortesia.

⁴⁴ Conforme Duarte (2016), em orientação expressa.

⁴⁵ Embora esses usos não se façam no Brasil, com exceção da forma “o senhor(a)”. É de destacar que, embora a forma “senhor” não seja o motivo principal desta verificação, cabe aqui uma rápida reflexão sobre ela. Ou seja, conforme Cintra (1972), *senhor* era uma forma usada para o rei e “expressa as noções de acatamento e reverência associadas”, fazendo parte das Ordenações de Felipe II para o alto das cartas. Entretanto, no século XIX, *senhor* passou ao uso popular.

⁴⁶ Em orientação explícita.

diádica, diferenças que aumentam a complexidade desses usos, no PE, permitindo que haja uma grande diversidade de combinações, de acordo com a situação.

Já, no PB, essa complexidade fica consideravelmente reduzida ao não haver “oposição” entre os usos das formas *tu* e *você*, sendo, em grande parte do Brasil (como veremos no mapa de Scherre, 2013, conforme Anexo 2.4), selecionada ou uma ou outra forma como preferencial. É de referirmos que, no Brasil (e, inclusive, em África), ainda existe muita flutuação nesses usos.

Para Duarte (2010),

entre o PB e o PE, há notórias diferenças que, para um falante estrangeiro, são de difícil compreensão. Mas, mesmo limitando a reflexão ao PE, [temos] de ter em conta as variedades diatópicas e diastráticas, nomeadamente no que toca a formas de deferência e ao uso de você. Como Carreira (2007) mostrou, é talvez neste emprego que mais instabilidade se nota não só do ponto de vista diacrónico (cf. Cintra, 1972), mas também síncronico, sendo compreensível a flutuação verificada nos nossos dias, uma vez que se relaciona com a mudança constante das relações sociais entre os falantes e ela foi rápida em Portugal, nas últimas décadas, como, aliás, noutros países. Veja-se a evolução atestada para “o português brasileiro das grandes metrópoles” (Silva, 2008: 185), no mesmo sentido de uma crescente proximidade entre os interlocutores, no que tange ao uso das formas de tratamento (Duarte, 2010, p. 136).

Ou seja, essa complexidade verificada nos diferentes empregos de formas de tratamento, os quais preveem distanciamentos variados entre os interactantes, fazem com que o grau de cortesia, conforme Silva (2008), precise ser determinado pela “situação” da interação (Silva, 2008, p. 158). Assim, o enquadramento do termo ou o significado da expressão utilizada é definido pelo uso dessa expressão, pois é ele que sinaliza que tal forma possui ou não cortesia ou descortesia (Silva, 2008, p. 158)⁴⁷. Nesse sentido, convém recordar ainda a concordância de Silva (2008) com Rodrigues (2003) sobre *tratamentos corteses [serem] todos aqueles que se inscrevem e contribuem para que os interactantes estabeleçam e desenvolvam relações interpessoais de harmonia e equilíbrio durante uma interação* (Silva, 2008, p.165). Deve haver um *propósito de indicar mais cortesia na escolha* (Silva, 2008, p.165) da forma de tratamento, para que ela realmente indique cortesia.

Diante da verificação dessa complexidade apresentada sobre os usos das formas de tratamento em português, Hammermueller (1993) realiza um estudo que trata especialmente sobre os diversos usos da forma *você* e que busca perceber qual a forma de tratamento escolher em uma interação no português, tanto do ponto de vista do locutor

⁴⁷ Temos que ter em conta que, atualmente, em culturas em que o *tu* e o *você* pertencem a um sistema diádico, conforme Duarte (2016, em orientação explícita) também esses podem eventualmente desencadear efeitos de maior ou menos cortesia, consoante são adequadamente utilizados ou não, dependendo do contexto.

como do ponto de vista do interlocutor. Assim, nas suas conclusões, destaca que a forma de 3ª pessoa pode ser usada, além de tantas outras formas, com o intuito de “evitação”, ou seja, com o intuito de não referir o estatuto social do interlocutor. Sobretudo, a 3ª pessoa sem pronome expresso usa-se, segundo o autor, com o intuito de evitar o emprego de “você” que, como vimos, causa dificuldades em PE, mesmo para falantes nativos. O teórico apresenta algumas perspectivas que podem ser consideradas ao serem analisados os usos dessas formas de tratamento, como o fato de: ela poder demonstrar a parcialidade do locutor na interação discursiva; a sua escolha demonstrar o tipo de relação que o locutor pretende desenvolver com o seu interlocutor, o que pode ficar expresso pelo grau de polidez presente na forma escolhida; a convencionalidade das formas de tratamento poder ser verificada na interação discursiva; as formas de tratamento poderem ser ensinadas. Todas essas questões também estão em causa quando um locutor seleciona a forma de tratamento a ser utilizada.

Tais verificações acima são relevantes para o estudo que segue, visto que vão fundamentar o entendimento que temos das inferências realizadas pelos leitores na pesquisa que realizamos, o que apresentaremos em momento próprio. Desta forma, nessa primeira parte deste capítulo, verificamos a questão da evolução dos usos das formas de 2ª pessoa, do latim ao português atual, que passam do uso *neutral* dos pronomes de 2ª pessoa, no que toca a presença de grau de cortesia, ao surgimento das formas de tratamento que podem expressar “oposições” ou diferentes graus de cortesia, distanciamento e formalidade. Observamos ainda um pouco da complexidade da evolução desses usos e que a identificação do significado dessas formas vai depender do ambiente, da cultura, do estatuto dos interlocutores, e da situação de comunicação em que ocorrerem. Ainda, verificamos o momento do “predomínio” da *semântica do poder* e a sua passagem ao “predomínio” da *semântica da solidariedade*, no PE. Não é menos importante a próxima seção deste capítulo, em que analisaremos os usos das formas *tu* e *você*, de modo mais específico, no PB, embora ainda se faça de modo comparativo com o PE.

2.2. *Tu e Você: PE e PB*

Após analisarmos a evolução das formas *tu* e *você*, do latim ao português, é importante também verificarmos os significados semântico-pragmáticos dessas formas no PB, a partir de influências recebidas pelas principais culturas que estiveram presentes na época da inserção da língua portuguesa no Brasil. Para isso, pretendemos começar essa

verificação pela apresentação da distribuição atual dos usos das formas *tu* e *você* nesse país, com atenção para o PBRs.

2.2.1. Conforme estudos de Scherre (2013), os usos das formas *tu* e *você* no Brasil são inconstantes, principalmente se considerarmos suas flexões verbais correspondentes, o que podemos visualizar no mapa dessa autora, apresentado no Anexo 2.4. Nele, podemos observar que há áreas/Estados/regiões do Brasil que utilizam o pronome *tu* como pronome preferencial do seu sistema de tratamento, outras que utilizam o *você* como pronome preferencial, e ainda há outras regiões que alternam os usos de *tu* e *você*, variando também suas concordâncias verbais. Entretanto, como o foco do nosso trabalho, referente à parte brasileira, é o Estado do Rio Grande do Sul, atentaremos para a observação dessa região que, como podemos perceber pelo mapa, possui preferência pelo uso do *tu* com flexão verbal na 3ª pessoa do singular.

É de destacar que Scherre (2013) refere o *tu com verbo flexionado em 3ª pessoa* com “concordância muito baixa”, por essa composição não seguir a norma, sendo utilizada de forma praticamente generalizada em todo o Estado⁴⁸. A única outra região do Brasil em que a autora verifica esse mesmo tipo de ocorrência é em uma pequena parte central do Estado do Amazonas.

2.2.2. Quanto à presença de grau de cortesia nos usos das formas *tu* e *você*, no que toca às regiões do Brasil em que predominam apenas um ou outro desses pronomes, entendemos que não havendo outro tipo de forma para fazer-lhes “oposição” (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 152), em nível pronominal, elas podem ser consideradas (+/-) neutras/neutrais, relativamente aos seus efeitos como formas de tratamento mais ou menos formais, ou que expressam efeitos de proximidade/distanciamento. Nesse caso, tais pronomes indicam com quem se está falando, cumprindo suas funções de pronomes pessoais do caso reto, por “denotarem” ou “indicarem” a 2ª pessoa gramatical, sendo sujeitos de orações. Assim, é de lembrar que, conforme Silva (2008), é a situação, o uso, que vai definir se há ou não cortesia na forma utilizada, pois, *quando duas ou mais pessoas conversam, uma pode dirigir-se à outra empregando um nome ou um pronome, que cumprirão a função de apelar ou chamar a atenção do interlocutor* (Silva, 2008, p. 158). Ou seja, *não se pode*

⁴⁸ Diferentes pesquisas realizadas no Brasil com vários corpora da Região Sul e do próprio Projeto VARSUL vêm confirmando os resultados dos trabalhos feitos com base no NURC a respeito do uso de *tu* cada vez mais restrito ao sul do Brasil. Sabe-se que não é coerente comparar os resultados de corpora em virtude da especificidade de cada um. Entretanto, não se podem ignorar as coincidências dos resultados a respeito da frequência e manutenção do *tu* em POA frente à ausência e/ou uso diferenciado desta variante nas demais capitais do NURC (Gomes de Deus, 2009, p. 67).

dizer que esta ou aquela forma está marcada pela cortesia (Silva, 2008, p. 158). Portanto, não são as formas *tu* e *você* que são revestidas ou não de cortesia, mas os usos feitos delas em diferentes situações que podem transformá-las em formas de cortesia⁴⁹.

Mas, a “oposição” dessas formas poderia ser verificável se comparadas às formas nominais (*o senhor* e *tu*, por exemplo), pois, sobre esse aspecto, é importante destacar o que afirmam Ramirez & Pozzani (2011), que entendem que

modernamente, em português, os pronomes tu e você (usados, sobretudo no Brasil) se opõem às formas corteses (Vossa Excelência, o senhor, o doutor), diferindo de outras línguas românicas, como o francês, o italiano e o próprio castelhano, que utilizam, respectivamente, os pronomes tu/vous, tu/lei, tu/usted para a oposição intimidade/cortesia (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 152).

Por isso, entendemos que as formas *tu* e *você*, no PB, não indicam “oposição” entre elas próprias, mas sim com as formas de tratamento nominais, as quais não estarão em causa neste trabalho, motivo pelo qual não pretendemos aprofundar tal verificação.

2.2.3. Para darmos continuidade ao nosso estudo e conseguirmos verificar de modo mais aprofundado algumas questões relacionadas aos usos das formas *tu* e *você*, no PB, lançaremos um olhar sobre a formação da cultura brasileira e a inserção da língua portuguesa no Brasil, começando pela verificação de como ocorreram os primeiros contatos entre portugueses e índios nesse país.

Apresentamos abaixo um excerto da *Carta* de Pero Vaz de Caminha enviada ao Rei D. Manuel, em 1500, que nos parece ilustrativo sobre o estranhamento cultural de Caminha, já na sua chegada às terras que hoje abrigam o Brasil:

Acenderam tochas e entraram e não fizeram nenhuma menção de cortesia nem de falar ao capitão nem a ninguém. Um deles, porém, pôs olho no colar do capitão e começou d’acessar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizia que havia em terra ouro. E também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal, como que havia também prata (Caminha, 1500).

Observamos acima as diferentes posturas, no que diz respeito aos diferentes modos de interação entre os portugueses e os índios. Verificamos que, embora estes não tratem Caminha com descortesia (na concepção de um brasileiro típico), também não o tratam com a cortesia conhecida por Caminha, no modelo europeu da época, com tratamento distante e *assimétrico*. Por seu turno, Caminha, que conhece o distanciamento como forma conveniente e cortês de agir entre estranhos, admira-se com a atitude

⁴⁹ Poderíamos, portanto, dizer que, ao serem utilizadas como formas pronominais preferenciais, sem oposição, *tu* e *você* podem ser classificadas como neutrais.

“informal” dos índios, o que proporciona, no nosso entendimento, o primeiro choque cultural de que se tem conhecimento, referente a essas duas culturas.

O que pretendemos assinalar com o que fica exposto é que, segundo o senso comum, é habitual ouvir dizer que os brasileiros são informais, e isso “parece” ter sido revelado já na interação entre os índios e Caminha. Entendemos ainda que essa informalidade pode recair em aspectos que sinalizem proximidade nos modos de tratamento, ou mesmo neutralidade, se levarmos em conta a presença de diferentes graus de *cortesia*, ao compararmos o PB com o PE, que, como vimos, conforme a norma, tem preferência pelo uso do sujeito nulo, sem a direção expressa pelo uso de um pronome explícito, como modo cortês educado de agir. Ou seja, as consequências desses “hábitos” de formalidade ou de informalidade parecem recair em aspectos linguísticos, como na seleção dos pronomes para tratamento estudados (*tu* e *você*). Assim, para tentarmos perceber o que para nós é a presença de diferentes semânticas nos significados dos usos dessas formas, convém verificarmos o que diz Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008) sobre a diversidade na constituição do PB atual. Ou seja, conforme esta autora,

os atores principais na cena lingüística do Brasil colonial foram o português europeu, as línguas gerais indígenas (já que as línguas indígenas nas primeiras áreas colonizadas ou desapareceram pela morte de seus falantes, ou recuaram para os interiores brasileiros) e o que designei de português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro de hoje, cada um desses atores recobrando uma incomensurável diversidade que não temos como demonstrar rigorosamente, mas que podemos, inferir, aproximadamente (Mattos e Silva, 2008, p. 16)

Ainda segundo Mattos e Silva (2004), a constituição do PB resulta além de uma interação complexa entre a língua do colonizador (considerada a língua do poder e do prestígio) e as línguas indígenas, também de línguas africanas⁵⁰ e de imigrantes que partiram para o Brasil, a partir *da Europa e da Ásia, sobretudo a partir de meados do século XIX. Dessa potencial Babel linguística, foi se definindo, ao longo de quinhentos anos – pouco tempo para a história de uma língua – o formato brasileiro contemporâneo da língua portuguesa* (Mattos e Silva, 2004). Para Lucchesi (1998), entre as influências africanas sobre o PB, cita a redução de processos sintáticos de concordância verbal e nominal, o reforço do processo de negação, com construções de dupla negação, a redução do uso do artigo definido, a redução do uso de preposições, motivo pelo qual entende que houve no Brasil um processo de aquisição lingüística *irregular* (Lucchesi, 1998, p. 26) do português. Entretanto, destaca Freitas (1936) que as influências africanas ocorreram

⁵⁰ *Chegadas pelo tráfico negreiro (oficial entre 1549 e 1830, não oficial antes e depois desses limites)* (Mattos e Silva, 2004).

mais na ordem do léxico (Freitas, 1936, p. 33), sendo as línguas indígenas as que mais influências tiveram no PB, pois a *ligação do elemento colonizador com o aborígene deu-se tão íntima e intensa que, por muito tempo, o uso do idioma guarani foi corrente no seio da população civilizada de São Paulo, notando-se, ainda hoje, sua poderosa influência no falar paulista* (Freitas, 1936, pp. 33 - 43). O mesmo estende-se ao RS, visto que o guarani era o idioma mais falado nesse Estado na época da sua constituição e que muitos gaúchos são procedentes do povo paulista que desceu para o Sul (Elia, 1992).

As línguas indígenas que mais influenciaram o PB foram as da família linguística do tupi-guarani da América do Sul, do tronco tupi. Essa família é constituída por 24 línguas, sendo que muitas delas possuem diferentes dialetos, como é o caso da língua guarani, que é a mais representativa do tupi-guarani atual. Aliás, grande parte das tribos indígenas, já em 1500, falavam línguas pertencentes àquela família linguística. No que toca ao tupi-guarani (conforme podemos observar a sua distribuição atual na América do Sul, no Anexo 2.3), até hoje é usado na América do Sul⁵¹. Inclusive, conforme Elia (1992, p. 98), o contato das línguas indígenas com a portuguesa representou o maior obstáculo para a implantação do português no Brasil.

Após os portugueses chegarem ao Brasil, interagiram com a cultura indígena e dessa interação surgiu a “língua do Brasil” (“língua da terra”, “língua do mar”), que no século XVII passou a ser chamada de “língua brasílica” e, após, de “língua geral”. A “língua geral”, de base tupi-guarani e com influências do português, teve variantes e foi a mais falada no Brasil nos seus dois primeiros séculos de colonização (Elia, 1992, p. 98). Segundo Freitas (1936), em seus estudos sobre a língua nheengatu⁵² (já extinta), a qual também é derivada da família linguística tupi-guarani, as influências das línguas indígenas sobre o PB são muitas. Destaca ele, por exemplo, que a *inexistência da partícula pronominal – lhe (...) decorrente da ausência da consoante. - lh -, no alfabeto daquele idioma, deu azo à formação do modismo tão desagradável - disse p'ra ele (que muitos refinam desastradamente em disse p'r'ele), dá nele, etc., por disse-lhe, dá-lhe, etc.* (Freitas, 1936, p. 66)⁵³. Assim, para Freitas (1936, p. 68), num primeiro momento,

⁵¹ Apresentamos o mapa dos falares tupis (em violeta) e das línguas tupis-guaranis (em rosa) na atualidade. Este mapa baseia-se em dados obtidos de "Tupí Languages" e "Tupí-Guaraní Languages" do livro *The Amazonian Languages*, editado por R. M. W. Dixon e Alexandra Y. Aikhenvald, publicado em Cambridge pela (editora) Cambridge University Press, em 1999. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADnguas_tupis-guaranis (consultado em 20/07/2015).

⁵² O nheengatu surgiu no século XIX, como uma evolução da “língua geral”, “em um desenvolvimento paralelo ao da língua geral paulista, que acabou se extinguindo” (Freitas, 1936, p. 68). <http://www.brasiliiana.com.br/obras/vocabulario-nheengatu/pagina/68/texto> (consultado em 17/09/2015).

⁵³ Ainda, conforme o autor, o nheengatú usava o pronome *vós*, em São Paulo, entre amigos íntimos, irmãos, de pais para filhos e destes para aqueles, visto que o *tu* não parecia soar-lhes bem, pela *enunciação de uma série de vozes onomatopaicas em rima àquele monossílabo* (Freitas, 1936, 69). Por isso, o *vós* era usado de modo geral (Freitas, 1936, 69).

a língua portuguesa foi “enxertada” na tupi-guarani. O tupi-guarani foi, em São Paulo e no Brasil, a cavala, de cerne rijo e de seiva rica, onde se implantou e vicejou exuberante o enxerto luso: a ele devemos irretorquivelmente a unidade nacional e a similaridade de gênio e de índole do povo brasileiro (...). A intervenção do elemento tupi-guarani foi poderosíssima e decisiva, quer a estudemos através da entidade moral, quer pelas crenças, costumes e idioma do aborígene, como veículo na adaptação e assimilação do elemento colonizador (Freitas, 1936, p. 68).

Entretanto, se há ou não influência do tupi-guarani nos usos das formas *tu* e *você* do PB atual, essa é uma questão que não podemos afirmar, apenas supor, visto que não há e talvez nunca venha a existir um estudo que consiga comprovar isso. Assim como, conforme Mattos e Silva (2008) *nunca poderemos ter a certeza de que o que seria diferente do português aqui chegado seria “influência” africana*⁵⁴, *indígena ou outra. Sobretudo porque não conhecemos, a rigor, quais seriam e como seriam então essas línguas em contacto com o português colonial* (Mattos e Silva, 2008, p. 26).

Ocorre ainda que são ínfimos os documentos escritos sobre o período da colonização do Brasil e das línguas faladas pelos índios e não encontramos testemunho que assinale diretamente essa questão. Entretanto, analisando ainda um estudo de Ramirez & Pozzani (2011, p. 155) sobre o sistema de tratamento pronominal da língua guarani⁵⁵, em que tentamos buscar alguma relação com o sistema de tratamento do PB, verificamos que ele possui a forma *nde* como pronome pessoal reto do singular, conforme:

Singular		Plural	
<i>Nde</i>	Pronome de segunda pessoa amplamente utilizado, tanto para intimidade como para cortesia	<i>Ñande</i> <i>Ore</i> <i>Peê</i>	Pronome de primeira pessoa inclusiva Pronome de primeira pessoa exclusiva Pronome de segunda pessoa usado tanto para a intimidade quanto para a cortesia

Quadro 2.9: Sistema Pronominal Guarani

Fonte: Ramirez e Pozzani, 2011, p. 155.

Como vemos, no sistema pronominal do guarani, no singular, apenas encontramos o pronome de 2ª pessoa *nde*, que é utilizado de forma “ampla”, tanto para cortesia como

⁵⁴ Conforme Mattos e Silva (2008), o português popular brasileiro tem como o seu antecedente histórico o que designei de português geral brasileiro, constituído do encontro multilingüístico da população indígena autóctone, do português europeu do colonizador, da população de origem africana que aqui começou a chegar na década de 30 do século XVI (...). O principal elemento difusor do português no Brasil seria essa população de origem africana (...) que adquiriu a língua de dominação, reformatando-a profundamente. (...) A reconstrução do passado do português brasileiro não pode deixar de estar atrelada ao conhecimento detalhado dos variados aspectos da história social no espaço brasileiro e dos avanços da atualidade das teorias de contacto linguístico. (...) (Mattos e Silva, 2008, p. 24).

⁵⁵ Língua falada por boa parte dos índios da América do Sul e principalmente da Região Sul, sendo hoje inclusive uma das línguas oficiais do Paraguai (ao lado do castelhano) e do Estado do Mato Grosso do Sul – BR, conforme estudo feito pelo FONDEC, Fundo Nacional da Cultura e das Artes do Paraguai (Ko aranduka osê FONDEC/Fondo Nacional de a Cultura e as Artes pytyvõme). Tradução para o português de Cecy Fernandes de ASSIS. <http://guaraniportugues.blogspot.pt/2013/02/2-2-mboepy-mokoiha-nenemongetavemi.html> (consultado em 22.05.2015).

para intimidade (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 155). Ou seja, *nde* é usado de forma genérica, visto que esse idioma apresenta apenas uma forma de referência à 2ª pessoa do singular, tal como ocorre no PBRs, em relação ao *tu*, que não possui outro pronome pessoal de tratamento de “oposição” em uso corrente⁵⁶.

Cabe lembrarmos que o uso exclusivo do *nde* para referir a 2ª pessoa, tal como acontece com o *tu* ou com o *você* do PB, não invalida a presença de expressões de “cortesia” naquele idioma⁵⁷, como saudações formais e informais⁵⁸, pois elas existem no guarani.

No que toca aos hábitos linguístico-culturais indígenas, conforme Couto Magalhães (1940), faz-se relevante referir que,

Para el salvaje, aquel que habla su lengua es de su familia; por lo tanto, su amigo. Y es natural. Ellos no tienen idea alguna del arte de la escritura; no comprenden los métodos de enseñanza de outra lengua, sino la manera en que les fu dada la suya: en el seno materno. Por eso, cuando un blanco habla su lengua, el salvaje cree que esse blanco es un pariente, y que entre la gente de su tribu aprendió esse blanco, en su infância, a hablarla (Couto Magalhães, 1940, p. 40. In: Elia, 1992. p. 20).

Portanto, falar a mesma língua, para o índio, leva ao sentimento de pertença. Conforme Elia (1992, p. 26), isso explica o fato de os jesuítas serem os que mais se destacaram no conhecimento do tupi, por esse ser um meio de chegarem até os índios. Inclusive, José de Anchieta é o autor do texto mais antigo impresso nessa língua: *Arte de Grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, publicada em Coimbra, em 1595. Tamanho é o seu esforço para conhecer o idioma aborígine (Elia, 1992, p. 26).

Ao voltamos o nosso olhar sobre o excerto da *Carta* de Caminha (1500) apresentado acima, percebermos que os portugueses, mesmo não falando a língua indígena, foram recebidos por eles com “boa vontade” interacional, o que demonstra a hospitalidade indígena e o seu modo informal de tratamento, mesmo a estranhos. Assim, passado esse primeiro contato entre essas duas culturas e feitas as devidas aproximações, as línguas acabaram encontrando-se na “língua geral”.

Conforme Elia (1992, p. 26-27), a “língua geral” (de base tupi-guarani com influência do português e com suas diversas variantes) foi a língua falada entre o final do

⁵⁶ A forma *nde*, quando traduzida para o português do Brasil (PB), pode substituir tanto o *tu* como o *você*. Às vezes vemos traduzida por *tu* e outras por *você*, conforme o dialeto do Estado brasileiro em que ocorre Contudo, não pretendemos aprofundar essa questão, por não ser nosso objetivo estudar o guarani. Cabe aqui apenas a referência, por entendermos que os hábitos indígenas influenciaram a cultura brasileira, bem como a gaúcha.

⁵⁷ Exemplo de saudação informal em guarani. *Mba'êichapa ndeka'aru(mi)* (Boa tarde. Como está a sua/tua tarde?) <http://guaraniporugues.blogspot.pt/2013/02/2-2-mboepy-mokoiha-nenemongetavemi.html> (consultado em 22.05.2015). Como vemos, o *nde* também é usado como pronome possessivo.

⁵⁸ As expressões formais são usadas para pessoas que merecem maior respeito, no juízo feito pela tribo. Já as saudações informais são usadas entre amigos e não são utilizadas para pessoas desconhecidas ou a quem se deva maior respeito, pois indicaria falta de consideração. Entretanto, não encontramos pronomes pessoais retos que refram isso especificamente. LÉXICO GUARANI, DIALETO MBYÁ. Robert A. Dooley, Associação Linguística Internacional – SIL Brasil. Versão de 26 de agosto de 2013.

século XVII e o princípio do XX, no Brasil, mesmo o ano de 1758 sendo um marco histórico e revolucionário no sistema linguístico brasileiro, quando Marquês de Pombal tornou a língua portuguesa a língua oficial nesse país (Elia, 1992, p. 50)⁵⁹. A partir desse momento, não foram mais os portugueses que precisaram adaptar-se à linguagem indígena, mas os índios que precisaram adaptar-se à linguagem portuguesa. Entretanto, as crianças continuam a ser ensinadas primeiro na língua geral, pois esta continuou a ser usada de modo informal (Elia, 1992, p. 99), o que ocorreu pela dificuldade de penetração da língua portuguesa no Brasil, por diversos motivos. Entre eles, conforme estudos de Freitas (1936), por possuir características linguístico-culturais de difícil assimilação para a cultura brasileira da época, por esta ser muito influenciada pela cultura indígena, começando pelo sistema vocálico do tupi-guarani, que não possui todos os fonemas do português (Freitas, 1936, p. 33), como referimos acima.

Ocorre ainda que, conforme Elia (1992), *el português, como idioma, veíase sujeto a los condicionamientos de vários órdenes: geográficos, étnicos y sociales* (1992, p. 91). Além disso, para Cunha (1970, pp. 58-59), o Brasil foi um país ruralizado durante quatro séculos, sem centros culturais importantes e com uma língua que precisava diversificar-se.

Assim, é relevante observar as considerações de Mattos e Silva (2008), para quem o PE que chegou ao Brasil no século XVI e ao longo do período colonial e pós-colonial, é o “antecedente histórico” do PB culto, que começou a ser definido

na segunda metade do século XVIII, quando, por força das diretrizes político-culturais pombalinas, a língua portuguesa passou a ser objeto de ensino sistemático no Brasil, embora precário, mas obrigatório, para fazer recuar a prevalência do ensino jesuítico, centrado na catequese, que priorizava a língua geral, e também no ensino da língua latina. Partindo desses pontos de vista, o português brasileiro culto do passado seria próprio aos segmentos mais altos da sociedade colonial e teria o português europeu do colonizador como modelo a ser seguido (...) esse português europeu aqui chegado nesses séculos seria não só sociolinguística como dialetalmente diversificado (Mattos e Silva, 2008, p. 17).

Todas essas questões parecem ter contribuído para a dificuldade de assimilação do PE pelo brasileiro. Inclusive, é de lembrar que, conforme Padre Vieira (Elia, 1992), *las mujeres crían a los hijos en el seno de la lengua de los indios, aprendiendo los pequeños el portugués cuando van a la escuela* (Elia, 1992, p. 99).

⁵⁹ Pode-se afirmar, com certa margem de segurança, que até meados do século XVIII o multilinguismo generalizado caracteriza o território brasileiro, até certo ponto freiado pelas leis pombalinas de política linguística dos meados do século XVIII. O multilinguismo perdura: ainda hoje, apesar de a língua portuguesa ser a língua oficial majoritária no Brasil, persistem cerca de 180 línguas indígenas, com a média de 200 falantes por língua, faladas por 300.000 a 500.000 índios (estimativas de 2000), perfazendo 0,2 da população brasileira, que atinge hoje um total de 169.544.443 h, segundo os primeiros resultados do Censo 2000 (Mattos e Silva, 2004).

Em 1808, a Família Real carregou consigo para o Brasil o desenvolvimento linguístico-cultural, com a implantação da imprensa, de bibliotecas, de universidades e da cultura de língua portuguesa em geral, o que proporcionou que parte dos brasileiros (devem ter sido poucos) tivessem acesso ao desenvolvimento intelectual e fosse escolarizada⁶⁰. Evidentemente, o sistema de tratamento português foi sendo absorvido e adaptado à cultura local, aos poucos.

Lembra Nascentes (1998) que quando o *Vossa Mercê* entrou no Brasil, já possuía variações e já perdera seu caráter formal, cerimonioso, ganhando mais corruptelas nesse país, além das que já ganhara em Portugal, pois, no Brasil, passou a *vossemecê*, *osmecê*, *vosm'cê*, *voscê*, *você*, *ocê*, até chegar a *cê* (Nascentes, 1996, p. 116).

Cabe lembrar que, conforme Coelho & Görski (2011, p. 268), até por volta de 1500, as duas maneiras de se dirigir ao interlocutor no português arcaico eram o tuteamento familiar (*tu*) e o voseamento respeitoso (*vós*) e que só por volta do final do século XVI as formas de *Vossa Mercê* começaram a aparecer nos registros portugueses. Neles encontravam-se as variantes *vocemecê*, *vancussê*, *vancê* (2011, p. 268). Sendo assim, conforme Teyssier (1997), *Vossa Mercê*, no Brasil, *ao mesmo tempo em que passava a você por erosão fonética (...) perdia, por erosão semântica, o seu valor de tratamento respeitoso para assumir o de tratamento familiar* (Teyssier, 1997, p. 89). Com o passar do tempo e com a independência do Brasil, houve a adaptação linguística do português à cultura brasileira, o que fez com que, conforme Biderman (1972-1973, p. 368) *ocorresse a substituição do tu por você, como forma de tratamento familiar e íntima, fato que se deve ter processado na virada do século XIX para o XX* (Biderman, 1972-1973, p. 368). A autora, por meio da análise de escritos de Machado de Assis, de Manoel Antônio de Almeida e de Martins Pena, verificou que até os anos 70 do século XIX usava-se o *tu* de intimidade, mas que a partir daí passou-se a usar também o *você* como tratamento de intimidade (Biderman, 1972-1973, p. p. 362-364). Por sua vez, Paredes Silva (2000), em suas análises a partir de peças teatrais, comprovou que até o início do século XX *era o pronome tu (com as flexões correspondentes) que predominava no tratamento íntimo do ouvinte, na área do Rio de Janeiro* (Paredes Silva, 2011, p. 248). Hoje, conforme Cunha & Cintra (2002), o *você* é a forma preferencial em grande parte do Brasil, ficando a forma *tu* preservada somente em alguns Estados Brasileiros, como

⁶⁰Os brasileiros que viviam nos centros mais desenvolvidos tiveram maior acesso à cultura portuguesa e à assimilação das regras de uso das formas de tratamento pronominal dessa língua, conforme a norma. Também havia brasileiros que iam estudar na Europa, o que era comum no século XIX entre pessoas de origem abastadas. Portanto, estes e os que viviam mais próximos à corte possuíam mais facilidades de absorver não só o sistema de tratamento português, mas a cultura e os hábitos cortesãos atrelados a ele.

no RS (Cunha & Cintra, 2002, p. 293). Isso fez com que, no século XX, conforme Silva (2008), o PB possua *um sistema de tratamento binário: você/tu e o(a)senhor(a)* (Silva, 2008, pp. 157-192). Porém, conforme Cunha & Cintra (2002), o PB ainda possui muita instabilidade linguística nesse sentido, o que dificulta a sua verificação.

É de lembrar que, com a independência do Brasil, a língua portuguesa, aos poucos, tomou caminhos diversificados, em dois sentidos, no Brasil e em Portugal, motivo pelo qual hoje temos, inclusive, duas variedades da língua portuguesa (LP)⁶¹. Tal instabilidade, no que toca ao PB, pode ser observada no mapa de Marta Scherre (2013) (Anexo 2.4) que apresentamos⁶².

2.2.4. Tais verificações levam-nos à indagação sobre como se deram a aceitação e a aplicação da norma culta do português, no Brasil. Sobre isso, é importante observar a divisão de Pagotto (1998, p. 7) sobre as duas fases distintas de discussão sobre essa aplicação. A 1ª fase vai da 2ª metade do século XIX até a década de 30 do século XX. Nessa fase, conforme o autor, ocorreram acaloradas discussões e polêmicas entre os gramáticos e estudiosos da língua acerca do certo e do errado no PB. É de observar que, do ponto de vista linguístico-cultural, no século XIX aflorou o sentimento nacionalista, por conta do Período Romântico, da independência do Brasil e, mais tarde, do surgimento da República. Mas foi no início do século XX, com o Modernismo, que a gramática normativa foi posta em cheque por meio da literatura, principalmente na Semana de Arte Moderna, em São Paulo, em 1922. Inclusive, nesse evento, tanto a gramática como, mais especificamente, o uso do sistema de tratamento pronominal, conforme a norma culta, foram contestados por Oswald de Andrade, em *Pronominais* (Andrade, 1922), como podemos ver no poema que segue:

Pronominais

Oswald de Andrade

Dê-me um cigarro
Diz a gramática

⁶¹ Ou seja, as variações ocorreram tanto no PE como no PB. Nesse sentido, cabe lembrarmos aqui mais uma vez um pensamento de Saussure (1974) que indaga: *o que se passaria se uma língua falada em um ponto nitidamente delimitado – uma ilha, por exemplo – fosse transportada por colonos para um outro ponto, igualmente delimitado; por exemplo, para outra ilha?* (Saussure, 1974, p.324). Para o teórico, o que ocorre é que *ao fim de certo tempo ver-se-iam surgir entre a língua do primeiro foco (F) e a língua do segundo (F') diferenças variadas, no que diz respeito ao vocabulário, à gramática, à pronúncia, etc.* (Saussure, 1974, p. 325). Ainda conforme Saussure (1974), *não devemos imaginar que só se modificaria o idioma transplantado* (Saussure, 1974, p. 325). Ou seja, os dois idiomas ainda continuariam a sofrer modificações com o passar do tempo. Com isso o estudioso conclui que o estudo da *língua não pode, pois, ser unilateral; as inovações das duas línguas têm uma igual importância* (Saussure, 1974, p. 325).

⁶² Como podemos observar no mapa, o RS é o único Estado, como um todo, em que há o uso preferencial pela forma *tu* com concordância muito baixa, ou seja, com ocorrência do verbo flexionado na 3ª pessoa do singular (ver parte azul-marinho no mapa), o que é contrário à norma. Embora alguns outros Estados também apresentem o uso do *tu*, em geral apresentam diferenças em relação a flexão do verbo, com concordância média. A única região que podemos observar nesse mapa que mostra ocorrências como as do RS é uma pequena região do Estado do Amazonas. Ou seja, o RS é um dos Estados brasileiros que mantém fronteiras muito demarcadas do ponto de vista do uso pronominal.

*Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.*

Nesse poema, podemos perceber uma crítica à distância entre a gramática normativa ensinada nas escolas e o uso coloquial da língua portuguesa no país⁶³. Ou seja, o poeta demonstra que a escola ensina a ênclise, mas a próclise é privilegiada na fala cotidiana.

É de observar que, no PE,

Entre os sécs. XVII e XVIII, após a reanálise do padrão das frases em que ocorriam, os clíticos passaram a ter uma posição cristalizada pós-verbal, aquela que é ainda hoje obrigatória nas frases independentes ou nas orações principais de frases complexas. Esta é uma das grandes diferenças sintáticas entre o português europeu e o português brasileiro, uma vez que no Brasil a gramática evoluiu para uma regra generalizada de próclise, mesmo em início absoluto de frase (cf. por exemplo, me joguei no chão), enquanto a próclise em posição inicial absoluta nunca se verificou em português europeu, independente da sua fase histórica (Marquilhas, 2014, p. 36).

Sobre essas diferenças entre o PB e o PE, no que tange ao uso da próclise, cabe lembrarmos um estudo de Freitas (1936) sobre o tupi-guarani, por ele ter influenciado a variedade do PB, *ao antepor as partículas pronominais aos verbos e aos nomes e pospor aos verbos os pronomes retos* (Freitas, 1936, p. 65). Continua o teórico, fazendo uma comparação entre o PB e o PE, em que cita: *os paulistas dizem - está chovendo, me deixe, me faça o favor, etc., enquanto os portugueses locucionam - está a chover, construção tão mal soante aos nossos ouvidos, quanto aos ouvidos lusos devem ser os - me deixe, me faça o favor* (Freitas, 1936, p. 65). Com isso reforçamos a verificação da influência de línguas indígenas sobre o PB e verificamos que o poema de Andrade trata de um fenômeno do PB que já se fazia sentir em 1922, o uso da colocação pronominal diferente do PE, o qual segue a norma.

É importante destacar ainda que, segundo Ribeiro (1999), no final do século XIX há no Brasil 85% de analfabetos e que, nas primeiras décadas do século XX, há apenas 25% de potenciais usuários do português brasileiro culto e 75% de usuários do português

⁶³ Sobre a prescrição e o uso do PB, cabe lembrar que a norma gramatical dos manuais escolares não serve de espelho para “a língua como ela é” nossas crianças percebem sempre, e não é à toa que comentam: “mas não é assim que a gente fala”. Em geral, a idéia do aprendiz – não por culpa sua – se forma a partir de um juízo bastante negativo: a língua dos livros é a certa e a que freqüente [usamos] (...) é corruptela, um apanhado de usos imperfeitos. Todos, enfim, falam português mal aprendido. Isto são coisas mais que sabidas, não chovamos no molhado (Lopes & Cunha, 1994).

brasileiro popular (Ribeiro, 1999)⁶⁴, o que pode influenciar a dificuldade da introdução da norma culta do português, no Brasil.

Quanto à 2ª fase da discussão da aplicação da norma culta no Brasil, conforme Pagotto (1998, p. 7), ela começou na década de 40 do século XX e continua até os dias de hoje. Nela, os estudiosos começaram por recorrer à ciência para argumentar a favor ou contra os usos linguísticos do PB. Contudo, como seus trabalhos *jamais conseguiram trazer para a codificação da norma culta escrita as formas linguísticas do Brasil* (Pagotto, 2001, p. 55), esses estudiosos passaram a destacar, por meio de discursos científicos, a necessidade de acentuar a unidade linguística entre o PE e o PB (Pagotto, 2001, p. 39-57). Mas há sempre quem defenda o uso do português brasileiro popular. Prova disso é uma canção de 1969 que teve imenso sucesso no Brasil, chamada *Boêmio Demodê*⁶⁵, e que foi composta por um dos maiores e mais conceituados compositores da época, o luso-brasileiro Adelino Moreira (conhecido pela sua correção ortográfica e por costumar compor músicas para Nelson Gonçalves). A canção destaca a naturalidade da “junção do *tu* com o *você*” no PB, fenômeno linguístico do português popular brasileiro. Para termos uma ideia mais precisa sobre o que trata a composição, apresentamos abaixo a sua letra:

Boêmio Demodê⁶⁶

Adelino Moreira

*Vou fazer uma seresta,
Moderninha como quê,
**Misturar os tratamentos,
Juntar o tu com você,**
Eu não quero que me chamem,
Um boêmio demodê.
Com acordes dissonantes,
Sem marquise e sem calçada,
Sem culto de mulher amada,
Na penumbra do balcão,
Seresta ultra moderna,
Sem viola e violão.
Minha seresta,
Não terá pinga na rua,
Não terá luar nem lua,
E nem lampião de gás,
Porque a lua,
Nesses tempos agitados*

⁶⁴ Ou seja, a ausência de alfabetização sobre esses aspetos do português podem ter contribuído para a expansão do português popular, influenciado, em parte, como vimos, pela cultura indígena.

⁶⁵ Essa música, cantada por Paulo Vinicius, até hoje é atribuída a Nelson Gonçalves, pelos seus timbres semelhantes e porque Adelino Moreira compôs mais de 1000 músicas para Nelson Gonçalves, um dos maiores ícones musicais do Brasil. Entre elas está a *Volta do boêmio*, canção muito conhecida. É de destacar que *Boêmio Demodê* é composta por um lusobrasileiro do Porto, que, certamente, sensibilizava-se com a questão da língua portuguesa na variante brasileira. Inclusive, ele era visto como o compositor que melhor compunha no Brasil, por escrever em português “correto”. A música encontra-se, em anexo, neste trabalho.

⁶⁶ Ver Anexo 7, ou site: <https://www.youtube.com/watch?v=dFmFpWWLp8I> (consultado em 07/07/2015).

*Já não é dos namorados,
Romantismo não tem mais.
Minha seresta,
Nesta era espacial,
Vai se tornar imortal,
Na voz daquele ou daquela,
Minha seresta,
Vai ganhar placa de bronze,
Pois nem mesmo Apolo Onze,
É mais moderno que ela.*

Como vemos, a composição associa a evolução e a “modernidade” (como a chegada do homem à lua, por meio da Missão Apolo 11, no ano em que foi lançada a música) à “junção de *tu* com *você*”. Ou seja, expressa que o uso das formas *tu* e *você* de modo conjunto numa mesma frase, ou num mesmo período, contrariando a norma, é algo “moderno”⁶⁷. Nesse sentido, entendemos que “juntar o *tu* com o *você*”, no PB, pode incluir a junção de formas de 2ª e de 3ª pessoas, o que seria estranho ao PE.

2.2.5. Cabe aqui lembrar que, conforme estudos de Galves (1993), o PB apresenta variações, como o enfraquecimento da concordância verbal. Ainda, conforme Brito (1999), *um dos aspectos mais característicos do PB é a redução dos paradigmas flexionais do verbo* (Brito, 1999, p. 4). Também para Galves (1993, pp. 387-408), no PB, a concordância verbal está perdendo o traço sintático de pessoa, traço valorizado no PE. Ou seja, independentemente do tipo de pronome ser de 2ª ou 3ª pessoas, o verbo, no singular, tende a privilegiar a flexão na 3ª pessoa, principalmente na oralidade, diferente do que ocorre no PE.

Tal verificação faz-se importante neste trabalho porque, na análise das entrevistas, por meio dos *protocolos verbais*, conforme apresentamos no Anexo 5.2, alguns leitores identificaram e referiram explicitamente o tipo de ligação do sujeito nulo, ou seja, se o verbo e/ou determinantes estariam associado às 2ª ou 3ª pessoas. Entretanto, entendemos que, no PB, o verbo passa a não dar mais conta da pessoa do sujeito, se *tu* ou *você*. Assim, no caso de um interlocutor português inferir alto grau de cortesia no uso do sujeito nulo com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular, essa análise pode não condizer com a intenção do locutor.

⁶⁷ O contexto da composição revela ainda o espírito desenvolvido nas décadas de 60/70, as quais presenciaram fortes mudanças científico-sociais inspiradas nas liberdades feminina e sexual, que desejavam o fim da hipocrisia atrelada à imposição de regras, como dos valores machistas, por exemplo. Adelino Moreira cantou essas mudanças, valorizou a evolução social e, inclusive, a liberdade de expressão linguística. Portanto, colocou em evidência algo que já vinha se discutindo na língua entre os gramáticos, por meio de discursos acalorados. Ou seja, os autores acima citados, Oswald de Andrade e Adelino Moreira, em diferentes épocas da discussão da norma culta no PB, manifestaram o uso pronominal coloquial no PB.

É de destacar, entretanto, que o objetivo principal do nosso trabalho não é a revisão de formas verbais ou de outras formas que não sejam os pronomes pessoais retos *tu* e *você*, visto que incluir aqui a análise pormenorizada de outras questões avolumaria muito nossas reflexões. Entretanto, referimos, rapidamente, esses casos por julgarmos pertinentes, visto que há referências de alguns leitores portugueses sobre eles. Ou seja, percebemos que há inferências sobre o sujeito nulo/oculto com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular nos excertos das narrativas do PBRs como sendo referente ao *você*. Já os leitores do PB não demonstraram inferir sobre isso, o que entendemos que, para eles (acostumados com a associação do verbo flexionado na 3ª pessoa, ao lado do *tu*) a identificação da pessoa do sujeito, se *tu*, *você*, ou mesmo se expresso por meio de sujeito nulo, é algo irrelevante.

Essas observações reforçam a nossa ideia da possível existência de neutralidade nos usos das formas de 2ª e 3ª pessoas no que toca à existência de diferentes graus de cortesia, no PBRs, tal como ocorre com o uso do *nde* do guarani, ou com o *tu* do latim clássico. Tais considerações e comparações levam-nos a indagações que ainda não estão totalmente explicadas e que merecem maior atenção e pesquisas aprofundadas, o que pretendemos realizar em outro momento.

Antes de encerrarmos esta seção e passarmos à verificação do uso preferencial da forma *tu* no PBRs, gostaríamos de referir o pensamento de Faria (2003) sobre as variações linguísticas e as relações entre o PE e o PB, conforme:

em línguas com larga história de expansão mundial e de mobilidade dos seus falantes nativos, observa-se a existência de variedades que se vão progressivamente fixando e autonomizando, até ser possível caracterizá-las como variedades locais ou mesmo nacionais. É nessa perspectiva que distinguimos entre a variedade europeia do português que designamos de português europeu (PE) e a variedade brasileira do português ou português brasileiro (PB). (...) A existência de variantes ou de variedades de um dado sistema linguístico constitui uma mais-valia para a própria língua. Esse aspecto enriquecedor torna-se mais evidente no léxico, com a introdução de palavras novas relativas aos diversos universos de referência, mas é também patente nos vários módulos da gramática. A diversidade no interior de uma língua é pois uma realidade a preservar e defender, uma vez que é factor constitutivo da própria história da língua, nos locais onde é utilizada (Faria, 2003, p. 34. In: Mateus et alli, 2013).

Portanto, entendemos que variações como as que observamos acima entre o PB e o PE são vistas por Faria (2003, p. 34) como uma mais-valia para a língua portuguesa, bem como para a sua história, devendo ser defendidas por nós e preservadas.

Após concluirmos a nossa verificação sobre as relações entre os usos das formas *tu* e *você* no PE e no PB, passamos à observação do uso dessas formas no PBRs.

2.3. *Tu*: PBRs

Tendo, nas seções anteriores, verificado, entre outras questões não menos relevantes, a caracterização das formas *tu* e *você* nas duas variedades do português (PE e PB), pretendemos, a seguir, observar a preferência pelo uso do pronome *tu* no sistema de tratamento do PBRs, diferente do que ocorre na maior parte do Brasil, que possui preferência pelo uso do *você* (Cunha & Cintra, 2002).

Sendo assim, para chegarmos a tal verificação, atentaremos, num primeiro momento, mesmo que de forma breve, às influências linguístico-culturais recebidas pelo povo gaúcho de povos que estiveram presentes no período da formação do Estado do Rio Grande do Sul.

2.3.1. O Estado mais ao Sul do Brasil, o Rio Grande do Sul, conforme Simões Pires (s/d), recebeu influência não só da língua portuguesa, mas também de línguas como o guarani (falada por tribos indígenas da região Sul do Brasil, como os Minuanos e os Charruas), o espanhol, e outras línguas faladas por diferentes culturas que chegaram mais tarde à região⁶⁸.

Para tentarmos entender a preferência pelo uso do *tu* no Estado do Rio Grande do Sul, bem como da sua “possível” neutralidade semântica, do ponto de vista dos efeitos de cortesia, ao tentarmos reconstituir parte da história da constituição linguístico-cultural do povo gaúcho, começamos por observar a localização do Estado do Rio Grande do Sul, no mapa do Brasil, bem como seus limites com a América Latina, conforme configuração atual (conforme Anexo 2.5).

O Rio Grande do Sul faz fronteira com outro Estado da Região Sul, o Estado de Santa Catarina (BR), com o Uruguai e com a Argentina, além de possuir grande dimensão litorânea voltada para o Oceano Atlântico. Tal configuração, bem como

a ênfase nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação do seu pertencimento ao Brasil se constituem num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha, constantemente atualizada, reposta e evocada. Primeiro há o que é chamado de "o isolamento geográfico do Rio Grande do Sul", responsável por sermos "um todo

⁶⁸ Como o alemão (imigração que começou no RS em 1824) e o italiano (imigração iniciada no RS em 1880). Entretanto, estas têm menor influência no falar do gaúcho do Rio Grande do Sul (RS) atual, por pertencerem a culturas praticamente isoladas durante décadas (Elia, 1992, pp. 255-270). Cabe destacar que, hoje, além do português ser a língua oficial e predominante no Estado, são também faladas no RS outras línguas e/ou dialetos minoritários, como: o caingangue (indígena), o mbyá-guarani (indígena), o portunhol riveirense e o castelhano (na fronteira com o Uruguai), o Riograndenser Hunsrückisch (idioma com 200 mil falantes germano-brasileiros ou teuto-brasileiros, proveniente da região de Hunsrück/Simmern, na Alemanha e falado em regiões de colonização alemã no RS), o dialeto pomerano (pertencente ao dialeto plattdüütsch, uma união de dialetos do baixo-alemão dos Países Baixos, norte da Alemanha e noroeste da Polónia, hoje falado em Roque Gonzales), o talian (dialeto falado por colonos italianos proveniente da região de Vêneto, na Itália, e que é falado em Caxias do Sul, Bento Gonçalves, entre outras cidades da Região Serrana do RS). Em muito menor proporção ainda temos o polonês, o lituano, o árabe e o iídiche (língua de origem alemã falada por judeus) (Instituto de Investigação em Políticas Linguísticas. <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=224> - consultado em 20/08/2015).

separado do mundo pelos areais litorâneos, pelos rios, pelas serras e pelas selvas”. A natureza, ao mesmo tempo em que nos premiou com um espaço físico dos mais favorecidos e benéficos às atividades humanas, também nos contemplou com uma posição de difícil acesso, ilhando-nos no Continente de São Pedro e fazendo com que este ficasse isolado do Brasil (Oliveira, 1984, p. 11).

A história que se conhece dessa região remonta às lutas entre portugueses e espanhóis pela posse das terras do Sul do Brasil. Ocorre que, conforme o Tratado de Tordesilhas, as terras a oeste da linha do tratado pertenciam à Espanha, região onde é hoje o RS (ver mapa: Anexos 2.6 e 2.7⁶⁹).

Conforme Elia (1992, pp. 57-58), entretanto, durante a união das nações ibéricas (entre 1580 e 1640), houve uma trégua nas lutas entre portugueses e espanhóis pelos territórios do Sul⁷⁰. É importante lembrar que, nesse período, Portugal ficou responsável pelo cuidado das colônias e que, do ponto de vista linguístico, Portugal e Espanha continuaram independentes (Elia, 1992, p. 50).

Em 1680, após a Restauração do trono de Portugal, este país fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento, na região onde hoje é o Uruguai (ver Anexo 2.7), às margens do Rio da Prata, de frente para Buenos Aires (Argentina), região pertencente aos espanhóis. Isso significou uma afronta aos espanhóis, os quais entenderam que as terras ocupadas pelos portugueses, conforme o Tratado de Tordesilhas, pertenciam a eles.

Sob protestos e lutas, os espanhóis acabaram por conquistar o território da Colônia do Sacramento. Mas a disputa não parou por aí, Portugal tomou de volta essa região e houve muitas novas lutas e batalhas pela sua conquista. Assim, essas terras andaram um pouco nas mãos dos espanhóis e outro pouco nas mãos dos portugueses. Mas, finalmente, por meio de um acordo entre Portugal e Espanha, em 1750, o Tratado de Madrid, os espanhóis abriram mão de parte da região da Missões Jesuíticas Espanholas (onde é hoje o noroeste do RS) em troca da região da Colônia do Sacramento (Elia, 1992, pp. 57-59), da qual não abriam mão. Como podemos observar no mapa do Anexo 2.8, das 30 missões espanholas, sete (4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10) ficaram dentro do território passado a Portugal. Cabe destacar que a língua falada nas Missões era predominantemente o guarani.

⁶⁹ Tratado firmado em 4 de junho de 1494, entre Portugal e Espanha, que tem como objetivo resolver conflitos territoriais sobre as terras descobertas por esses dois países. Desse modo, traçam uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde, a qual é a referência sobre as porções de terra destinada a cada um dos países (Portugal e Espanha), sendo que as terras a oeste ficam para a Espanha e as terras a leste para Portugal. Entretanto, esse tratado deixa de vigorar depois de muitas lutas entre os dois países pela posse das terras do Sul do Brasil e, só em 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid é que há trégua (Elia, 1992, pp. 11-70).

⁷⁰ Ou seja, em 1581, século XVI, com o desaparecimento do rei português D. Sebastião, na famosa Batalha de Alcácer-Quibir, o rei da Espanha Filipe II (D. Filipe I de Portugal), por razões de parentesco (ser tio do antigo rei e neto do rei D. Manuel) assumiu o trono português. Sendo assim, de 1581 a 1640, houve união entre os reinos ibéricos, o que levou à trégua sobre a posse dessa região, por longo tempo (Elia, 1992, pp. 57-58).

Entretanto, como os portugueses exigiram que os índios e os jesuítas espanhóis que viviam nas Missões abandonassem o território conquistado e passassem para o lado espanhol, houve muitas lutas entre eles. Essas lutas só terminaram quando os “gaúchos” (formados pela miscigenação entre índios, espanhóis e portugueses, principalmente entre índios e espanhóis), aos poucos, foram dominando a região.

É de referir que já em 1742 Portugal enviara à cidade de Viamão (no leste do RS) 580 casais açorianos para colonizarem a região e demarcarem a posse desse território. Os açorianos então fundaram, além da cidade de Viamão, também o Porto dos Casais, onde hoje é a Capital do Estado, Porto Alegre, desenvolvendo a língua portuguesa no Estado (Franzen, 2003). Em 1807, a área onde hoje é o Rio Grande do Sul passou à categoria de Capitania-Geral. É importante destacar que com isso, conforme Franzen (2003, p. 125), a presença portuguesa/açoriana no Rio Grande do Sul influenciou a formação da sociedade sul-rio-grandense, tanto do ponto de vista étnico, como do seu modo de ser, da sua cultura e da sua língua, a portuguesa. Entretanto, quanto à miscigenação com os índios, os açorianos, em parte, excluíram-se desse processo, por motivos racistas típicos da época (Franzen, 2003, p. 126).

Independentemente disso, como vimos, o RS ficou envolto em lutas territoriais entre portugueses, espanhóis e índios (Elia, 1992, pp. 47-48). Por isso, essa região, que fora chamada de Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, fora também um território formado por chefes militares enviados por Portugal para guerrilhar e que receberam partes dessas terras como prêmios. Sendo assim, em suas lutas defendiam os seus próprios interesses, muitas vezes contrários aos interesses da Coroa. A Coroa, por sua vez, também lhes dava alguma autonomia (Elia, 1992, p. 48). Cabe lembrar que, em Portugal, nesse período, os nobres que recebiam terras do rei e títulos de cavaleiros eram isentos de taxas, alódios, regalias (Moreno, 1996). Não sabemos se motivados por esse espírito ou não, mas o certo é que, desde o início do século XIX, os gaúchos buscaram sua autonomia e reclamaram das taxas cobradas pela venda de seus produtos (Passavento, 1985)⁷¹.

Tais fatos fizeram com que os gaúchos desejassem a sua liberdade em relação ao Brasil e promovessem investidas nesse sentido. Mas esta região acabou por ter várias experiências falhadas de emancipação, sendo a mais forte e duradora a Guerra dos Farrapos (Revolução Farroupilha, de feição Republicano), que durou dez anos (de 20 de setembro de 1835 a 1º de março de 1845) e levou o RS à provisória liberdade em relação

⁷¹ *Seu desejo de autonomia talvez também tenha sido inspirado na independência uruguaia (do Brasil e da Argentina)* (Passavento, 1985).

ao governo Imperial, apenas durante o período da revolução. Passados esses dez anos de luta, o RS perdeu a Guerra e voltou a ser anexado ao Brasil (Barbosa Lessa, 1981).

Essa digressão faz-se importante para percebermos que, conforme Simões Pires (s/d), do convívio dos povos do Sul, principalmente de espanhóis, portugueses e indígenas *com alto grau de ancestralidade pelo lado materno* (Simões Pires, s/d), surgiu o gaúcho, povo que passou a ignorar as fronteiras traçadas tanto pelos castelhanos como pelos portugueses e que criou um isolamento linguístico-cultural. Esse isolamento contribuiu para que o gaúcho se distanciasse tanto dos portugueses, os quais passaram a ser vistos por ele como “dominadores”, como dos espanhóis, os quais passaram a ser vistos como “invasores” (Simões Pires, s/d)⁷².

Assim, língua portuguesa do RS, chamada de dialeto gaúcho ou de *gauchês*, segundo Simões Pires (s/d), sofreu grande influência das línguas guarani, portuguesa e espanhola, e alguma (pouca) africana, esta mais do ponto de vista lexical.

Logo, para esse estudioso da cultura gaúcha, já no século XIX, os gaúchos, *numa tentativa de mostrarem para os “castelhanos” que falavam português e para os “imperialistas” que falavam espanhol, criam uma linguagem híbrida, compreendida por todas as partes envolvidas no período, mas impossível de ser dominada por um “chucro”*⁷³. Simões Pires (s/d) resume essas características da linguagem do gaúcho dessa época da seguinte forma: *usavam vocábulos hispano-luso-indígenas; aumentativos e diminutivos hispânicos; escrita lusitana; pronúncia baseada no português, mas lida como no espanhol* (Simões Pires, s/d). Havia também a

falta de uma gramática oficial, mantendo o dialeto constantemente mutante e flexível, a pronúncia do “o” e do “e” [eram]feitas como no Espanhol quando se alterariam para “u” e “i” no Português. Recorde-se que não há regra oficial para a fala campeira e que a maioria das pessoas sequer sabem que não falam Português nem Espanhol; o pronome “lhe”, quase sempre é pronunciado “le”; há uma grande dificuldade entre os nativos para saberem quando pronunciar “b” ou “v”, pois flutuam entre a gramática portuguesa e a espanhola (Simões Pires, s/d).

Entretanto, quanto à preferência pelo uso do *tu*, diferente da maior parte do Brasil, que opta pelo *você*, no que toca à possível influência do espanhol (castelhano), língua falada nos países vizinhos ao RS, não encontramos relação que a determine, visto que o castelhano que é falado tanto no Uruguai como na Argentina possui preferência pelo

⁷² Da influência indígena, o gaúcho adquiriu também os hábitos do churrasco e do chimarrão. Este é uma bebida diária das famosas “rodas de chimarrão”, onde é passado de mão em mão. Até hoje ele é bebido nos parques, nas salas de aula, em reuniões de trabalho e de família, tanto por adultos como por crianças. O chimarrão é uma bebida de compartilhamento solidário, com suas regras próprias (Simões Pires, s/d).

⁷³ O termo *chucro* é usado aqui como: pessoa que desconhece essa linguagem.

voseo íntimo no seu sistema de tratamento pronominal, ao lado de *usted*, para tratamento formal.

Também, sobre os usos da forma *tú* em outros países da América Latina, conforme Moreta & Camarasa (1992, p. 338-339 In: Ramirez & Pozzani, 2011, p. 153), encontramos as seguintes ocorrências:

- Em zonas que possuíram cortes e vice-reinados, ou universidades, como o México, o Peru, Cuba e Porto Rico, e que recebiam os usos que triunfavam nas metrópoles rechaçou-se o *vós*, preferindo-se o *tú* (Moreta & Camarasa, 1992, p. 338-339. In: Ramirez & Pozzani, 2011, p. 153);
- Em zonas sem influências político-culturais anteriores e de vida rústica, como a Colômbia, a Venezuela, o Chile, o Paraguai, a Argentina, o Uruguai, a Serra Equatoriana, a Região do Rio da Prata e alguns países da América Central, preferiu-se o *vós* ao *tú* (Moreta & Camarasa, 1992, p. 338-339. In: Ramirez & Pozzani, 2011, p. 153).

Ou seja, os países da América Latina que preferem o *tú* são os mais distantes do RS, o que dificultaria a sua influência sobre o falar gaúcho, nesse sentido.

Sendo assim, tal reflexão faz-nos concluir que o RS provavelmente não sofrera influência de países que possuem preferência pelo *tu* no seu sistema de tratamento, nem de seus países limítrofes, Uruguai e Argentina, que optam pelo *voseo*. Portanto, o *tu* é herança portuguesa. Contudo, o seu “uso preferencial” no sistema de tratamento do PBRS ocorre de forma diferente do PE, visto que este possui um sistema de tratamento de base triádica. Assim, estaria mais próximo do sistema pronominal do guarani, que possui apenas um pronome singular. Tal influência sobre o uso pronominal não seria uma novidade, visto que, como observamos acima, outras influências pronominais o PB recebeu de línguas indígenas que estiveram no início da formação do Brasil. Assim, não seria estranho pensar que o tipo de uso dado ao *tu*, no PBRS, também pudesse ter influência do uso do *nde* do guarani, usado de forma genérica para referir a 2º pessoa; mas isso não podemos afirmar. De qualquer modo, é de considerar a influência linguístico-cultural dos índios aos gaúchos, valendo a pena recordar que, conforme apresentamos acima na observação de Padre António Vieira, as crianças eram ensinadas conforme a língua dos índios, em casa, e só depois aprendiam a língua escolar, o português. Se unirmos essa observação a de que a miscigenação indígena no RS ocorreu em 50% pelo lado materno (Simões Pires, s/d) e que, normalmente, a mãe é a responsável pela educação dos filhos, seria lógico pensarmos que muitos gaúchos tenham recebido

influência do sistema pronominal indígena já no seio materno e que só depois aprenderam o sistema do português na escola.

2.3.2. No RS, tal como no centro do país, o ensino da língua portuguesa evoluiu com o passar dos séculos, e acabou por mostrar aos gaúchos a norma padrão do português, bem como a conjugação verbal conforme essa norma. Portanto, seria incorreto dizer que os gaúchos hoje não falam português. Entretanto, uma coisa é a língua ensinada nas escolas, o português culto conforme a norma, e outra é a língua falada no cotidiano, o português brasileiro popular do dialeto gaúcho, que possui como marca forte o uso do *tu* com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular, entre outras peculiaridades. Cabe lembrar ainda que quando o gaúcho escolarizado pretende ser formal, ou talvez impressionar, ao invés de usar o *você* ou o sujeito nulo, com o verbo flexionado na 3ª pessoa do singular (na fala), continua usando o *tu*, apenas flexionando o verbo conforme a norma, na 2ª pessoa do singular. Aliás, também no PBRs, tal como no PB em geral, o *tu* vem ganhando inclusive o terreno da forma de tratamento *senhor(a)*, pois quem é tratado desta forma, em geral, responde “o senhor está no céu”, mostrando o seu desagrado pelo uso dessa forma de tratamento nominal.

Como já foi dito, não se sabe e talvez nunca saibamos se a preferência pelo *tu* é mesmo influência indígena do *nde* ou não, mas o que podemos verificar por meio de um estudo realizado pelo sociólogo fluminense Oliveira Vianna (1974) é que no RS existe uma tradição de igualdade e familiaridade, inclusive entre patrões e empregados (observada mesmo na época na escravidão, entre os patrões e os escravos de casa), e entre pessoas de diferentes classes sociais (Oliveira Vianna, 1974). Talvez esse tipo de relação informal tenha também influenciado o uso de *tu* que temos hoje.

2.3.3. No que toca ao desejo de isolamento do povo gaúcho em relação ao Brasil, como vimos anteriormente, conforme Franzen (2003), houve um momento da história do país que marcou a abertura desse isolamento, por questões pragmáticas (Franzen, 2003, p. 126). Ou seja, a partir da década de 30, do século XX

o Rio Grande do Sul [passou] a ocupar um lugar de destaque na vida política da nação, e Getúlio Vargas [de São Borja, primeira cidade dos Sete Povos das Missões e fundada por jesuítas espanhóis], um típico gaúcho da fronteira, [assumiu] a presidência do Brasil. Além disso, em 1935, comemorava-se o Centenário da Revolução Farroupilha e as acusações de separatismo por parte dos gaúchos voltavam a se fazer ouvir. O gaúcho necessitava não só demonstrar sua condição de cidadão capaz de contribuir para a grandeza da pátria, mas, principalmente, sua condição de brasileiro (Franzen, 2003, p. 126).

A presidência do país estar nas mãos de um gaúcho típico, do noroeste do Estado e de uma região dos Sete Povos das Missões, mudou o rumo da história desse Estado. O gaúcho precisava, portanto, mostrar que era capaz de governar o país e, para isso, mostrar-se “integrado” a ele, quebrar o seu isolamento. Mas era preciso também que ele se sentisse brasileiro, que exaltasse o seu lado português, pois no imaginário do gaúcho havia ainda o trauma da monarquia. Sendo assim, era preciso também exaltar e aceitar o seu lado açoriano, devido ao fato de os açorianos terem fundado a capital do Estado, Porto Alegre (Franzen, 2003, p. 126)⁷⁴.

Hoje, o gaúcho parece ter superado o desejo separatista. Mas, por um lado, apresenta ainda fortes marcas do seu isolamento, como vemos em traços linguístico-culturais. Como exemplo do RS isolado, podemos citar o seu estilo peculiar de falar, com o uso do *tu* com concordância muito baixa (Scherre, 2013, Anexo 2.4), o que é reconhecido nacionalmente. Por outro lado, podemos perceber o esforço que o gaúcho faz para mostrar-se integrado ao país. Um bom exemplo disso são as letras de suas composições musicais tradicionalistas. Destacamos as músicas *Vanerão Smbado*⁷⁵ (letra no Anexos 2.9; música no Anexo 7) e *Canto Alegretense*⁷⁶ (letra no Anexos 2.10; música no Anexo 7). Aquela combina o ritmo musical tipicamente gaúcho, o *vanerão*, ao *samba*, ritmo musical tipicamente carioca, na tentativa de aproximar o RS do Rio de Janeiro. A composição revela o orgulho de ser gaúcho e brasileiro⁷⁷. E, esta destaca o orgulho de ser gaúcho e brasileiro.

A partir da análise realizada acima, percebemos que a cultura gaúcha, influenciada pelas principais línguas presentes no período da formação do Rio Grande do Sul (o português, o guarani e o espanhol), registra marcas linguísticas dessas culturas. Porém, entendemos que a permanência do *tu* no PBRS, diferente do que ocorre em outros Estados que optaram pelo uso do *você* como forma preferencial do seu sistema de tratamento, pode ter ocorrido pelo desejo de isolamento do gaúcho não só dos portugueses e dos espanhóis, mas também da influência de Estados brasileiros que, para eles, representavam a monarquia. Da mesma forma, o uso do *tu* com flexão verbal em 3ª pessoa pode

⁷⁴ Mas, como a identidade do gaúcho ainda não era marcante, é preciso construí-la a partir de “fotos antigas, etc.”, que inspirassem a criação da identidade do “gaúcho brasileiro, por opção”, do “gaúcho lusoaçoriano” que trazia nas veias o sangue açoriano que, embora fosse de pessoas simples, era digno, honrado e merecedor de glórias (Franzen, 2003, p. 126). Foi essa a ideia que esteve na base da fundação dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas), os quais pretendiam valorizar e disseminar a cultura gaúcha desenhada e rabiscada no papel.

⁷⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=k3vaNs9U3tk> (consultado em 20/04/2015).

⁷⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=er06K3-Wn2s> (consultado em 20/02/2014).

⁷⁷ Na letra da música, marcamos em azul características do dialeto gaúcho e, em vermelho, características do dialeto carioca.

representar ainda a contrariedade do povo gaúcho em aceitar regras impostas, como as normas linguísticas vindas da monarquia, tal como as formas de cortesia.

Ainda, aproximamos o *tu* gaúcho ao *nde* do guarani e ao *tu* do latim clássico, de uso referencial, como sujeito da oração, usado mais para apontar o interlocutor de forma generalizada em uma interação discursiva, do que para propriamente expressar grau de cortesia ou “oposição” a outra forma de referência à 2ª pessoa.

Portanto, do ponto de vista linguístico-cultural, hoje, temos, por um lado, um RS descolado do país, tradicional e isolado e, por outro, um RS integrado ao país. Aquele representa para nós a *face negativa coletiva* do povo gaúcho, o seu bairrismo, o seu sentimento de pertença. E, este representa a sua *face positiva coletiva*, a que o gaúcho quer apresentar ao país, se considerarmos as concepções de Brown & Levinson (1987) sobre *faces*.

2.3.4. A fim de exemplificarmos o uso do *tu* no PBRS atual, bem como a suposta presença de neutralidade no seu uso, no que toca aos efeitos de diferentes graus de cortesia (diferente do que ocorre com as formas *tu* e *você* do PE, que podem possuir usos complexos ao estarem ligadas a diferentes efeitos de formas de tratamento), continuamos nossas verificações, por meio da transcrição de uma vinheta de uma Campanha Institucional da RBS/TV (Rede Brasil Sul de Telecomunicações, filhada à Rede Globo de Televisão Brasileira). Tal vinheta apresenta uma interação discursiva de apresentação entre interactantes gaúchos do RS (conforme DVD, no Anexo 2.11, ou no link abaixo⁷⁸).

Na transcrição dessa interação, usamos: L1 (locutora 1) e L2 (locutora 2) para as falas das repórteres; L3 (locutora 3), L4 (locutora 4) e L5 (locutora 5) para as falas das alunas. Segue baixo a contextualização da transcrição.

Contextualização: Duas repórteres estão dentro de uma carrinha(PE)/*van*(PB) em frente a um ginásio(PE)/academia(PB) e, enquanto algumas alunas praticam suas atividades físicas e ao mesmo tempo assistem televisão dentro do ginásio, de repente, aparecem no ecrã(PE)/tela(PB) as duas repórteres. Estas interagem com as alunas da academia e telespectadoras, por meio da televisão. Cabe lembrar que as repórteres que participam da vinheta costumam apresentar notícias sobre moda e cultura, na RBSTV.

Passamos, portanto, à transcrição⁷⁹ do diálogo entre elas:

⁷⁸<http://globo.tv.globo.com/rbs-rs/g1-rs/v/tv-nos-liga-laura-medina-e-isabel-ferrari-conversam-com-telespectadores-na-academia/3844810/> (Consultado em 15/04/2015).

⁷⁹ Esse modelo de transcrição é baseado em inquéritos do Projeto NURC/SP no. 338 EF e 331 D2. PRETI D. (1999) (org) *O discurso oral culto* 2ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP – (Projetos Paralelos. V.2) p. 224.

L1: *psiu! oi ::: dá pra chegar ::: e aí :::*
 L2: *oi ::: oi :::*
 L3: *oi :::*
 L1: *oi ... tudo bom? como é teu nome :::?*
 L4: *helen*
 L1: *he-len :::*
 L2: *he-len :::*
 L1: **tu gosta** de assistir televisão?
 L4: *gosto :::*
 L1: *ah :::*
 L2: *qual é a novela que **tu tá** curtindo?*
 L5: *a Império*
 L3: *ah ::: eu gosto de assistir o Bom Dia Rio Grande*
 L2: *eh ::: e qual é o apresentador ou apresentadora que **tu mais** gosta?*
 L3: *mais gos-to ::: eu gosto ... muito simpatizo com a Maria Gato*
 L1: *ah ::: (risos)*
 L2: *ah ::: (risos)*
 L4: *eu gosto muito do Elói*
 L5: *vocês duas (risos)*
 L1: *eh ::: (palmas)*
 L2: *eh ::: (palmas)*
 L1: *e o que que **tu tá** esperando para 2015 ::: assim ::: o que **tu gostaria** de vê na TV?*
 L3: *eu acho que eu gostaria de vê ::: claro ::: mais durante a semana também ... programas sobre exercícios ... sobre saúde :::*

Como vemos, o uso do *tu* com verbo na 3ª pessoa do singular ocorre de forma muito natural, já no primeiro contato. Além disso, as estratégias discursivas utilizadas pelas repórteres são informais e, embora elas usem o *tu* (com verbo na 3ª pessoa do singular), também usam recursos de cortesia que vão por outro viés, como na preparação do contato para o equilíbrio e proteção das *faces*, com uso de formas de cortesia positivas, como: *dá prá chegar?* (estratégia de mitigação para a realização do pedido e para a aproximação interacional); *e aí?*; *oi*; *tudo bom?* (pré-saudação informal); *gostaria* (distanciamento, pela referência verbal). Ou seja, há o que Kerbrat-Orecchioni (2005) chama de *ato valorizador da face* (*Face Flattering Act*), o que ainda conta com uma forma alegre de interação (*ah :::, palmas, risos*) e uso de elogio (Kerbrat-Orecchioni, 2005). Como vemos, embora algumas dessas estratégias discursivas possam revelar cortesia, o uso do *tu*, nesse contexto, parece funcionar como pronome referencial neutral nesse sentido. Ainda, parece-nos que as repórteres não demonstram constrangimento ou hesitação sobre o uso do pronome *tu* com verbo de 3ª pessoa. Ou seja, por “juntar *tu* com *você*” ao tratar pessoas que acabam de conhecer. Há uma interlocutora que parece demonstrar algum constrangimento com a situação, mas esse constrangimento não parece estar ligado ao uso da forma *tu* pela repórter ao referir-se a ela, mas por estar sendo

filmada em momento de privacidade e, além disso, por pessoas desconhecidas que expõem essa privacidade na TV.

Portanto, ao analisarmos essa vinheta, encontramos entre os atos linguísticos, tanto atos *valorizadores das faces* das interlocutoras (FFA - se levarmos em conta a teoria de Kerbrat-Orecchioni, 2005), como atos *ameaçadores das faces das interlocutoras* (FTA- se levarmos em conta a teoria de Brown & Levinson (1987). Mas, certamente, nem essa ameaça nem aquela valorização parecem estar presentes nos usos da forma *tu*, que apenas parece ser usada como pronome que indica com quem se está falando, o sujeito.

Deste modo, após relizarmos essa análise sobre o uso do pronome *tu* no PBRs, passamos às considerações finais deste capítulo.

Considerações finais

Este capítulo buscou, entre outras questões, perceber os diferentes usos das formas *tu* e *você*, no PE, no PB e no PBRs. Para isso, fizemos uma breve revisão dos usos dessas formas, do latim ao português europeu, passando pelo português brasileiro (PB), com destaque para o dialeto do português gaúcho (PBRs). Assim, verificamos a evolução dos usos das formas T(*tu*) e V(*vós*) do latim antigo que, num primeiro momento, são pronomes pessoais retos referenciais que não indicam grau de deferência, até a passagem do V para referir o rei, momento em que essa forma ganhou caráter de deferência. O *tu* passou a ser usado ao tratamento de “inferiores” hierarquicamente e, estes, por sua vez, devem tratar seus “superiores” por V, a forma não recíproca e mais cortês, relação não recíproca, com uso de T-V ou V-T que, conforme Brown & Gilman (1960) chama-se *semântica do poder* (Brown & Gilman, 1960, p. 255).

Verificamos ainda o surgimento da forma de tratamento nominal *Vossa Mercê* para referir o rei, no PE, visto que a forma V fora absorvida para referir nobres e fidalgos, degradando o seu uso. Ou seja, as formas de tratamento nominais surgiram do *espírito de cortezania* (Pereira, 1935, p. 561). Mas a forma *Vossa Mercê* também foi absorvida pelo povo, tal como o V, também degradando o seu uso, até chegar a *você* e perder o seu caráter de deferência.

Observamos também que, no século XIX, foi introduzida no sistema de tratamento a *semântica da solidariedade* (Brown & Gilman, 1960, pp. 257-258), em que as relações passaram gradualmente ao tratamento *simétrico* e *recíproco* entre pessoas de diferentes estatutos sociais, com os usos de T – T e V – V, embora ainda persistissem os tratamentos *não solidários*, *assimétricos* e *não recíprocos*, com usos de T – V e V – T. Sendo que,

atualmente, a tendência geral é para o uso de relações *simétricas*, o que pode variar de cultura para cultura (Moreno Fernández, 1998, p. 152). Mais especificamente em Portugal, o uso do *você*, que conforme a norma padrão do PE é pouco adequado (Duarte, 2016), seu uso passa a não ser tão estranho como antes e as relações tendem ao tratamento igualitário (Gouveia, 2008, p. 97-98). Entretanto, o grau de cortesia nos usos das formas *tu* e/ ou *você* acaba por ser decidido dentro da situação de uso (Silva, 2008, p. 158), conforme os ambientes e as influências culturais inscritas no momento da interação. Isso porque, atualmente, há uma complexidade de usos para as formas de tratamento, as quais o locutor precisa refletir antes de referir-se ao outro (Carreira, 2014; Duarte, 2010), pois na seleção de uma forma a ser utilizada, cruzam-se: o princípio de cortesia, questões linguísticas, questões não linguísticas, o cuidado com a *face* do outro, diferenças sociais, a atenção às idades dos interlocutores, à proximidade ou à distância da relação entre eles, a escolha do uso de formalidade ou de informalidade em situações discursivas (Duarte, 2010). Ou seja, as formas de tratamento e as formas de cortesia são noções linguísticas que se exigem mutuamente porque partem dos mesmos princípios e conceitos linguísticos e sociolinguísticos das noções de *poder* e *solidariedade* (Moreno Fernández, 1998).

Assim, podemos perceber se há formalidade ou informalidade nas relações, por meio dos usos linguísticos das formas de tratamento (Gouveia, 2008). É de referir que a “oposição” entre os usos das formas *tu* e *você*, no PE, que permitem verificar diferentes graus de distanciamento entre os interactantes de uma interação discursiva, pode ser estranha aos brasileiros (Gouveia, 2008, p. 94) que possuem sistema de tratamento diádico.

Essas diferentes oposições entre o PE e o PB aumentam a complexidade do uso, principalmente, do *você*, quando consideramos as duas variedades do português (Carreira, 2003). Tal complexidade é menor quando observamos apenas o PB, visto que não há nessa variedade “oposição” entre os usos das formas *tu* e *você* (Gouveia, 2008), apenas entre as formas pronominais (*tu/você*) e as nominais (*o(a) senhor(a)*), o que não está em causa neste trabalho, que pretende verificar apenas as formas pronominais, por estas expressarem deferência, diferente daquelas (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 152).

Apresentamos também um mapeamento, realizado por Scherre (2013), sobre os usos das formas *tu/você* no PB, com o tipo de flexão verbal correspondente, em seus diferentes dialetos. No PBRs, que é o dialeto que está em causa neste trabalho, Scherre (2013) destaca o uso da forma *tu* com flexão verbal na 3ª pessoa, o que indica que não há oposição entre *tu* e *você*, por esta forma não ser usada no PBRs. Assim, para entendermos

os diferentes usos das formas estudadas no PB, ou seja, esse “não efeito de oposição” e o uso preferencial da forma *tu* no PBRs, verificamos a introdução da língua portuguesa no Brasil, desde o período da colonização, bem como a aceitação das normas impostas por essa língua. Percebemos que, já na primeira interação entre portugueses e índios (da qual se tem conhecimento), descrita na *Carta de Caminha* (1500), verificam-se diferenças entre os modos de agir dos índios e dos portugueses. Aqueles não demonstram importar-se com os usos de formas de tratamento ou com formalidades, o que parece muito estranho para Caminha, acostumado com tratamento formal, que busca o distanciamento como forma educada de agir.

É de destacar que após as primeiras aproximações entre portugueses e índios e o começo da colonização do Brasil, durante os primeiros séculos, a língua falada em solo brasileiro não foi o português, mas sim a “língua geral” (com suas variantes), de base tupi-guarani, mas com influência do português (Freitas, 1936, Elia, 1992). Inclusive, mesmo após a língua portuguesa ter-se tornado oficial no Brasil, a língua geral continuou a ser a primeira língua ensinada em casa e o português a língua a ser ensinada nas escolas.

Tentamos, portanto, perceber se haveria alguma influência das línguas indígenas sobre os usos dos pronomes estudados. Assim, encontramos estudos que indicam influências de línguas indígenas sobre outros pronomes do português, mas não sobre o uso do *tu* do PBRs. Então, procuramos conhecer os usos do pronome pessoal reto do singular, preferencial e único do guarani (o *nde*), língua indígena falada no RS na época da formação desse Estado. Verificamos que o *nde* tem uso semelhante ao do *tu* no PBRs, por ser utilizado de forma “ampla”, tanto para cortesia como para intimidade, o que recai no uso geral, sem efeito de “oposição” com outra forma que lhe faça concorrência.

Também tentamos entender o porquê de o PBRs ter preferência pelo uso do pronome *tu*, visto que a maior parte do Brasil opta pelo *você* (Scherre, 2013) para ser usado de forma ampla. Para responder a essa questão, verificamos parte da história da constituição linguístico-cultural do RS, que surgiu do convívio entre espanhóis, portugueses e índios. Assim, percebemos que o povo gaúcho criou um isolamento linguístico-cultural, pelo desejo de afastamento tanto dos portugueses, que eram vistos por eles como “dominadores”, como dos espanhóis, que eram vistos como “invasores” (Simões Pires, s/d). Logo, o RS criou um dialeto próprio, o *gauchês* (PBRs), uma linguagem híbrida com influência principalmente das línguas guarani e portuguesa, mas também espanhola, e alguma africana, no léxico (Simões Pires, s/d).

Quanto à preferência pelo uso do *tu* como forma preferencial em seu sistema de tratamento, chegamos a conclusão de que esta possui influência portuguesa, no léxico, mas influência indígena no uso, por esse uso ser semelhante ao do *nde* do guarani. Ainda, aproximamos o uso do *tu* gaúcho ao *tu* do latim arcaico, por possuir uso referencial, mais para apontar o interlocutor de forma generalizada em uma interação discursiva, do que propriamente para expressar certo grau de cortesia.

Quanto à preferência pelo uso do *tu*, em detrimento do *você*, pronome escolhido para uso preferencial na maior parte do país, entendemos que isso pode ter ocorrido também pelo desejo do gaúcho demonstrar isolamento, não só dos portugueses e dos espanhóis, mas da influência de Estados brasileiros que, para os gaúchos, representavam a monarquia. Lembramos que o RS, Estado antionárquico, muito lutou pela sua independência da coroa, o que ocorreu, principalmente, por meio da Revolução Farroupilha. O próprio uso do *tu* com flexão verbal em 3ª pessoa também pode representar a contrariedade do gaúcho em aceitar regras impostas pela monarquia.

Sendo assim, apontamos que, do ponto de vista linguístico-cultural, hoje, temos um RS tradicional e isolado do país, por um lado, e, por outro, um RS integrado ao país, integração que teve origem em um momento histórico, quando Getúlio Vargas, gaúcho de São Borja, passa a ser o presidente do país. Portanto, o RS isolado representa a *face negativa coletiva* do povo gaúcho, o seu sentimento de pertença, enquanto, o RS integrado representa a *face positiva coletiva* do povo gaúcho, a que ele quer apresentar ao país (Brown & Levinson, 1987).

Após concluirmos essa verificação sobre os diferentes usos e sobre a evolução das formas *tu* e *você*, passamos ao próximo capítulo, em que pretendemos refletir sobre a importância dos estudos em interface entre linguística, literatura e ensino da língua. Sobretudo no que toca ao ensino das formas de tratamento nas escolas, para o desenvolvimento da compreensão leitora de narrativas literárias de diferentes culturas.

Capítulo 3 - Linguística, Literatura e Ensino: compreensão leitora

Tendo, no segundo capítulo deste trabalho, lançado um olhar sobre os usos das formas *tu* e *você*, no PE e no PB, por meio de breves revisões diacrônica e sincrônica, na sequência do nosso trabalho discorreremos sobre os estudos em interface entre linguística, literatura e ensino da língua, sobretudo no que toca ao ensino das formas de tratamento nas escolas, para o desenvolvimento da compreensão leitora de narrativas literárias de diferentes culturas.

Esta verificação justifica-se porque este trabalho, o qual está inserido na área da Linguística Aplicada e pretende realizar uma investigação sobre os usos das formas *tu* e *você*, no PE e no PB, por meio de um *corpus* literário, busca justamente verificar a compreensão leitora dos investigados sobre narrativas lidas por eles. Ou seja, pretendemos atentar a reflexões que nos permitam esclarecer nossa hipótese de pesquisa de que o conhecimento ou o desconhecimento sobre as regras de uso das formas destacadas (as quais podem ser compreendidas como pronomes pessoais retos referenciais sem efeitos de formas de tratamento “opostas”, ou como pronomes pessoais retos que imprimem efeitos de formas de tratamento “opostas”, que permitem evidenciar diferentes graus de cortesia vertical e, sobretudo, diferentes graus de proximidade e de distância entre os interlocutores) podem influenciar a compreensão leitora de narrativas literárias lidas por leitores de diferentes culturas de língua portuguesa, como de portugueses e gaúchos.

Buscaremos, ainda, neste capítulo, refletir sobre a importância que o ensino e o professor representam para a compreensão do aluno sobre narrativas literárias de outras culturas, ao poderem contribuir para o conhecimento de “supostas” diferenças existentes entre tais culturas. Mas não só, também pretendemos apontar a importância que o conhecimento de tais diferenças, as quais podem ser percebidas por meio da literatura, tem para a promoção do bem-estar social, por fornecerem aos interlocutores elementos para o equilíbrio das suas *faces* em diferentes interações discursivas, como nas que incluem diferentes ambientes culturais.

Ainda, no que toca às relações entre literatura e ensino, este estudo justifica-se porque entendemos que devemos considerar que a literatura pode representar, ainda que de forma estilizada e muito própria, o mundo real e dar-nos a conhecer os usos e os costumes de diferentes culturas, bem como de diferentes variedades linguísticas. Esse

conhecimento, por sua vez, pode levar ao desenvolvimento da tolerância com as diferenças, como com a expressão do outro. Nesse sentido, entendemos que tal conhecimento pode também vir a evitar, ou a desfazer, “pré-conceitos”, no bom sentido da expressão, ao considerarmos os conceitos pré-estabelecidos, sem base de argumentação.

Sendo assim, dividiremos este capítulo em duas partes. Na primeira parte, que é dedicada à apresentação da relevância dos estudos em interface entre linguística, literatura e ensino, verificaremos, por um lado, as reflexões de Fonseca (1994) sobre a união dos estudos literários e linguísticos, para o estímulo das competências linguísticas dos alunos, e as visões de Aguiar e Silva (2008) e de Reis (2008), para quem a interdisciplinaridade entre linguística e literatura é extremamente fecunda para o desenvolvimento do ensino de qualidade.

Por outro lado, também nesta parte, destacaremos a relevância do ensino das formas de cortesia nas escolas, o que pode ocorrer por meio da literatura. Apresentaremos, assim, a visão de Duarte (2010), para quem o ensino das formas de cortesia é de suma importância para o desenvolvimento do aluno, visto que, se o uso das FTs é complexo para falantes nativos, mais ainda o é para falantes não nativos. Por esse motivo, essa estudiosa defende o ensino da norma padrão dessas formas nas escolas portuguesas.

Nesse sentido, consideraremos também observações de Faria (2003) sobre a possibilidade de escolha de uma variedade, entre as diferentes que podem existir em um idioma, a ser selecionada para ensino da língua nas escolas, a que passa a ser usada e caracterizada como norma padrão.

Encerraremos a primeira parte deste capítulo com a apresentação de reflexões de Kerbrat-Orecchioni (1992) e de Haverkate (1994) sobre a importância do ensino das formas de cortesia às crianças, desde muito cedo, já no seio materno, o que pode contribuir para o desenvolvimento de suas competências comunicativa e leitora sobre os usos das formas de tratamento, o que deverá ser aprofundado mais tarde pela escola.

Deste modo, passaremos à segunda parte deste capítulo, em que complementamos essas observações ao atentarmos a questões ligadas à competência comunicativa dos alunos, por entendermos que ela está intimamente ligada à compreensão leitora e às inferências realizadas pelos leitores, o que pretendemos discurrir neste trabalho. Ou seja, entendemos que não só a compreensão leitora depende das inferências realizadas pelo leitor como que a eficácia da compreensão dessas inferências depende da sua competência comunicativa, o que pode envolver diferentes saberes proporcionados por influência de

diferentes comunidades linguísticas (Hymes, 1972), como é o caso, por exemplo, do conhecimento dos usos de formas de cortesia específicas usadas em diferentes meios culturais.

Deste modo, esta parte do capítulo é voltada à revisão de questões ligadas à competência comunicativa, à compreensão leitora e ao ensino de narrativas literárias.

Entre os teóricos estudados nesta parte, salientaremos, no que toca à verificação do tema “competência comunicativa”, a visão de Hymes (1972) e, ainda nesta parte, apresentamos as visões de Baker & Brown (1984), para quem o professor tem importante papel na ativação dos conhecimentos dos alunos, no desenvolvimento da sua competência comunicativa e da sua compreensão leitora, bem como no desenvolvimento da sua metalinguagem, para a evolução da compreensão textual do aluno.

No que toca à questão da compreensão leitora, passamos a verificar estudos realizados por Goodman (1982) sobre o processo de percepção de componentes linguísticos selecionados na construção textual, para quem o leitor, ao realizar inferências, desenvolve um mundo paralelo ao que o escritor construiu, ao tentar desvendar um “jogo de adivinhação”, de acordo com o seu prévio conhecimento do mundo, associado aos conhecimentos novos retirados do texto.

Verificaremos também, nesta parte, as concepções de Smith (1999) sobre a compreensão leitora ser favorecida pelo conhecimento de mundo do leitor. Neste sentido, destacaremos a teoria de Debus (2006, p. 20), a qual complementa esse estudo ao afirmar que as narrativas literárias reproduzem simbolicamente o mundo real.

Apresentaremos ainda os estudos de Leffa (1996) sobre as tênues fronteiras entre interpretar e compreender, visto que entende que há aspectos desses dois conceitos que os aproximam e aspetos que os distanciam, e também apresentaremos a proposta de Smith (1999) sobre os diferentes níveis de compreensão leitora. A partir dessas verificações, distinguimos duas formas de análise dos dados levantados no nosso trabalho, o nível da “compreensão ampla” e o nível da “compreensão específica”, relativamente à observação dos *protocolos verbais* analisados nas narrativas literárias das culturas estudadas.

Assim, após essa apresentação, passamos à primeira parte deste capítulo, em que pretendemos observar algumas considerações que julgamos relevantes sobre os estudos em interface entre linguística, literatura e ensino da língua.

3.1. Linguística, Literatura e Ensino

3.1.1. Ensino em interface: linguística e literatura

Ao atentarmos ao estudo em interface entre linguística, literatura e ensino, verificamos que essa é uma questão que vem suscitando alguma atenção tanto de teóricos da linguística como de teóricos da literatura. Nesse sentido, convém considerarmos as observações de Aguiar e Silva (2008, p. 24), para quem a interdisciplinaridade entre linguística e literatura mostra-se fecunda ao ensino da língua. Entre as diversas áreas que fundamentam sua posição, estão: a estilística, a linguística textual, os estudos pragmático-textuais, a poética, entre outras. Esses diferentes usos revelam, para ele, a conveniência da anulação do afastamento criado entre tais áreas de ensino: linguística e literatura (Aguiar e Silva, 2008, p. 30).

Reis (2008) complementa essas observações, pois refere que:

Questão agudamente debatida nos últimos tempos, não raro com mais paixão do que serenidade, é a das relações entre o ensino da literatura e o ensino da língua ou, mais propriamente, a questão do papel dos textos literários no ensino e na aprendizagem da língua. Um especialista de reconhecida competência e prestígio [refere-se a Aguiar e Silva] pôde observar, com argumentos convincentes, que ciências da linguagem e ciências da literatura são duas partes de um todo e não domínios alheios entre si, muito adversos (Reis, 2008, p. 239).

Assim, também para Fonseca (1994, p. 39), os estudos literários e os estudos linguísticos, por serem dois campos disciplinares que tratam da linguagem, não devem ser separados. Entende essa estudiosa que um profissional que queira ensinar bem a língua deve ter uma formação nessas duas áreas e saber articulá-las, a fim de estimular o desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos (Fonseca, 2002).

Desta forma, do ponto de vista da interface entre linguística, literatura e ensino, entendemos que a linguística pode utilizar a literatura como aliada no ensino, por vários motivos. Primeiro, porque as duas áreas podem apoiar-se uma a outra, visto que, se aquela possui a língua como objeto de estudo, esta possui a língua como substância de expressão estética. Ou seja, se, por um lado, a língua une essas duas áreas de estudo, por outro, também essa união diversifica e anima o ensino do idioma. Segundo, pela fecundidade proposta pela interdisciplinaridade entre linguística e literatura, visto que as duas áreas tratam da linguagem, sendo “partes de um todo”. E, terceiro, porque linguística e literatura são áreas que juntas podem proporcionar o desenvolvimento de competências linguísticas e metalinguísticas de índole sociolinguística e pragmática, ao atentarem a questões linguístico-culturais ligadas aos ambientes de narrativas apresentadas aos alunos.

Dessa forma, é possível o aluno usufruir ao máximo do manancial de recursos linguísticos e literários à sua disposição, tendo em vista o desenvolvimento de suas

competências comunicativas referentes ao conhecimento do “outro” e de si próprio, bem como da cultura do “outro”; ou seja, do muito que pode ser proporcionado pela literatura, principalmente por meio do ensino da língua.

Entendemos, pois, que a literatura possui força para contribuir para o desenvolvimento do idioma. A sua influência é tão forte que, conforme destaca Saussure, *a unidade linguística pode ser destituída quando um idioma natural sofre a influência de uma língua literária. Isso se produz infalivelmente todas as vezes que um povo chega a um certo grau de civilização* (Saussure, 1974 p. 321-322). Ainda, para o teórico, por meio da literatura, multiplicam-se

as comunicações, escolhe-se, por uma espécie de convenção táctica, um dos dialectos existentes para se fazer dele o veículo de tudo o que interessa à nação no seu conjunto. Os motivos desta escolha são diversos: ora se dá a preferência do dialecto da região em que a civilização está mais avançada, ora o da província que tem hegemonia política e onde está instalado o poder central, ora se aceita um dialecto imposto por uma corte (Saussure, 1974, p. 321-322).

Logo, podemos perceber a importância que a literatura e a língua (ou mesmo um dialeto/variedade linguística) representam para a afirmação de uma nação. Nesse sentido, portanto, entra em causa o ensino da língua e a variedade/dialeto escolhida para ser ensinada nas escolas.

3.1.2. Variedade dialetal

No que toca à questão da variedade dialetal a ser selecionada para ser ensinada na escola, convém lembrar que, para Faria (2003), “dentre as variedades dialetais” que um idioma possa possuir, geralmente, apenas uma é selecionada como padrão. É por meio dela que a escola desenvolve o seu ensino, sendo, assim, a preferencial para realizar o ensino explícito da língua. Essa escolha vai influenciar os objetivos a atingir, no que diz respeito a questões socioculturais e comunicativas. Desse modo, essa escolha também vai servir de base de contraste para a sua comparação com as demais variedades linguísticas. Ou seja, é essa comparação que vai definir qual o grau de afastamento entre a norma padrão e as outras variedades dessa língua. Tal comparação *pode colocar questões de gramaticalidade ou de maior ou menor adequação às situações de uso* (Faria, 2003, p. 34). Isso porque, o fato de uma variedade não estar conforme a norma padrão, pode, em certos casos, significar agramaticalidade, no nível da língua. Entretanto, refere a teórica que, *do ponto de vista estritamente linguístico, uma variedade não* (Faria, 2003, p. 34) *pode ser considerada mais correta do que a outra, visto que cada variedade funciona para a respectiva comunidade linguística, que sistematicamente a usa, como factor de*

*reconhecimento, de identidade linguística e cultural*⁸⁰ e de solidariedade social (Faria, 2003, p. 34), mesmo que apenas uma delas seja selecionada para ser ensinada como norma na escola.

No que toca à questão que está em causa neste trabalho, que é ligada ao ensino das formas de tratamento nas escolas para a boa compreensão literária, essas verificações anteriores são fatores que reforçam a necessidade de a escola estar sempre presente e atuante no ensino dessas formas (Duarte, 2010).

3.1.3. Ensino: formas de tratamento

⁸⁰ Nesse sentido, podemos referir o dialeto gaúcho como exemplo, o qual seleciona o uso do *tu* com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular, o que é algo peculiar, próprio da região do RS, que busca revelar a identidade do gaúcho, fato reconhecido nacionalmente, mas que não está conforme a norma padrão do PB. Para comprovar essa observação, é de destacar uma investigação realizada pelo *Jornal Zero Hora* do RS (maior jornal de circulação no Estado), de outubro de 2015, o qual apresenta uma polêmica sobre o uso do pronome *tu* no sistema de tratamento do PBRs. A problemática trata da permanência do *tu* na fala do gaúcho. Ou seja, a questão era: “*Estaria o tu saindo da fala do gaúcho?*”

Professores e pesquisadores manifestaram-se sobre o tema e os resultados da pesquisa apresentaram questões ligadas tanto ao uso do *tu* no dialeto gaúcho, como ao ensino do *tu* atual, no RS, o que corrobora com as reflexões que viemos fazendo até aqui.

É de referir que tal investigação começou a partir da indagação de um morador de Caxias do Sul (RS), na página do seu Facebook, sobre a questão em causa. Ocorre que ele percebera que seus filhos, por vezes, usavam o *você*. Esse pai ainda refere que é “*um defensor de falar o tu*”, pois acha “*bonito manter, é parte da nossa identidade*”.

A partir dessa verificação, o jornal *Zero Hora* começou a sua pesquisa e entrevistou professores e estudiosos sobre o falar gaúcho, como Luís Augusto Fischer, pesquisador e linguista, que se manifestou sobre essa questão, dizendo: “*sou 100% a favor de usar misturado: tu vai, tu foi*”. Mas admite que com o uso da internet, acaba, por vezes, por selecionar também o *você* para fazer a conjugação verbal que entende correta, conforme a norma.

O jornal entrevistou também uma analista de marketing sobre essa questão. Conta ela que certa vez ouviu o seu filho usar o *você* e disse-lhe: “*Que você o quê, guri? Fala direito, que tu é gaúcho*”. Isso porque, pelas redes sociais, o filho de 13 anos usava o *você*, simplificado como *vc*. Outro caso ainda referido na mesma reportagem foi o de uma médica da fronteira do RS, região muito marcada pelo uso do *tu*, que percebe que sua filha, com dois anos, começou a usar o *você*. Essa mãe disse ser repreendida por outras pessoas sobre essa questão, como sendo errada. Desta forma, a mãe procurou verificar o porquê de tal ocorrência, ou seja, porque motivo a menina usava o *tu*. No princípio pensou que pudesse ser reflexo dos desenhos animados assistidos na TV (Netflix), que usavam a forma *você*. Mas, não conformada com a explicação, juntamente com o pai da menina, foi até a escolinha em que ela estudava para perguntar à professora se ela teria explicação para tal “fenômeno”. A professora respondeu-lhes que usava o *você* “*para não correr o risco de apresentar a linguagem de uma forma errada para as crianças. É pernóstico conjugar a segunda pessoa, soa forçado, então, a gente acaba falando errado no dia a dia. O você não é habitual aqui no Sul, mas é mais fácil de conjugar*”. O pai da criança respondeu à professora: “*Parece que está se perdendo a identidade do gaúcho quando ouvimos, né?*”. Entretanto, o jornal ainda procurou uma pedagoga gaúcha para aprofundar a verificação da orientação dos professores sobre o uso do *tu* em sala de aula. Essa pedagoga disse não haver “*orientação específica para o uso do tu ou do você em sala de aula*”, nem nada que “*imponha*” ou “*desincentive*” o uso da linguagem coloquial. Ainda, o jornal *Zero Hora* concluiu que há colégios portoalegrenses, como o Marista Anchieta, que atenta para a apresentação de livros, já nos anos iniciais, com a conjugação verbal na 2ª pessoa do singular, assim como é todo o material produzido pelo colégio.

clicrbs.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2015/10/o-tu-esta-saindo-do-vocabulario-dos-gauchos-4890170.html (consultado em 29/10/2015). Como vemos, no que toca tanto ao ensino no seio familiar, como nas escolas e, nestas, no ensino literário, no RS, há o incentivo para o uso do *tu*. Esse incentivo, como pudemos observar, parece apontar para a necessidade de preservação da identidade do gaúcho, a qual passa pelo uso da forma *tu* com o mesmo sentido que teria a forma *você*, como vimos: sentido de referência, de semântica neutra no que toca aos efeitos de forma de cortesia de oposição. Usar o *você*, no RS, portanto, apenas poderia facilitar a conjugação verbal, mas também criaria conflitos identitários culturais. Por outro lado, usar *tu* e *você* com efeitos de cortesia, para expressar maior ou menor proximidade entre os interlocutores, parece não ser uma opção para os gaúchos. Como vimos, nesse Estado brasileiro, desde pequenas, as crianças já aprendem a usar o *tu* para referirem-se ao outro, sendo até, de certa forma, constrangidas se usarem o *você*. É esse uso “solitário” do *tu* que entendemos que faz com que essa forma não tenha parâmetro de comparação para indicar efeito de maior ou menor grau de cortesia, conforme foi apresentado no gráfico (1.1) que vimos de Carreira para o PE (2014).

Convém lembrarmos que essa investigação apresentada aqui sobre o uso do *tu* no dialeto gaúcho (PBRs), o qual busca destacar a identidade do gaúcho, corrobora com os estudos apresentados no capítulo anterior, de Scherre (2013) e de Cunha & Cintra (2002), entre outros. A novidade apresentada é a preocupação sobre o ensino do uso do *tu* nas escolas, inclusive por meio da literatura. Entendemos que esse tipo de preocupação é algo relativamente recente, pois não encontramos outros estudos nem orientações que refiram essa questão.

Duarte (2010) defende o ensino das formas de tratamento do português padrão, já no Ensino Básico. Os argumentos destacados pela teórica para fundamentar essa necessidade são: o fato de o desconhecimento dessas formas poder gerar mal entendidos; a evitação de penalizações escolares e sociais das mais diversas, aos alunos; a evitação de ameaça despropositada à *face* do interlocutor. Refere ainda a teórica que a *intuição e a opinião pública* (Duarte, 2010, p. 138) parecem apontar que atualmente os jovens possuem dificuldade para utilizar essas formas de modo adequado à norma (Duarte, 2010, p. 138).

Lembramos que, para Kerbrat-Orecchioni (1992), as formas de polidez *sont intériorisées par l'enfant en même temps que les règles plus spécifiquement linguistiques* (Kerbrat-Orecchioni, 1992, p. 128). Assim, o fato de as formas de cortesia serem ensinadas às crianças juntamente com o ensino da língua e de elas serem realizadas, em parte, pelo uso das formas de tratamento desde muito cedo faz com que seja importante que o seu ensino “adequado” também comece já em tenra idade. Isso pode contribuir para a eficácia do desenvolvimento de competências comunicativas e de compreensão leitora sobre os usos das formas de tratamento, já em ambiente familiar, o que mais tarde pode ser (e deve ser) complementado pela escola.

Haverkate (1994) defende que seja *corriente que los padres se esfuercen por enseñarles a sus hijos las normas vigentes de cortesia, desde el momento en que éstos dicen sus primeras palabras* (Haverkate, 1994, p. 11). Ou seja, o autor destaca como positivo o esforço que os pais fazem para ensinar aos seus filhos as formas de cortesia desde que esses pronunciam as suas primeiras palavras.

Ainda, segundo Kerbrat-Orecchioni (1992),

il va de soi que la politesse n'a rien de naturel: elle n'est nullement indispensable à la satisfaction des besoins élémentaires de l'individu. Mais au fur et à mesure que se développe chez l'enfant le sentiment du territoire et de la face (sentiment précoce, et puissant), et que se multiplient les conflits à ce sujet, apparaît la nécessité de réguler ces conflits par les procédés du face work. D'autre part, au fur et à mesure que l'enfant se socialise, il lui faut intérioriser les règles rituelles qui gouvernent les relations interpersonnelles (Kerbrat-Orecchioni, 1992, p. 295).

Para a teórica, aos poucos surge na criança o desejo de proteção de sua *face*, bem como de regulação de conflitos. Assim, a criança precisa ser socializada para isso, ser educada a internalizar regras de convivências que regem as relações interpessoais, como o controle de possíveis conflitos ligados à preservação das faces. A internalização dessas regras diz respeito à competência comunicativa da criança, o que pode ser desenvolvido por meio da educação, sobretudo no que toca ao ensino das formas de tratamento nas

escolas. Ainda, o desenvolvimento de competências comunicativas na criança pode ser realizado por meio do ensino da compreensão leitora, como por meio de narrativas literárias de diferentes culturas.

Segundo Duarte (2010), há necessidade do desenvolvimento de competências ligadas à produção oral e ao domínio do uso das formas de tratamento na escola, pois *tradicionalmente, ensinam-se as diferenças entre pronomes formais e informais (“você” vs “tu”), mas não se explicita que o uso mais formal implica o uso da forma nula do pronome na posição de sujeito* (Duarte, 2010, p. 138). Para ela, por vezes, uma rápida explicitação de regras simples sobre os diferentes pronomes disponíveis na língua poderia facilitar o entendimento do aluno sobre o contexto de uso de cada uma dessas formas e resolver a questão.

Estamos de acordo com Duarte (2010) e destacamos ainda a problemática da compreensão das formas de cortesia de culturas alheias, o que pode complicar a compreensão de narrativas literárias escritas por essas culturas, o que ocorre pela falta de informação recebida nas escolas, ou no meio familiar, sobre os usos adequados das formas de tratamento nesses ambientes alheios. Duarte (2010) ressalta a problemática do ensino das formas de tratamento a estudantes estrangeiros nas escolas, o que entende já ser algo referido desde longa data, conforme:

como um item a merecer particular atenção, como se pode confirmar pelas informações de Ponce de León (2008) sobre a Gramática Elemental de la Lengua Portuguesa (Heidelberg, 1911), de Francisco Carrillo Guerrero, onde os comentários sobre as formas de tratamento em Português, diferenciando a variante europeia da que se falava no Brasil, atestam a complexidade da sua aprendizagem, aumentada pela existência de diferenças notórias nas duas variantes, já à época da publicação da gramática. (...) dada a complexidade de que a sua aprendizagem se reveste para os falantes não nativos. A questão ganha, a nosso ver, em ser tratada tendo em conta os princípios reguladores da interação discursiva, tal como os entende a Pragmática Linguística (Duarte, 2010, p. 134).

Tais considerações confirmam o que temos referido ao longo deste trabalho sobre os estranhamentos sentidos por falantes estrangeiros, como por brasileiros, em relação à compreensão da complexidade de usos das formas de tratamento com efeitos de cortesia, do PE, mesmo os brasileiros tendo como língua oficial a língua portuguesa.

Nesse sentido, verificamos nos estudos de Duarte (2010) que parece haver também dificuldade de compreensão dos usos das formas de tratamento usadas em Portugal, mesmo por parte dos portugueses, pela grande complexidade de usos que pode ter, principalmente no que toca ao uso do *você*.

Assim, destacamos a relevância do ensino em interface entre linguística e literatura para o desenvolvimento de competências comunicativas e de compreensão leitora, bem como do ensino de regras de cortesia (quando para crianças, desde tenra idade) para realizarmos inferências adequadas sobre os usos das formas de tratamento de diferentes culturas (e não só).

Passamos à segunda parte deste capítulo, em que pretendemos realizar a verificação de questões ligadas à competência comunicativa e à compreensão leitora de narrativas literárias, no ensino da língua.

3.2. Competência comunicativa e compreensão leitora

3.2.1. Competência comunicativa

Ao verificarmos as relações entre competência comunicativa, compreensão leitora e ensino da cortesia linguística, por meio de narrativas literárias, no que diz respeito às formas de tratamento, começamos por apresentar algumas das reflexões de Hymes (1972) sobre a diversidade de competências e de saberes em comunidades linguísticas, as quais estão ligadas a regras de cortesia.

Deste modo, Hymes (1972) destaca tal diversidade tanto entre diferentes comunidades linguísticas, como em uma mesma comunidade. É o que ele chama de *style-switching*, que diz respeito ao estilo próprio do falante, o qual pode ser mais informal, mais formal, etc., o que revela uma mescla entre saberes linguísticos e culturais. Conforme o teórico, a observação do estilo do falante deve levar em conta a situação na qual este falante se encontra e o tema sobre o qual está a falar. Certas situações e determinados temas exigem registros mais formais, outros permitem registros menos formais (Duarte, 2016). É de destacar que, quando Hymes (1972) refere-se à *competência* vista por Chomsky (1965), refere também a relevância não apenas de sabermos o significado linguístico e a forma como funciona o sistema linguístico, ou de sabermos falar usando regras gramaticais, mas a importância de transmitirmos significado a partir do que falamos. Isso passa pelo uso linguístico adequado ao contexto comunicativo, como saber a vez de falar, como falar, e/ou a hora de calar.

Hymes (1972) acrescenta o termo *comunicativa* ao que Chomsky (1965) trata apenas por *competência*. Enquanto para este a *competência* é um conjunto de regras para a produção do enunciado que leva em conta a aptidão do locutor para a sua produção e a interpretação, Hymes (1972) propõe uma teoria que leva em conta o desempenho da língua, seu uso.

Ou seja, para Hymes (1972), a *competência comunicativa* é um conjunto de meios verbais e não-verbais que envolvem regras conversacionais que permitem alternar falas, gerir os temas tratados, a intersincronização, a coerência. Ainda, entre as réplicas da conversação, a existência de princípios de cortesia determinam o que e como será conveniente fazer uma referência. Esta é a capacidade de dominar materiais paraverbais (entonação, pausas, etc.) e não verbais. Logo, *competência comunicativa* é a capacidade de dominar as regras relativamente que envolve os enunciados que vão sendo produzidos pelo locutor. Ou seja, envolve também a compreensão do contexto, que pode ser um contexto literário que envolva diferentes registros, como relativos aos diversos usos de formas como *tu* e *você*, no PE e no PB, por exemplo, em que essas formas podem ser compreendidas como formas de tratamento que envolvem efeitos de cortesia linguística de “oposição” (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 152), ou não. Isso vai depender das inferências do leitor e do registro da cultura de referência. Assim, a *competência comunicativa* do leitor sobre esses usos em diferentes culturas poderá levar à *compreensão leitora*, adequada ou não, sobre o grau de cortesia presente nesses usos.

3.2.2. Compreensão leitora

No que toca à *compreensão leitora*, é de referir que, para Leffa, “*compreender* é relacionar (...), como um quebra-cabeça que precisa ser montado em suas partes para se chegar à *compreensão* em sua totalidade (Leffa. 1996, p. 268), e interpretar é concluir, deduzir, de acordo com o nosso senso comum. O intérprete é a pessoa que se coloca entre outras línguas diferentes para que, conhecendo ambas, possa traduzir as palavras de um interlocutor para a língua do outro” (Leffa, 1996, p. 261). Ou seja, Leffa (1996) entende que *compreender e interpretar são dois conceitos que se aproximam em alguns aspectos e se distanciam em outros. Enquanto alguns autores destacam a semelhança entre os dois, a ponto de muitas vezes confundir um com o outro, sem perceber a diferença*, Leffa (1996, p. 261) expõe suas diferenças a partir de suas semelhanças. Logo, procura destacar que “compreender é relacionar” em várias direções, como em direções “locais” e em direções “globais”, interior ao objeto de leitura e exterior a ele, internamente e externamente ao leitor. E esse é o “quebra-cabeça” do qual fala, o qual pode ser um texto, mas também uma música, ou um vídeo, ou qualquer outro objeto de leitura, em sentido genérico. Para se chegar à compreensão do “quebra-cabeça” na totalidade, é preciso montá-lo.

Por outro lado, para Leffa (1996, p. 261), interpretar é ensinar ao leitor como se monta o “quebra-cabeça” (Leffa, 1996, p. 261). Portanto, concluímos que realmente essas duas caracterizações possuem tênues fronteiras.

Mas, para não entrarmos em questões sobre as duas caracterizações, o que poderia não só avolumar este trabalho, mas também desfocar o seu objetivo sem talvez conseguirmos chegar a uma conclusão sobre esse tema que sabemos ser polêmico, referimos desde já que no nosso trabalho priorizamos apenas a análise da *compreensão leitora*, segundo Leffa (1996).

Lembramos que, para Goodman (1982), a *compreensão leitora* é um processo que se dá pela percepção de componentes linguísticos selecionados para a construção textual, mas que também ocorre a partir de componentes extra-textuais, os quais nem sempre são os mesmos pensados pelo escritor ou pelo locutor, visto que essa construção é algo semelhante a um “jogo psicolinguístico de adivinhação” (Goodman, 1982).

Ainda, Colomer & Camps (2002) preocupam-se com a associação do processamento cognitivo e o ensino e estudam a compreensão segundo a psicologia cognitiva. Desta forma, para elas, os processos de obtenção de informação são semelhantes para todas as pessoas, se considerados os mecanismos mentais utilizados para captar as informações. Entendem que por meio dos sentidos e da armazenagem criamos esquemas de conhecimento que fazem parte de um processo de compreensão da informação, esquemas que estão sempre em reorganização, conforme as nossas novas experiências, o que bem expressa Smith (1999).

Entretanto, cabe destacar que há um problema a ser referido, pois, conforme Smith (1989, p. 72), por mais elaborações que se faça, torna-se difícil medir a compreensão da leitura de forma exata, visto que ela é uma organização mental e uma extração de sentido textual que ocorre a partir do conhecimento de mundo de cada um. Ou seja, conforme esse autor, por mais que se façam testes para verificar se o leitor compreendeu ou não um texto, não é fácil termos uma precisão do que ele está a compreender. Contudo, entendemos que podemos, isso sim, como professores, desenvolver o processo de compreensão leitora do aluno e, como pesquisadores, tentar entendê-lo, por meio de testes de compreensão como os que realizamos nesta pesquisa, que fazem uso da aplicação de *prolocos verbais* em textos literários.

Assim, acreditamos que pode ser possível e proveitoso utilizar as narrativas literárias⁸¹, principalmente as ligadas às leituras “obrigatórias”, no ensino da compreensão leitora, por poderem ser de grande valia para o trabalho do professor, de várias maneiras, como no ensino de formas de tratamento. Isso porque as narrativas literárias apresentam situações fictícias entre personagens que interagem em determinadas situações e meios culturais.

3.2.2.1. Leitura significativa

A compreensão eficaz da narrativa, o que possui relação direta com a competência comunicativa do leitor e que vai recair na sua compreensão leitora, conforme Goodman (1982), ativa diferenciados *níveis de recepção* da informação, como os visuais e o trabalho da memória (Goodman, 1982). Isso porque, para Poersch & Rossa (2007), a memória é um importante fator a ter em vista quando se busca a *compreensão*, pois esta depende do “recordar”. Nesse sentido, lembra Smith (1999) que a memória de curto prazo é fugaz e retém poucas informações, enquanto a de longo prazo é lenta e armazena o nosso conhecimento do mundo, o que pode implicar na nossa compreensão leitora.

Duarte (2016)⁸² refere ainda outros *níveis de recepção* importantes para a compreensão da narrativa, que são os das *competências* linguísticas, que levam em conta o léxico, as *competências* sintáticas e o conhecimento o código linguístico, ou seja, da língua. Isto é, para se compreender um texto é crucial conhecer bem a língua em que esse texto está escrito, ou seja, a morfossintaxe e o léxico. O leitor só pode compreender um texto e interagir com ele se compreender o que é dito nesse texto e só acede ao seu sentido se conhecer a língua em que ele está escrito, com as suas regras gramaticais e o seu léxico respetivo. Ou seja, o leitor precisa “reconhecer” o código linguístico em que está escrito o texto para compreendê-lo, mas, para reconhecê-lo precisa antes conhecê-lo.

É de destacar que Poersch & Rossa (2007) desenvolvem critérios para a construção de sentido da narrativa, no processamento da informação, que podem ser de abrangência textual ou de profundidade, o que envolve habilidades de compreensão e habilidades linguísticas, conforme Anexo 3.1.

⁸¹ É de referir aqui também que os filmes podem ser rico material para o trabalho da compreensão. Entretanto, citamos as narrativas literárias porque há leituras “obrigatórias” no ensino, o que não nos parece que ocorra com os filmes ainda. Assim, são essas narrativas que entendemos que podem ser aproveitadas para o ensino das formas de tratamento e da cortesia, mas não só. E também podem ser trabalhados outros textos não literários, mas entendemos que as narrativas literárias podem atingir de forma mais íntima o leitor, porque durante a leitura ele se recolhe ao mundo paralelo da literatura, como se fizesse parte dele.

⁸² Em orientação explícita.

No que toca ao critério de *abrangência textual*, temos a compreensão lexical, que abarca o significado referencial da palavra, a compreensão frasal, que envolve a disposição e a relação dos elementos nas frases, e a compreensão textual, que trata do sentido geral do texto, do que é processado na memória.

Quanto à *profundidade da compreensão*, temos o nível *explícito*, que apresenta o sentido expresso no texto de forma mais clara, visível, perceptível a uma primeira leitura, o sentido *implícito*, que é aquele que está omissa no texto, mas que pode ser pressuposto ou inferido, a partir do conhecimento de mundo do leitor e de certas marcas textuais, e o *metaplicito*, que é aquele que está ligado à discussão sobre a produção textual.

É de referir ainda que, segundo Smith (1999), para que o processamento da informação se realize por meio dessas habilidades citadas, de compreensão e linguísticas, é preciso que na leitura se desenvolva, em primeiro lugar, a ação dos olhos, pois são eles que levam a informação ao cérebro para este realizar o processo de compreensão da informação por meio de impulsos nervosos.

Entretanto, também para este teórico, o que fornece compreensão à leitura é o conhecimento do leitor sobre várias características presentes no texto, como a língua em que ele foi escrito, a sua estrutura, bem como a habilidade leitora e outras informações que não são de caráter visual, mas que estão implícitas. Assim, as informações são organizadas no cérebro conforme o conhecimento de mundo do leitor, o que inclui também influências culturais que fornecem sentido ao texto. Deste modo, a união do conhecimento armazenado pelo leitor, mais os códigos que constituem os textos, levam à “leitura significativa”. Inclusive, por meio da sua experiência, o leitor pode até mesmo prever o que vai ocorrer no texto⁸³.

Para Goodman (1991), é de considerar ainda que um mesmo texto pode propiciar diferentes compreensões textuais e construções de significado, visto que, já em 1971, ele referira que, ao ler, o leitor “reconstrói o texto” conforme a sua cultura e o seu conhecimento do mundo, a partir de esquemas linguísticos e conceituais peculiares a ele próprio (o leitor) (Goodman, 1991, p.28). Nesse sentido, é de observar a relevância que Smith (1999) oferece às informações não visuais, por constituírem singular importância para a compreensão do texto, ao passo que são os alicerces da significação textual, muito para além do significado superficial.

⁸³ Smith (1999) e Goodman (1982) concordam sobre essa questão.

Para Smith (1999), criamos algo que chama de “teoria do mundo”, a qual pode mudar com o tempo e conforme as nossas vivências. Ao mudarem, muda também a nossa compreensão do mundo. Ou seja, a aprendizagem é um tipo de reciclagem constante de compreensão do mundo. Desta forma, a união do conhecimento armazenado pelo leitor e os códigos que constituem os textos levam à *leitura significativa*.

Como exemplo de leitura significativa, a qual está diretamente ligada à *compreensão leitora* e à *competência comunicativa*, podemos citar as leituras de narrativas literárias em que ocorrem interações discursivas entre personagens e em que os leitores reconhecem, não só o código linguístico em que é escrita a narrativa, mas também o uso desse código na cultura em questão. O desconhecimento desse uso, como referimos anteriormente, pode levar à compreensão deficiente do texto. Como exemplo, podemos citar casos em que o leitor infere sobre existência de “choques culturais” entre as personagens do texto, ou sobre ocorrências de *ameaças às faces* (Brown & Levinson, 1987, p. 65) de uma personagem em relação à outra, mesmo quando, na verdade, essas ameaças não são reais, nem intencionais, mas sim compreendidas de forma inadequada pelo interlocutor, se considerarmos o desejo do locutor.

O leitor pode compreender dessa forma (mal) porque, conforme Debus (2006, p. 20), as narrativas literárias reproduzem simbolicamente o mundo real e, se no mundo (na cultura) do leitor, tais ocorrências evidenciam ameaças, é assim que ele vai compreender a narrativa.

O problema que aqui referimos é o desconhecimento de peculiaridades do mundo em questão na narrativa, que podem ser as mais variadas, de acordo com a cultura representada por ela no mundo real. Isso porque o escritor, ao colocar as personagens em interação, usa recursos linguísticos, os quais podem expressar maior ou menor grau de proximidade entre as personagens, conforme a situação em causa. Essa maior ou menor proximidade pode ser expressa pelos efeitos produzidos pelos usos das formas *tu* e *você*, por exemplo, que estão em causa neste estudo, ou mesmo por outras formas de tratamento nominais, como: *Vossa Excelência*, *minha senhora*, *menina*, etc. Entretanto, uma inferência inadequada de um desses usos pode desencadear um estranhamento no leitor.

Por isso, buscamos aprofundar a verificação desses estranhamentos por meio de análise da compreensão leitora de narrativas literárias. Ou seja, pretendemos destacar que para desvendarmos esse “jogo psicolinguístico de adivinhação” proposto por Goodman (1982), por meio das inferências que o leitor faz ao desenvolver um mundo paralelo ao que o escritor construiu, é preciso que esse leitor possua bagagem linguística intercultural

para isso. Essa bagagem é o conhecimento prévio do mundo da narrativa, referido por Goodman (1982), associado aos seus conhecimentos novos, retirados do texto. Ou seja, entendemos que o leitor, ao captar informações, pode construir uma leitura mais “competente” ou menos “competente”, de acordo com o seus conhecimentos prévios, que vão contribuir para a compreensão da narrativa.

Nesse sentido, cabe destacarmos que, conforme Baker & Brown (1984), o professor tem um papel muito importante na ativação dos conhecimentos prévios dos alunos em aulas de compreensão leitora, podendo oferecer-lhes novas informações, as quais serão importantes para a compreensão textual e o desenvolvimento das etapas de compreensão do texto, como: o levantamento de hipóteses, a realização de previsões, a verificação dos objetivos da leitura, a percepção da estrutura, da superestrutura e da macroestrutura textuais, ou contextuais.

Por fim, passada tal fase, conforme Spiro (1980, p. 246), o professor pode então trabalhar a metalinguagem, visto que o leitor já pode ter condições de discutir os usos das diferentes linguagens que possam estar em causa, o que também pode auxiliar na afinação da compreensão textual, que é também o controle do leitor sobre os processos de construção para a relação do sentido do texto com o seu contexto, ou seja, das inferências que realiza.

3.2.3. Inferências e Finalizações

No que diz respeito às inferências dos leitores, de acordo com Pereira (2009), ocorrem quando o leitor recorre ao seu conhecimento do mundo para compreender a narrativa, indo buscar informações no seu mundo conhecido. Ele busca, assim, informações que deem significado ao mundo construído pelo escritor, ou revelado pelo locutor. É de lembrar que, para Debus (2006, p. 20), as narrativas literárias reproduzem simbolicamente o mundo real.

Entretanto, a inferência é apenas um dos sete aspectos cognitivos destacados por Goodman (1991, p. 28) a serem considerados no desenvolvimento do processo de construção do sentido textual. Ao todo, são esses os aspectos referidos por ele:

- i. Iniciação (reconhecimento): decisão explícita em ativar estratégias e esquemas de leitura;
- ii. Amostragem e seleção: atenção aos dados que o leitor pretende decodificar;

- iii. Inferência: adivinhação, a partir do conhecimento de mundo do leitor, ou mesmo de informação não conhecida, mas necessária para construir o significado do texto;
- iv. Predição: previsão do que virá a seguir;
- v. Confirmação/desconfirmação: relativas às inferências e às predições realizadas pelo leitor, as quais se confirmam ou não;
- vi. Correção: reconstrução do sentido do texto;
- vii. Finalização: decisão sobre o significado da leitura (Goodman, 1991, p.28).

Ou seja, na *iniciação* ocorre o reconhecimento, que é a ativação, a preparação dos esquemas de leitura. Após, é na *amostragem e seleção* que começa a decodificação dos dados da leitura. E é a partir dessa decodificação que surgem as *inferências*, em que o leitor precisa ir buscar reconhecimento do que lê no seu mundo de conhecimento, ou seja, em informações conhecidas. Mas também entram em jogo as informações não conhecidas, e é nesse momento que o leitor começa o “jogo de adivinhações”, para construir o significado do texto. É de lembrar que, para Poersch (1991), não devemos confundir *inferências* com *pressuposições*, pois enquanto estas são de associação automática, as inferências necessitam do uso do raciocínio.

Já a *predição* diz respeito ao que o leitor imagina que possa acontecer a seguir ao que leu, o que, na próxima etapa, na *confirmação* ou *desconfirmação*, será ou não confirmado. A penúltima etapa do processo de construção do sentido textual é a *correção*, que é a etapa em que o leitor pode reconstruir o sentido do texto, se verificar que isso é necessário. Por último, ocorre a *finalização*, que é a decisão do leitor sobre a compreensão final da sua leitura.

Entendemos assim que essas etapas desenvolvidas constituem pistas valiosas de desenvolvimento para uma boa investigação sobre a *compreensão leitora*. Contudo, neste trabalho, da listagem apresentada acima, como referimos, iremos dar destaque apenas, por um lado, à questão das inferências realizadas pelos leitores (*por meio do protocolo de autorrevelação* e, mais especificamente, às inferências referentes a alguns dos *protocolos de pausa* apresentados a eles) por meio de leituras de narrativas literárias, as quais estão relacionadas aos usos das formas *tu* e *você*. Por outro lado, iremos dar destaque à *finalização* (por meio dos *protocolos de auto-observação*). Ou seja, embora as outras fases também ocorram, essas não serão destacadas neste trabalho⁸⁴.

⁸⁴ Mas é algo que pretendemos realizar em trabalho posterior, visto que identificamos várias outras etapas, para além dessas, no processo de tratamento dos *protocolos verbais*.

Fazemos esse recorte porque entendemos que analisar todo o processo de compreensão leitora neste momento, e em todas as ocorrências levantadas, poderia tornar este trabalho demasiado extenso. Tendo, portanto, que fazer opções, escolhemos os aspectos mais relevantes para a nossa investigação.

3.2.4. Compreensão de narrativas: características linguístico-culturais

É de lembrar que, para o leitor compreender de forma eficiente uma narrativa, precisa identificar uma série de questões, como o narrador e as personagens da narrativa (tendo em conta que o narrador pode ser uma personagem). Para isso, o texto narrativo apresenta recursos literários que configuram a semântica da personagem, como: *o nome próprio, a caracterização, o discurso* (Reis & Lopes, 1998, p. 316). Há também para essa identificação a caracterização do léxico da personagem, em que são inseridas *características psicológicas, sociais e culturais da personagem* (Reis & Lopes, 1998, p. 316). É de referir que o narrador *não raro emite juízos sobre as entidades do universo ficcional* (Reis & Lopes, 1998, p. 317).

Inclusive, conforme Reis & Lopes (1998), o narrador pode pronunciar-se por meio das personagens de diferentes formas, como por meio da caracterização do seu perfil ideológico-cultural, das suas opções axiológicas e de suas atitudes sociometais. Assim, ele pode expressar afastamento, solidariedade, reserva discreta, crítica violenta, etc. (Reis & Lopes, 1998, p. 317). E o leitor precisa fazer um esforço para compreender isso.

É de referir que o cenário construído na narrativa, por vezes, acaba por ser de convergência e outras vezes de polémica. Entretanto, independente do desfecho do texto, ele constitui sentido. *É exactamente por essa via (e não pela da suposta identificação de figuras do mundo real) que o relato se inscreve na História*, o que possibilita o cruzamento do horizonte do texto com o do leitor (Reis & Lopes, 1998, p. 317).

O escritor da narrativa, por sua vez, ao escolher o seu público leitor e ao desenvolver as identidades das suas personagens, precisa atentar para vários fatores como: o ambiente cultural em que ocorre a ação, o registro cultural das personagens que fazem parte de cada ação e suas referências pessoais ou particulares (se pai, filho, mãe, avó, professor, estrangeiro, etc.). Ao colocar essas personagens em interação, o escritor usa recursos linguísticos, os quais podem expressar maior ou menor grau de conveniência, conforme a situação em causa, como as conversações, os diálogos que incluem o uso de formas de tratamento. Mais uma vez, referimos que pronomes como as formas *tu, você, vós*, etc., podem expressar efeitos de distanciamento ou proximidade entre personagens,

de “oposição”, ou não, em relação ao grau de cortesia, dependendo da situação e do contexto em que são usados.

Portanto, é de referir que o escritor esforça-se para se fazer compreender pelo leitor ao apresentar as *conversações* entre as personagens, ou seja, ao desenhar um mundo pela escrita, o qual precisa ser minimamente coerente, para que o leitor consiga compreendê-lo, mas isso nem sempre acontece. O que nos lembra um desabafo de Erico Verissimo, nesse sentido:

Em geral quando termino um livro encontro-me numa confusão de sentimentos, um misto de alegria, alívio e vaga tristeza. Relendo a obra mais tarde, quase sempre penso ‘Não era bem isto o que queria dizer’ (Verissimo, 1966).

De qualquer forma, o escritor usa recursos literários variados para alcançar a mente do leitor. Entre eles, citamos as conversações, visto que para Moreno Fernández (1998, p. 152), como observamos no capítulo anterior, geralmente, elas são as modalidades mais importantes nas interações comunicativas. Por meio delas, podem ser apresentadas ações de diferentes interlocutores, as quais podem ainda ocorrer de forma ordenada ou em grupo, conforme regras convencionais. Nesse sentido, é de referir que elas, no mundo fictícios, tentam imitar o mundo real.

Entretanto, conforme Moreno Fernández (1998, p. 152), as interações no meio literário, ocorridas por meio de conversações, precisam cumprir uma série de requisitos que estão ligados às ações das personagens. Para ele, o êxito ou não da conversação vai depender da adequação do que é dito, para o que é dito, para quem é dito, como é dito e em que situação é dito. E ainda, para o autor, é de observar que a conversação pode possuir objetivos variados como o de apenas manter relações sociais, ou para conseguir uma reação do interlocutor, ou reforçar a sua identidade social, ou transmitir informações, entre outros (Moreno Fernández, 1998, p. 165).

No que toca à questão do discurso das personagens, o que é realizado pelo autor da narrativa, conforme estudo de Duarte (2012) sobre a distância existente entre o discurso oral informal e sua transposição para a escrita *fictiva* e sobre a forma com que tal transposição busca solucionar problemas que decorrem dessa distância, precisamos ter atenção para não confundirmos diálogos de ficção com conversas reais, autênticas, pois por mais que se busque aproximá-las, sua transposição total não é possível. A autora entende que, não só em narrativas que buscam a verossimilhança, mas também nessas, a introdução de variadas instruções de oralização no texto, *para produzir um “efeito de real”*, estão, *por questões de legibilidade, afastadas das características do discurso oral*

real, que não podem por natureza assumir. O que fazem é recriar, estilizando-os, alguns dos traços mais salientes desse discurso que procuram mimetizar (Duarte, 2012, pp. 39-54). Assim, cita vários recursos analisados por ela, os quais buscam imitar a linguagem oral, para que o discurso pareça verdadeiro. Entre eles estão as instruções de oralização do discurso, os traços lexicais coloquiais e outros traços, típicos de registros pouco vigiados, e a imitação de traços fonéticos de determinadas variedades regionais ou sociais.

Todas estas instruções não conseguem, no entanto, suprir, com verossimilhança, as especificidades do oral informal. Estamos, sempre, perante uma espécie de «traduction» tentant de rendre dans un code les caractéristiques d'un autre.» (Traverso, 2004, 104), isto é, de tradução do código oral para o escrito ficcional. *As palavras inacabadas, sobrepostas, as sílabas repetidas e prolongadas para que o pensamento tenha tempo para se reorganizar, as pausas preenchidas, as mudanças de direção discursiva não existem na ficção, que se tornaria, no limite, ilegível, no caso de utilizar estes recursos (...). Algumas narrativas parecem ter atingido o máximo de aparência de realismo a nível de «imitação» da linguagem oral. Mas, mesmo em tais casos, estaremos sempre perante uma construção fictícia e não perante discurso oral* (Duarte, 2012, p. 53).

É de destacar que todas essas questões estão em causa quando o leitor lê e tenta compreender uma narrativa literária, pois, na maioria dos casos, é por meio das conversações que as personagens interagem. É de referir ainda que essas conversações são expressas por meio de discursos diretos, indiretos, indiretos livres.

No que toca às escolhas dos discursos realizadas para a captação de dados no nosso *corpus* de pesquisa, escolhemos excertos literários que possuem discursos diretos e discursos indiretos livres. Isso porque, embora as conversações estejam distantes da realidade do discurso oral, como afirma Duarte (2012), dos tipos de discursos narrativos que conhecemos, estes são os que mais se aproximam das falas reais das personagens, visto que no discurso direto é a própria personagem que produz o seu diálogo (ou monólogo). Já o discurso indireto livre, que é aquele em que a fala da personagem é pronunciada na voz do narrador, entendemos que esse realmente distancia-se mais ainda da possível realidade. Entretanto, acreditamos que, por meio da análise desses discursos, podemos tanto apresentar aos alunos os usos das formas de tratamento de diferentes culturas, como discutir esses usos e o registro linguístico da narrativa, no momento em que passamos a trabalhar a metalinguagem.

Ainda é de referir que quando uma personagem revela-se ou refere-se diretamente à outra, precisa selecionar a forma que vai usar para referi-la, se por meio de um nome ou de um pronome, se de um sujeito explícito ou implícito, o que precisa ser pensado pelo escritor ao escrever uma narrativa. Essa escolha pode revelar o uso de formas de

tratamento com diferentes semânticas usadas pelas personagens da interação: a *semântica do poder*, a *semântica da solidariedade* (Brown & Gilman, 1960), ou a neutralidade.

Desta forma, e por meio das diferentes referências e considerações realizadas acima, adiantamos que na nossa pesquisa, a qual trata da compreensão leitora e da análise das inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* em culturas diferentes, por meio da observação de *protocolos verbais* em excertos de narrativas literárias apresentados aos leitores, analisaremos dois níveis de *compreensão* que entendemos pertinentes criar para essa análise específica, os níveis de: *compreensão ampla* (CA) e *compreensão específica* (CE). Sendo a primeira verificada em relação aos contextos, “globais” (Leffa, 1996), dos excertos lidos, e a segunda em relação aos cotextos, “locais” (Leffa, 1996), dos excertos lidos.

Logo, a *compreensão específica* (CE) é a analisada ao nível do código linguístico e está mais voltada às inferências dos leitores sobre os *protocolos de pausa* presentes nos *protocolos de autorrevelação* (Cohen, 1987), os quais ocorrem durante a leitura do texto (como veremos no próximo capítulo: Metodologia).

A *compreensão ampla* (CA) é a referida pelo leitor após a leitura do texto e é relacionada aos *protocolos de auto-observação* (Cohen, 1987). Esse tipo de compreensão ocorre de forma retrospectiva (como também veremos no próximo capítulo: Metodologia).

Passamos às nossas considerações finais sobre o que fica dito neste capítulo, onde tentaremos relacionar essas questões.

Considerações Parciais

Neste capítulo, buscamos apresentar a importância dos estudos em interface entre a linguística, a literatura e o ensino da língua, principalmente no que diz respeito a uma abordagem que leve em conta o ensino de formas de tratamento de diferentes culturas de língua portuguesa nas escolas, para o desenvolvimento da compreensão leitora de narrativas literárias dessas culturas.

Essa verificação é relevante porque nosso trabalho visa responder à hipótese de pesquisa levantada. Ou seja: se as diferentes compreensões das formas *tu* e *você* em diferentes culturas de língua portuguesa podem influenciar, ou não, a *compreensão específica* (CE) e/ou a *compreensão ampla* (CA) de narrativas literárias de diferentes culturas que têm a língua portuguesa como língua oficial.

Sendo assim, este capítulo, que é dividido em duas partes, na primeira parte, priorizou a observação da relação dos estudos em interface entre a linguística, a literatura e o ensino da língua, destacando concepções de Fonseca (1994) sobre a relevância do estímulo das competências linguísticas de alunos para um ensino de qualidade, o que também é defendido por Aguiar e Silva (2008) e Reis (2008). Nesta parte, refletimos ainda sobre questões ligadas à importância do ensino das formas de tratamento às crianças, já no seio materno, pela importância que esse tipo de ensino possui para a sua formação, bem como para o desenvolvimento de competências ligadas à socialização e à regulação de possíveis conflitos referentes à proteção da *face*.

A partir de tais verificações, defendemos que as crianças precisam conhecer as regras de convivência que regem as relações interpessoais. Nesse sentido, apresentamos as considerações de Kerbrat-Orecchioni (1992), para quem as formas de polidez são internalizadas na criança juntamente com as regras linguísticas. Isso porque, conforme Haverkate (1994), os pais fazem um esforço para ensinar essas regras às crianças, a partir do momento que elas dizem as primeiras palavras. A próxima etapa dessa aprendizagem, portanto, seria o ensino das formas de tratamento em ambiente escolar.

Percebemos a importância dessa verificação porque, por vezes, podem ocorrer em meios escolares (e não só) problemas interacionais entre alunos, ou mesmo entre alunos e professores, bem como penalizações escolares (Duarte, 2010) decorrentes da falta de compreensão linguística do “falar” do “outro”. Dentre esses fatores, observamos que podem estar os usos equivocados das formas *tu* e *você*, quando os falantes partem do princípio de que, porque falam a mesma língua (o português), conhecem os usos dos diferentes sistemas de tratamento das diferentes culturas que falam essa língua, o que nem sempre é verdade.

Deste modo, entendemos que o ensino da compreensão das formas de tratamento, o que pode ser ensinado por meio de recursos literários, pode desenvolver a socialização do aluno, bem como *competências comunicativas* que auxiliam na sua *compreensão leitora* e na compreensão do mundo.

Assim, a segunda parte deste capítulo foi destinada à verificação das relações entre a *competência comunicativa*, a *compreensão leitora* e o ensino. Observamos que, para Hymes (1972), a competência comunicativa está diretamente associada ao uso linguístico adequado ao contexto comunicativo, o que é relacionado à diversidade de saberes em diferentes comunidades linguísticas que possuem diferentes regras, como as regras de cortesia. Deste modo, o autor destaca a compreensão do contexto de uso dessas regras, o

qual pode ser dos mais variados possíveis em diferentes comunidades linguísticas. Nesse sentido, relacionamos essa questão aos diferentes usos das formas *tu* e *você*, em diferentes culturas, como no PE e no PB, bem como, para o que diz respeito ao nosso trabalho, em narrativas literárias dessas culturas.

No que toca à compreensão leitora, destacamos a visão de Goodman (1982), para quem esta é um processo de percepção tanto de componentes linguísticos da construção textual, como de extra-textuais. Assim, referimos que, para Smith (1999), o conhecimento do leitor sobre as características do texto (a língua em que foi escrito, sua estrutura, entre outras peculiaridades da escrita literária) é o que fornece compreensão à leitura. Associado a isso, estão as habilidades leitoras, informações implícitas no texto, além das explícitas, as quais são organizadas no cérebro do leitor, de acordo com suas experiências, o que leva à “leitura significativa” (Smith, 1999).

Essas verificações tornam-se relevantes para nós porque, na 4ª Categoria de Análise da pesquisa que realizamos sobre os dados levantados no *corpus* de pesquisa, buscamos classificar especificamente inferências dos leitores sobre essa questão, ou seja, sobre a compreensão leitora, como veremos no próximo capítulo: Metodologia.

Assim, pretendemos desvendar esse “jogo psicolinguístico de adivinhação” (Goodman, 1982), as inferências dos leitores sobre os usos e os efeitos produzidos pelas formas *tu* e *você* presentes nas narrativas lidas.

Também, neste capítulo, destacamos rapidamente o papel do professor no ensino da compreensão textual, pois embora não possamos medir de forma exata a compreensão da leitura, visto que ela é uma organização e uma extração de sentido textual que ocorre a partir do conhecimento de mundo de cada um de nós (Smith, 1989), como professores podemos desenvolver esse processo de compreensão e, como pesquisadores, tentar entendê-lo. Assim, defendemos que as narrativas literárias podem ser de grande valia para o trabalho do professor, por apresentarem situações fictícias entre personagens que interagem em determinadas situações e meios culturais que imitam a realidade.

Contudo, verificamos que é importante observar que, segundo Duarte (2012), há uma distância entre o discurso oral informal e sua transposição para a escrita *fictiva*, motivo pelo qual precisamos ter atenção para não confundirmos diálogos de ficção com conversas reais, autênticas. Isso porque, por mais que o escritor tente traspor para o texto a linguagem real, isso não é possível, por questões de *legibilidade* (Duarte, 2012).

De qualquer forma, entendemos que o escritor busca atingir o leitor ao descrever o mundo e, ao escolher as suas personagens, atenta para as características identitárias de

cada uma delas, além de outros fatores como: o ambiente cultural em que ocorre a narrativa, a cultura em que ela está inserida, etc. E isso tudo ocorre por meio de recursos linguísticos. Ao utilizar esses recursos, como nos discursos diretos ou indiretos, por exemplo, o escritor, por vezes, seleciona também formas de tratamento (com ou sem efeitos de “oposição”) para serem utilizadas por elas (de forma implícita ou explícita). Nesse sentido, o escritor precisa estar atento às regras de uso dessas formas em cada uma das comunidades fictícias que cria.

Fazer com que os alunos compreendam essas questões passa pelo papel do professor, pois, para Baker & Brown (1984), o professor tem importante papel na ativação dos conhecimentos prévios do aluno sobre as narrativas lidas, em aulas de compreensão leitora, os quais podem dar suporte ao desenvolvimento da competência comunicativa desse aluno.

Desta forma, após concluirmos as nossas verificações sobre tais questões, passamos à segunda parte deste trabalho e ao capítulo em que pretendemos apresentar a metodologia de análise desenvolvida para esta pesquisa.

II Parte

Metodologia e Análise

Capítulo 4 - Metodologia

Para dar continuidade ao nosso trabalho, após a apresentação da fundamentação teórica, por meio de pesquisa bibliográfica, neste capítulo, passaremos à apresentação da metodologia utilizada na pesquisa de campo, do nosso *corpus* de estudo, da análise do material e do tratamento dos resultados, tendo em conta nosso objetivo principal: verificar se as inferências realizadas por leitores das duas variantes da língua portuguesa, PE e PB (PBRs), sobre os diferentes usos das formas *tu e você* interferem na compreensão de narrativas literárias dessas culturas.

4.1. Método de Raciocínio

O método de raciocínio ou a abordagem usada neste trabalho é o indutivo, pois parte da observação pessoal dos usos das formas *tu e você*, no PE e no PBRs (sobretudo, por meio dos *protocolos verbais* analisados na experiência de campo realizada), e da revisão da literatura.

4.2. Método de Análise do Material

O método de análise do material utilizado nesta pesquisa é a “análise de conteúdo”, proposta por Bardin (1977; 2006), que é realizada em três etapas:

- 1ª Pré-análise: organização do material.
- 2ª Exploração do material: seleção de categorias para a classificação de dados.
- 3ª Tratamento dos resultados: tratamento de inferências e compreensões dispostas em categorias.

4.2.1. Pré-análise

Nesta parte, apresentaremos o Universo de pesquisa, a Amostra selecionada a partir desse Universo, a técnica utilizada para a obtenção de dados na pesquisa de campo, as etapas da coleta desses dados, os materiais utilizados, por ordem de aplicação, bem como os *protocolos verbais* e os questionários utilizados na pesquisa.

Sendo assim, segue a apresentação desses dados, detalhadamente.

4.2.1.1. Universo de Pesquisa

O Universo de pesquisa selecionado conta com brasileiros e portugueses, sempre residentes em seus países de origem e conhecedores da língua portuguesa culta (cada qual em sua variedade).

4.2.1.1.1. Amostra

A Amostra delimitada, a partir do Universo de pesquisa, é composta por leitores estudantes do Ensino Superior do Rio Grande do Sul e de Portugal. Escolhemos esta Amostra por entendermos que ela abrange um público homogêneo, no que diz respeito à idade, ao nível cultural, aos objetivos buscados por ele e ao conhecimento da norma culta da LP e da cultura de sua região. A delimitação da Amostra no Brasil (referente ao Estado do Rio Grande do Sul) ocorre porque, por um lado, o Brasil possui grande diversidade cultural, por Estados, o que não nos permite a verificação de ocorrências de tais usos em todo o país, em apenas um curso de doutoramento, sem contar com o alto investimento que isso significaria. O que poderia ainda necessitar toda uma equipe de investigação organizada em projeto e durante vários anos. Por outro lado, escolhemos o Estado do Rio Grande do Sul (RS) porque a investigadora é procedente desse Estado e porque nele verificamos diferença entre o uso da forma *tu* (sem efeitos de “oposição” ao *você*, porque esta forma não faz parte do sistema de tratamento usado no RS) do PBRs, se comparada ao uso feito dela em Portugal, de maior ou menor informalidade, o que nos causou estranhamento. É de observar que, embora Portugal também possua diferenças regionais, oferece maiores possibilidades de verificação daquelas ocorrências, como um todo, como veremos na nossa Amostra, em que conseguimos leitores de diferentes partes do país⁸⁵. Sendo assim, a Amostra é dividida em dois Grupos, A e B. No grupo A temos leitores residentes (nativos) em Portugal e no grupo B leitores residentes (nativos) no RS. A escolha dos leitores desses dois Grupos é feita por *acessibilidade*, por entendemos que a Amostra já é homogênea e não necessita de maiores delimitações. Ou seja, para ingressar em universidades, tanto nas portuguesas como nas brasileiras, os alunos universitários passam por testes de aprovação sobre o conhecimento da norma culta da língua portuguesa.

Desta forma, participam da pesquisa 30 leitores, sendo 15 pertencentes ao Grupo A e 15 pertencentes ao Grupo B, o que entendemos ser suficiente para a saturação da

⁸⁵ Ainda temos que destacar que a investigadora, além de ser procedente do Estado do Rio Grande do Sul (RS), atualmente é lusobrasileira, o que permite que conheça relativamente os usos das formas *tu* e *você* nas referidas culturas investigadas.

Amostra. Conforme Glaser & Strauss (1967), a saturação da Amostra é a constatação do pesquisador de que é possível interromper o levantamento de dados qualitativos junto aos investigados por ter alcançado a “confiança empírica” sobre os resultados necessários para comprovação da sua reflexão (Glaser & Strauss, 1967). Ou seja, ao começar a ocorrer redundância, ou repetição de dados, é irrelevante persistir com a coleta de dados, por isso não acrescentar dados novos e significativos para a pesquisa (Denzin, 1994). Desta forma, a escolha de 15 componentes para a composição de cada Grupo foi estipulada no Projeto de Pesquisa por entendermos que seria um número suficiente para a saturação da Amostra. Mas sabíamos que se ele não se mostrasse suficiente, teríamos que ampliar o número de investigados. Como veremos, no capítulo 5, na seção Tratamento dos Resultados, o número mostrou-se suficiente.

Passamos, assim, à apresentação da técnica utilizada para a obtenção dos dados, por meio da pesquisa de campo.

4.2.1.2. Técnica de obtenção de dados: pesquisa de campo

Quanto à técnica para a obtenção de dados, dividimos esta parte em três etapas: na primeira, utilizamos o preenchimento de um questionário em que levantamos dados pessoais dos leitores; na segunda etapa, usamos a técnica de obtenção de dados por meio de leituras de excertos de obras literárias, com uso de *protocolos verbais*, para a observação das inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens; na terceira etapa, usamos o preenchimento de um segundo questionário que teve como propósito levantar dados sobre os usos das formas *tu* e *você* pelos investigados, no seu cotidiano.

Para obtermos os resultados da segunda parte da pesquisa, ou seja, as inferências dos leitores sobre as leituras dos excertos de obras literárias, usamos *protocolos verbais de compreensão textual: protocolos de autorrevelação* (com a inclusão de *protocolos de pausa*) e *protocolos de auto-observação* (Cohen, 1987).

É de destacar que escolhemos o uso desses protocolos porque, conforme Tomitch (2007), os *protocolos verbais* têm sido úteis para a verificação das inferências produzidas por leitores na construção da representação mental textual. Ao realizar inferências sobre aspectos do texto o leitor recorre ao seu conhecimento do mundo, o que influencia a construção da representação mental da narrativa (Tomitch, 2007, p. 43).

Conforme Cohen (1987), o *protocolo verbal de autorrevelação* busca obter dados durante a leitura do texto, pois o leitor descreve e verbaliza o que lê durante o processo

de leitura, propiciando que os dados sejam coletados enquanto estão na memória de trabalho. Já os *protocolos de auto-observação*, segundo Cohen (1987), buscam obter dados após a leitura. Sendo assim, esses dados “podem” não mais estar mais na memória de trabalho, sendo realizada uma observação retrospectiva (Tomitch, 2007, p. 43). Para captar essas informações, Tomitch recomenda que a recolha seja oral e gravada (Tomitch, 2007, p. 43).

Assim, por meio dos *protocolos verbais*, podemos observar as inferências realizadas pelos leitores e ligadas à compreensão da narrativa, tanto no que diz respeito à compreensão do cotexto, no caso dos *protocolos de autorrevelação*, como também quanto à compreensão do contexto, no caso dos *protocolos de auto-observação*.

Para abrandar um dos problemas que podem surgir durante essa investigação, que é o problema das interferências do investigador sobre o investigado, o que pode atrapalhar a leitura, Tomitch (2007, p. 44) adaptou aos *protocolos de autorrevelação* ferramentas que podem auxiliar no processo: *protocolos de pausa*. São marcas no texto que acenam que o leitor deve parar no fluxo de leitura e relatar o que compreendeu, suas inferências, seus pensamentos e até mesmo suas dúvidas, se surgirem. A adaptação dos *protocolos de pausas* de Tomitch (2007) consiste na inserção de pontos vermelhos no final dos parágrafos, seguindo um procedimento utilizado por Pritchard (1990).

Sendo assim, adaptamos esse procedimento (o *protocolo de pausa*) aos excertos que oferecemos aos leitores, por meio de sinalizações vermelhas, **(0)**, colocadas em pontos estratégicos dos excertos. Ou seja, não colocamos esses *protocolos de pausa* no final dos parágrafos, conforme Tomitch (2007), mas sim em pontos aleatórios dos excertos e em pontos estratégicos para a nossa observação. Neste caso, próximos às formas *tu*, *você*, prioritariamente, mas ainda junto a formas de 2ª e 3ª pessoas, pronomes, verbos, determinantes, etc., visto que no projeto piloto percebemos que muitos leitores associam os usos dessas formas aos usos das formas *tu* e *você*, nosso foco principal de observação. Contudo, informamos aos leitores que as sinalizações vermelhas foram colocadas de forma aleatória, onde eles deveria parar e referir suas inferências sobre o que leram. Essa estratégia teve como objetivo não influenciar as inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você*.

Conforme Tomitch (2007), outro problema que devemos ter em conta nesse processo de investigação é o fato de o investigador não poder determinar se o leitor está realmente concentrado no que lê. Por isso, é importante também, por vezes, a interferência do pesquisador para desfazer dúvidas, embora essa interferência tenha que ser a menor

possível, para não atrapalhar o processo de compreensão, e sim contribuir para que este se desenvolva (Tomitch, 2007. p. 43).

Logo, por meio dos *protocolos de autorrevelação* com *protocolos de pausa*, buscamos verificar a CE – compreensão específica – do investigado sobre partes dos excertos lidos.

É de considerar que, quanto mais evolui a leitura e os *protocolos de pausa*, mais dados o leitor infere, até chegar ao final do excerto. Por fim, é realizado o *protocolo de auto-observação*, que tem como objetivo a verificação da CA – compreensão ampla – sobre o excerto. Ou seja, a obtenção das inferências de forma mais ampla tem esse momento próprio, que é após a leitura final do excerto. Nesta parte, realizamos ainda perguntas ao investigado sobre questões que entendemos não ficarem bem esclarecidas no teste anterior.

Desta forma, distinguimos:

1º Compreensão específica (CE): inferências realizadas enquanto os dados estão na memória de trabalho, as quais estão mais voltadas para o nível da identificação do código linguístico, ao nível do cotexto, sendo buscadas por meio do *protocolo de autorrevelação*.

2º Compreensão ampla (CA): inferências realizadas após a leitura, quando os dados podem não estar mais na memória de trabalho do leitor. Neste caso, as inferências estão ao nível da compreensão do conjunto textual e do contexto, sendo reveladas por meio do *protocolo de auto-observação*.

4.2.1.3. Coleta de dados

Sobre as etapas da recolha do material, desenvolvemos os questionários 1 e 2 e selecionamos o *corpus* de análise referente aos excertos a serem aplicados aos leitores. Para isso, buscamos excertos que apresentassem diálogos diretos ou indiretos livres, em que as personagens interagissem e usassem as formas *tu* e *você*, explícita ou implicitamente, isto é, com sujeito verbal expresso por pronome ou apenas deduzido de outro elemento da frase, como a desinência verbal, por exemplo. Pretendíamos com isso perceber se os leitores infeririam sobre esses usos. Deste modo, selecionamos vários excertos em que apareciam os usos das formas *tu* e *você*, mas também excertos em que não apareciam essas formas explícitas. Dessa seleção, destacamos 8 excertos para serem testados em um projeto piloto (4 da literatura portuguesa e 4 da literatura brasileira/gaúcha), junto a alunos universitários portugueses e a alunos universitários brasileiros/gaúchos. Após essa testagem, a partir da análise das inferências dos leitores,

as quais entendemos terem sido muito produtivas, destacamos apenas 4 dos 8 excertos testados para serem utilizados neste trabalho, sendo 2 da literatura portuguesa e 2 da literatura brasileira/gaúcha. Fizemos essa seleção porque percebemos que a análise de todos os excertos poderia ser demasiado extensa. O critério utilizado para essa seleção foi o seguinte: a maior produção de referências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você*, realizada, principalmente pelos leitores do PE. Ou seja, os excertos que levantaram mais questões e estranhamentos dos leitores sobre os usos daquelas formas, ou os que os leitores fizeram referências ao uso dessas formas, mesmo quando elas não estavam explícitas no texto.

Assim, passamos à etapa seguinte: à busca de alunos universitários que estivessem dispostos a fazer parte da pesquisa. Esta etapa talvez tenha sido a mais difícil, pois encontramos resistência nas pessoas, tanto em Portugal como no Rio Grande do Sul, sobre sua participação numa pesquisa com recolha de dados de forma oral, gravada e com dia e horário marcados, bem como com tempo disponível para isso. Entretanto, conseguimos a Amostra necessária (15 participantes de cada país). Aplicamos, primeiro, o procedimento em Portugal, no segundo semestre de 2014, e, após, no Rio Grande do Sul, onde passamos três meses fazendo a recolha de dados, no primeiro semestre de 2015.

Assim, em dia e hora marcados para tal, realizamos:

- 1º Aplicação do questionário com dados pessoais do investigado (1º Questionário; ver Anexo 4.2).
- 2º Aplicação de um excerto piloto para treino da metodologia aplicada, relativamente às leituras (Ver Anexo 4.3).
- 3º Aplicação dos quatro excertos escolhidos para o desenvolvimento dos protocolos de *autorrevelação* com pausas e do protocolo de *auto-observação* (sendo que os dois excertos da literatura brasileira são da trilogia gaúcha *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo⁸⁶, e os dois da literatura portuguesa são da obra *Os Maias*, de Eça de Queirós⁸⁷).

Como os excertos eram de diferentes culturas, privilegiamos a aplicação, em primeiro lugar, dos excertos da cultura do investigado, o que entendemos que provocaria

⁸⁶ Verissimo, E. (1951; 2004). *O Tempo e o Vento*. II Parte: *O retrato*. Porto Alegre: Editora Globo.
Verissimo, E. (1949; 2004). *O tempo e o vento*. I Parte: *O Continente*. Porto Alegre: Editora Globo.
Verissimo, E. (2004). *O Tempo e o Vento*. II Parte: *O retrato*. São Paulo: Companhia das Letras.
Verissimo, E. (1949; 2004). *O tempo e o vento*. I Parte: *O Continente*. São Paulo: Companhia das Letras.
⁸⁷ Queirós, E. (1888). *Os Maias*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
Queirós, E. (2000). *Os Maias*. São Paulo: Nova Alexandria.

maior descontração ao leitor, do que se fossem aplicados em primeiro lugar excertos de uma cultura diferente da sua. Ou seja, foram aplicados “em primeiro lugar” os excertos d’*O Tempo e o Vento* aos leitores gaúchos e os excertos d’*Os Maias* aos leitores portugueses.

Desta forma, esse procedimento foi realizado nas duas etapas propostas acima. Ou seja, na primeira etapa o leitor deveria ler e relatar sobre os dados inferidos durante a leitura, o que indicava a ocorrência da realização do *protocolo de autorrevelação*, em que inserimos os *protocolos de pausa* para lembrar o leitor da necessidade de parar e revelar o que inferiu.

Na segunda etapa, após a leitura do excerto, o leitor deveria responder à seguinte questão: *Do ponto de vista da língua portuguesa, qual o grau de proximidade entre as personagens, de um a cinco? Por quê?*

É de lembrar que o uso de números indicando graduação, de “um a cinco”, serviu apenas para testar se o leitor inferira sobre uma possível graduação de proximidade/distância nos usos das formas *tu* e *você*. Sendo assim, os números não são considerados na nossa análise final, pois o que nos interessa são as considerações dos leitores sobre a possibilidade de atrelarem níveis de graduação de maior ou menor proximidade aos usos de tais formas, ou não. Além disso, nessa parte, o leitor poderia responder a alguma outra questão levantada pelo investigador, que não tivesse ficado clara, expressando a sua compreensão ampla da narrativa, o que recairia, no total, na realização do *protocolo de auto-observação*.

4º Aplicação de questionário sobre os usos das formas *tu* e *você* no cotidiano do investigado (2º Questionário; ver Anexo 4.4).

É de referir que só aplicamos esse questionário após a aplicação dos excertos, para não sugestionarmos a compreensão das leituras anteriores, visto que este questionário tem o intuito de desfazer contradições e auxiliar na triangulação entre os dados obtidos nas diferentes etapas do processo de investigação dos leitores, sobre os usos daquelas formas.

5º Pedido de autorização assinada ao investigado, para a divulgação dos dados levantados na pesquisa. Nela fica claro que protegemos a sua identidade (Anexo 4.1).

Passamos, portanto, à explanação da forma de aplicação desse material.

4. 2.1.4. Aplicação de *protocolos verbais* e questionários

Em dias e horários marcados e em atendimento individual, os leitores receberam as orientações necessárias sobre o procedimento da pesquisa e autorizaram a sua

realização e divulgação, sobretudo porque ela não referia o nome do investigado. Desta forma, eles preencheram o primeiro questionário oferecido para a captação de dados, tais como: Instituição de Ensino e Curso que frequentava, semestre, idade, nacionalidade (inclusive dos pais e dos avós), naturalidade, filiação, entre outros. Após, o pesquisador orientou os investigados sobre o procedimento da leitura dos excertos, a ser realizada de forma oral e gravada. É de lembrar que, antes da sua aplicação, foram realizados testes piloto com cada leitor, a fim de treinar tal procedimento.

Passada essa fase, foram aplicados os excertos das obras escolhidas para os testes de compreensão leitora. Esporadicamente, foram realizadas pausas para perguntas, tanto do leitor quanto do pesquisador. No que diz respeito a este, suas perguntas buscaram perceber as inferências sobre o uso das formas *tu* e *você*, no que toca às relações de proximidade, distanciamento, formalidade ou informalidade entre as personagens dos excertos.

Após a aplicação desses protocolos, foi realizada a aplicação do segundo questionário, com questões sobre os usos das formas *tu* e *você* pelo leitor no seu cotidiano.

Passamos, portanto, à verificação do material desenvolvido e apresentado aos leitores.

4.2.1.5. Instrumentos Utilizados

4.2.1.5.1. 1º Etapa: 1º Questionário de Análise (Anexo 4.2)

4.2.1.5.2. 2º Etapa: Teste Piloto (Anexo 4.3)

4.2.1.5.3. 3º Etapa: Excertos de Narrativas Literárias

Nesta etapa, apresentamos aos leitores os excertos “a” e “b” (da literatura portuguesa - PE) e “c” e “d” (da literatura brasileira do Rio Grande do Sul – PBRs), para que eles lessem e inferissem sobre sua leitura, de forma oral. Entretanto, convém destacarmos que para facilitar a contextualização dos excertos junto aos leitores, fizemos neles algumas alterações, como a inserção dos nomes das personagens que falam, a indicação do narrador e algumas adaptações nos textos, as quais entendemos que ajudariam a contextualização do excerto. Também, antes de começarmos a gravação, contextualizamos todos os excertos, um por um, de forma oral e de modo a não comprometermos as inferências sobre os usos das formas *tu* e *você*. Apenas orientamos os leitores a que focassem suas observações sobre o relacionamento entre as personagens

e para não se dispersarem em outras questões. Sendo assim, a investigadora deixou os leitores à vontade para a realização do procedimento.

Seguem abaixo os excertos apresentados aos leitores, para a realização dos *protocolos de autorrevelação* (com inserção de *protocolos de pausa*) e de *auto-observação*.

4.2.1.5.3.1. Excerto a:

Protocolo de autorrevelação

Contextualização: O narrador descreve uma relação entre duas personagens.

Local: Quarto de hotel

Personagens: Carlos

Dâmaso

Narrador: Este dia pareceu belo a Dâmaso, como se fosse feito de azul e oiro. Mas melhor ainda foi a manhã em que Carlos, um pouco incomodado e ainda deitado, o recebeu no quarto, como entre rapazes (0). Daí datava a sua intimidade (0). Dâmaso começou a tratar Carlos por você (0). Depois, nessa semana, revelou aptidões úteis. Foi despachar à alfândega (...) um caixote de roupas para Carlos (0). Dâmaso, tendo aparecido num momento em que Carlos copiava um artigo para a Gazeta Médica, ofereceu a sua boa letra (0), letra prodigiosa, de uma beleza litográfica; e daí por diante passava horas à banca de Carlos, aplicado e vermelho, com a ponta da língua de fora, o olho redondo, copiando apontamentos, transcrições de Revistas, materiais para o livro. Tanta dedicação merecia um tu de familiaridade (0). Carlos deu-lho (0).

(Queirós. 1888; 2000, p.131-132⁸⁸)

O excerto acima buscou observar se o leitor percebe a “oposição/diferença” entre as formas *tu* e *você*, usadas pelas personagens do excerto. É de referir que, no romance, antes de usar *você*, Dâmaso tratava Carlos por *Vossa Excelência*, grau máximo de distância, deferência e formalidade. Mas essa explicação não é repassada por nós aos leitores e, mesmo os que já haviam lido a obra, não lembraram disso (como observaremos no próximo capítulo: Análise) e, assim, não referiram essa questão. Como nosso objetivo não é analisar a obra de Eça de Queirós em si, mas utilizar excertos dela que contenham interações comunicativas entre personagens, com a utilização das formas *tu* e *você*, entendemos que o fato de o leitor não saber que Dâmaso tratava Carlos daquele modo não

⁸⁸ É de destacar que, para facilitar a compreensão do leitor sobre a organização do diálogo, foi preciso realizar adaptações no texto original, reduzindo-o, por entendemos que isso não compromete o objetivo da pesquisa.

compromete a nossa pesquisa. Ou seja, entendemos que as divagações dos leitores sobre os usos de *tu* e *você* são suficientes para percebermos se eles compreendem e conhecem os diferentes usos dessas formas, com tratamentos diferenciados e efeitos de tratamento verticais e horizontais. No entanto, dado que o texto diz, explicitamente *Dâmaso começou a tratar Carlos por você*, daqui se depreende que, antes deste momento que, segundo o texto, é o início da intimidade entre os dois rapazes, Dâmaso tratava Carlos de outra forma, isto é, por *Vossa Excelência*. A passagem deste modo deferente de tratar o outro para *você* indica um percurso de progressiva intimidade e familiaridade entre os dois, até Carlos ter decidido passar do *você*, ainda com algum grau de formalidade, ao *tu* informal.

Portanto, dos 7 *protocolos de pausa* inseridos nesse excerto, pretendíamos, neste caso, analisar apenas três pausas, que constituíram duas situações de análise:

1ª Situação: Dâmaso começou a tratar Carlos por você (0)

2ª Situação: Tanta dedicação merecia um tu de familiaridade (0). Carlos deu-lho (0).

Como vemos, na 2ª situação, temos dois *protocolos de pausa*. Isso porque, geralmente, os leitores inferiram sobre os dois protocolos ao mesmo tempo, por estarem próximos.

Sendo assim, entendemos que as formas *tu* e *você* presentes nesse excerto, que é procedente da literatura portuguesa, nesse caso, são formas de tratamento pronominais que imprimem tratamentos horizontais, visto que Carlos e Dâmaso pertencem ao mesmo grupo social, a classe alta lisboeta da época da Regeneração portuguesa.

Esperávamos, portanto, que os leitores inferissem sobre essa questão (tanto no *protocolo de autorrevelação* como no *protocolo de auto-observação*), bem como sobre o movimento de aproximação entre as personagens Carlos e Dâmaso, que passaram do uso do *você* para o *tu* de familiaridade.

Passamos à apresentação do excerto b, também da literatura portuguesa.

4.2.1.5.3.2. Excerto b:

Protocolo de autorrevelação

Contextualização: Reencontro entre Afonso e Vilaça, depois de muitos anos, com a presença de Carlos, o neto de Afonso, que era uma criança:

Local: Casa de Afonso

Personagens: Afonso: avô de Carlos e patrão de Vilaça

Vilaça: procurador de Afonso

Carlos: criança, neto de Afonso

Narrador: Os dois velhos abraçaram-se (Afonso e Vilaça) (0); depois um momento os seus olhos encontraram-se, vivos e húmidos, e tornaram a apertar-se comovidos (0), Carlos, ao lado, muito sério, todo esbelto, com as mãos enterradas nos bolsos das suas largas bragas de flanela branca, o casquete da mesma flanela posta de lado sobre os belos anéis de cabelo negro – continuava a mirar o Vilaça, que com o beijo trêmulo, tendo tirado a luva, limpava os olhos por baixo dos óculos (0).

Afonso: - E ninguém a esperá-lo, nem um criado lá em baixo no rio (0),

Narrador: dizia Afonso (0).

Afonso: - Enfim, cá o temos, é o essencial (0). E como você está rijo, Vilaça! (0)

Vilaça: - E V. Ex.^a (0), meu senhor! (0).

Narrador: Balbuciou o administrador, engolindo um soluço.

Vilaça: - Nem uma ruga! (0) Branco sim, mas com uma cara de moço (0). Eu nem o conhecia! Quando me lembro, a última vez que o vi. E cá isto! Cá esta linda flor! (0)

Narrador: Ia abraçar Carlos outra vez entusiasmado (0), mas o rapaz fugiu-lhe com uma bela risada, saltou do terraço, foi pendurar-se dum trapézio armado entre as árvores, e ficou lá, balançando-se em cadência, forte e airoso e airoso, gritando: (0)

Carlos: - Tu és (0) o Vilaça! (0)

(Queirós, 1888; 2000, p. 40⁸⁹)

O excerto acima buscou perceber as inferências realizadas pelos leitores sobre o uso da forma *tu* (de Carlos a Vilaça) e da forma *você* (de Afonso a Vilaça) e selecionar, dos 13 *protocolos de pausa* inseridos no excerto, os que entendemos ser mais relevantes para a pesquisa. Assim, destacamos apenas três situações a serem analisadas, conforme:

1ª Situação: Afonso: - E como você está rijo, Vilaça! (0)

2ª Situação: Carlos: - Tu és (0) o Vilaça! (0)

Da mesma forma que ocorreu no excerto anterior, esses dois últimos *protocolos de pausa* da 2ª situação constituíram uma única análise, visto que os leitores, geralmente, inferiram sobre os dois ao mesmo tempo, por eles estarem muito próximos.

Também, nesse excerto b, que é igualmente procedente da literatura portuguesa, entendemos que os leitores deveriam inferir sobre os usos das formas *tu* e *você* como formas de tratamento “diferenciadas”. Assim, esperávamos que os leitores referissem essa questão (tanto no *protocolo de autorrevelação* como no *protocolo de auto-observação*).

⁸⁹ Texto adaptado.

Desse modo, passamos à verificação do excerto c, da literatura brasileira gaúcha.

4.2.1.5.3.3. Excerto c:

Protocolo de autorrevelação

Contextualização: Diálogo direto entre duas personagens. Chico fala ao Cuca sobre o seu médico.

Local: Bar

Personagens: Chico: padeiro

Cuca: amigo de Chico

Dr. Rodrigo: médico

Chico: - Estava formado, era rico, querido de todo o mundo e nunca fez pouco de mim nem da minha gente (0), até tirava o chapéu quando nos cumprimentava (0). Um dia, peguei uma pneumonia e quase embarquei pro outro mundo (0). Pois o doutor (0) Rodrigo tratou de mim, passou noites em claro na minha cabeceira, e não descansou enquanto não me botou de pé. Quando fiquei bom, disse assim pra ele: "Por que o senhor me salvou, doutor? Não presto pra nada (0), sou um pobre coitado sem serventia, não valia a pena" (0). Sabe o que ele me respondeu, Cuca? (0) São dessas coisas que a gente não esquece mais, nem que viva cem anos: "Mas Chico, tu é (0) um homem muito importante nesta cidade (0). O vigário dá o pão pra alma e tu dá (0) o pão pro corpo. Se morre o intendente, a gente faz uma eleição e escolhe outro. Mas se tu morre (0), quem é que vai ficar no teu lugar? (0). Não tem ninguém na região serrana que saiba fazer pão cabrito tão bem como tu (0).

(Verissimo, 1951; 2004, p. 39)

No excerto c, diferente dos dois excertos anteriores, esperávamos que as inferências realizadas pelos leitores não levassem em consideração o uso da forma *tu* com o objetivo de demonstrar proximidade entre as personagens, mas apenas que o leitor inferisse sobre o relacionamento das personagens de forma genérica, visto que o *tu* é o pronome preferencial do sistema de tratamento gaúcho, não dividindo esse espaço com o uso do *você*.

Além disso, é de lembrar que o *tu* é acompanhado de verbos flexionados na 3ª pessoa do singular. Por isso, não esperávamos que os leitores inferissem, ou associassem, o “sabe” expresso pelo Cuca como uma forma que tem como pronome/sujeito implícito o *você*, mas que os leitores compreendessem que o pronome/sujeito é referente à 2ª pessoa do singular, por ser uma obra da literatura gaúcha.

Ainda, é de observar que Chico trata o médico por *senhor*, pois é a forma de mostrar certa deferência no sistema de tratamento do PB, sistema diádico com as formas *tu/você* e *o(a) senhor(a)*, como já referimos anteriormente, no 2º Capítulo deste trabalho⁹⁰, quando apresentamos essa “oposição” proposta por Ramirez & Pozzani (2011, p. 152). Entretanto, entre *tu* e *você*, conforme os autores, não há “oposição” quanto ao grau de formalidade, no PB. Assim, gostaríamos de destacar que o uso da forma *senhor* por Chico não compromete a nossa verificação, por não levar em consideração a análise das formas nominais, apenas as pronominais *tu* e *você*⁹¹.

Portanto, nesse excerto, dos 13 *protocolos de pausa* apresentados aos leitores, destacamos apenas 6 situações relevantes de serem analisadas. São elas:

1ª Situação: - *Sabe o que ele me respondeu, Cuca?! (0)*

2ª Situação: *Mas Chico, tu é (0)*

3ª Situação: *O vigário dá o pão pra alma e tu dá (0)*

4ª Situação: *Mas se tu morre (0)*

5ª Situação: *quem é que vai ficar no teu lugar? (0)* (Consideramos analisar essa ocorrência porque verificamos que muitos leitores associaram o uso do *teu* ao uso do *tu*).

6ª Situação: *Não tem ninguém na região serrana que saiba fazer pão cabrito tão bem como tu (0).*

Deste modo, os leitores que inferissem sobre os diferentes usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento que expressam diferentes graus de proximidade ou de distanciamento teriam suas inferências classificadas como divergentes da cultura do excerto em questão. Os leitores que não revelassem nada sobre essas questões, mas que inferissem sobre outras questões ligadas ao relacionamento das personagens teriam suas inferências classificadas como convergentes com o PBRS.

Passamos à apresentação do 4º e último excerto, que também é da literatura brasileira gaúcha.

⁹⁰ Cabe lembrarmos que, segundo Carreira (2003), enquanto o PE possui base em um sistema de tratamento triádico (*tu, você e o(a) senhor(a)*), o PB possui base em um sistema de tratamento diádico (*tu/você e o(a) senhor(a)*). Isso, além de indicar a maior complexidade nos usos dessas formas no PE, se comparadas ao uso feito no PB (como vimos no mapa de Scherre 2013), também indica que *tu* e *você* não são formas opostas entre si, mas sim de *o(a) senhor(a)*, no PB. Ou seja, conforme vimos em Ramirez & Pozzani (2011), *os pronomes tu e você (...) se opõem às formas corteses (Vossa Excelência, o senhor, o doutor), diferindo de outras línguas românicas (...) que utilizam, respectivamente, os pronomes tu/vous, tu/lei, tu/usted para a oposição intimidade/cortesia* (Ramirez & Pozzani, 2011, p. 152). Complementando essa ideia, dizemos que, no PB, a oposição ocorre entre formas pronominais e nominais, visto que as pronominais não parecem ter como objetivo expressar graus de cortesia, no PBRS.

⁹¹ Entretanto, é de referir que *o senhor* seria um modo formal de tratar, mais do que *tu*, que é usado de modo generalizado.

4.2.1.5.3.4. Excerto d:

Protocolo de autorrevelação

Contextualização: Sepé Tiaraju era um índio guerreiro que foi convidado pelo capitão-general Gomes Freire para uma conferência. Sepé foi ao encontro contrariado.

Local: no campo

Personagens: Intérprete

Sepé Tiaraju: índio

Gomes Freire: general

Narrador: Apareceu o intérprete, que vinha da parte do chefe português, e disse (ao índio⁹²): (...)

Intérprete: - Apeie e beije a mão do general (0).

Narrador: Intimou-o o intérprete (0). O índio baixou para ele um olhar de desdém (0) e respondeu:

Índio Sepé: - Beijar a mão de teu general? (0). A troco de quê? (0) Pensas acaso que estou na terra dele e não na minha? (0)

Narrador: Ao ouvir essa resposta traduzida pelo intérprete, Gomes Freire exclamou, irritado:

General: - Diga a esse índio que ele é um bárbaro (0).

Narrador: Sepé sorriu (0) e respondeu simplesmente:

Índio Sepé: - Diz ao teu (0) patrão que ele é mais bárbaro que eu (0).

(Verissimo, 1949; 2004, pp. 42-43⁹³)

Antes de mais, é importante referir que o excerto acima possui duas curiosidades. A primeira é que em nenhum momento ele apresenta as formas *tu* e *você* explícitas, apenas formas como *teu* e verbos flexionados na 2ª e na 3ª pessoas do singular. Mas, mesmo assim, utilizamos esse excerto em nossa análise, visto que ele apresentou bons resultados no teste piloto, no que toca às inferências dos leitores do Grupo A, que revelaram interessantes considerações sobre os usos dessas formas. Ou seja, boa parte dos leitores do PE, como veremos mais tarde, associou os usos daquelas formas referidas ao uso das formas *tu* e *você*.

A segunda curiosidade desse **excerto d** é que, embora ele esteja escrito no dialeto gaúcho, que costuma conjugar o verbo na 3ª pessoa do singular, ao lado do *tu*, há o uso de um verbo flexionado na 2ª pessoa do singular (*pensas*) que supostamente é interpretado

⁹² Acrescentamos “ao índio”, para que o leitor conseguisse perceber no excerto a quem o intérprete se referia.

⁹³ Texto adaptado.

e traduzido pelo intérprete, do guarani para o português. A tradução é feita a partir da fala do índio Sepé. Entendemos que a presença desse verbo flexionado na 2ª pessoa pode ter ocorrido porque o intérprete, ao traduzir o *nde* do guarani (idioma falado pelos índios do RS) para a língua do general (a portuguesa), adaptou a flexão verbal dessa forma pronominal, que entendeu ser informal, à norma de uso do *tu*, no PE. Entretanto, não podemos precisar que o autor da obra tenha realmente pensado nisso. Apenas podemos afirmar que, em outras partes da obra, em que os gaúchos falam entre eles, como vimos no **excerto c**, na fala do médico, o uso do *tu* é acompanhado do verbo flexionado na 3ª pessoa do singular.

Entretanto, nesse excerto buscávamos que as inferências realizadas pelos leitores não levassem em consideração o uso da 2ª pessoa (implícito na forma verbal) com efeito de proximidade entre as personagens (tanto no *protocolo de autorrevelação* como no *protocolo de auto-observação*), nem mesmo que os leitores inferissem esse uso como forma de desrespeito/não respeito, como ocorreu.

Como o excerto é procedente da literatura brasileira gaúcha, entendemos que o *tu*, nesse caso, não se opõe ao *você*, não pretendendo criar efeito de formas de tratamento diferenciada. Esperávamos, entretanto, que os leitores inferissem outras questões sobre os relacionamentos das personagens, que poderiam envolver ameaças e desrespeito, mas não pelo uso dessas formas apontadas.

Portanto, os leitores que inferissem nos tratamentos realizados pelas personagens que os usos das formas *tu* e *você* possuíam efeitos de formas de tratamento opostas/distintas teriam essas inferências classificadas como divergentes da compreensão da cultura em questão. E os leitores que não revelassem nada sobre essas questões, embora inferissem dados sobre outras questões de relacionamento entre as personagens, sem citar os usos daquelas formas, teriam suas inferências classificadas como convergentes com o PBRS.

Neste caso, dos 10 *protocolos de pausa* inseridos no excerto, destacamos apenas as seguintes situações:

1ª Situação: Índio Sepé: - Beijar a mão de teu general? (0).

2ª Situação: General: - Pensas que estou na terra dele e não na minha? (0)

3ª Situação: - Diga a esse índio que ele é um bárbaro (0).

4ª Situação: Índio Sepé: - Diz ao teu (0)

5ª Situação: patrão que ele é mais bárbaro do que eu (0).

Sendo assim, passamos à 4ª etapa da aplicação do material, referente à recolha de dados do 2º questionário.

4.2.1.5.4. 4ª Etapa: 2º Questionário de Análise (Anexo 4.4)

Como podemos observar, o 2º Questionário possui questões referentes aos diferentes usos das formas *tu* e *você* utilizadas pelos leitores no seu cotidiano, tendo como objetivo desfazer possíveis dúvidas que pudessem restar sobre as inferências realizadas pelos leitores sobre os protocolos aplicados anteriormente.

No final do trabalho, utilizamos este questionário na triangulação dos dados da pesquisa.

Passamos então à apresentação da 5ª etapa da pesquisa.

4.2.1.5.5. 5ª Etapa: Autorização do Leitor (Anexo 4.1)

Nesta parte pedimos que os investigados assinassem uma autorização para a divulgação dos dados levantados na pesquisa, caso concordassem com isso. Apresentamos a autorização que se encontra no referido anexo⁹⁴.

Sendo assim, após a conclusão dessas etapas, passamos à segunda parte do desenvolvimento do método de obtenção de dados, a exploração do material, conforme segue.

4.3.2. Exploração do Material

Nesta parte, apresentaremos a técnica de abordagem do problema, com o modelo do tratamento dos dados obtidos na pesquisa, como sua categorização, classificação e a organização desse material.

4.3.2.1. Técnica de Abordagem do Problema

A exploração do material, o que ocorre por meio da Categorização e da Classificação dos dados obtidos, segue o seguinte procedimento:

- 1ª Seleção dos dados obtidos no 1º Questionário de Análise, referentes aos grupos A e B, respectivamente;
- 2ª Seleção dos dados obtidos nos *protocolos de autorrevelação e auto-observação* do Grupo A, por excertos: a, b, c e d, respectivamente;

⁹⁴ É de referir que todos os leitores assinaram essa autorização, disponibilizando que seus dados fossem aqui apresentados.

3ª Seleção dos dados obtidos nos *protocolos de autorrevelação e auto-observação* do Grupo B, por excertos: a, b, c e d, respectivamente;

5º Seleção dos dados obtidos no 2º questionário, referentes aos grupos A e B, respectivamente;

6º Organização das ocorrências;

7º Demonstração das ocorrências em gráficos.

Conforme orientação de Bardin (2006), os dados selecionados nos testes devem ser organizados e classificados, a fim de caracterizarmos seu conteúdo. Desta forma, os dados obtidos nos questionários são reunidos e organizados em quadros e gráficos, bem como os dados obtidos por meio dos *protocolos verbais*.

4.3.2.1.1. Material para recolha de dados: 1º Questionário de Análise

No que diz respeito ao 1º Questionário de Análise, a seguir, apresentamos o formulário desenvolvidos para a realização do procedimento para recolha do material.

Questões	Grupo A	Grupo B
1. Instituição de Ensino		
2. Curso		
3. Semestre		
4. Idade		
5. Nacionalidade		
6. Sempre viveu no país de origem?	() Sim () Não	() Sim () Não
7. Naturalidade		
8. Sempre viveu na cidade de origem?	() Sim () Não Obs:	() Sim () Não Obs:
9. Sexo	() F () M	() F () M
10. Nacionalidade do pai	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?
11. Nacionalidade da mãe	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?
12. Nacionalidade do avô paterno	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?
13. Nacionalidade do avó materno	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?
14. Nacionalidade da avó paterna	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?	() Brasileira () Portuguesa () Outra. Qual?
15. Nacionalidade da avó materna	() Brasileira () Portuguesa	() Brasileira () Portuguesa

	() Outra. Qual?	() Outra. Qual?
16. Fala outra língua?	() Sim () Não Quais?	() Sim () Não Quais?

Quadro 4.1: Material para recolha dos dados do 1º Questionário de Análise (Grupos A e B)

Fonte: Elaborado com base no 1º Questionários de Análise

4.3.2.1.2. Modelo de análise e material de recolha de dados: *protocolos verbais*

O tipo de procedimento que privilegiamos na análise do material obtido para análise dos *protocolos verbais* é a técnica de análise qualitativa comparativa. Ou seja, não privilegiamos a análise quantitativa porque a pesquisa envolve observação e registro de processo de compreensão textual durante a leitura de excertos de narrativas e análise comparativa entre os dois Grupos da Amostra. Portanto, parece-nos mais adequado usarmos um método qualitativo que possa dar conta de outras variáveis que não apenas dos resultados quantitativos. Ou seja, a nossa amostragem não pretende estimar um valor determinado sobre a população investigada, mas obter certa ideia da variedade das inferências realizadas por essa população. Contudo, não descartamos a utilização do método quantitativo para a explanação dos resultados comparativos entre os Grupos A e B, em gráficos demonstrativos, o que ocorrerá no final da pesquisa, por entendermos que eles facilitam a observação das ocorrências. Logo, é de referirmos que as inferências dos leitores, relativamente aos excertos apresentados, bem como a intensidade das suas ocorrências, são a nossa prioridade. Contudo, devemos ter em conta que a frequência dessas inferências pode ser algo significativo.

Passamos, portanto, à verificação da categorização e da classificação dos dados obtidos na análise do material.

4.3.2.1.2.1. Categorias de Análise e Classificação das Inferências

Quanto à categorização dos dados levantados por meio dos *protocolos de autorrevelação* e dos *protocolos de auto-observação*, desenvolvemos uma proposta dividida em 4 Categorias, que foram subdivididas em diferentes Classificações. Para isso, partimos do pressuposto de que as formas *tu* e *você* apresentadas nos excertos da literatura portuguesa, do PE, apresentam usos distintos e revelam diferentes graus de proximidade/distância, enquanto nos excertos da literatura brasileira, do PBRs, não apresentam tal distinção/“oposição”, conforme afirmam Ramirez & Pozzani (2011), Villalva (2003a) e Gouveia (2008).

É de lembrar que também consideramos nesse quadro inferências de leitores sobre formas referentes às 2ª e 3ª pessoas do singular, quando essas são associadas aos usos das formas *tu* e *você*.

4.3.2.1.2.1.1. 1ª Categoria de Análise

Na 1ª categoria, que é a dos eixos semânticos, Classificamos os dados referidos pelos leitores em 4 eixos semântico-pragmáticos, seguindo a proposta de Brown & Gilman (1960) sobre a *semântica do poder* (que dividimos em duas outras semânticas, como veremos a seguir) e a *semântica da solidariedade*. Ou seja, na proposta desses teóricos encontramos as formas T e V como “opostas”, tanto na *semântica do poder* (V-T, T-V), de uso *não recíproco* e *assimétrico*, como no que toca à *semântica da solidariedade* (T-T, V-V), de uso *recíproco* e *simétrico*.

Mas, como pudemos verificar na nossa fundamentação teórica, os usos das formas *tu* e *você* no PB não possuem sentidos opostos/distintos de distância ou maior ou menor grau de formalidade entre interlocutores, estando voltados para uma *semântica* que nem é do *poder*, nem é da *solidariedade*. Por isso, classificamos esses usos como *neutrais* e criamos uma Classificação para esses usos, que chamamos de *semântica da neutralidade*. Ocorre que, mesmo a partir das inferências dos leitores, não conseguimos identificar *assimetria* ou *simetria* nesses usos. A “oposição” encontrada no PB, como revelam os autores consultados, ocorre entre as formas pronominais e as nominais, apenas; ou seja, entre formas *tu/você* e *o(a) senhor(a)*. Entretanto, como já referimos, esta verificação não está em causa neste momento.

Quanto às demais Classificações dessa Categoria, para conseguirmos facilitar a análise das inferências ligadas à *semântica do poder* (por às vezes ela destacar a superioridade do locutor sobre o interlocutor e outras vezes a inferioridade do locutor em relação a ele), criamos duas categorizações: *semântica da inferioridade* (quando o locutor está numa posição interativa alta) e *semântica da superioridade* (quando o alocutário está numa posição interativa alta, estando o locutor, por seu lado, numa posição interativa baixa).

Ainda consideramos a *semântica da igualdade*, que é basicamente a *semântica da solidariedade* proposta por Brown & Gilman (1960), em que classificamos os usos de: *tu-tu*, *você-você*. Preferimos usar a expressão *semântica da igualdade* do que de *solidariedade* porque entendemos que muitas vezes o tratamento entre iguais não ocorre por *solidariedade* apenas, mas por conveniência, o que não é a mesma coisa. Ou seja, um

patrão pode tratar um empregado como igual para realmente mostrar solidariedade a ele, como forma de não o oprimir com um tratamento desigual que demonstra a sua autoridade; mas, outras vezes, o patrão pode tratar um empregado como igual para obter alguma contrapartida profissional, como o seu maior esforço para realizar um trabalho, mas não por solidariedade, ou mesmo por ser a tendência do uso normal de tratamento, como expressa Gouveia (2008).

Portanto, apresentamos a disposição dos eixos semânticos da 1ª Categoria de Análise, no quadro a seguir:

1º Eixo Semântico: Semântica da inferioridade	2º Eixo Semântico: Semântica da neutralidade	3º Eixo Semântico: Semântica da igualdade	4º Eixo Semântico: Semântica da superioridade
1. Ameaça As inferências explícitas sobre as formas <i>tu</i> e <i>você</i> referem a inferioridade do locutor e até mesmo desrespeito/não respeito no seu uso	2. Neutral Não há referência explícita sobre os usos das formas <i>tu</i> e <i>você</i> com efeitos distintos	3. Entre iguais As inferências explícitas sobre as formas <i>tu</i> e <i>você</i> referem a igualdade entre os locutores	4. Deferência As inferências explícitas sobre as formas <i>tu</i> e <i>você</i> referem a superioridade do locutor
←-----→ (-) cortesia	←-----→	←-----→	←-----→ (+) cortesia

Quadro 4.2: Eixos Semânticos

Fonte: Própria

Assim, no 1º Eixo, eixo da inferioridade, podemos classificar referências sobre os usos de *tu* e *você* como formas de tratamento que apresentam maior ameaça, ao passo que buscam destacar a inferioridade, a *assimetria* da relação ou o desejo do locutor de agredir ou de desrespeitar o interlocutor. Nele incluímos referências sobre tratamentos assimétricos, como o tratamento por *tu*, de superior para inferior. É de lembrar que não podemos prever os efeitos de tal uso no interlocutor. Ou seja, o interlocutor pode sentir que esse uso é conveniente/adequado, por entender que o locutor lhe é superior, ou então, o locutor pode sentir que ele é inconveniente/inadequado, por entender que o locutor não lhe é superior. Portanto, a Classificação sobre os usos das formas *tu* e *você* vai levar em conta a compreensão do investigador sobre as inferências do leitor.

No 2º eixo, eixo da neutralidade, encontramos os usos “neutrais” das formas *tu* e *você*, por não serem referidas com efeitos de “oposição”/distinção, pelos leitores.

No 3º Eixo, eixo da igualdade, classificamos referências sobre tratamentos ditos “entre iguais” que preveem reciprocidade de tratamento, pois buscam *valorizar* a

igualdade entre os interlocutores. Neles encontramos as formas *você-você* e *tu-tu*, de acordo com a proximidade entre os interlocutores. Sendo assim, é nele que inserimos o “tu de familiaridade” e o *você* entre iguais, do PE. Entretanto, o locutor pode também usar o tratamento de igualdade para um inferior ou para um superior (como forma de demonstrar solidariedade e/ou fazer movimento de aproximação), ou para um igual. O seu uso mais formal (*você-você*) ou menos formal (*tu-tu*) pode ocorrer, conforme a proximidade entre os interlocutores.

No 4º Eixo, eixo da superioridade, classificamos referências sobre tratamentos de deferência que buscam valorizar o outro. Neles, em geral, encontramos o uso da 3ª pessoa implícita que, conforme a norma do PE é o tratamento mais respeitoso. Entretanto, precisamos destacar que, embora na norma padrão do PE o *você* não se use como tratamento respeitoso, consideramos a exceção que ocorre em algumas zonas muito isoladas do norte de Portugal, onde esse termo é usado como tratamento respeitoso, porque vários dos leitores portugueses inferiram o uso do *você* indicando respeito. Sendo assim, classificamos essas inferências no 4º eixo quando a referência do leitor revela esses aspectos, sem esquecermos que a 3ª pessoa do verbo, sem sujeito, é a forma mais deferente de tratamento em PE e que aquele uso se faz por defeito (Duarte, 2016).

Quanto à classificação das ocorrências levantadas acima, os Eixos 1, 3 e 4 possuem prioridade, do ponto de vista da sua importância, sobre as ocorrências do Eixo 2. Acontece que os usos de *tu* e *você* são classificados nos Eixos 1, 3 e 4 quando os locutores referem explicitamente os seus usos e inferem neles efeitos de FTs de oposição/distinção ligadas à cortesia. Já a classificação de *tu* e *você* no Eixo 2 ocorre quando o leitor para no *protocolo de pausa* e revela inferências genéricas sobre o relacionamento entre as personagens, mas nada diz sobre os usos das formas *tu* e *você*.

Ainda, os Eixos 1 e 4 possuem prioridade sobre o Eixo 3, por este oferecer menor precisão, visto que as inferências que nos levam a classificação nos eixos 1 e 4, normalmente, oferecem maior precisão de detalhes ligados a esse tipo de Classificação do que as do eixo 3. Por esse motivo, a intensidade da inferência é mais importante do que a sua frequência. Ou seja, basta que o leitor infira somente uma vez durante as leituras dos quatro excertos que as formas *tu* e *você* são usadas como marcas de diferentes graus de formalidade ou de proximidade na relação entre os interlocutores para que essas inferências sejam Classificadas como *convergentes* com a cultura do PE.

Inclusive, o pesquisador, mesmo percebendo que o leitor infere os usos das formas *tu* e *você* como formas de tratamento opostas, por ele já ter realizado esse tipo de

inferência em um *protocolo de pausa* anterior e, por isso, não sinta necessidade de repetir o que já disseram anteriormente, classifica esta ocorrência no eixo 2, conforme referência realizada no protocolo em causa.

Ainda, caso o leitor não pare no *protocolo de pausa* e não faça referência sobre o cotexto analisado, classificamos essa ocorrência como AS (Ato de Silêncio do leitor: o leitor passa pelo *protocolo de pausa* sem revelar suas inferências), para distingui-la das demais.

Desta forma, a 1ª categoria de análise segue a seguinte configuração para a classificação das inferências:

1ª Categoria: Eixos Semânticos

a) 1 SIN (Semântica da Inferioridade)

b) 2 SN (Semântica da Neutralidade)

c) 3 SIG (Semântica da Igualdade)

d) 4 SS (Semântica da Superioridade)

e) AS (Ato de Silêncio do leitor: o leitor passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)

Passamos, portanto, à apresentação da 2ª Categoria de análise.

4.3.2.1.2.1.2. 2ª Categoria de Análise

Na 2ª categoria, classificamos as inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens como sendo *convenientes* ou *inconvenientes* e se ocorrem de forma *ciente* ou *insciente*.

Deste modo, a classificação dos usos das formas *tu* e *você* como *convenientes* ocorre quando elas são referidas explicitamente pelo leitor como “não ameaçadoras” da(s) *face(s)* dos interlocutores. Já a classificação dos usos das formas *tu* e *você* como *inconvenientes*, por outro lado, ocorre quando essas formas são referidas explicitamente pelo leitor como “ameaçadoras” da(s) *face(s)* dos interlocutores.

Além disso, essas formas ainda são classificadas como *convenientes cientes*, se o leitor referir que a personagem as usa de forma *ciente*, como um ato intencional, ou são classificadas como *convenientes inscientes*, se o leitor referir que elas ocorrem de modo *insciente*. É de lembrar que o leitor, principalmente quando lê uma narrativa de outra cultura, pode não saber a verdadeira intenção da personagem, ou pode inferir de forma incorreta a proposta do escritor para a construção dessa personagem. Isso porque o leitor

vai recorrer ao seu mundo real para buscar elementos de construção do mundo fictício da leitura. Devemos ter em conta que as personagens não são pessoas reais e que apenas adivinhamos a intencionalidade dos seus atos pelo que inferimos dos dados da narrativa, não sendo portanto possível garantir se a compreensão referida pelo leitor corresponde a uma real intencionalidade do escritor ou não. Inclusive, ao buscar referências no seu mundo real, o leitor pode, por exemplo e para o que discutimos neste trabalho, inferir que o uso de uma forma como o *tu* ocorre de modo *inconveniente*, mesmo quando essa inferência não condiz com a intenção do autor do texto.

No que toca à classificação dos usos das formas *tu* e *você* como *inconvenientes*, tal como as *convenientes*, elas podem ser *cientes* (caso o leitor entenda que a personagem “deseje” ameaçar ou valorizar a *face* do seu interlocutor) ou *inscientes* (caso o locutor, embora ameaçando a *face* do interlocutor, não dê por isso). Ou seja, nas *seleções inconvenientes cientes* o locutor conhece a forma linguística *conveniente* para dada situação, a qual não *ameaçaria a face do interlocutor* nem a dele próprio, mas opta por selecionar uma forma *inconveniente* por desejar realmente provocar uma *ameaça*, como ocorre com o uso de uma forma inadequada, como quando alguém que não tem proximidade com o outro o trata por *tu* (no PE). Entretanto, convém destacar que ao usar uma *seleção linguística inconveniente ciente*, nem sempre o locutor pretende provocar um efeito negativo à *face* do outro, mas pelo contrário, pode apenas pretender obter resultados positivos, como provocá-lo, instigá-lo a tomar atitudes positivas para o bem dele próprio ou para o bem do próprio locutor⁹⁵; ou então, o locutor ao usar uma forma *inconveniente ciente* pode estar tentando revelar uma atitude libertadora em relação à condição social ou particular própria⁹⁶, como revelar uma atitude identitária de igualdade com o próximo.

Por outro lado, o locutor pode também usar seleções linguísticas *inconvenientes* de forma *insciente*. Ou seja, por desconhecer as seleções *convenientes* para dada situação e cultura e, assim, acabar por realizar seleções linguísticas equivocadas que ameaçam a *face* do interlocutor e a dele próprio, sem que se dê conta disso. Nesse caso, o locutor, *inscientemente*, pode provocar situações constrangedoras, ou mesmo ameaçadoras a si próprio. Estas seleções são semelhantes às seleções linguísticas *inconvenientes cientes*;

⁹⁵ Podemos incluir aqui casos em que o locutor usa uma forma que parece inconveniente e agressiva, a fim de desacomodar o interlocutor e não para realizar um ato negativo. Como exemplo, poderíamos citar o momento em que, no PE, há o uso de uma expressão agressiva, como quando um professor trata o aluno por um tratamento que demonstra o seu desejo de manter distância, pois entende que essa é a relação adequada que deve existir entre eles. Um gaúcho, normalmente, não perceberia essa indicação, por não perceber essa oposição.

⁹⁶ Esse caso é semelhante ao anterior, mas pode ainda incluir questões mais delicadas, como as diferenças sociais, ou até mesmo raciais.

mas, neste caso, ocorrem por puro desconhecimento sobre quais seriam as formas *convenientes*, e não pelo desejo de provocar o interlocutor.

O problema é que não se pode determinar com exatidão se uma forma selecionada é *ciente* ou não, pois, se a seleção linguística pode ser mais ou menos arbitrária, também permite criações, recriações, o uso de expressões identitárias de diferentes compreensões, consoante o contexto, o que inclui o contexto histórico-cultural, a identidade e o conhecimento de quem as usa.

De qualquer forma, verificamos que alguns dos leitores referem *conveniência* ou *inconveniência*, de forma *ciente* ou *insciente*, nos usos das formas *tu* e *você* entre as personagens dos excertos lidos. Por esse motivo, decidimos criar uma categoria para esse tipo de classificação, a qual reforça as nossas conclusões gerais, por irem ao encontro das observações realizadas nas outras Categorias de Análise, como veremos mais tarde.

Devemos ainda considerar que, na análise que realizamos, alguns leitores não revelaram se compreenderam os usos das formas *tu* e/ou *você* como *cientes* ou *inscientes*. Assim, classificamos essas formas apenas como: C? (*convenientes*); I?: (*inconvenientes*). E, no caso de o leitor passar pelo *protocolo de pausa* sem referir suas inferências sobre esses aspectos, ou se ele não parar no *protocolo de pausa*, classificamos esse tipo de ocorrência como: AS (Ato de silêncio do leitor sobre (*in*)*conveniências* relativas aos usos de *tu* ou *você*, ou o leitor passa pelo *protocolo de pausa* revelar inferência).

A contagem dessas ocorrências, diferente das demais, é somatória e não eliminatória, visto que não há como realizar esse tipo de operação, por uma não se sobrepor sobre a outra e todas poderem ser consideradas, cada uma no seu turno.

Desta forma, a classificação da 2ª Categoria de Análise possui a seguinte configuração:

2ª Categoria: Inferência sobre os usos das formas tu e você pelas personagens como (in)convenientes e/ou (ins)cientes:

- a) CC (Uso Conveniente Ciente);
- b) CI (Uso Conveniente Insciente);
- c) C? (Uso Conveniente/ não se identifica se é Ciente ou Insciente);
- d) IC (Uso Inconveniente Ciente);
- e) II (Uso Inconveniente Insciente);
- f) I? (Uso Inconveniente/ não se identifica se é Ciente ou Insciente);

g) *AS (Ato de silêncio do leitor sobre (in)conveniências relativas aos usos de tu ou você, ou o leitor passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)*

Passamos à demonstração da 3ª Categoria de análise.

4.3.2.1.2.1.3. 3ª Categoria de Análise

A 3ª Categoria que criamos para analisar as inferências dos leitores sobre os excertos lidos é mais específica sobre as referências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* com diferentes efeitos de FTs de oposição/distinção, aproximação / distanciamento, formalidade / informalidade. Portanto, quando o leitor revela explicitamente perceber essas diferenças, como quando ele faz uma pausa no protocolo e destaca que o uso de uma dessas formas revela tratamento assimétrico entre as personagens, ou quando ele revela perceber graus de proximidade, distanciamento, respeito, formalidade, informalidade, etc., por meio desses usos, classificamos a ocorrência como S(Sim). Porém, se o leitor faz uma pausa no protocolo e revela inferências genéricas sobre a relação entre as personagens, mas não cita explicitamente os usos das formas *tu* ou *você* com alguns dos efeitos referidos acima, classificamos essa ocorrência como N(não).

Sabemos da dificuldade de comprovar o que o leitor inferiu quando ele não revela explicitamente o uso das formas *tu* e *você*. Por isso, só classificamos a inferência como S quando a referência é explícita sobre os usos das formas *tu* e *você*, com efeitos de “oposição”/distinção. Isso ocorre mesmo quando percebemos, pela análise de um protocolo anterior, que o leitor entende essas formas dessa maneira.

Por último, quando o leitor passa sem parar no *protocolo de pausa*, ou seja, sem revelar inferência alguma, classificamos essa ocorrência como AS (Ato de silêncio do leitor: o leitor passa pelo *protocolo de pausa* sem revelar inferência), por entendermos que não podemos classificar esse ato nem em S nem em N, visto que não podemos inferir pelo leitor, pelo respeito ao rigor da análise.

Cabe lembrarmos que na soma das inferências, por leitor, se em apenas um dos *protocolos de pausa* classificarmos S, esta classificação terá prioridade sobre as demais, mesmo que todas as outras sejam N. Isso porque a intensidade tem prioridade sobre a frequência das ocorrências. Temos que considerar que uma inferência S, por ser explícita, oferece maior segurança do que uma N (em que o leitor não refere *tu* e *você* como formas distintas) ou que um ato AS (em que o leitor passa pelo *protocolo de pausa* sem revelar inferência). Com já referimos anteriormente, temos em conta que os leitores,

normalmente, não repetem informações já referidas em protocolos anteriores. Portanto, caso ele refira apenas uma vez um uso de uma dessas formas em um *protocolo de pausa* (como, por exemplo, que o uso da forma *tu* indica desrespeito), provavelmente não referirá isso novamente no protocolo imediatamente a seguir. Sendo assim, entendemos que o importante para a nossa pesquisa não é quantas vezes o leitor referiu tal uso, mas sim o conteúdo do que ele referiu, visto que a nossa pesquisa não é quantitativa e sim qualitativa⁹⁷.

Desta forma, a classificação que fazemos possui a seguinte configuração:

3ª Categoria: O leitor revela inferências sobre os usos das formas tu e/ou você com efeitos “opostos”/distintos intencionais de marcar a relação entre locutor e interlocutor

a) S: Sim

b) N: Não

c) AS (Ato de silêncio do leitor, que passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)

Passamos à apresentação da 4ª e última Categoria de análise.

4.3.2.1.2.1.4. 4ª Categoria de Análise

Na 4ª Categoria de análise da compreensão leitora, referente aos usos das formas *tu* e *você*, buscamos perceber se os leitores compreendem os usos dessas formas de modo *convergente* com a cultura do excerto em causa, ou de forma *divergente*. Ou seja, se há compreensão da narrativa conforme a cultura do excerto, que pode ser do PE ou do PBRS. Nesse sentido, esperamos que os leitores compreendessem os usos das formas *tu* e *você* presentes nos excertos **a** e **b**, do PE, com efeitos de “oposição”/distinção, que podem sublinhar o tipo de relação entre os interlocutores, se vertical ou horizontal.

Por outro lado, esperávamos que a compreensão leitora das formas *tu* e *você*, que estão presentes nos excertos **c** e **d**, do PBRS, fossem compreendidas sem implicações ao nível do relacionamento vertical ou horizontal entre personagens.

Neste caso, cabe destacar que algumas vezes, como ocorre, por exemplo, no excerto **d**, consideramos também a análise de protocolos próximos a outras formas, para além do *tu* e do *você* explícitos, como de: verbos com pronomes implícitos,

⁹⁷ Nesse sentido, é de referir que, em PE, conforme a norma, o uso da forma *tu* só indica desrespeito num caso: quando o locutor que a usa não conhece o interlocutor e a usa como tratamento e sinal de uma proximidade que não existe. Exemplos típicos: um automobilista irritado que trata por *tu* outro (Ó palerma, sai da frente. Olha o que estás a fazer), ou, no FB e noutros espaços de trocas virtuais, numa situação idêntica: um post de comentário em que alguém escreve, por exemplo: E *tu*, sabes do que estás a falar?, mesmo não tendo qualquer proximidade com o interlocutor, que desconhece. Só nestas condições o *tu* é desrespeito e ofensa (Durte, 2016).

determinantes, etc. Isso ocorre porque há leitores que associam a essas formas aos usos de *tu* e *você*.

Assim, essas inferências só reforçam a nossa verificação sobre a percepção dos leitores sobre “oposições”/distinções entre os usos das formas estudadas e, por isso, lembramos que esse é o motivo de termos inserido o excerto **d** em nossa análise, mesmo ele não possuindo as formas *tu* e *você* explícitas.

Portanto, as inferências dos leitores, nos excertos **a** e **b**, sobre as formas *tu* e *você* com efeitos “opostos” e consequência a nível do relacionamento vertical/horizontal entre interlocutores são classificadas como CLC (compreensão leitora convergente), por estarem de acordo com os usos dessas formas na cultura do PE. Por outro lado, as inferências dos leitores sobre as formas citadas, nos excertos **d** e **c**, com efeitos “opostos” são classificadas como CLD (compreensão leitora divergente), por não estarem de acordo com os usos dessas formas na cultura do PBRs.

No caso de o leitor demonstrar verbalmente *dificuldade de compreensão* ou de *não compreensão* sobre os excertos lidos, classificamos essas inferências como DC (dificuldade de compreensão) ou NC (não compreensão), conforme é referido por ele. Porém, quando o leitor não para no *protocolo de pausa* e não revela inferência, classificamos essa ocorrência como: AS (Ato de silêncio do leitor, que passa pelo *protocolo de pausa* sem revelar inferência).

Na contagem das ocorrências desta categoria, também algumas classificações possuem prioridade sobre as outras, pois aqui também temos em conta que os leitores não repetem informações já referidas em protocolos anteriores. Portanto, nos excertos da literatura portuguesa, **a** e **b**, do PE, a classificação CLC (compreensão leitora convergente) possui prioridade na contagem, sobre as demais, por o leitor referir explicitamente que as formas *tu* e *você* possuem efeitos de “oposição”, tal como ocorre na cultura do excerto. Mas, reconhecemos que o fato de os leitores não referirem inferências sobre esses efeitos não indica que eles não infiram as formas dessa maneira. Sendo assim, para termos uma análise mais rigorosa e não correremos o risco de inferirmos pelo leitor, fazemos uma análise que privilegia as referências explícitas.

Em 2º lugar, priorizamos as classificações NC (não compreensão) e DC (dificuldade de compreensão) por serem classificações em que os leitores referem explicitamente que não compreendem o protocolo ou que possuem dificuldade de compreendê-lo. E, por último, consideramos classificações como CLD (compreensão leitora divergente), visto que esta ocorre quando o leitor para no *protocolo de pausa* e

revela suas inferências, mas não refere os usos das formas *tu* e *você* com efeitos distintos, mas não temos total certeza de que não os inferiu. O que vai indicar que se ele inferiu ou não são as coocorrências dessa classificação, nos diferentes excertos.

A classificação AS é a menos relevante, do ponto de vista da prioridade, pois qualquer outra possui preferência sobre ela, visto que, neste caso, ocorre quando o leitor não para no *protocolo de pausa*.

Por outro lado, nos excertos da literatura brasileira/gaúcha, **c** e **d**, do PBRs, a CLD (compreensão leitora divergente) é a que possui prioridade na contagem, sobre as demais, pois é a mais clara sobre a inferência do leitor, que expressa explicitamente que os usos das formas *tu* e *você* possuem efeitos de “oposição”. Mesmo que essa inferência não esteja de acordo com a cultura do excerto, ela é a mais exata. Mais uma vez, em 2º lugar, priorizamos as classificações NC (não compreensão) e DC (dificuldade de compreensão) por serem classificações em que os leitores também referem explicitamente que não compreendem o *protocolo de pausa* ou que possuem dificuldade de compreendê-lo. Por último, consideramos as Classificações como CLC (compreensão leitora convergente), por serem as que os leitores param no *protocolo de pausa*, revelam suas inferências, mas não referem os usos das formas *tu* e *você* com sentidos de “oposição”/distinção, o que está de acordo com a cultura do excerto. Entretanto, esta classificação fica em último lugar, neste caso, porque há a possibilidade de o leitor inferir essas distinções, mas não as revelar. Sendo assim, mais uma vez, a intensidade das ocorrências possuem relevância sobre a frequência.

Desta forma, a classificação que fazemos possui a seguinte configuração:

4ª Categoria: Compreensão leitora sobre os usos das formas *tu* e *você* sem consequência sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores (ou seja, sem efeitos de “oposição”/distinção), ou com consequência sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores (com efeitos de oposição/distinção), as quais revelam diferentes efeitos de FTs e graus de proximidade ou distância, formalidade ou informalidade entre interlocutores.

a) CLC: Convergente com o PBRs/em excerto do PBRs (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou convergente com o PE/em excerto do PE (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores);

b) CLD: divergente do PBRS/em excerto do PBRS (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou divergente com o PE/em excerto do PE (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores);

c) DC (Dificuldade de compreensão)

d) NC (Não compreensão)

e) AS (Ato de silêncio do leitor, que passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)

4.3.2.1.2.2. Modelo de material de recolha de dados: *protocolos verbais*

A disposição dos materiais reunidos a partir dos *protocolos verbais* é realizada em quadros, como o que segue, com a seguinte configuração:

Parte II	1ª Categoria:	2ª Categoria:	3ª Categoria:	4ª Categoria:
Excerto: Grupo:	Eixos Semânticos: a) 1 SIN (Semântica da Inferioridade) b) 2 SN (Semântica da Neutralidade) c) 3 SIG (Semântica da Igualdade) d) 4 SS (Semântica da Superioridade) e) AS (Ato de Silêncio do leitor: passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)	Inferência sobre os usos das formas <i>tu</i> e <i>você</i> pelas personagens como (in)convenientes e/ou (ins)cientes: a) CC (Conveniente Ciente) b) CI (Conveniente Insciente) c) C? (Conveniente/não se identifica se é Ciente ou Insciente) d) IC (Inconveniente Ciente) e) II (Inconveniente Insciente) f) I? (Inconveniente/não se identifica se é Ciente ou Insciente) g) AS (Ato de silêncio do leitor sobre (in)conveniências relativas aos usos de <i>tu</i> ou <i>você</i> , ou passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)	O leitor revela inferências sobre os usos das formas <i>tu</i> e/ou <i>você</i> com efeitos de “oposição”/distinção intencionais de marcar a relação entre locutor e interlocutor: a) S: Sim b) N: Não c) AS (Ato de silêncio do leitor sobre os usos das formas <i>tu</i> ou <i>você</i> , ou o leitor passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)	Compreensão leitora sobre os usos das formas <i>tu</i> e <i>você</i> com ou sem consequência sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores (o seja, sem efeitos de “oposição”/distinção), conforme a cultura do excerto: a) CLC: Convergente com o PBRS/em excerto do PBRS (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou convergente com o PE/em excerto do PE (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores); b) CLD: divergente do PBRS/em excerto do PBRS (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou divergente com o PE/em excerto do PE (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores); c) DC: Dificuldade de compreensão d) NC: Não compreensão e) AS: Ato de silêncio do leitor/passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferência)
II-A/a01	Narrador: Este dia pareceu belo a Dâmaso, como se fosse feito de azul e oiro. Mas melhor ainda foi a manhã em que Carlos, um pouco incomodado e ainda deitado, o recebeu no quarto, como entre rapazes (0).			
II-A/a02	Narrador: Daí datava a sua intimidade (0).			
II-A/a09				

Narrador: Dâmaso começou a tratar Carlos por você (0).				
L1:				
L2:				
L3:				
L4:				

Quadro 4.3: Modelo de quadro de recolha de dados dos *protocolos verbais*

Fonte: Própria

a) Referências utilizadas no quadro acima:

Códigos de apresentação das ocorrências levantadas no quadro acima (Exemplo: II-A/a01):

Protocolo: indica o tipo de protocolo utilizado, se de *autorrevelação* ou de *auto-observação*.

II: Diz respeito à II Parte da pesquisa, ou seja, às leituras dos excertos.

A: Identifica o Grupo, se A (PE) ou B (PBRs).

a: Identifica o excerto apresentado ao leitor (a, b, c ou d).

01: Diz respeito ao *protocolo de pausa* presente no excerto.

L: Diz respeito ao leitor.

b) Disposição das colunas do quadro acima:

Na **primeira coluna** do quadro, como vimos, apresentamos os dados recolhidos junto aos leitores, ou seja, as suas inferências sobre os protocolos de pausa analisados.

Na **segunda coluna** do quadro, encontramos a **1ª Categoria de Análise** dos eixos semânticos, que possui a seguinte Classificação:

Eixo 1 (eixo da inferioridade): nele classificamos os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento que destacam a “suposta” inferioridade do interlocutor e a assimetria da relação. Aqui incluímos também o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, que pode expressar desrespeito pelo interlocutor, ao ser usado, supostamente, de forma inconveniente, o que verificamos a partir de inferências de leitores, principalmente sobre o **excerto d**.

Eixo 2 (eixo da neutralidade): nele classificamos os usos das formas *tu* e *você* neutrais, sem efeitos de “oposição”, de diferença de grau quanto à formalidade / informalidade da interação, as quais não são nem corteses, nem descorteses, mas que funcionam como pronomes referenciais para indicar a 2ª pessoa com quem se fala, de forma neutra, sem efeitos de forma de tratamento marcada pela posição relativa dos interlocutores.

Eixo 3 (eixo da igualdade): nele classificamos os tratamentos ditos “entre iguais”, por preverem reciprocidade de tratamento ao buscarem valorizar a igualdade entre os interlocutores. Nele podemos encontrar os usos de *você-você* e *tu-tu*. Deste modo, inserimos aqui o “tu de familiaridade” e proximidade, do PE. Nesta classificação encontramos ainda o uso mais formal (*você-você*, ou 3ª pessoa com pronome nulo, que é a forma mais habitual de tratamento formal igualitário na norma do PE) ou menos formal (*tu-tu*), conforme a proximidade entre os interlocutores.

Eixo 4 (eixo da superioridade): nele classificamos os tratamentos de deferência, por buscarem valorizar o outro. Neles, em geral, ocorre o uso da 3ª pessoa com sujeito nulo, indicando *respeito* e, conforme informam os leitores, encontramos ainda o *você* indicando respeito. Mas temos que lembrar que essa referência ocorre por defeito, conforme a norma. Ou seja, é importante referir que, conforme a norma, esse tratamento não é considerado cortês, pelo contrário, sendo mais cortês o uso da forma nula de sujeito, com verbo na 3ª pessoa (Duarte 2010).

Entretanto, como este trabalho é realizado pelo método indutivo, a partir das inferências dos leitores, realizamos as nossas classificações em cima das suas inferências, já que é isso que procuramos analisar. Por isso, no eixo 4 ficam também as inferências dos leitores sobre o *você* com sentido de deferência, sentido que é encontrado em algumas regiões do Norte de Portugal (Duarte, 2016).

Passamos, portanto, à verificação das ocorrências da 3ª coluna do quadro de análise.

Na **terceira coluna** do quadro, encontramos a **2ª Categoria de Análise**, a categoria das inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens, com feitos linguísticos *(in)convenientes* e *(ins)cientes*. Essa Categoria, como vimos, possui diferentes Classificações. Caso o leitor refira explicitamente a conveniência ou a inconveniência do uso de uma ou de outra forma *tu* ou *você* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, no que toca a graus de cortesia, essas ocorrências são Classificadas em uma das 6 primeiras possibilidades a seguir: CC, CI, C?, IC, II ou I? Caso o leitor não refira nada sobre essa questão, essa ocorrência é Classificada como: AS.

Os códigos utilizados nessa parte são os seguintes: CC (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *conveniente* e usada de modo *ciente*), CI (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *conveniente*

e sendo usada de modo *insciente*), C? (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *conveniente*, mas não revela se entende que ela ocorre de modo *ciente* ou *insciente*), IC (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *inconveniente* e que esse uso ocorre de modo *ciente*), II (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *inconveniente* e usada de modo *insciente*), I? (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *inconveniente*, mas não revela se entende que ela é usada de modo *ciente* ou *insciente*), AS (o leitor não revela conveniência ou inconveniência no uso das formas *tu* e *você* ou não realiza a parada no *protocolo de pausa* para revelar o que inferiu, motivo pelo qual essa Classificação refere o ato de silêncio do leitor).

A criação desta categoria ocorreu porque, na transcrição das inferências dos leitores, verificamos que, muitas vezes, eles (principalmente os leitores portugueses) inferem sobre a conveniência e/ou a inconveniência nos usos das formas *tu* e *você* e também se esses usos são de forma *ciente* ou *insciente* pelo locutor. É de destacar que esse tipo de inferência realizada pelos leitores portugueses pode indicar que os usos das formas *tu* e *você* podem possuir diferentes efeitos de formas de tratamento opostas, às vezes mais convenientes, outras vezes menos, e que elas podem ser utilizadas de propósito, ou não.

Na **quarta coluna** do quadro, relativa à **3ª Categoria de Análise**, buscamos verificar se o leitor revela inferências explícitas sobre os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento opostas/distintas, ou não. Ou seja, essa categoria é a mais específica sobre inferências do leitor sobre usos das formas *tu* e *você* com efeitos de FTs “opostas”.

Sendo assim, essa categoria possui diferentes classificações, conforme segue: a) S (Sim); b) N (Não); c) AS (Ato de silêncio do leitor).

Entretanto, é importante destacar que, pela dificuldade de comprovarmos o que os leitores inferem quando não revelam explicitamente os usos das formas *tu* e *você*, fazemos uma análise por exclusão. Ou seja, se os leitores revelarem explicitamente ocorrências dessas formas com efeitos de FT que indicam oposição em relação aos graus de cortesia, como quando destacam que esses usos revelam simetrias ou assimetrias entre as personagens, por exemplo, classificamos essas ocorrências como S. Porém, se os leitores revelarem inferências genéricas sobre as relações entre as personagens, mas não citarem as formas de tratamento usadas por elas, classificamos essas ocorrências como N. Ainda,

se os leitores passarem pelos *protocolos de pausa* e não pararem para expressar suas inferências, classificamos essas ocorrências como AS.

Passamos, assim, à verificação das ocorrências da quinta e última coluna do quadro de análise.

Por fim, a **quinta coluna** do quadro é relativa à **4ª Categoria de Análise**, que se ocupa da compreensão geral dos leitores sobre os excertos lidos. Desta forma, por meio dessa Categoria pretendemos analisar se eles compreendem os excertos lidos, relativamente aos usos das formas *tu* e *você* presentes como pronomes pessoais valorativamente neutros, ou como pronomes pessoais com efeitos de formas de tratamento “opostas/distintas”, revelando graus de formalidade discursiva diversos, e se esse tipo de compreensão vai ao encontro do significado dessas formas na cultura da narrativa literária em questão.

Cabe lembrar que, nesse sentido, esperamos que os leitores compreendam os usos das formas *tu* e *você* presentes nos **excertos a e b** com efeitos de formas de tratamento que indicam diferentes graus de cortesia e “oposição”, por esses excertos serem de uma obra da literatura portuguesa, cultura em que verificamos que as formas *tu* e *você* podem carregar esse significado.

Por outro lado, esperamos que a compreensão leitora das formas *tu* e *você* (mesmo implícitas) presentes nos **excertos c e d**, do PBRS, por fazerem parte de uma obra da literatura brasileira/gaúcha, não sejam compreendidas com efeitos de formas de tratamento que indicam oposição quanto ao grau de cortesia, mas que funcionam de forma *neutral*, no que toca a esse aspecto. Ou seja, as inferências dos leitores que estejam de acordo com a cultura do excerto em causas serão classificadas como *convergentes*. Mas, caso as inferências dos leitores não estejam de acordo com a cultura do excerto em causas, serão classificadas como *divergentes*.

Os códigos utilizados nessa parte são os seguintes: CLC (compreensão leitora convergente com a cultura do excerto lido), CLD (compreensão leitora divergente da cultura do excerto lido), DC (dificuldade de compreensão sobre o excerto), NC (não compreensão do excerto), AS (o leitor passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferências. Assim, classificamos essa ocorrência como ato de silêncio do leitor).

c) Análise dos *protocolos verbais*

Na análise dos protocolos verbais são levadas em conta as seguintes observações:

- As inferências dos leitores sobre o relacionamento entre as personagens, relativamente aos usos das formas *tu* e *você*, bem como sobre presença (nas relações) de: simetria, assimetria, proteção, ameaça e/ou valorização das faces positiva e negativa (FFTs, e FFAs) das personagens, diferentes graus de proximidade/distanciamento, formalidade, informalidade, familiaridade, intimidade, inferioridade, superioridade, igualdade, ou neutralidade;
- As inferências (ou não) dos leitores sobre intenções das personagens no uso das formas *tu* e *você*;
- As inferências dos leitores sobre a presença de *(in)conveniência* (*ciente* ou *insciente*) no uso das formas *tu* e *você* pelas personagens;
- A *compreensão* ou a *incompreensão* dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* nas culturas dos excertos lidos.

d) Transcrição do material:

Ainda é importante lembrar que a nossa análise do material recolhido é rigorosa no que toca à transcrição dos dados e segue um modelo adaptado de códigos de transcrição do Projeto NURC, conforme⁹⁸:

Incompreensão de palavras ou segmentos: ()

Hipótese do que se ouviu: (hipótese)

Truncamento: /

Prolongamento de vogais e consoantes (como s, r): ::: podendo aumentar para ::: ou mais

Qualquer pausa: ...

Comentários descritivos do transcritor: ((minúscula))

Comentários que quebram a sequencia temática da exposição: desvio temático - - -

Citações literais de textos, durante a gravação: “entre aspas”

Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas

Fáticos: ah, eh, ahn, ehn, uhn, tá

Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros: itálicos

Números por extenso.

Ponto em frase exclamativa: !

Ponto em frase interrogativa: ?

⁹⁸ Esse modelo de transcrição é baseado em inquéritos do Projeto NURC/SP no. 338 EF e 331 D2. Preti D. (1999) (org) *O discurso oral culto* 2ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP – (Projetos Paralelos. V.2) p. 224.

Podem-se combinar sinais: oh ::: ... (alongamento e pausa).

Não se utilizam sinais de pausa, típicas da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, ou vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

Como vemos, a transcrição acima, apoiada em modelo do Projeto NURC (Marcusschi, 1986), não usa todos os símbolos firmados pela ortografia, mas sim uma pequena parte deles, como os prolongamentos (:::) e as pausas (...). É de lembrar que Marcuschi (1986) selecionou os 14 símbolos ortográficos mais usados e que poderiam ser mais úteis para as transcrições. Assim, destacou-os juntamente com algumas regras, como as que selecionamos acima e que entendemos serem úteis na nossa pesquisa. Quanto aos símbolos, é de referir que acrescentamos espaços a cada três prolongamentos de letras (::: ::: :::), para facilitar a contagem dessa extensão.

Portanto, escolhemos esse tipo de transcrição por julgarmos que ela pode proporcionar uma boa uniformidade gráfica, por um lado, e, por outro, oferecer-nos elementos pelo meio dos quais podemos aproximar a escrita da fala.

Assim, mesmo que, conforme Ramilo & Freitas (2001), esse tipo de transcrição do NURC encontre resistência por meio de alguns teóricos que entendem que ela produz uma transcrição textual muito fragmentada e de difícil leitura para o interpretante, consideramos que foi de grande valia para o nosso trabalho e que alcançou os objetivos propostos.

Sendo assim, após termos justificado todas as Categorias de Análise, as Classificações das inferências apresentadas pelos leitores e a forma de transcrição utilizada, passamos à demonstração do material utilizado para o levantamento de dados recolhidos no 2º Questionário.

4.3.2.1.3. Modelo de material para recolha dos dados obtidos no 2º Questionário:

No que toca à recolha de dados do 2º questionário, desenvolvemos o seguinte modelo de quadro para a realização do levantamento dos dados obtidos junto aos Grupos A e B:

Questões	Grupo A	Grupo B
a. Lembra de alguma vez ter ocorrido algum atrito por ter tratado alguém por “tu”?	() Sim () Não Obs:	() Sim () Não Obs:
b. Se quando se refere a uma pessoa que acaba de conhecer reflete sobre se vai tratá-la por “tu” ou por “você”, marque sim. Caso entenda que isso acontece de forma automática no decorrer da conversa, marque não.	() Sim () Não Obs:	() Sim () Não Obs:
c. Acha importante o uso diferenciado de formas de tratamento para cada tipo de pessoa que conhece?	() Sim () Não Obs:	() Sim () Não Obs:

d. Não faz diferença tratar uma pessoa por “tu” ou por “você”, pois são formas equivalentes.	() V () F Obs:	() V () F Obs:
e. O tratamento por “tu” emite mais proximidade do que o tratamento por “você”.	() V () F Obs:	() V () F Obs:
f. Devemos tratar por “tu” só as pessoas da família, como os irmãos e pessoas da nossa confiança, o restante devemos tratar por “você”.	() V () F Obs:	() V () F Obs:
g. Devemos tratar por “você” as pessoas com quem se possui bastante proximidade	() V () F Obs:	() V () F Obs:
h. A quem trata por “tu”?	() Pai () Mãe () Irmãos () Colegas () Todos os Professores () Apenas alguns professores () Avós () Médicos () Alguém que acaba de conhecer Obs:	() Pai () Mãe () Irmãos () Colegas () Todos os Professores () Apenas alguns professores () Avós () Médicos () Alguém que acaba de conhecer Obs:
i. A quem trata por “você”?	() Pai () Mãe () Irmãos () Colegas () Todos os Professores () Apenas alguns professores () Avós () Médicos () Alguém que acaba de conhecer Obs:	() Pai () Mãe () Irmãos () Colegas () Todos os Professores () Apenas alguns professores () Avós () Médicos () Alguém que acaba de conhecer Obs:
Se na questão a respondeu “sim”, por favor, conte o episódio:		

Quadro 4.4: Material para coleta dos dados do 2º Questionário (Grupos A e B)

Fonte: Elaborado com base no 2º Questionários de Análise

Portanto, após apresentarmos o material utilizado para a separação do material, passamos à apresentação da terceira etapa do método de análise proposto por Bardin (2006), o tratamento dos resultados.

4.3.4. Tratamento dos resultados

A terceira e última etapa da investigação, conforme é proposta por Bardin (2006), conta com o tratamento do material obtido na coleta de dados. Desta forma, segue o

modelo da organização desses dados levantados, que serão analisados no capítulo seguinte:

1º Levantamento e confrontação dos dados obtidos no 1º Questionário (Grupos A e B), bem como a apresentação desses dados em gráficos demonstrativos;

2º Levantamento e confrontação dos dados obtidos no *protocolo de autorrevelação* e no *protocolo de auto-observação*, respectivamente, por excerto (a, b, c e d), relativo aos Grupos A e B, também respectivamente, bem como a apresentação desses dados em gráficos demonstrativos;

Obs: Cabe lembrar que os resultados obtidos a partir dos excertos **a**, **b**, **c** e **d** são apresentados nas 4 Categorias de Análise dos *protocolos de autorrevelação e auto-observação*.

3º Levantamento e confrontação dos dados obtidos no 2º Questionário (Grupos A e B), bem como a apresentação desses dados em gráficos demonstrativos.

4ª Os resultados finais são apresentados no capítulo Conclusões.

Desta forma, passamos às considerações finais.

Considerações Parciais

Neste capítulo, apresentamos a metodologia escolhida para a realização desta pesquisa, a fim de verificarmos em que medida as inferências realizadas por leitores de diferentes variantes de língua portuguesa sobre os diferentes usos das formas *tu e você* (com efeitos “opostos”/distintos que marcam distâncias vertical ou horizontal, de proximidade / afastamento ou de formalidade / informalidade entre interlocutores, ou sem essa “oposição”/distinção) interferem na compreensão de narrativas literárias escritas no PE e no PBRS.

Desta forma, apresentamos os métodos de desenvolvimento da pesquisa, o indutivo e a “análise de conteúdo” (Badin, 1977), que é dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Apresentamos ainda o Universo de Pesquisa (brasileiros e portugueses, sempre residentes em seus países de origem e conhecedores da língua portuguesa culta), a Amostra (leitores estudantes do Ensino Superior do Rio Grande do Sul e de Portugal), a divisão da Amostra em Grupos (A: leitores residentes em Portugal; B: leitores residentes no RS), o tipo de seleção (por *acessibilidade*) e o número de participantes da pesquisa (30 leitores, sendo 15

pertencentes ao Grupo A, portugueses; e 15 pertencentes ao Grupo B, brasileiros/gaúchos).

Apresentamos ainda, referente à primeira etapa da pesquisa, a técnica de obtenção de dados, a qual também é dividida em três etapas: preenchimento de questionário com os dados pessoais dos leitores; obtenção de dados por meio de *protocolos verbais*, a partir de leituras de excertos de obras literárias; preenchimento de um segundo questionário sobre os usos das formas *tu* e *você* no cotidiano, pelo leitor.

Nesta parte, discutiremos, de forma pormenorizada, sobre o uso dos *protocolos verbais de compreensão textual de autorrevelação* (Cohen, 1987), o qual inclui *protocolos de pausa* e busca dados durante a leitura do texto, e sobre o *protocolo da auto-observação* (Cohen, 1987), o qual busca dados após a leitura do texto, quando o leitor expressa sua compreensão sobre a narrativa de forma retrospectiva. Ou seja, por meio do *protocolo de autorrevelação*, buscamos verificar a CE – compreensão específica – do investigado sobre partes dos excertos lidos, o cotexto, e, por meio do *protocolo de auto-observação* buscamos verificar a CA – compreensão ampla – do investigado sobre os excertos lidos, o contexto.

Lembramos que antes da aplicação do material ao leitor, o que ocorre em dia e hora marcados, realizamos um projeto piloto, a fim de treinar e validar o procedimento a ser realizado. Após essa etapa e de verificarmos a adequação do material, passamos à aplicação: do 1º Questionário de Pesquisa; dos excertos das narrativas literárias do PE e do PBRS (sendo a recolha dos dados referentes aos *protocolos verbais* oral e gravada); do 2º Questionário de Pesquisa. Por último, apresentamos ao leitor a carta de autorização para a divulgação dos dados levantados na pesquisa.

Neste capítulo, apresentamos ainda a técnica de abordagem do problema, a forma de exploração do material e o tratamento dos dados obtidos. No que toca à técnica de abordagem do problema, privilegiamos a análise qualitativa comparativa, sem descartar o método quantitativo, que usamos no tratamento dos resultados para comparar as inferências entre os Grupos A e B.

Para a exploração do material levantado na aplicação dos *protocolos verbais* e transcrito com base no Código de Transcrição adaptado do Projeto NURC, categorizamos e classificamos esses dados em 4 Categorias de Análise. Sendo que na 1ª Categoria estão os Eixos Semânticos, em que são Classificadas as referências, ou não, dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* com sentido de “oposição”, conforme: Semântica da Inferioridade; Semântica da Neutralidade; Semântica da Igualdade; Semântica da

Superioridade. Na 2ª Categoria são Classificadas as referências dos leitores sobre a conveniência ou não, ciente ou não, dos usos das formas *tu* e *você*, pelas personagens dos excertos lidos. Na 3ª Categoria são Classificadas as referências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de “oposição”, ou não. E, na 4ª Categoria são Classificados os tipos de compreensão dos leitores, referentes aos excertos lidos.

Ainda, no que toca à Exploração do Material, apresentamos, neste capítulo, modelos dos quadros usados na recolha do material obtido por meio dos questionários de pesquisa e dos *protocolos verbais*, bem como o modo de tratamento dos resultados.

Sendo assim, após apresentarmos detalhadamente a metodologia utilizada neste trabalho, passamos à apresentação da análise dos dados, no capítulo posterior.

Capítulo 5 - Análise

Após a apresentação detalhada da metodologia utilizada na realização deste trabalho, no capítulo anterior, passaremos a apresentar a análise dos dados de pesquisa. Para isso, dividimos este capítulo em duas partes. Na primeira parte, apresentamos o levantamento dos dados recolhidos por meio do 1º Questionário de Análise, dos *Protocolos Verbais* (*protocolos de autorrevelação com protocolos de pausa, e protocolo de auto-observação*), aplicados aos leitores, a partir de excertos de narrativas literárias do PE e do PBRS, e do 2º Questionário de Análise.

Na segunda parte deste capítulo, apresentamos a organização, a classificação e o tratamento desses dados. Ou seja, na primeira parte deste capítulo, destacamos a recolha, a catalogação e a classificação dos dados obtidos junto aos leitores e, na segunda parte, realizamos o tratamento dos resultados desses dados recolhidos na parte anterior.

A Desta forma, a primeira parte deste capítulo é ainda dividida em três seções. Na primeira seção, apresentamos os dados levantados no 1º Questionário da pesquisa. Esses dados são demonstrados em formulário próprio sobre os que trata dos dados pessoais e universitários dos dois Grupos investigados: A (portugueses) e B (brasileiros). Tal Esse levantamento pretende comprovar a homogeneidade da Amostra, por um lado, e a sua diversidade, por outro, e, assim, a validade da recolha do material de pesquisa.

Na segunda seção da primeira parte deste capítulo, apresentamos os dados levantados por meio dos *protocolos verbais*, a partir dos excertos de narrativas literárias do PE e do PBRS. Tais Esses dados também são apresentados em formulários próprios e constam das Categorizações das inferências levantadas junto aos de informações dos leitores dos Grupos A e B e do Grupo B. Sendo assim, em primeiro lugar, apresentamos os dados colhidos no Grupo A e, depois, os do no Grupo B, conforme os excertos lidos, **a**, **b**, **c** e **d**, respectivamente. É de lembrar ainda que, a cada excerto, fazemos duas apresentações separadas: primeiro apresentamos os dados dos *protocolos de autorrevelação com protocolos de pausa* e, após, apresentamos os dados dos *protocolos de auto-observação*.

É importante referir que, como este trabalho é realizado por meio do método indutivo, tanto as Categorias de Análise como as suas cClassificações e os *protocolos de pausa* foram desenvolvidas em função da nossa observação sobre as inferências dos

leitores. Ou seja, não realizamos análise sobre o universo diegético das narrativas analisadas. Apenas temos como premissa que nas narrativas do PE os usos das formas *tu* e *você* indicam diferentes relações entre as personagens e que, nas narrativas do PBRs não há essa distinção.

Sendo assim, selecionamos e analisamos os dados referidos pelos leitores, dados esses de *protocolos de pausa* próximos às formas *tu* e *você*, mas também de *protocolos de pausa* em que os leitores referem situações ligadas aos diferentes usos dessas formas, como por meio da verificação de flexões verbais, determinantes de 2ª pessoa, etc. (ou seja, mesmo quando as formas *tu* e *você* não aparecem próximas ao *protocolo de pausa*).

Passamos então à explanação da terceira seção da primeira parte do 5º Capítulo, onde apresentaremos o levantamento realizados no por meio do 2º Questionário de Análise. Cabe lembrarmos que esses dados também são apresentados em formulário próprio e constam dos dados recolhidos junto aos dois Grupos investigados (A – portugueses; B - brasileiros) sobre os usos das formas *tu* e *você* no seu cotidiano. Esse questionário tem como objetivo clarificar alguns dados que possam não ter ficado claros nas análises anteriores, pois busca expressar a compreensão do investigado sobre aquelas formas no seu dia-a-dia.

Na segunda parte deste capítulo, apresentamos o tratamento dos resultados recolhidos nos 2 Questionários de Análise e nos *protocolos de autorrevelação* e de *auto-observação*, a partir dos excertos das narrativas literárias do PE e do PBRs que fizeram parte desta investigação. Desta forma, esta segunda parte é também dividida em três seções.

Na primeira seção, apresentamos o confronto entre os resultados levantados a partir do 1º Questionário de Análise, ou seja, o confronto entre dos dados pessoais dos investigados dos Grupos A e B.

Na segunda seção, apresentamos o confronto entre dos dados recolhidos a partir das leituras dos excertos e por meio dos *protocolos verbais*, junto aos Grupos A e B. Tais dados também são apresentados em formulários próprios.

Na terceira seção, apresentaremos os resultados dos dados levantados no 2º Questionário da pesquisa, sobre os usos das formas *tu* e *você* no cotidiano dos investigados dos Grupos A e B.

Segue, portanto, a apresentação da primeira parte deste capítulo, com a apresentação do levantamento de dados da nossa pesquisa.

5.1. Recolha e Levantamento Tratamento de DDados

5.1.1. Dados obtidos no 1º Questionário de Análise

Nesta seção, apresentamos os dados levantados a partir do 1º Questionário de Análise. Esses dados foram reunidos em um formulário próprio (Anexo 5.1) e constam da confrontação entre o material recolhidos junto aos Grupos investigados: A (portugueses) e B (brasileiros). Cabe lembrarmos que neles buscamos conhecer as referências pessoais de cada investigado, como: idade, nacionalidade, naturalidade, sexo, universidade, curso que frequenta, semestre que cursa.

Segue, portanto, a apresentação dessa recolha, conforme formulário em anexo (Anexo: 5.1). Cabe lembrar que o tratamento desses resultados será apresentado na segunda parte deste capítulo, na primeira seção.

Passamos, portanto, à explanação dos dados obtidos a partir das leituras dos excertos das narrativas literárias apresentadas aos leitores.

5.1.21.2 DLevantamento dos dados obtidos juntos aos *protocolos verbais*: Grupos A e B (Anexo 5.2)

Nesta segunda seção, da primeira parte deste capítulo, apresentamos a recolha e as análises dos dados obtidos junto aos leitores dos Grupos A e B, respectivamente, por meio dos. Ou seja, dos 43 *protocolos de pausa* apresentados aos leitores para realizarem inferências (20 nos excertos literários do PE e 23 nos excertos literários do PB), destacamos apenas 17 *protocolos de pausa* a serem analisados por nós. Isso porque verificamos que apenas esses possuem interesse para a pesquisa, pela sua ligação ao tema proposto pela tese. Ou seja, revelam inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* como referência à 2ª pessoa do discurso.

Ainda, para a categorização e classificação dos dados levantados, cabe lembrarmos que em dois momentos analisamos dois dos 17 *protocolos de pausa* conjuntamente, visto que nesses dois casos os leitores acabam por referir suas inferências somente no final do segundo protocolo em causa, por os dois protocolos encontrarem-se muito próximos.

Dessa forma, o número de casos analisados, dos 17 *protocolos de pausa* destacados, passaram a 15 situações, no total. Dessas 15 situações, 4 encontram-se nos excertos da literatura portuguesa e 11 nos excertos da literatura gaúcha.

Logo, no **excerto a** analisamos 2 situações, no **excerto b** também analisamos 2 situações, no **excerto c** analisamos 6 situações, e no **excerto d** analisamos 5 situações referentes aos *protocolos de pausa* inferidos pelos leitores.

Deste modo, em cada uma das análises, por Grupo (A e B), primeiro apresentamos os resultados dos *protocolos de autorrevelação*, com *protocolos de pausa*, conforme a seguinte ordem dos excertos lidos (**a**, **b**, **c** e **d**) e conforme as 4 Categorias de Análise propostas e as suas respectivas Classificações, o que se encontra em formulários, em anexo.

Em segundo lugar, apresentamos os resultados dos *protocolos de auto-observação*, também conforme a seguinte ordem dos excertos lidos (**a**, **b**, **c** e **d**) e conforme as 4 Categorias de Análise propostas e as suas respectivas Classificações, as quais também se encontram em formulários, em anexo.

Assim, nesta parte, apresentamos um total de 16 Anexos com gráficos demonstrativos dessa recolha, sendo 8 referentes ao Grupo A e 8 referentes ao Grupo B. Para melhor demonstrarmos tal organização, apresentamos a disposição desses dados levantados junto aos *protocolos verbais*, conforme configuração abaixo:

Grupo A:

Excerto a: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós

a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos

b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto

Excerto b: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós

a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão Específica – CE - Análise de cotextos

b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto

Excerto c: Literatura Brasileira, *O tempo e o Vento*, de Erico Verissimo

a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos

b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto

Excerto d: Literatura Brasileira, *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo

a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos

b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto

Grupo B:

Excerto a: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós

- a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos**
- b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto**

Excerto b: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós

- a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão Específica – CE - Análise de cotextos**
- b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto**

Excerto c: Literatura Brasileira, *O tempo e o Vento*, de Erico Verissimo

- a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos**
- b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto**

Excerto d: Literatura Brasileira, *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo

- a) Protocolo de Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos**
- b) Protocolo de Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto**

Já para a apresentação da categorização e classificação dos dados desse material referido acima, a dividimos um gráfico em 5 colunas, conforme:

Na primeira coluna do gráfico apresentamos os dados recolhidos junto aos leitores, ou seja, as suas inferências sobre os protocolos de pausa analisados.

Na segunda coluna do gráfico, encontramos a 1ª Categoria de Análise dos eixos semânticos, que possui a seguinte Classificação:

Eixo 1/eixo da inferioridade: nele classificamos os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento que destacam a “suposta” inferioridade do interlocutor e a assimetria da relação. Aqui incluímos também o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, que expressa desrespeito pelo outro, ao ser usado, supostamente, de forma inconveniente, o que verificamos a partir de inferências de leitores, principalmente no excerto d.

Eixo 2/eixo da neutralidade: nele classificamos os usos das formas *tu* e *você* neutrais, sem efeitos de “oposição”, de diferença de grau quanto à formalidade / informalidade da interação, as quais não são nem corteses, nem descorteses, mas que funcionam como pronomes referenciais para indicar a 2ª pessoa com quem se fala, de forma neutra, sem efeitos de forma de tratamento marcada pela posição relativa dos interlocutores.

Eixo 3/eixo da igualdade: nele classificamos os tratamentos ditos “entre iguais”, por preverem reciprocidade de tratamento ao buscarem valorizar a igualdade entre os

interlocutores. Nele podemos encontrar os usos de *você-você* e *tu-tu*. Deste modo, inserimos aqui o “tu de familiaridade” e proximidade, do PE. Nesta classificação encontramos ainda o uso mais formal (*você-você*, ou 3ª pessoa com pronome nulo, que é a forma mais habitual de tratamento formal igualitário na norma do PE) ou menos formal (*tu-tu*), conforme a proximidade entre os interlocutores.

Eixo 4/eixo da superioridade: nele classificamos os tratamentos de deferências, por buscarem valorizar o outro. Neles, em geral, ocorre o uso da 3ª pessoa com sujeito nulo, indicando *respeito* e, conforme informam os leitores, encontramos ainda o *você*. Mas temos que lembrar que essa referência ocorre por defeito, visto que conforme a norma ela não indica respeito. Ou seja, é importante referir que, conforme a norma, esse tratamento não é considerado cortês, pelo contrário, sendo mais cortês o uso da forma nula de sujeito, com verbo na 3ª pessoa (Duarte 2010).

Entretanto, como este trabalho é realizado pelo método indutivo, a partir das inferências dos leitores, realizamos as nossas classificações em cima das suas inferências, já que é isso que procuramos analisar. Por isso, no eixo 4 ficam também as inferências dos leitores sobre o *você* com sentido de deferência, sentido que é encontrado em algumas regiões do Norte de Portugal (Duarte, 2016).

Passamos, portanto, à verificação das ocorrências da 3ª coluna do gráfico de análise.

Na terceira coluna do gráfico, encontramos a 2ª Categoria de Análise, a categoria das inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens, com feitos linguísticos (*in*)*convenientes* e (*ins*)*cientes*. Essa Categoria possui diferentes Classificações. Caso o leitor refira explicitamente a conveniência ou a inconveniência do uso de uma ou de outra forma *tu* ou *você* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, no que toca a graus de cortesia, essas ocorrências são Classificadas em uma das 6 primeiras possibilidades a seguir: CC, CI, C?, IC, II ou I?. Caso o leitor não refira nada sobre essa questão, essa ocorrência é Classificada como: AS.

Os códigos utilizados nessa parte são os seguintes: CC (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *conveniente* e usada de modo *ciente*), CI (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *conveniente* e sendo usada de modo *insciente*), C? (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *conveniente*, mas não revela se entende que ela ocorre de modo *ciente* ou *insciente*), IC (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *inconveniente* e que esse uso ocorre de modo *ciente*), II (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *inconveniente* e usada de modo *insciente*), I? (o leitor infere o uso da forma de tratamento usada pela personagem como *inconveniente*, mas não revela se entende

que ela é usada de modo *ciente* ou *insciente*), AS (o leitor não revela conveniência ou inconveniência no uso das formas *tu* e *você* ou não realiza a parada no *protocolo de pausa* para revelar o que inferiu, motivo pelo qual essa Classificação refere o ato de silêncio do leitor).

A criação desta categoria ocorre porque, na transcrição das inferências dos leitores, verificamos que, muitas vezes, eles (principalmente os leitores portugueses) inferem sobre a conveniência e/ou a inconveniência nos usos das formas *tu* e *você* e também se esses usos são de forma *ciente* ou *insciente* pelo locutor. É de destacar que esse tipo de inferência realizada pelos leitores portugueses pode indicar que os usos das formas *tu* e *você* podem possuir diferentes efeitos de formas de tratamento opostas, às vezes mais convenientes, outras vezes menos, e que elas podem ser utilizadas de propósito, ou não.

Passamos então à verificação das ocorrências da quarta coluna do gráfico, relativa à 3ª Categoria de Análise, em que buscamos verificar se o leitor revela inferências explícitas sobre os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento opostas/distintas, ou não. Ou seja, essa categoria é a mais específica sobre inferências do leitor sobre usos das formas *tu* e *você* com efeitos de FTs “opostas”.

Sendo assim, essa categoria possui diferentes classificações, conforme segue: a) S (Sim); b) N (Não); c) AS (Ato de silêncio do leitor).

Entretanto, é importante destacar que, pela dificuldade de comprovarmos o que os leitores inferem quando não revelam explicitamente os usos das formas *tu* e *você*, fazemos uma análise por exclusão. Ou seja, se os leitores revelarem explicitamente ocorrências dessas formas com efeitos de FT que indicam oposição em relação aos graus de cortesia, como quando destacam que esses usos revelam simetrias ou assimetrias entre as personagens, por exemplo, classificamos essas ocorrência como S. Porém, se os leitores revelarem inferências genéricas sobre as relações entre as personagens, mas não citarem as formas de tratamento usadas por elas, classificamos essas ocorrências como N. Ainda, se os leitores passarem pelos *protocolos de pausa* e não pararem para expressar suas inferências, classificamos essas ocorrências como AS.

Passamos, assim, à verificação das ocorrências da quinta e última coluna do gráfico de análise.

A quinta coluna do gráfico é relativa à 4ª Categoria de Análise, que se ocupa da compreensão geral dos leitores sobre os excertos lidos. Desta forma, por meio dessa Categoria pretendemos analisar se eles compreendem os excertos lidos, relativamente aos usos das formas *tu* e *você* presentes como pronomes pessoais valorativamente neutros, ou como pronomes pessoais com efeitos de formas de tratamento “opostas/distintas”, revelando

graus de formalidade discursiva diversos, e se esse tipo de compreensão vai ao encontro do significado dessas formas na cultura da narrativa literária em questão.

Cabe lembrar que, nesse sentido, esperamos que os leitores compreendam os usos das formas *tu* e *você* presentes nos excertos a e b com efeitos de formas de tratamento que indicam diferentes graus de cortesia e “oposição”, por esses excertos serem de uma obra da literatura portuguesa, cultura em que verificamos que as formas *tu* e *você* podem carregar esse significado.

Por outro lado, esperamos que a compreensão leitora das formas *tu* e *você* (mesmo implícitas) presentes nos excertos c e d, do PBRS, por fazerem parte de uma obra da literatura brasileira/gaúcha, não sejam compreendidas com efeitos de formas de tratamento que indicam oposição quanto ao grau de cortesia, mas que funcionam de forma neutra neutrais, no que toca a esse aspecto. Ou seja, as inferências dos leitores que estejam de acordo com a cultura do excerto em causas serão classificadas como *convergentes*. Mas, caso as inferências dos leitores não estejam de acordo com a cultura do excerto em causas, serão classificadas como *divergentes*.

Os códigos utilizados nessa parte são os seguintes: CLC (compreensão leitora convergente com a cultura do excerto lido), CLD (compreensão leitora divergente da cultura do excerto lido), DC (dificuldade de compreensão sobre o excerto), NC (não compreensão do excerto), AS (o leitor passa pelo protocolo de pausa sem revelar inferências. Assim, classificamos essa ocorrência como ato de silêncio do leitor).

Segue a apresentação da recolha dos dados levantados, a partir dos excertos apresentados aos leitores.

5.1.21.2.1. Grupo A

A seguir apresentamos a análise dos dados obtidos, por meio dos *protocolos verbais*, junto ao Grupo A. Portanto, na sequência, seguem as inferências dos leitores sobre os excertos a, b, c e d, respectivamente, em gráficos que estarão em Anexo. É importante destacar que apresentamos as recolhas e as *Classificações dos protocolos de autorrevelação*, em primeiro lugar, e dos *protocolos de auto-observação*, em segundo, com categorizações e classificações dos dados obtidos junto aos leitores conforme apresentamos as 4 *Categorias* e suas *Classificações*.

Segue, portanto, a organização do material levantado junto ao Grupo A, com referências dos seus respectivos Anexos:

5.1.1.2.1.1. Excerto a

a) *Protocolo de Autorrevelação* (AR): : Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo: Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos) -- Anexo: 5.2.1

5.1.2.1.2 Excerto a: b) *Protocolo de Auto-observação* (AO): Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo:

Auto-observação / Compreensão Ampla – CA - Análise do contexto) - Anexo: 5.2.2

3.

5.1.1.2.1.2.3 Excerto b

a) *Protocolo de Autorrevelação* (AR): Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós - Anexo: 5.2.3

b) *Protocolo de Auto-observação* (AO): Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós - Anexo: 5.2.4

: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo: Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos) - Anexo: 5.4.

5.1.2.1.4 Excerto b: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo: Auto-observação / Compreensão ampla – CA - Análise de contextos) - Anexo: 5.5.

5.1.1.2.1.3.5 Excerto c

a) *Protocolo de Autorrevelação* (AR):: Literatura Brasileira e /gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Autorrevelação / Compreensão específica – CE - Análise de cotextos) - Anexo: 5.2.5.6.

b) *Protocolo de Auto-observação* (AO):Literatura Brasileira e gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo - Anexo: 5.2.6

5.1.2.1.6 Excerto c: Literatura Brasileira/gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Auto-observação / Compreensão ampla – CA - Análise de contextos) - Anexo: 5.7.

5.1.1.2.1.47. Excerto d

a) *Protocolo de Autorrevelação* (AR):Literatura Brasileira e gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo - Anexo: 5.2.7

b) *Protocolo de Auto-observação* (AO):Literatura Brasileira e gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo - Anexo: 5.2.8

: Literatura Brasileira/gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Autorrevelação / Compreensão Específica – CE - Análise de cotextos) - **Anexo: 5.8.**

5.1.2.1.8 Excerto d: Literatura Brasileira/gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Auto-observação/ Compreensão Ampla – CA - Análise de contextos) - **Anexo: 5.9.**

Passamos, assim, à apresentação do material recolhido a partir das transcrições do Grupo B.

5.1.1.2.2. Grupo B

A seguir apresentamos a análise dos dados obtidos por meio dos *protocolos verbais*, junto ao Grupo B. Portanto, na sequência, seguem as inferências dos leitores sobre os **excertos a, b, c e d**, respetivamente, em gráficos que estarão em Anexo. É importante destacar que apresentamos as recolhas dos *protocolos de autorrevelação*, em primeiro lugar, e dos *protocolos de auto-observação*, em segundo, com categorizações e classificações dos dados obtidos junto aos leitores.

Abaixo, apresentamos a análise dos dados obtidos junto aos leitores do Grupo B. Portanto, na sequência, seguem as inferências desses leitores sobre os excertos a, b, c e d, respetivamente, referentes aos gráficos que estão em Anexo. É importante lembrar que, a cada excerto, apresentamos a *Categorização* e a *Classificação* das inferências dos leitores, sendo que, em primeiro lugar, estão os *protocolos de autorrevelação* e, em segundo, os *protocolos de auto-observação*, conforme as 4 *Categorias de Análise*.

Seque, portanto, o material levantado junto ao Grupo B, com indicação dos seus respectivos Anexos:

5.1.1.2.2.1. Excerto a

: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo: Autorrevelação/ Compreensão Específica – CE - Análise de cotextos) - Anexo: 5.10.

5.1.2.2.2 Excerto a: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo: Auto-observação/ Compreensão Ampla – CA - Análise de contextos) - Anexo: 5.11.a)
Protocolo de Autorrevelação (AR): Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós - Anexo: 5.2.9

b) *Protocolo de Auto-observação* (AO): Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós - Anexo: 5.2.10

5.1.1.2.2.3 Excerto b

a) *Protocolo de Autorrevelação* (AR): Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós - Anexo: 5.2.11

b) *Protocolo de Auto-observação* (AO): Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós - Anexo: 5.2.129

: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo: Auto-observação/Compreensão Específica – CE - Análise de cotextos) - Anexo: 5.12.

5.1.2.2.4 Excerto b: Literatura Portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós (Protocolo: Auto-observação/ Compreensão Ampla – CA - Análise de contextos) - Anexo: 5.13.

5.1.1.2.2.3.5 Excerto c

a) *Protocolo de Autorrevelação* (AR):Literatura Brasileira e gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo - Anexo: 5.2.13

b) *Protocolo de Auto-observação* (AO):Literatura Brasileira e gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo - Anexo: 5.2.14

: Literatura Brasileira/Gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Autorrevelação/ Compreensão Específica – CE - Análise de cotextos) - Anexo: 5.14.

5.1.2.2.6 Excerto c: Literatura Brasileira/Gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Auto-observação/Compreensão Ampla – CA - Análise de cotextos) - Anexo: 5.15.

5.1.1.2.2.4.7 Excerto d

a) *Protocolo de Autorrevelação* (AR):Literatura Brasileira e gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo - Anexo: 5.2.15

b) *Protocolo de Auto-observação* (AO):Literatura Brasileira e gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo - Anexo: 5.2.16

: Literatura Brasileira/Gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Autorrevelação/ Compreensão Específica – CE - Análise de cotextos) - Anexo: 5.16.

5.1.2.2.8 Excerto d: Literatura Brasileira/Gaúcha, *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo (Protocolo: Auto-observação/ Compreensão Ampla – CA - Análise de contextos)

Anexo: 5.17.

Passamos, assim, à terceira e última seção da primeira parte deste capítulo, a qual apresenta a explanação dos dados obtidos a partir do 2º Questionário e que consta da verificação dos usos das formas *tu* e *você* utilizadas pelos leitores investigados no seu cotidiano.

5.1.1.3. Dados obtidos no 2º Questionário de Análise

Nesta parte, apresentamos os dados levantados no 2º Questionário de pesquisa. Esses dados são apresentados em um formulário (Anexo 5.18) e constam do levantamento dos dados recolhidos na investigação dos dois Grupos (A e B), bem como contêm referências sobre os usos das formas *tu* e *você* no cotidiano do investigado.

Segue, assim, a recolha dos dados levantados no 2º Questionário, referente aos Grupos A e B, conforme Anexo: 5.318. Cabe lembrarmos que o tratamento dos resultados é realizado na segunda parte deste capítulo: tratamento dos resultados.

Passamos, portanto, à essa segunda parte.

5.2. 2 Tratamento dos ResultadosConfronto dos dados dos: Grupos A e B

Nesta segunda parte deste capítulo, tratamento dos resultados, apresentamos a nossa análise e o tratamento de dados obtidos e expostos na primeira parte. Assim, mostraremos o da nossa análise, conforme: o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme: o 1º Questionário de Análise; as inferências levantadas por meio dos *protocolos de autorrevelação* e de *auto-observação*, junto aos **excertos a, b, c e d**; o 2º Questionário de Análise.

Para isso, esta parte é dividida em três seções, as quais são , referentes a cada uma dessas análises.

Sendo assim, na primeira seção deste capítulo, pretendemos apresentar os resultados do 1º Questionário de Análise;, o qual consiste no confronto dos dados pessoais dos investigados dos Grupos A e B. N na segunda seção, o confronto entre dos dados recolhidos junto aos Grupos A e B, por meio doas leituras de excertos de obras das literaturas gaúcha e portuguesa e dos *protocolos verbais* . *Esses dados são apresentados em formulários (os quais estão em Anexo) e seguem a ordem dos excertos a, b, c e d,*

respectivamente. É de lembrarmos que, a cada excerto, apresentamos o confronto dos resultados dos Grupos, conforme as 4 Categorias de Análise, e que em cada uma dessas categorias apresentamos separadamente o confronto entre os dados dos protocolos de autorrevelação, com protocolos de pausa, e dos protocolos de auto-observação, respectivamente;

N e, na terceira seção da segunda parte deste capítulo, apresentaremos o confronto entre os dados dos Grupos A e B levantados a partir do 2º Questionário da Análise.

, o qual consta dos usos das formas *tu* e *você* no cotidiano dos investigados. Cabe ainda destacarmos que os formulários realizados para a apresentação dessa confrontação também estão em anexo.

Passamos, portanto, ao tratamento dos dados obtidos por meio do 1º Questionário.

5.2.2.1. Resultados dos dados obtidos no 1º Questionário de Análise

Os dados levantados na 1ª Parte da pesquisa, no 1º Questionário de Análise, como veremos a seguir, demonstram que alcançamos o objetivo proposto. Ou seja, conseguimos uma Amostra razoável para realizar a investigação. Isso porque ela, possuímos uma Amostra que, ao mesmo tempo em que é homogênea, também é diversificada, no que toca à presença de participantes leitores portugueses e brasileiros gaúchos, como segue. Deste modo, seguem abaixo as análises dos quesitos observados no 1º Questionário, bem como a confrontação observada entre os Grupos A e B.

a) Quesito idade:

Como podemos observar nos dois gráficos demonstrativos abaixo, há muita semelhança no que toca às idades dos investigados dos tanto do Grupo A como do Grupo B, pois enquanto as idades do Grupo A, na sua grande maioria, é de 18 anos, as idades do Grupo B, também na grande maioria, fica entre os 17 e os 20 anos, conforme:

Gráfico 5.2.1: Idade – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

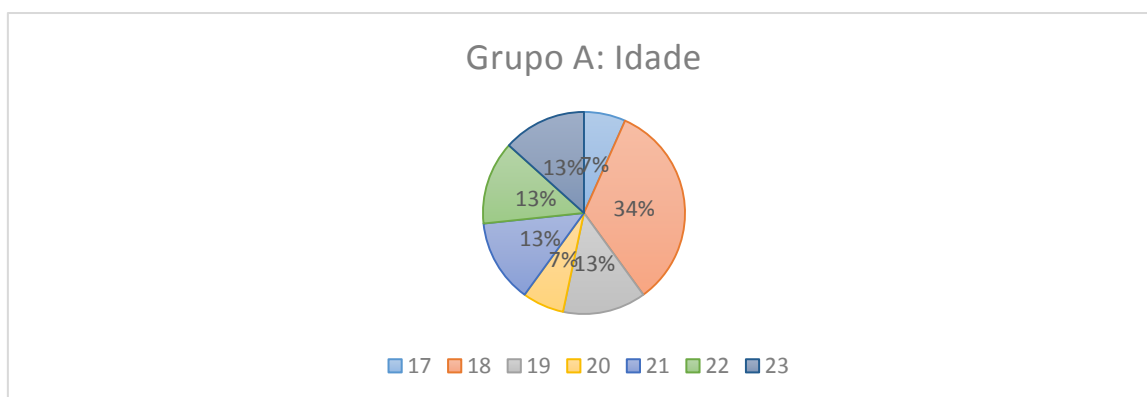


Gráfico 5.12.1: Idade – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

Gráfico 5.2.2: Idade – Grupo B

Fonte: 1º Questionário de Análise

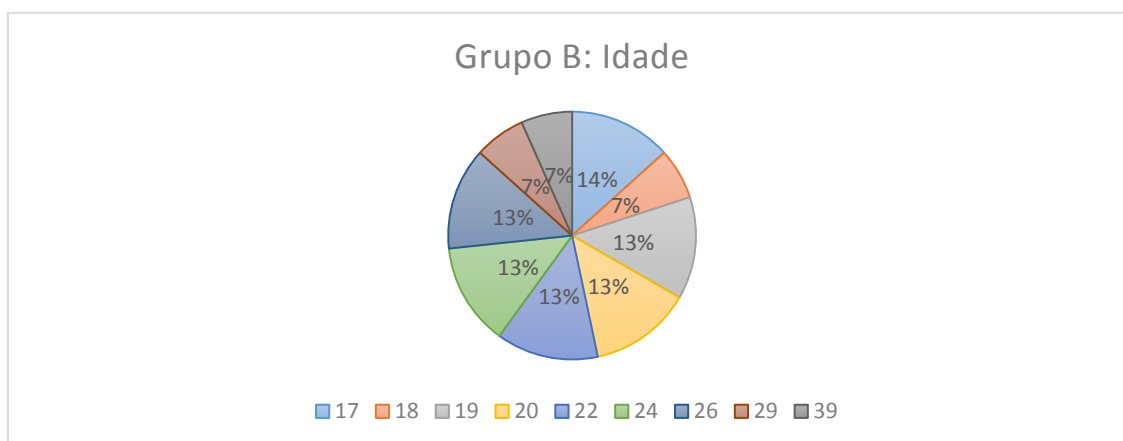


Gráfico 5.2.2: Idade – Grupo B
Fonte: 1º Questionário de Análise

b)

b) **Quesito nNacionalidade/Naturalidade:**

No que toca à verificação do quesito nacionalidade, entendemos que esse item era um dos que mereciam maior atenção, precisando ser exato, com 15 participantes portugueses e 15 participantes brasileiros/gaúchos, o que foi conseguido.

c) Quesito naturalidade:

No quesito naturalidade, em que pretendíamos obter maior diversidade, obtivemos grande maioria de leitores de uma mesma cidade. Ou seja, temos leitores que, em sua grande maioria, ou é procedentes de Coimbra (PT), ou é procedente de Cachoeira do Sul (RS). Entretanto, entendemos que essa questão não invalida os resultados da análise, pois Coimbra é uma cidade universitária que abriga moradores de diferentes procedências e uma das mais antigas cidades portuguesas, podendo ser representativa do falar português. E Cachoeira do Sul é uma cidade central do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido uma das cinco maiores e mais antigas cidades do Estado. Aliás, no início da sua fundação do RS, Cachoeira do Sul abrangia quase 1/5 da área do Estado, o que faz com que, hoje, se encontre cachoeirenses ou descendentes de cachoeirenses em praticamente todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Mas, mesmo assim, não nos concentramos apenas nessas duas cidades, pois nossa recolha contou ainda com leitores de mais seis cidades gaúchas (Bagé, Dom Pedrito, Rio Pardo, Santa Maria, Roque Gonzáles e Soledade) e de mais seis cidades portuguesas (Abrantes, Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco/Soalheira e Guimarães), e mais seis cidades gaúchas (Bagé, Dom Pedrito, Rio Pardo, Santa Maria, Roque Gonzales e Soledade), constituindo também nesse sentido uma amostra equilibrada. Desta forma, os resultados dos dois Grupos também é harmônico, como podemos observar nos gráficos abaixo, referentes às naturalidades dos participantes da pesquisa.

Gráfico 5.2.3: Naturalidade – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

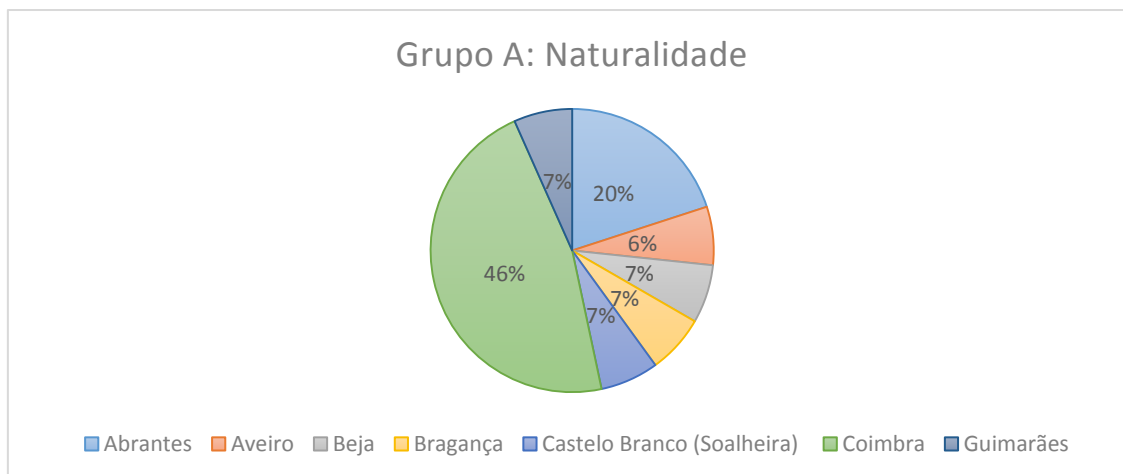


Gráfico 5.3: Naturalidade – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

Gráfico 5.2.4: Naturalidade – Grupo B

Fonte: 1º Questionário de Análise

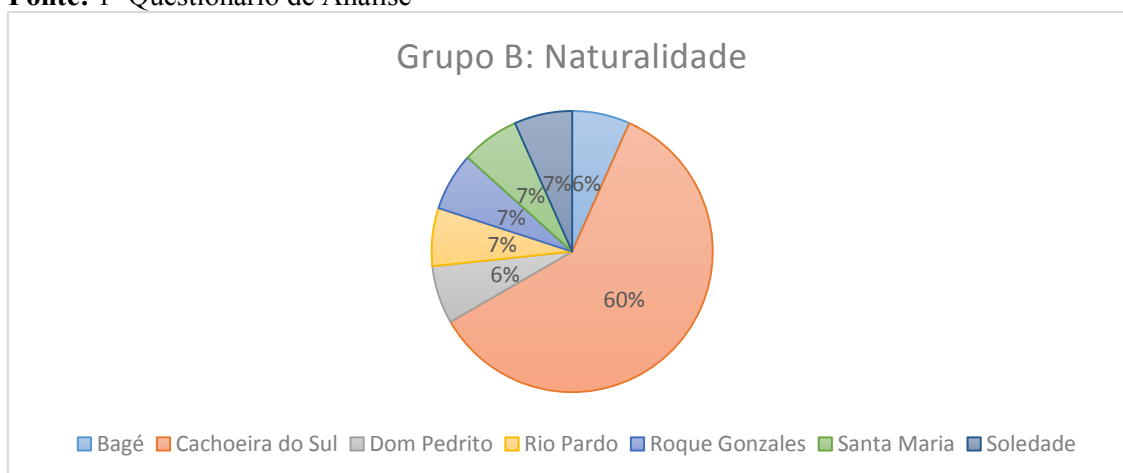


Gráfico 5.4: Naturalidade – Grupo B

Fonte: 1º Questionário de Análise

d) Quesito sSexo/Gênero:

No que toca ao quesito sexo dos investigados, também nesse item há equilíbrio na pesquisa, pois tanto o Grupo A como o Grupo B possuem 75% de leitores do sexo feminino. O mesmo se pode dizer da porcentagem masculina, que nos dois Grupos apresenta 25% de leitores.

e) Quesito uUniversidade:

Passamos à verificação do quesito universidades, no qual buscávamos Amostras diversificadas. Sendo assim, ouvimos leitores de 5 universidades gaúchas, públicas e

privadas, e de 4 universidades portuguesas, também públicas e privadas. Entretanto, no que toca ao Grupo A, a maior parte dos investigados pertence à Universidade de Coimbra e a maior parte dos investigados do Grupo B pertence à ULBRA⁹⁹ e à UERGS¹⁰⁰.

No que toca ao Ainda, referente ao Grupo A, temos também entrevistados das seguintes estudantes de outras universidades, como: Nova SBE School of Business and Economics, do Instituto Superior de Coimbra e da Escola Superior de Hotelaria. E, referente ao Grupo B, há também estudantes das universidades: UFRGS, UFSM e UNIRITTER¹⁰¹.

Deste modo, entendemos que a desproporção entre o número de participantes de cada universidade, como podemos constatar no gráfico abaixo, não invalida a Amostra, pois há entre esses investigados estudantes procedentes de diferentes cidades portuguesas e gaúchas, que realizam diferentes cursos e frequentam diferentes semestres.

Gráfico 5.2.5: Universidades – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

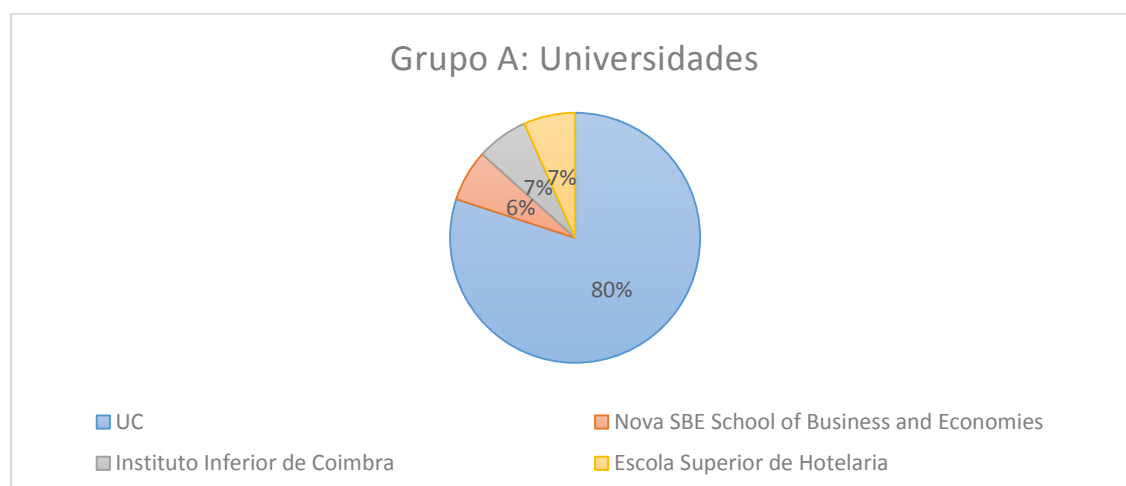


Gráfico 5.5: Universidades – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

Gráfico 5.2.4: Universidades – Grupo B

Fonte: 1º Questionário de Análise

⁹⁹ Universidade Lutereana do Brasil.

¹⁰⁰ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

¹⁰¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Ritter dos Reis.

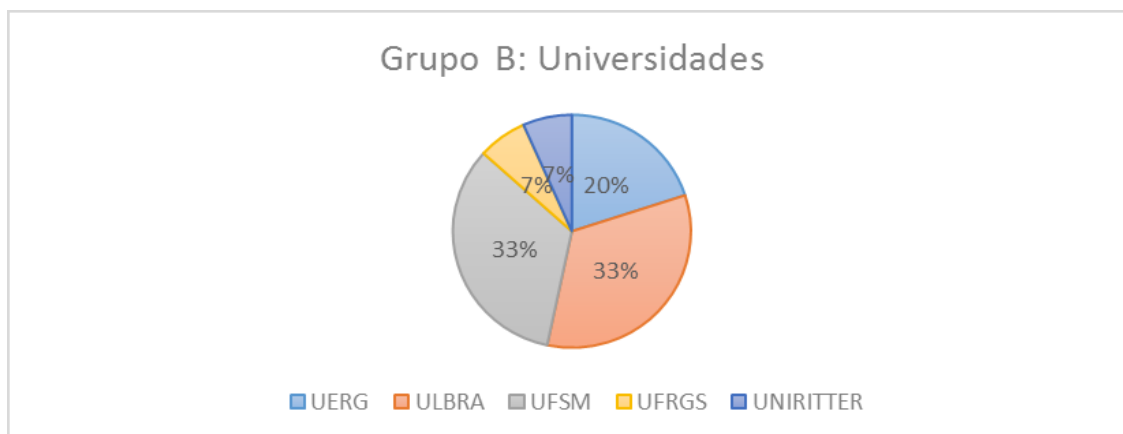


Gráfico 5.62.4:: Universidades – Grupo B

Fonte: 1º Questionário de Análise

fe) Quesito cCurso:

Quanto ao quesito Curso que frequentam, conseguimos buscar Amostras diversificadas, tanto no Grupo A como no Grupo B, pois naquele tivemos alunos de Ciências Farmacêuticas, Direito, Economia, Gestão Hoteleira, Geografia, Línguas Modernas, Medicina e Português, e, neste, tivemos alunos de Administração, Biomedicina, Comunicação Social, Direito, Engenharia Agrônômica, Engenharia Civil e Letras, com proporção mais ou menos uniforme, como podemos observar nos gráficos que seguem.

Gráfico 5.2.5: Cursos – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

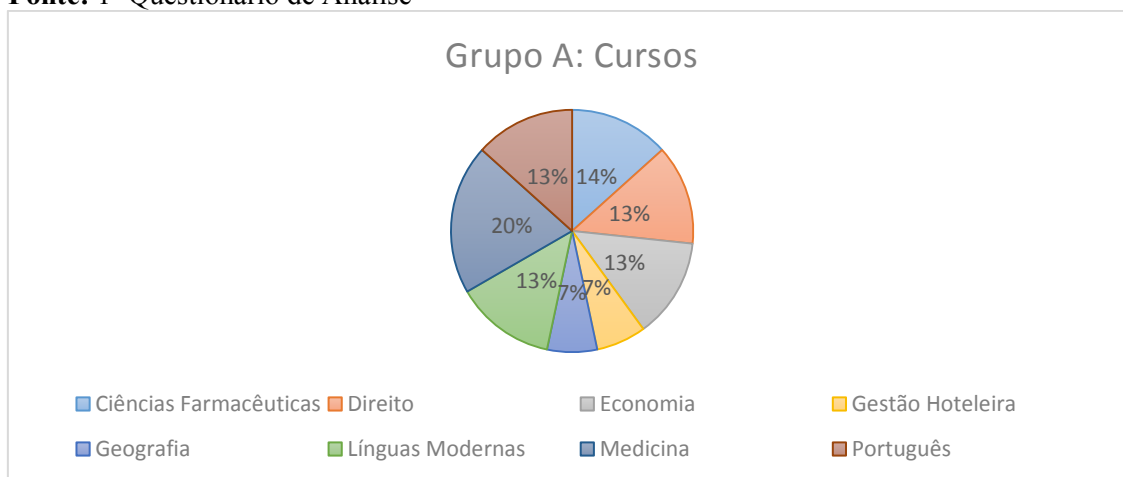


Gráfico 5.7: Cursos – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

Gráfico 5.2.6: Cursos – Grupo B

Fonte: 1º Questionário de Análise Cursos: Grupo A

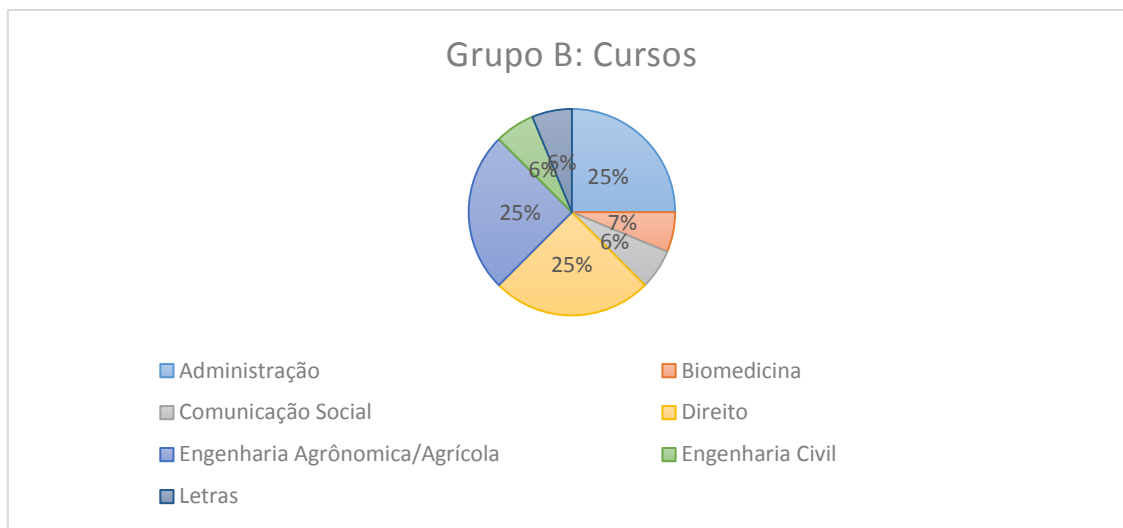


Gráfico 5.8: Cursos – Grupo B
Fonte: 1º Questionário de Análise Cursos: Grupo A

gf) Quesito sSemestre:

Sobre o quesito Semestre, podemos dizer que também neste há diversidade na Amostra, pois no Grupo A temos alunos dos 1º, 2º, 3º e 6º semestres e no Grupo B temos alunos dos 1º, 2º, 5º, 7º, 8º e 9º semestres, como podemos constatar pela análise dos gráficos abaixo.

Gráfico 5.2.7: Semestres – Grupo A

Fonte: 1º Questionário de Análise

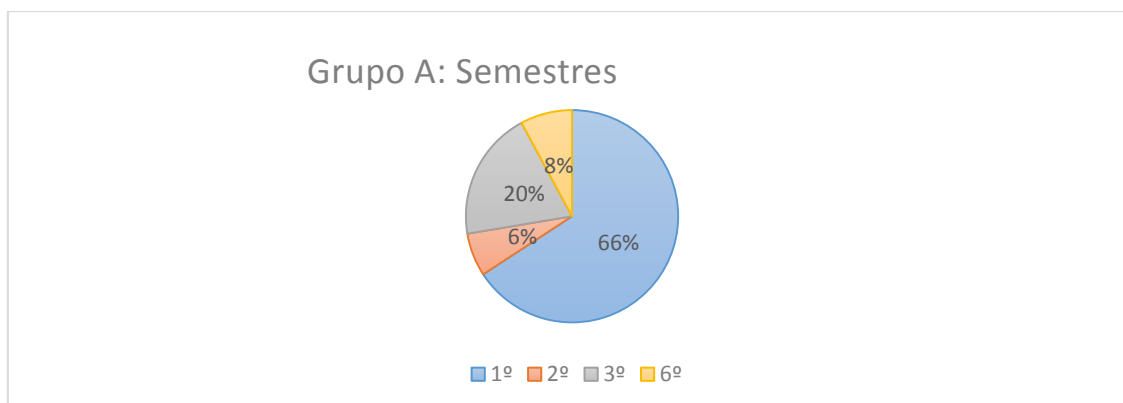


Gráfico 5.92.7: Semestres – Grupo A
Fonte: 1º Questionário de Análise

Gráfico 5.2.8: Semestre – Grupo B

Fonte: 1º Questionário de Análise

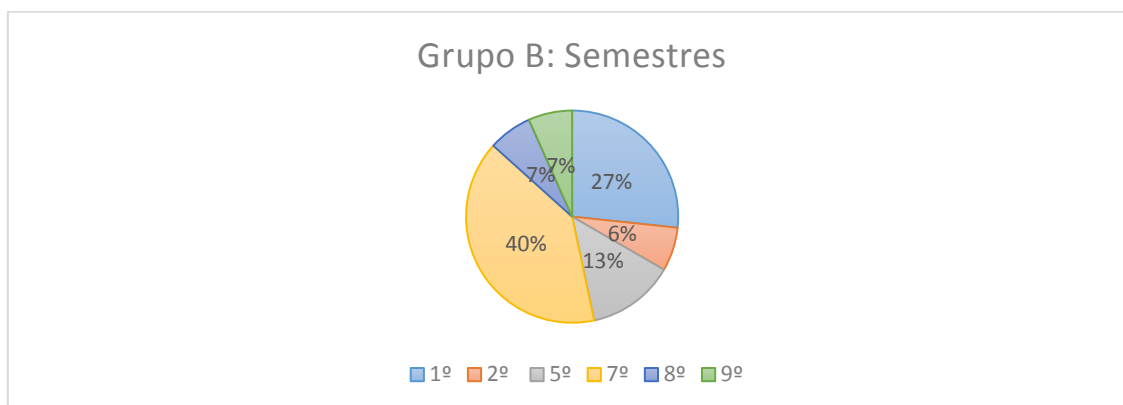


Gráfico 5.102.8: Semestre – Grupo B
Fonte: 1º Questionário de Análise

Sendo assim, após o confronto entre os dados dos Grupos A e B presentes no 1º Questionário de Análise e a constatação de que conseguimos a proporcionalidade, a homogeneidade e a diversidade desejada nessa composição, passaremos à segunda seção da segunda parte deste capítulo, onde apresentaremos o tratamento dos dados obtidos nos *protocolos verbais*.

5.2.2. Resultados Tratamento de dados obtidos por meio de *protocolos verbais de autorrevelação e de auto-observação*:: confronto entre os dados dos Grupos A e B

Nesta seção, apresentaremos o tratamento dos resultados dos dados recolhidos a partir das leituras dos **excertos a, b, c e d**, junto aos dados recolhidos pelos leitores dos Grupos A e B. Essa parte, é dividida em 4 etapas relativas aos 4 excertos apresentados aos leitores. Os dados recolhidos são apresentados conforme aos *protocolos de autorrevelação e de auto-observação* e por Categorias de Análise (1ª Categoria, 2ª Categoria, 3ª Categoria e 4ª Categoria). Sendo assim, tais categorias recebem tratamento analítico comparativo entre os grupos A e B sobre os resultados levantados na segunda seção da primeira parte deste capítulo, que apresenta sobre as inferências dos dois Grupos sobre os excertos lidos.

Passamos, portanto, ao confronto entre esses dados, começando pelo **excerto a**.

5.2.2.1. Excerto a:

Antes de apresentarmos o tratamento dos dados e a confrontação entre eles, por categorias, cabe fazermos uma apresentação do excerto. Deste modo, como referimos no

capítulo Metodologia, por meio do **excerto a**, buscávamos perceber se as inferências realizadas pelos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* usadas pelas personagens Carlos e Dâmaso eram percebidas por eles sem efeitos de “oposição”, no que toca à presença de grau de cortesia, ou se com efeitos de formas de tratamento que buscavam destacar tais efeitos, bem como destacar diferentes graus de distanciamento entre os interlocutores e/ou diferentes graus de cortesia. Ou seja, como não tendo qualquer efeito no relacionamento vertical ou horizontal entre os interlocutores ou, pelo contrário, como estabelecendo suas posições, entre eles, uma posição hierárquica de desigualdade social. Isso porque entendíamos que essas diferentes inferências poderiam alterar a compreensão do excerto.

Como esse excerto é da literatura portuguesa, d’*Os Maias*, de Eça de Queirós, e é escrito em português europeu (PE) que, como vimos na parte teórica deste trabalho, possui grande complexidade de valores para os usos das formas *tu* e *você*, esperávamos que as inferências dos leitores fossem no sentido de verificarem essa complexidade e destacarem tanto no uso da forma *você*, de Dâmaso para Carlos, como no uso da forma *tu*, de Carlos para Dâmaso, diferentes efeitos de tratamento, bem como a proximidade que se foi criando entre eles..

Portanto, para verificarmos essas questões, dos 7 *protocolos de pausa* inseridos no **excerto a**, verificamos destacamos duas situações de análise seguintes, conforme:

1ª Situação: Dâmaso começou a tratar Carlos por você (0)

2ª Situação: Tanta dedicação merecia um tu de familiaridade (0). Carlos deu-lho (0).

Lembramos que Como podemos observar, a 2ª situação, diferente da 1ª, possui dois *protocolos de pausa*, visto que eles são referidos conjuntamente por boa parte dos leitores, talvez por estarem muito próximos;, ou seja, a 2ª situação, o leitor refere a inferência do 1º protocolo após ler o 2º.

Assim, decidimos que, caso os leitores parassem no *protocolo de pausa* da 1ª situação acima e revelassem inferências explícitas (ou seja, o uso da forma *você* como forma de tratamento com efeito de grau de cortesia) sobre o tratamento de Dâmaso para Carlos por *você* como sendo (mais ou menos) respeitoso, (mais ou menos) formal, ou (mais ou menos) distante (eExemplo: II-A04/a01-AR - L4: *ou seja :: você :: portanto :: :: outra vez distância ... eu não percebo ... ahn ::*), classificariamos essas

inferências como estando de acordo com os usos dessas formas na cultura portuguesa¹⁰². O mesmo ocorreria se os leitores parassem em algum dos *protocolos de pausa* da 2ª situação e expressarem tais considerações sobre o uso do *tu de familiaridade*, de Carlos para Dâmaso.

Contudo, se, na leitura desse excerto, os leitores parassem nos *protocolos de pausa* e revelassem inferências sobre o relacionamento entre as personagens, mas não referissem os usos das formas *tu* e *você* (de modo explícito, a que pudéssemos ter certeza de que se tratava de inferências sobre diferentes graus de proximidade entre os interlocutores), teriam suas inferências classificadas como divergentes da cultura do PE, visto que entendemos que essas formas, provavelmente, não haviam sido inferidas com efeitos de formas de tratamento que revelam consciência da proximidade e/ ou da distância entre os interlocutores, mas sim como simples pronomes pessoais usados de forma sociolinguisticamente neutra, como mera referência ao interlocutor, tal como acontece no inglês *you*, por exemplo, no *nde* do guarani, ou no *tu* do latim arcaico.

Ainda, caso o leitor parasse nos *protocolos de pausa* e referisse que a forma *você* demonstrava que a personagem era de outro Estado brasileiro (o que ocorreu algumas vezes) e entendéssemos que essa inferência revelava variação diatópica, mesmo assim classificariamos tal inferência como “oposta” ao *tu*. Isso ocorre porque, ao leitor referir a variação diatópica, passamos a não ter 100% de certeza de que essa referência não estaria atrelada a efeitos de oposições entre as formas *tu* e *você*. Assim, por medida de segurança e, mesmo ela sendo contrária a nossa tese, preferimos classificá-la como estando em conformidade com o PE. Ou seja, de qualquer modo, o simples fato de o leitor referir que percebe algum efeito diferente entre esses usos é o suficiente para já nos leva a pensarmos que ele pode refletir sobre os usos daquelas características citadas, o que pode alterar a sua compreensão leitora sobre a narrativa em questão.

Logo, das duas situações analisadas no **excerto a** e considerando o número de categorias a serem classificadas (4), verificamos que há 8 possibilidades, por leitor de cada Grupo, de inferir sobre os usos das formas *tu* e *você*, nesse excerto. Isso, considerando o *protocolo de autorrevelação*. Ao multiplicarmos esse número pelo total

¹⁰² Cabe lembrarmos aqui não está em causa a comparação do uso da forma *você* com o uso sujeito nulo, no que toca à maior ou menor formalidade, mas sim a comparação entre o uso do *você* e o *tu*. É de referir ainda que consideramos o uso regional da forma *você*, como respeitosa, como ocorre no Norte de Portugal, mesmo queo que ocorre por defeito e sendo, contrário à forma a nonorma, visto que não podemos ignorar esse fato, já que houve leitores portugueses que referiram essa caracterização..

de leitores (30 dos dois Grupos), temos 240 inferências possíveis de serem analisadas no *protocolo de autorrevelação*, referente ao **excerto a**. Ainda, ao considerarmos que há mais uma inferência possível, por leitor (30), sobre cada uma das (4) Categorias apresentadas no *protocolo de auto-observação*, verificamos que temos a possibilidade de somarmos mais 120 ocorrências no **excerto a**. No total, temos 240 possíveis ocorrências levantadas no *protocolo de autorrevelação* quem com as 120 do *protocolo de auto-observação*, oferecem um total de 360 inferências a serem classificadas.

Sendo assim, passamos à apresentação da confrontação entre os dados dos Grupos A e B sobre os usos das formas *tu* e *ocê*, no **excerto a**, conforme as 4 Categorias de Análise (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), por meio dos dados levantados nos *protocolos de autorrevelação* e de *auto-observação*, respectivamente.

5.2.2.1.1. 1ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 1ª Categoria de Análise do **excerto a**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.1.1.1. Excerto a: resultados parciais do *pProtocolo de Aautorrevelação* da 1ª Categoria (Anexo: 5.1)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (1ª Situação: *Dâmaso começou a Itratar Carlos por você (0)*), apresentamos a confrontação entre dos dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.9: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.1

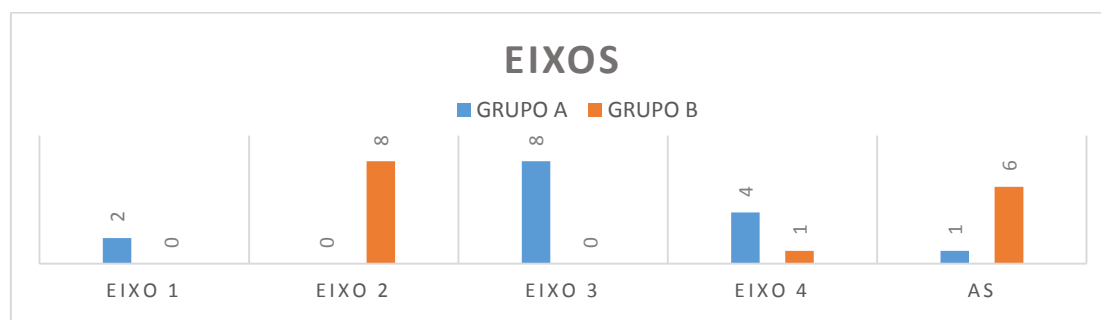


Gráfico 5.119: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.2.1 e 5.2.91

Como podemos observar no gráfico acima, há referências dos leitores do Grupo A distribuídas nos diferentes eixos semânticos 1, 3 e 4, em que o *você* apresenta efeitos de

formas de tratamento “oposta”s ao *tu*, com diferentes graus de maior ou menor formalidade e cortesia.

No eixo 1, foram classificados portanto, 2 casos, ou seja, 13% das inferências dos leitores sobre inferem que o uso do *você*, de Dâmaso para Carlos, que revelaram revela que houve algum incômodo entre as personagens, ou seja, que o seu uso do *você* não foi neutro quanto ao efeito de tratamento menos cortês. Exemplo:

*II-A01/a03-AR. L1: isso já não é muito bom ((risos)) ... “ depois ... nesta semana ::: ”
P: Porque, pode falar porque não é muito bom? L1: ((risos)) porque normalmente os amigos tratam-se por tu e ::: ele começou a tratá-lo por você ... por isso deveria estar chateado ((risos)) P: Quem trataria por você? L1: assim ... uma pessoa que não fosse muito amiga ::: ou uma pessoa (q :::) que eu tivesse que respeitar muito ::: ... ahn :::
(Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 1)*

[acho que deve identificar os exemplos, com um número, ou nome, conforme vêm na gravação e transcrição, que deverá estar em anexo, num CD ou DVD; se alguém quiser ir verificar, pode encontrar facilmente o excerto; isto vale para todos os exemplos]

Referências como essas foram classificadas no eixo 1, por nele estarem as inferências em que o leitor sente que o uso da forma *você* provoca desconforto entre os interactantes.

Já no eixo 2, eixo da neutralidade, não houve classificações de inferências dos leitores do Grupo A, pois nesse eixo são classificadas apenas as inferências em que, embora o leitor pare no *protocolo de pausa* para falar sobre o que inferiu, nada refere sobre o uso da forma *você* com sentido de “oposição” ou de maior formalidade entre os interlocutores.

ou do tipo de interação. No eixo 3, eixo da igualdade, classificamos o maior número de inferências referidas pelos leitores do Grupo A, 8 casos (53%), pois, além de terem referido distanciamento entre as personagens, o que foi percebido por meio do uso do *você*, também referiram que esse uso foi uma forma de “quebrar o gelo”, ao demonstrar coleguismo, conforme:

*II-A05/a03-AR. L5: ahn ::: então nota-se aqui ... ahn ::: a partida ... -- em primeiro lugar ... -- uma ::: certa ::: ahn ::: ahn ::: / um **gelo** entre eles ... ou seja ::: () ... nota-se que as personagens (tão :::) / é necessário entre elas ... quebrar o gelo ::: ahn ::: por aí ::: ... por isso ::: uma delas ::: ahn ::: usa o termo você (prá) com a outra ... “ daí datava ” ... ahn ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 7)*

*II-A08/a03-AR. L8: talvez ::: eventualmente ::: mais tarde ::: **afastaram-se** ::: e ::: / e as relações ::: entre um e outro ::: não ::: / não eram tão ::: íntimas ::: e daí ... se calhar ... saltam ... (tá-la :::) por **você** ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 10)*

*II-A10/a03-AR. L10: (est ...) você ::: poderá transmitir aqui uma ideia de ::: ahn ::: / de ::: / dum lado ::: / primeiro ... por ... algum **afastamento** ::: mas poderemos ver também que... um outro lado ... dá ... / um lado ... se calhar ... mais ::: / mais próximo ... mais ::: ... de **colega** ... mais de **amigo** ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 12)*

Como vemos, há destaque para a solidariedade no uso do *você* e para o movimento de aproximação entre as personagens do excerto..

Mas há ainda 4 casos (27%) em que os leitores do Grupo A inferiram no uso do *você* algum tipo de reverência de Dâmaso a Carlos, como se houvesse algum tipo de diferença entre os estatuto dos dois. Exemplo:

II-A06/a03-AR. L6: ahn ::: talvez ::: ahn ::: / Dâmaso ::: revela alguma espécie de reverência ... para com Carlos ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 8)

II-A03/a03-AR. L3: o Carlos podia ter só ::: um ::: um certo nível ... um certo estatuto diferente e ... portanto ::: (...) é um estatuto mais ::: mais elevado ... pelo menos socialmente ::: (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 4)

Assim, tais inferências foram classificadas no eixo 4, eixo da superioridade, por revelarem assimetria entre as personagens, de baixo (campo do locutor) para cima (campo do interlocutor). E, por fim, houve 1 caso (7% do total) de um leitor do Grupo A que não revelou qualquer inferência sobre esse *protocolo de pausa*, o que fez com que classificássemos essa ocorrência como AS, ato de silêncio do leitor.

Por outro lado, 8 leitores (53%) do Grupo B revelaram inferências genéricas sobre a relação de proximidade entre as personagens Carlos e Dâmaso, mas nada referiram sobre o uso do *você* com efeito de maior ou menor grau de cortesia, de proximidade ou de distanciamento, entre eles. Desta forma, classificamos essas inferências no eixo 2. Exemplo:

II-B11/a04. AR. L11: daí (di) ::: / faz um comentário ... no caso ... que daí ::: e que “ datava a sua intimidade ” ... no caso ... ahn ::: o (Damaso) entrava no quarto do / do Carlos ... no sentido de que ::: ahn ::: / tratava ele por você ::: / (comé) que eu (vo :::) (explica :::) isso gente ::: ?! ((relê baixinho)) P: Pode pensar alto. L11: ((risos)) ah ::: (pensa :::) alto (tá) ... aí ... (comé) que eu (vo :::) “ Dâmaso começou a tratar Carlos por você ... Depois, nessa semana, revelou aptidões úteis “ ... eu acho ::: que eles começaram a formar uma certa amizade né ::: ? ... aí “ nessa semana, revelou aptidões úteis “ deu para (entende :::) que ele (começo :::) ... / no caso ... o (Damaso) ... o (Damaso) ... começou a / a revelar-se .. uma pessoa útil ... de algum / de alguma forma ... mas (pra) / mais (pra) lida ... mais (pra) ... (pro) trabalho né ? acho que foi nesse sentido ... porque no / aí ... logo após vem assim “foi despachar à Alfandega um caixote de roupas para Carlos “ ... daí dá (pra) (entende :::) assim ::: que ::: / ou eles eram muito amigos e ele foi (presta :::) um favor (pro) / (pro) Carlos né ? ou o (Damaso) ... de certa forma era empregado do Carlos ... porque ... tem ... aquele comentário “ revelou aptidões úteis “ né ? aí ... (ã) / não / não consegui ainda (chega :::) a uma conclusão do que que ... (Anexo 5.2.9; Anexo 8: Faixa 28)

Como vemos, a leitora referiu o *você*, mas não com os efeitos desejados para esse excerto, que deveriam evocar possíveis efeitos de tratamento com assimetria ou simetria nesse uso. É de lembrar, desde já, que após a realização do teste, a leitora revelou que não percebeu essa questão. E que, aliás, não via nos usos das formas *tu* e *você* diferentes graus de distanciamento. Por isso, classificamos sua referência no eixo 2. Entendermos

que a leitora compreendeu o uso do *você* de modo *neutral*, ou seja, que o uso do *você* não indicou nem cortesia, nem descortesia, nem proximidade.

Entretanto, houve ainda, no Grupo B, 1 leitor (7%) que inferiu que o uso do *você* buscou demonstrar respeito, educação, conforme:

*II-B10/a03-AR. L10: acho que por educação ::: P: Como assim, por educação? L10: por educação ::: porque não se conheciam muito ::: e daí ::: como ... / como Dâmaso tinha ... como Dâmaso tinha chegado ::: depois ::: que Carlos ::: ... Carlos já (tava) lá ::: ... daí ::: / como se a casa fosse / o lugar que estes (tavam) era do ::: / do Carlos ::: P: Como assim, porque por educação a forma como ele começou a tratar? L10: porque / você / porque eu acho que eles **não tinham muita intimidade** ::: P: Como assim você? L10: por causa ::: / por (se :::) um ::: / (por se :::) um **pronome de tratamento** e coisa ::: P: Mas o que tem o uso do você? L10: um ::: um ::: não sei (explica) mais ::: (pra) mim ::: o jeito que eu sei (passa :::) seria assim ::: ((risos)) P: Está bem. (Anexo 5.2.9; Anexo 8: Faixa 27)*

Sendo assim, **de** sua inferência foi classificada no eixo 4. Indagado sobre o motivo de compreender o *você* como mais respeitoso do que o *tu*, o leitor não soube responder. Não podemos esquecer que o *você* ser considerado, no PE, como tratamento respeitoso só ocorre por defeito, pois é algo contrário à norma e apenas diatópico.

Ainda sobre o Grupo B, houve 6 leitores (40%) que não revelaram a inferência nesse *protocolo de pausa* e, assim, essas ocorrências foram classificadas como AS.

Passamos, portanto, ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: *Tanta dedicação merecia um tu de familiaridade (0). Carlos deu-lho (0)*), em que apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.10: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.1



Gráfico 5.120: 1ª Categoria

Fonte: Anexos: 5.2.1 e 5.2.91

Como podemos observar, no gráfico acima, os 15 leitores do Grupo A revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*, as quais foram classificadas nos eixos 2 e 3, sendo 6 delas (40%) no eixo 2 e 9 (60%) no eixo 3. Ou seja, classificamos no eixo 2 inferências em que os leitores pararam no *protocolo de pausa*, revelaram inferências, mas não referiram explicitamente o uso da forma *tu*, de Carlos para Dâmaso. Exemplo:

II-A01/a06-AR. L1: isso quer dizer (q :::) que eles ... quebraram ::: mais ou menos a barreira ::: e começaram ::: ((risos)) a ficar mais amigos ... acho eu ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 1)

II-A01/a07-AR. L1: () concretização do ::: / dessa coisa ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 1)

*II-A05/a06-AR. L5: - II-A05/a07-AR. L5: portanto ::: nota-se então ::: que houve um ::: / uma relação ::: ... de reciprocidade entre eles ::: ahn ::: ... devido a uma ::: / uma ::: / a ... um favor que um ::: ahn ::: fez ao outro ... e então ... **presenciamos então já não uma relação ::: ahn ::: / ahn ::: à distância ... mas de familiaridade ... ahn :::** (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 7)*

II-A06/a06-AR. L6: Dâmaso talvez procure ... ahn ::: o reconhecimento da sua ::: / da sua dedicação e do seu ::: / do seu empenhamento em agradar ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 8)

II-A06/a07-AR. L6: e Dâmaso ... ahn ::: consegue ... essa ::: / essa retribuição ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 8)

Como dissemos anteriormente, embora pudéssemos perceber pela leitura geral das inferências desses leitores que elas indicavam certa percepção sobre a mudança de tratamento de *você* para *tu*, bem como o movimento de aproximação entre os interlocutores, elas foram classificadas no eixo 2 por os leitores não terem explicitado isso verbalmente. A atitude que tomamos resguarda o rigor da análise, mesmo podendo apontar resultados contrários às nossas hipóteses de pesquisa.

Por outro lado, entendemos que foram colocados à disposição dos leitores diversos protocolos a serem inferidos. Portanto, não faltaaram oportunidades para eles referirem os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de cortesia, distanciamento, proximidade, etc., se assim entenderem.

Ainda, classificamos as inferências dos leitores do Grupo A que referiram explicitamente o uso do *tu de familiaridade* como ligado a tratamentos de intimidade, igualdade, informalidade, no eixo 3, conforme:

*II-A07/a06-AR. L7: pronto ... lá está ... (pré) ((risos)) ... **quando as pessoas são íntimas tratam-se por tu** ... II-A07/a07-AR. L7: pronto ... então ((risos)) ... / então ... se calhar ... nessa altura ... em cima ::: ... / ah ... foi quando ... ele (tá) ... / ele (tá) a descrever como começou ::: a intimidade deles até chegar ao fim ... pronto ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 9)*

*II-A11/a06-AR. L11: - II-A11/a07-AR. L11: aqui ::: **a relação deles torna-se mais próxima uma vez que se passam a tratar ::: por tu** ::: ahn ::: o Dâmaso ajuda o Carlos com seus trabalhos ::: (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 13)*

Antes de mais, é importante lembrar que algumas vezes os leitores não revelam suas inferências sobre o primeiro *protocolo de pausa* (II-A11/a06-AR) e esperaram para fazer isso após terminarem a leitura do protocolo seguinte (II-A11/a07-AR). Por esse motivo, inserimos os dois protocolos referidos na 2ª situação observada. É de lembrar ainda que **observar** nenhum leitor referiu a forma *lho* presente neste último protocolo.

Referente aos 15 leitores do Grupo B, verificamos que 10 deles (67%) revelaram inferências, mas não sobre o uso do *tu de familiaridade*. Exemplo:

II-B01/a07-AR. L1: é ::: acho que (sã :::) / (são :::) / um escrevia (prô) outro né ?! ... um (ajuda :::) o outro ... acho que ... ahn ::: começaram uma relação de amizade ::: né ?! e ::: fizeram trocas né ?! um (d) / um deu roupas ::: e o outro começou a (escreve :::) né ?! ... “ um caixote de roupas para Carlos ::: “ ... “ Dâmaso ::: tendo (aparec :::) / aparecido ::: no momento em que Carlos copiava um artigo para a gazeta () ... ofereceu sua boa letra ” ... é ... houve uma troca entre eles ... né ?! ... tipo ::: uma amizade ::: ... eu entendi assim ::: (Anexo 5.2.9; Anexo 8: Faixa 18)

Ou seja, muitas foram as inferências genéricas sobre o relacionamento entre as personagens, mas nada foi referido sobre a passagem do uso do *você* para o *tu de familiaridade*. Mas, 3 leitores (20%) desse grupo foram classificados no eixo 3, por eles referirem o uso do *tu* como tratamento íntimo e do Sul (RS) do Brasil. Exemplo:

II-B07/a06-AR. L7: **que é o tratamento ::: aqui do Sul ::: né ?! que é ::: tu ::: / tu é mais íntimo do que você talvez ::: quis (dize :::) P: Por quê seria ? L7: e / não sei ::: acho que aqui a gente tem um tratamento assim ::: ... TU É ahn ::: / não sei ::: talvez porque a visão que a gente tem do resto do país ::: ... acho que aqui a gente tem mais / parece um / somos MAIS ÍNTIMOS ... / mais (vistosos) não sei ::: se é por isso ... não sei ... P: E o você não é muito íntimo? L7: ((risos)) eu **acho** que não ::: / **não parece** ::: na visão daqui ::: eu **acho** que não ... P: Achao que outros Estados do Brasil usam o você porque o você é mais distante? L7: **não ... eu acho que eles têm a mesma relação ... eu acho que nós temos a visão do TU como sendo mais de / assim / de meu amigo ::: / tu / porque tu sabe / se não tem / se for uma pessoa mais assim que tu / que tu trata por senhor ::: né ?! é assim eu acho ... P: O você de outros Estados do Brasil equivale ao nosso tu lá? L7: ahn ::: equivale ao tu ::: ... o você equivale ao tu ... mas eu acho que a visão do gaúcho perante o você ... que acha / até quando (u) / um / vem aqui uma pessoa de fora ::: e fala você ::: a gente acha estranho ::: ah ::: você ::: ... (tá) (ta) / **tratando com mais ::: pompa ::: mais ::: educação** ::: que o / a / o certo ::: né ?! eu acho que é ... não sei ... então ::: é por isso eu acho** (Anexo 5.2.9; Anexo 8: Faixa 24)**

Como vemos, embora haja referência ao fato de o *tu* indicar intimidade, o leitor divagou muito para tentar compreender o significado da mudança do *você* para o *tu* e não demonstrou certeza sobre essa questão.

Também, 2 leitores (7%) do Grupo B não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*, motivo pelo qual essas ocorrências foram classificadas como AS.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 1ª Categoria do **excerto a**.

5.2.2.1.1.2. Resultados da 1ª Categoria do de Análise do excerto a: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.1) acima,, mais a confrontação desses dados com os resultados *dos protocolos de auto-observação* (Anexo: 5.2), referentes à 1ª Categoria de Análise do **excerto a**, conforme Anexo 5.3, (Grupo A) e Anexo 5.4 (Grupo B), em gráfico:

, conforme:

Gráfico 5.11: 1ª Categoria

Fonte: Anexos 5.3 e 5.4

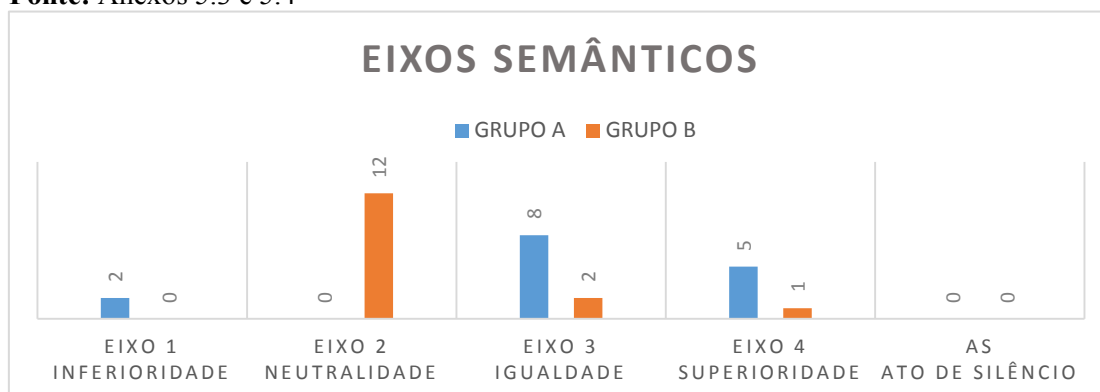


Gráfico 5.131: 1ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.1, 5.2.2, 3 e 5.2.9 e 5.2.104

Desse modo, como podemos observar no gráfico acima e nos formulários em anexo, de um ponto de vista geral e conforme o cálculo apresentado no capítulo anterior sobre as prioridades de classificação das Categorias de Análise, 100% dos leitores do Grupo A demonstraram, em pelo menos um dos *protocolos verbais*, que os usos das formas *tu* e *você* do **excerto a** podem possuir efeitos de formas de tratamento com diferentes graus de cortesia, distanciamento, ou proximidade, o que revela “oposição”. Inclusive, alguns desses leitores refletiram sobre o processo de mudança de tratamento de *você* para *tu de familiaridade*, como sendo uma transição do grau de distanciamento entre os interlocutores. Exemplo:

II-A12/a02-AR - L12: isso dá a ideia que a relação deles foi ... evoluindo ::: até ::: / se inicialmente era muito ... / muito formal ::: começaram um bocadinho mais informal ... até que já se tratavam por tu ... já ... / já trabalhavam um ::: um com o outro ::: / já faziam ::: várias tarefas em conjunto ::: e ::: (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa L14)

Acima, além de o leitor ter referido a passagem do uso do *você* para o *tu* de familiaridade, o leitor ainda referiu a passagem de um grau de formalidade para outro de informalidade. Ou seja, revelou efeitos de oposição entre essas duas formas. Lembramos

que essa inferência sobre formalidade é realizada “por defeito” (Duarte, 2016), pois o uso do *você*, conforme a norma do PE, é inconveniente.

Quanto aos leitores do Grupo B, verificamos que 80% deles dos leitores, 12 leitores, revelaram inferências sobre o excerto analisado, mas nada referiram explicitamente sobre a mudança do uso do *você* para *tu de familiaridade*, ou sobre os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento com diferentes graus de cortesia, ou com efeitos de “oposição”.

Inclusive, nessa percentagem, alguns leitores que referiram a proximidade entre as personagens, mas quando a pesquisadora pediu para explicarem melhor essa questão, não referiram os usos das formas *tu* e/ou *você* e sim outras questões genéricas ligadas ao tema. Exemplo:

II-B04/a02-AR - L14: eram próximos então ::: L14: não entendi essa parte aqui ::: P: Porque achou que era próximos? 14: porque um (tava) auxiliando o outro né ? talvez ::: assim ::: ... é ::: tinha que ser um pouco próximo dele assim (pra) .../ sei lá ... (procura :::) (servi :::) tanto ::: assim ... (auxilia) (Anexo 5.2.9; Anexo 8: Faixa 31)

Apenas 13% dos leitores do Grupo B referiram diferentes usos sobre as formas analisadas, com efeitos de formas de tratamento que emitem graus de cortesia, como vimos acima, embora estas estivessem mais voltadas para a variação diatópica no país, do que propriamente para a representação de um sistema de tratamentopronominal triádico. Ainda, 1 leitor (7%) inferiu que usar o *você* é “educado”, o que não confere com a norma culta do PE., como vimos.

Passamos, portanto, ao confronto entre dos dados dos dois Grupos, referente à 2ª Categoria de Análise do **excerto a**.

5.2.2.1.2. 2ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 2ª Categoria de Análise do **excerto a**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.1.2.1. Excerto a: resultados parciais do Pprotocolo de Aautorrevelação da 2ª Categoria (Anexo: 5.5)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Dâmaso começou a tratar Carlos por você (0)*), apresentamos a confrontação entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.12: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.5

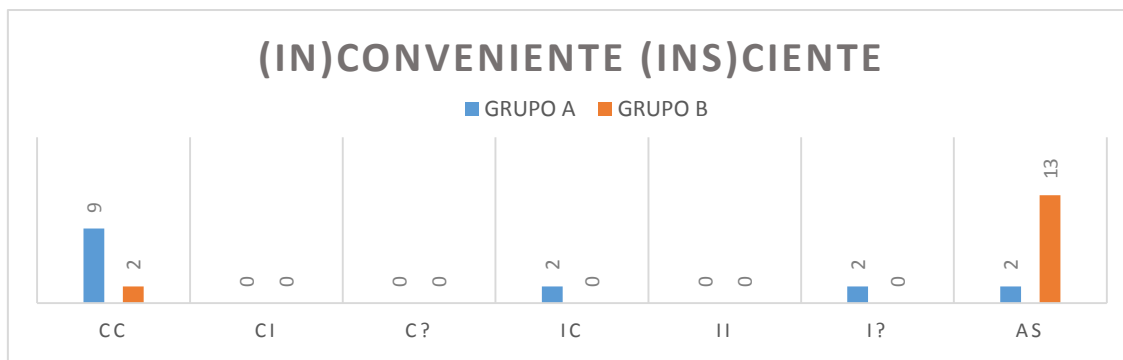


Gráfico 5.142: 2ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.1 e 5.2.95

Como podemos observar, do total das inferências sobre *conveniência* ou *inconveniência* no uso da forma *você*, de Dâmaso para Carlos, 13 leitores (60%) do Grupo A referiram que o *você* foi usado de modo *conveniente* e *ciente* (CC) e 4 leitores (26%) referiram que o *você* foi usado de modo *inconveniente*. Destes, 2 leitores (13%) referiram que o uso foi *ciente* e 2 leitores (13%) não referiram suas inferências sobre essa questão, sendo classificadas suas inferências como IC e I?, respectivamente.

Como exemplo de CC, apresentamos:

II-A11/a03-AR. L11: ... são ... relativamente próximos ... ((risos)) ... ahn ... P: Por quê? L11: porque eles se tratam por você ... que ... em português ... / em Portugal é uma forma formal ... ahn ... de tratamento ... / em português de Portugal ... ahn ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 13)

Ou seja, a leitora inferiu que o uso do *você* ocorreu conforme a norma portuguesa de modo *conveniente* e *ciente* porque convém usar o *você* quando há certo grau de formalidade na interação. É de referir que essa leitora, que inferiu contrariamente à norma do PE, é procedente de Bragança e estudante de Direito.

e que sua observação não vai ao encontro da norma culta do PE, mas que esse uso é realizado por defeito, no Norte de Portugal. [não sei como é em Bragança. O *você* de respeito usa-se aqui perto do Porto, mais para sul; é melhor ser mais cautelosa e pôr “talvez”].

Passamos à observação de um exemplo de inferência sobre uso de *inconveniência ciente* (IC), conforme:

II-A01/a03-AR. L1: isso já não é muito bom ((risos)) ... “ depois ... nesta semana ... ” P: Porque, pode falar porque não é muito bom? L1: ((risos)) porque normalmente os amigos tratam-se por tu e ... ele começou a tratá-lo por você ... por isso deveria estar chateado ((risos)) P: Quem trataria por você? L1: assim ... uma pessoa que não fosse muito amiga ... ou uma pessoa (q ...) que eu tivesse que respeitar muito ... ahn ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa L1)

Assim, como vemos, por outro lado, a leitora inferiu que o uso da forma *você* foi *inconveniente* e usada de modo *ciente*, por desejo de demonstrar desconforto. É de referir que essa leitora, que inferiu conforme a norma do PE, é moradora de Coimbra e estudante de medicina.

Ainda, 2 leitores do Grupo A (13%) não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*, sendo classificadas essas ocorrências como atos de silêncio, AS.

No que toca ao Grupo B, conforme podemos observar no gráfico acima, 2 leitores (13%) inferiram que o uso da forma *você*, de Dâmaso para Carlos, foi *conveniente* e *ciente*, motivo pelo qual essas inferências foram classificadas como CC. Exemplo:

II-B10/a03-AR. L10: acho que por educação ::: P: Como assim, por educação? L10: por educação ::: porque não se conheciam muito ::: e daí ::: como ... / como Dâmaso tinha ... como Dâmaso tinha chegado ::: depois ::: que Carlos ::: ... Carlos já (tava) lá ::: ... daí ::: / como se a casa fosse / o lugar que estes (tavam) era do ::: / do Carlos ::: P: Como assim, porque por educação a forma como ele começou a tratar? L10: porque / você / porque eu acho que eles não tinham muita intimidade ::: P: Como assim você? L10: por causa ::: / por (se :::) um ::: / (por se :::) um pronome de tratamento e coisa ::: P: Mas o que tem o uso do você? L10: um ::: um ::: não sei (explica) mais ::: (pra) mim ::: o jeito que eu sei (passa :::) seria assim ::: ((risos)) P: Está bem. (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 27)

Portanto, o leitor inferiu que tal uso do *você* foi *conveniente* por ser um modo educado de tratar, o que não confere, mais uma vez, com a norma culta do PE. É de referir que esse leitor é de Cachoeira do Sul (RS) e estudante de Engenharia Civil. Em conversa com o leitor, ele não soube dizer o porquê de pensar assim.

Quanto aos demais leitores, 13 (87%), esses não revelaram inferências sobre essa questão, sendo que tais ocorrências foram classificadas como AS, ato de silêncio do leitor.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: *Tanta dedicação merecia um tu de familiaridade (0). Carlos deu-lho (0)*), apresentamos o confronto entre os dados do Grupo A e do Grupo B, conforme:

Gráfico 5.13: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.5

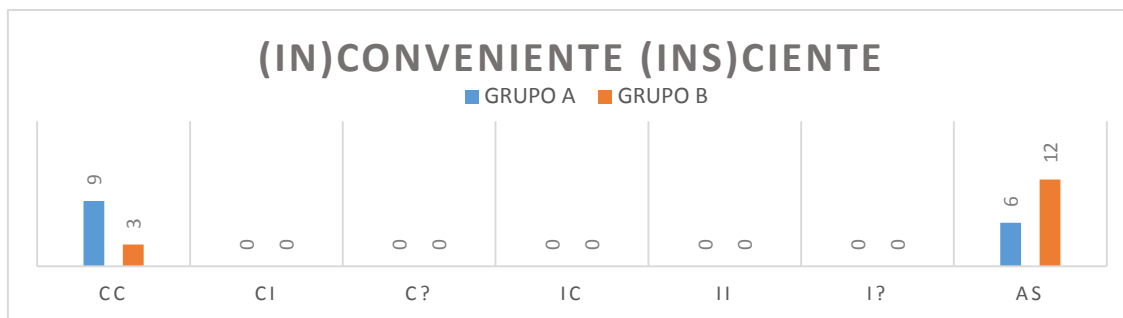


Gráfico 5.153: 2ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.1 e 5.2.95

Como podemos observar, do total das inferências sobre a *conveniência* ou a *inconveniência* no uso do *tu de familiaridade* (de Carlos para Dâmaso), 9 leitores (60%) do Grupo A inferiram que esse uso foi *conveniente* e *ciente*. E os restantes 6 leitores (40%) não revelaram inferências sobre esses aspectos. Exemplos:

II-A04/a06-AR. L4: ok ... a partir deste momento ... / por causa dos ::: / dos favores que trocavam ::: ... deveriam ::: passar-se a (chama :::) / ... tratar por tu ... / mais íntimos ... portanto ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 8)

Como pudemos observar, a leitora entendeu que foi conveniente que as personagens, depois de tanto convívio, passassem a tratar-se por *tu*. É de referir que essa leitora também é procedente de Coimbra e estudante de medicina.

No que toca ao Grupo B, 20% dos leitores inferiram que o uso do *tu de familiaridade* foi *conveniente* e *ciente*. Um exemplo a destacar é o que segue:

II-B10/a06-AR. L10: que ::: por ::: II-B10/a07-AR. L10: pelo final ali ::: eu acho ::: que ::: o (fu :::) / não sei ::: ... que (voc) / que ... Dâmaso ... é / que o Dâmaso ::: tratava ::: os familiares ::: dele ::: por tu ::: por ::: sei lá ::: por ser mais próximo ::: assim ::: ... e ::: / daí ::: como ele não tinha tanta proximidade com Carlos ::: ele falava você ::: mas ::: que ele (tava) tão dedicado o que ele (tava) fazendo que nem parecia que era uma pessoa que não tinha tanta afinidade ::: acho que é isso ::: P: E o que é tu de familiaridade ? L10: não sei (explica :::) ... (pra) mim ::: ... seria ::: algo ::: mais ::: próximo ::: assim ::: intimidade ... maior ... P: Aqui falam isso ? L10: sim ::: P: Tu de familiaridade já tinha ouvido falar ? L10: tu de familiaridade não ::: só tu ::: P: E você usam aqui ? L10: uhn ::: ... / muito difícil ::: / (bã) acho ::: / (usa :::) você ::: / (bã) tanto que quando ::: ... às (vez :::) têm umas colegas assim que vêm ::: e falam você ::: eu acho muito engraçado ::: ((risos)) (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 27)

Assim, a leitora acima, procedente de Cachoeira do Sul (RS) e estudante de Administração, tentou compreender o uso do *tu de familiaridade* no excerto, mas teve dificuldade para isso, pois porque em sua região não se usa essa expressão, nem mesmo o *você*. O único contato que refere ter com o *você* é quando encontracontata com pessoas de outros Estados, como as que passam a estudar no RS. De qualquer forma, ela infere

distanciamento em seu uso (mesmo que diatópico), diferente do que ocorre com o *tu*, motivo pelo qual sua inferência foi classificada como CC.

Os demais 80% dos leitores do Grupo B não revelaram inferências sobre essa questão, sendo classificadas essas ocorrências como AS, ato de silêncio do leitor.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 2ª Categoria do **excerto a**.

5.2.2.1.2.2. Resultados da 2ª Categoria de Análise do excerto a: : *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.1) acima, mais a confrontação desses dados com os dos *protocolos de auto-observação* (Anexo: 5.6,) referentes à 2ª Categoria de Análise do **excerto a**, conforme Anexo 5.7 (Grupo A) e Anexo: 5.8 (Grupo B), em gráfico:

Gráfico 5.14: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.7 e 5.8

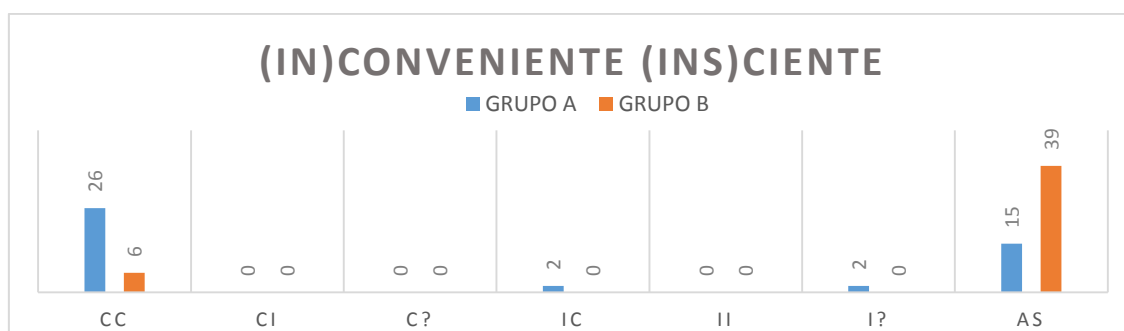


Gráfico 5.164: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.1, 5.2.2, 5.2.9 e 5.2.107 e 5.8

Portanto, como podemos observar, tanto no gráfico acima como nos formulários em anexo, do total de possibilidades de inferências sobre a *conveniência* ou a *inconveniência* no uso das formas *tu* e/ou *você* com efeitos de formas de tratamento com diferentes graus de cortesia e “oposição”, pelos Grupos A e B (45 possibilidades), temos: 57% das ocorrência (26) do Grupo A demonstraram que as formas *tu* e/ou *você* foram usadas de modo forma *conveniente e ciente*; 9% (4) demonstraram que uma ou outra dessas formas foram usadas de modo forma *inconveniente*, sendo que a metade lesde modo *ciente* e a outra metade não revelou essa questão. Ainda, no Grupo A, houve 15

(33%) de atos de silêncio (AS), em que os leitores passaram pelo *protocolo de pausa* sem revelar suas inferências. Isso pode estar ligado ao fato de os leitores não desejarem repetir inferências anteriores.

No que toca ao Grupo B, como podemos observar no gráfico acima, apenas 6 ocorrências (11%) desse grupo referiram os usos das formas *tu* e/ou *você* como *convenientes* e *cientes*, sendo que em alguns casos essa os leitores referiram que essa *conveniência* estava ligada à variação diatópica. As restantes 39 ocorrências (87%) não referiram esses aspectos.

Desse modo, concluímos que o Grupo A reflete mais sobre a *conveniência/inconveniência* nos usos linguísticos que pratica, do ponto de vista das formas de tratamento “opostas”/distintas, do que os leitores do Grupo B.

Passamos, portanto, ao confronto entre os dados dos dois Grupos, referente à 3ª Categoria de Análise do **excerto a**.

5.2.2.1.3. 3ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 3ª Categoria de Análise do **excerto a**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.1.3.1. Excerto a: resultados parciais do *Pprotocolo de Autorrevelação* da 3ª Categoria (Anexo: 5.9)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (1ª Situação: *Dâmaso começou a tratar Carlos por você (0)*), apresentamos a confrontação entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.15: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.9

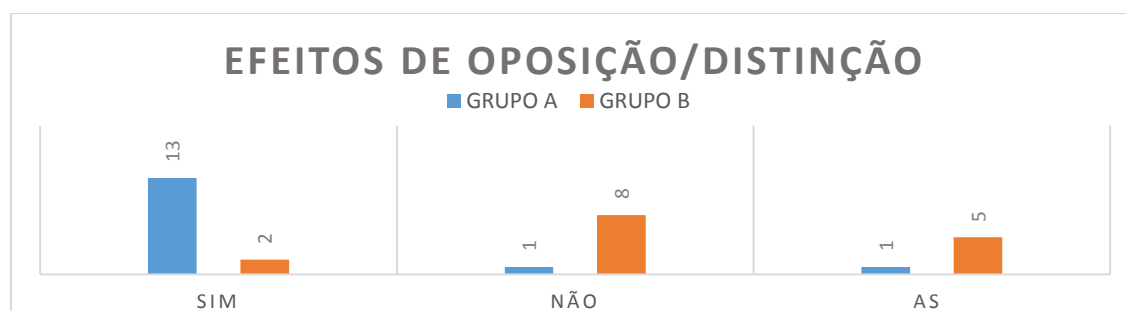


Gráfico 5.175: 3ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.1 e 5.2.99

Como podemos observar no gráfico acima, enquanto 13 leitores (87%) do Grupo A perceberam o uso da forma *você*, de Dâmaso para Carlos, com efeitos de formas de tratamento “opostas”/distintas, com certo grau de cortesia e maior ou menor distanciamento entre os interlocutores (eExemplo: II-A04/a03-AR. L4: *ou seja ::: você ::: portanto ::: ::: outra vez distância ... eu não percebo ... ahn :::*) (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixas 5), apenas 1 leitor (7%) desse grupo não referiu essa questão. E também 1 leitor (7%) não revelou inferências nesse *protocolo de pausa*, sendo classificada essa ocorrência como AS. Segue outra inferência interessante de ser observada:

II-A09/a08-AO. L9: ahn ... eu diria que basicamente Dâmaso tratava o Carlos por você ... por ::: por respeito ::: ... mas que ::: P: Por você é respeitoso? L9: é ! você é ... é ::: na minha opinião ... é ! ahn ... sempre tratei os meus pais e os meus avós por você ::: porque fui educada numa religião católica ::: ... e ::: digamos que ... a nível de hierarquia ... os mais velhos têm que ser o-bri-ga-to-ria-men-te tratados por ::: / por você ... pronto ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 11)

Como vimos, a leitora, procedente de Coimbra e estudante de Hotelaria em Lisboa, inferiu incisivamente que o uso da forma *você* é indicadora de respeito e que isso tem relação com a sua educação católica, ou seja, tradicional. Desta forma, por defeito ou não, o importante aqui é verificarmos que a leitora percebeu a falta de neutralidade dessa referência. Entretanto, devemos considerar que alguns falantes podem inquirido consideram *tratar por você* como o mesmo que é tratar na 3ª pessoa sem utilizar o *você*, mas sim sujeito nulo. Contudo, como no caso em questão a forma *você* ocorreu explicitamente no excerto, provavelmente, a leitora referiu-se ao *você* explícito..

Quanto ao Grupo B, 2 leitores (13%) referiram o uso do *você* com efeitos de forma de tratamento de maior intimidade e respeito, conforme:

II-B4/a03-AR. L4: eu acredito que ::: ahn ::: o você é um ::: / é um ::: / eu não trato os meus amigos por você / então não sei se como (proximi :::) / ele ::: quis (tenta) (se) próximo do Carlos e (trata :::) ele ::: como ::: um ::: / com mais um termo de amizade ::: / pode (se :::) que ele use você como ::: (prá) amigos ::: e :::e (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 21)

Como observarmos, nesse caso, o leitor percebeu haver alguma intenção no uso da forma de tratamento *você* e que esse uso revelou grau de formalidadeproximidade entre as personagens do excerto. , ~~o que é contrário à norma, no PE.~~ [no caso de duas pessoas do mesmo nível social, o *você* revela proximidade, mas formalidade]. Porque dizemos assim: tratar por *você*. No entanto, isso não significa usar a *foram você*].

Entretanto, 8 leitores do Grupo B (53%) não inferiram o *você* como forma de tratamento diferenciada. E ainda, 5 leitores (33%) não pararam no *protocolo de pausa* para revelar inferências.

Referente ao 2º protocolo de pausa analisado (2ª Situação: Tanta dedicação merecia um tu de familiaridade (0)). Carlos deu-lho (0)), apresentamos a confrontação entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.16: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.9

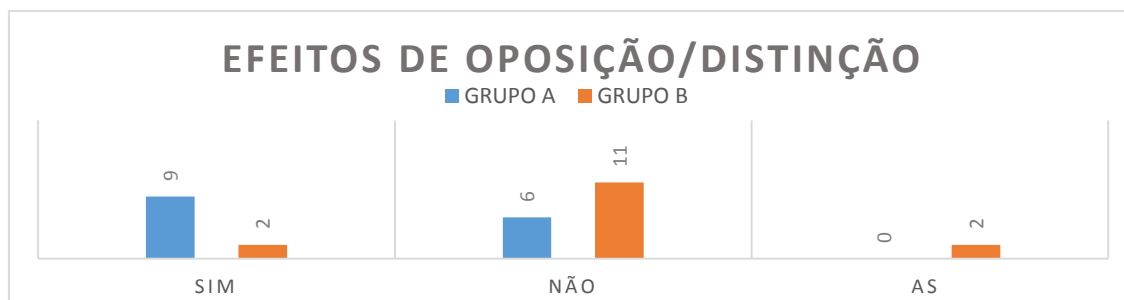


Gráfico 5.186: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.1 e 5.2.9: 5.9

Como podemos observar no gráfico acima sobre as inferências do Grupo A, 9 leitores (60%) indicaram o uso do *tu de familiaridade* com efeito de forma de tratamento diferenciada do *você*, conforme:

II-A04/a06-AR. L4: *ok ... a partir deste momento ... / por causa dos ::: / dos favores que trocavam ::: ... deveriam ::: passar-se a (chama :::) / ... tratar por tu ... / mais íntimos ... portanto ...* (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 5)

O leitor inferiu que o *tu* possui um tratamento diferenciado em relação ao *você*, no PE, ou seja, o efeito do *tu* não é *neutral* no que toca ao efeito de oposição em relação à intimidade e cortesia, mas revela grau/valor de intimidade.

Entretanto, 6 leitores desse grupo (40%) não referiram inferências sobre o uso do *tu*. Desta forma, observamos que todos revelaram inferências no *protocolo de pausa*.

Quanto ao Grupo B, apenas 2 leitores (13%) referiram o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento diferenciada do *você*. Exemplo:

II-B15/a06-AR. L15: *AS. II-B15/a07-AR. L15: nessa aqui ::: ... eu ::: mais ou menos ... entendi que ::: / embora e / o / o Dâmaso né ? querendo (ajuda :::) ali ::: eles não / não tiveram tanta intimidade ::: entre eles ::: / né ? / como ali ::: o / a ressalta aqui ::: / o Dâmaso (começo :::) a (trata :::) né ::: o Carlos por você ::: ... então não deu tanta ::: intimidade ::: entre eles ... é ... eu acho que mais ou menos foi isso que eu entendi ::: P: Por que tratar por você não dá intimidade? L15: sei lá (par) / ahn ::: / ahn ::: ... porque / até ::: entre duas pessoas assim ::: / quando até ::: / no Sul / aqui né ::: ?! nós ... por (usa :::) o tu ::: (se :::) mais próximo um ao outro né ?! (Anexo 5.2.9; Anexo 8: Faixa 32)*

Como observamos, a leitora demorou algum tempo até conseguir compreender o excerto. Inclusive, retomou o texto e retoma a leitura total do excerto, até conseguir chegar à compreensão ampla do excerto. Podemos considerar essa inferência, inclusive, como referente ao *protocolo de auto-observação*, por ser realizada de forma retrospectiva. Assim, a leitora concluiu que o *você* não é uma forma de tratamento que expressa muita intimidade, diferente do *tu*, que é usado para manifestar maior grau de proximidade. Por isso, sua inferência foi classificada como S(sim).

Entretanto, 11 leitores desse grupo (73%) pareceram não ter inferido dessta forma, pois pararam no *protocolo de pausa* e falaram sobre suas inferências, mas não referiram essa questão. Além disso, 2 leitores (13%)t não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*.

Deste modo, segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 3ª Categoria do **excerto a**.

5.2.2.1.3.2. Resultados da 3ª Categoria de Análise do excerto a: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.9) acima, mais a confrontação desses dados com os dos resultados *dos protocolos de auto-observação* (Anexo: 5.10),, referentes à 3ª Categoria de Análise do **excerto a**, conforme Anexo 5.11 (Grupo A) e Anexo 5.12 (Grupo B), em gráfico:, conforme:

Gráfico 5.17: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.11 e 5.12

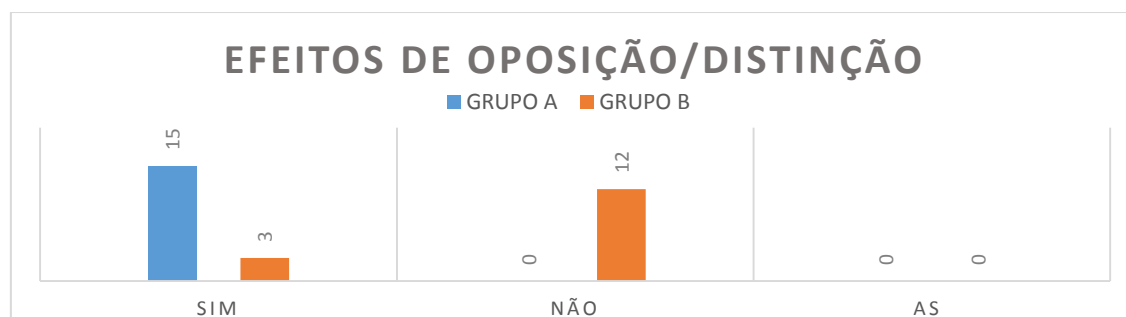


Gráfico 5.197: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.1, 5.2.2, 5.2.9 e 5.2.1011 e 5.12

O gráfico acima mostra que, em um ou em outro *protocolo de pausa* analisado, todos os leitores dos Grupos A e B revelaram inferências sobre eles. Entretanto, enquanto os 15 leitores do Grupo A (100%) indicaram as formas *tu* e/ou *você* com efeitos de formas de tratamento “opostas” ou com diferentes graus de cortesia e/ou distanciamento, formalidade/informalidade, . E apenas 3 leitores do Grupo B (20%) revelaram esse tipo de inferência. Inclusive, alguns dos leitores destes grupos referiram a variação diatópica sobre esses usos, por serem diferenciados em diversas regiões do Brasil. Houve ainda um leitor que referiu que o *você* foi usado como forma de tratamento mais educada do que o *tu*, ao indicar respeito. Os demais 12 leitores (80%) do Grupo B não revelaram inferências sobre esses aspectos, embora tenham parado nos *protocolos de pausa* e revelado inferências genéricas sobre o relacionamento entre as personagens.

Passamos, portanto, ao confronto entre os dados dos dois Grupos (A e B), referente à 4ª e última Categoria de Análise do **excerto a**.

5.2.2.1.4. 4ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 4ª Categoria de Análise do **excerto a**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.1.4.1. Excerto a: resultados parciais do Pprotocolo de autorrevelação da 4ª Categoria (Anexo: 5.13)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Dâmaso começou a tratar Carlos por você (0)*), apresentamos a confrontação entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.18: 4ª Categoria

Fonte: Anexos: 5.13

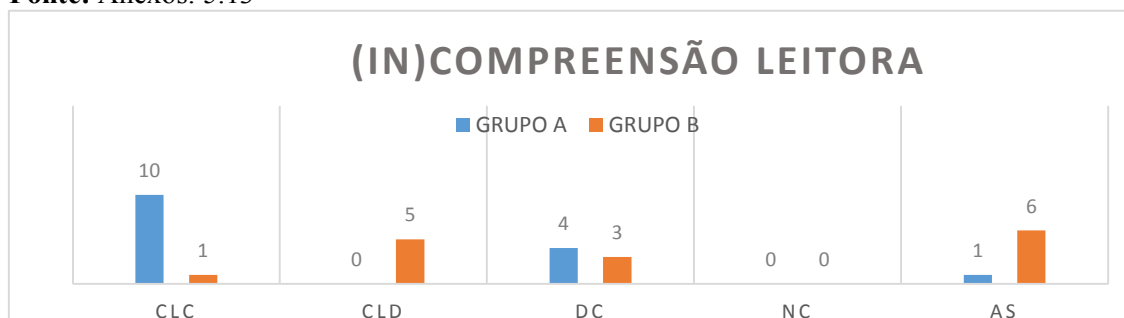


Gráfico 5.2018: 4ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.1 e 5.2.913

Como podemos observar, 10 leitores do Grupo A (67%) referiram expressamente o uso do *você* e *compreenderam* o seu uso de modo *convergente* com a cultura do PE. Entretanto, 4 leitores do Grupo A (27%) referiram possuir *dificuldade de compreensão* sobre o uso do *você* nesse excerto, por não perceberem ainda com que objetivo ele foi usado por Dâmaso, precisando ler um pouco mais o excerto para compreendê-lo., conforme:

Ainda sobre esse grupo (A), apenas 1 leitor desse Grupo (7%) não revelou suas inferências nesses protocolo, motivo pelo qual classificamos essa ocorrência como AS.

Quanto ao Grupo B, apenas 1 leitor referiu o uso do *você* como forma de respeito, mesmo que isso seja contrário à norma do PE. Houve 5 (33%) leitores que pararam no *protocolo de pausa* e revelaram inferências, mas nada referiram sobre o uso do *você*. Também Ainda, 3 leitores (20%) referiram *dificuldade de compreensão* do excerto, por não saberem explicar com certeza o que ele significava referir. E 6 leitores (40%) passaram pelo *protocolo de pausa* sem referirem inferências.

Seguem exemplos de algumas das inferências desse Grupo:

II-B4/a03-AR. L4: *eu acredito que ::: ahn ::: o você é um ::: / é um ::: / eu não trato os meus amigos por você / então não sei se como (proximi :::) / ele ::: quis (tenta) (se) próximo do Carlos e (trata :::) ele ::: como ::: um ::: / com mais um termo de amizade ::: / pode (se :::) que ele use você como ::: (prá) amigos ::: e ::: (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 21)*

II-B13/a03-AR. L13: *é ... ou não ... ou talvez estivessem ainda se conhecendo ::: II-B13/a04 L13: **poxa / bem confuso** ::: (...) mas porém ::: **há ainda um certo** ::: / **digamos que** ::: **respeito** ::: uma ::: ... é ::: () a se (trata :::) **com** ::: **respeito** ::: é ::: uma cordialidade entre eles ::: **talvez** ... (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 30)*

Como vemos, houve uma leitora que referiu que o uso do *você* talvez indicasse maior respeito. Entretanto, o que pudemos verificar nas observações de Duarte (2016)¹⁰³

¹⁰³ Em orientação explícita.

é que não é assim conforme a norma do PE. Ou seja, [o *você* sem o pronome explícito, só com 3ª pessoa e sujeito nulo é que indica a máxima deferência].

Referente ao 2º protocolo de pausa analisado (2ª Situação: *Tanta dedicação merecia um tu de familiaridade (0). Carlos deu-lho (0)*), apresentamos a confrontação entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.19: 4ª Categoria

Fonte: Anexos: 5.13

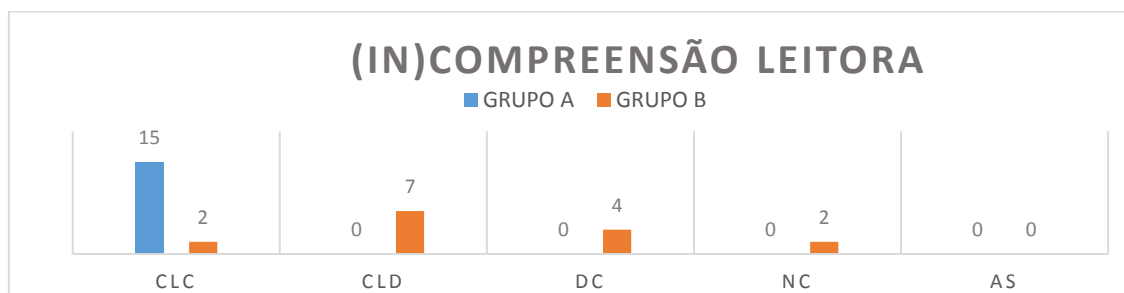


Gráfico 5.2119: 4ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.1 e 5.2.913

Como vimos no gráfico acima, os 15 leitores do Grupo A (100%) inferiram o uso do *tu de familiaridade* de modo convergente com a cultura do excerto (PE), indicando proximidade. Exemplo:

II-A04/a06-AR. L4: ok ... a partir deste momento ... / por causa dos ::: / dos favores que trocavam ::: ... deveriam ::: passar-se a (chama :::) / ... tratar por tu ... / mais íntimos ... portanto ... II-A04/a07. L4: ou seja ::: ahn ::: tornaram-se mesmo mais íntimos com esta situação ... (Anexo 5.2.1; Anexo 7: Faixa 5)

Entendemos que a leitora acima *compreendeu* o excerto de modo convergente com a cultura do PE, visto que percebeu a passagem do uso do *você* para o *tu de familiaridade* como referente à aproximação entre as personagens Carlos e Dâmaso.

Quanto ao Grupo B, 2 leitores (há maior distribuição na classificação dessa categoria, pois 13%) demonstraram compreender o uso do *vocêtu* com efeito de tratamento diferenciado do *você*, ou seja, com efeito de que imprime distância maior proximidade na relação, conforme:

II-B15/a06-AR. L15: AS. II-B15/a07-AR. L15: nessa aqui ::: ... eu ::: mais ou menos ... entendi que ::: / embora e / o / o Dâmaso né ? querendo (ajuda :::) ali ::: eles não / não tiveram tanta intimidade ::: entre eles ::: / né ? / como ali ::: o / a ressalta aqui ::: / o Dâmaso (começo :::) a (trata :::) né ::: o Carlos por você ::: ... então não deu tanta

... intimidade ... entre eles ... é ... eu acho que mais ou menos foi isso que eu entendi ...
(Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 32)

Como podemos observar por meio do número de pausas apresentadas, e Embora o leitor tenha para muito tempo para refletir antes de chegar a uma conclusão, percebemos que ele conseguiu compreender o excerto e que extraiu dele a ideia de maior proximidade no uso do tratamento por *tu*, diferente do uso do *você*, que para ele expressa maior distanciamento.

Entretanto, ainda, 7 leitores desse grupo (47%) apresentaram *compreensão divergente* da cultura do excerto em questão (PE), por não revelarem inferências sobre o uso do *tu de familiaridade*, embora tenham realizado inferências genéricas sobre o excerto, conforme:

II-B01/a06-AR. L1: AS. II-B01/a07-AR. L1: é ... acho que (sã ...) / (são ...) / um escrevia (prô) outro né ?! ... um (ajuda ...) o outro ... acho que ... ahn ... começaram uma relação de amizade ... né ?! e ... fizeram trocas né ?! um (d) / um deu roupas ... e o outro começou a (escreve ...) né ?! ... “ um caixote de roupas para Carlos ... “ ... “ Dâmaso ... tendo (aparec ...) / aparecido ... no momento em que Carlos copiava um artigo para a gazeta () ... ofereceu sua boa letra ” ... é ... houve uma troca entre eles ... né ?! ... tipo ... uma amizade ... eu entendi assim ... P: E tem alguma outra questão que demonstre amizade? L1: é ... :: uhn ... / aqui quando / acho que / aqui “ aplicado ” ... “ uma letra prodigiosa ... de uma (bel ...) “ (tá) “ e daí por diante passava horas na banca de Carlos ... aplicado e vermelho ... com a ponta da língua de fora ... e o olho redondo ... copiando apontamentos ... ” né ?! ... “ materiais para o livro ” ... (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 18)

Como vimos, embora a leitora tenha feito esforço para inferir sobre a relação entre as personagens, não referiu o uso do *tu de familiaridade* e nem mesmo a passagem do uso de *você* para esse tipo de tratamento *tu*.

Também, 4 leitores (27%) desse grupo revelaram *dificuldade de compreensão* do excerto (eExemplo: *II-B08/a07-AR. L8: acho que é isso ... ai que difícil ... ããããhnnn ... se eu soubesse que era assim não teria vindo ... que vergonha (risos)*) (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 25) e 2 deles (13%) revelaram *não compreendê-lo* (*II-B09/a07-AR. não entendi ... bae ... coitada de ti (pra) depois (traduzi ...) tudo isso*) (Anexo 5.2.9; Anexo 7: Faixa 26).

Desse modo, segue o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 4ª Categoria do **excerto a**.

5.2.2.1.4.2. Resultados da 4ª Categoria de Análise do eExcerto a: protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.13), mais a confrontação entre esses dados e os dos resultados *dos protocolos de auto-observação* (Anexo: 5.14), referentes à 4ª Categoria de Análise do **excerto a**, conforme Anexo 5.15 (Grupo A) e Anexo 5.16 (Grupo B), em gráfico:

Gráfico 5.20: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.15 e 5.16

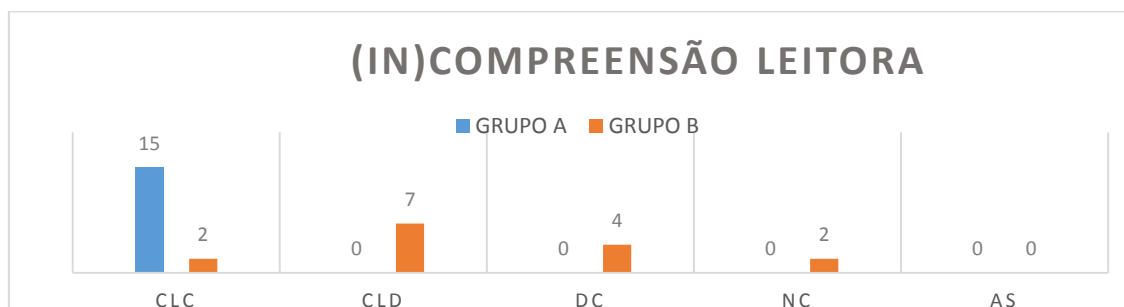


Gráfico 5.220: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.1, 5.2.2, 5.2.9 e 5.2.1015 e 5.16

Como podemos observar acima, no **excerto a** do PE, a partir do confronto dentre todos os protocolos analisados, 100% dos leitores do Grupo A (15) demonstraram compreender os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento de “oposição”, em um ou em outro protocolo. Contudo, os leitores do Grupo B transitaram entre: a *compreensão leitora convergente* (2 leitores: 13%), *compreensão leitora divergente* (7 leitores: 47%), *difficuldade de compreensão* (4 leitores: 27%) e *não compreensão* (2 leitores: 13%). Ou seja, apenas 2 leitores (13%)% do Grupo B referiram os diferentes usos das formas *tu* e *você* e somente 1 deles revelou explicitamente os efeitos de tratamento que emitem diferentes graus de distanciamento e “oposição” nos usos dessas formas. O outro leitor dessa classificação divagou tentando inferir sobre esses usos, mas não revelou certeza e acabou referindo a variação diatópica, no Brasil. Mesmo assim, mantivemos esse leitor nessa classificação, por não termos a 100% de certeza de que sua referência não pretendeu referir também efeitos de diferentes graus de oposição nos usos das formas *tu* e *você*, visto que referiu perceber certa diferença entre elas.

Sendo assim, a partir dessa verificação, concluímos que os leitores portugueses compreenderam de modo mais preciso o excerto do PE, no que toca à sutil aproximação entre as personagens Carlos e Dâmaso (relatada no decorrer do excerto), do que os leitores

do Grupo B. Isso porque, estes não inferiram (, ou possuíram dificuldade para compreender) a importância dos usos das formas *tu* e *você* na identificação d sobre o movimento de aproximação ocorrido entre as personagens, revelado pela passagem do uso da forma *você* para a forma *tu*..

Encerramos assim o tratamento dos dados do **excerto a** e passamos ao tratamento dos dados do **excerto b**.

5.2.2.2. Excerto b

No **excerto b**, buscamos perceber se as inferências realizadas pelos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens do excerto foram percebidas por eles com efeitos de formas de tratamento opostas/distintas. Como esse excerto, tal como o anterior, é da literatura portuguesa *Os Maias*, de Eça de Queirós, e escrito em português europeu (PE), o qual possui grande complexidade de usos para nos usos da forma *você* (principalmente, como vimos na parte teórica deste trabalho), esperávamos que as inferências dos leitores fossem no sentido de verificarem talessa complexidade. Esperávamos ainda que os leitores destacassem no uso da forma *você*, de Afonso para Vilaça, e no uso da forma *tu*, de Carlos para Vilaça, diferentes efeitos de tratamento. Portanto, dos 13 *protocolos de pausa* inseridos no **excerto b**, analisamos apenas três, em 2 situações distintas, conforme:

1ª Situação: Afonso: *E como você está rijo, Vilaça!*(0)

2ª Situação: Carlos: - *Tu és (0) o Vilaça! (0)*

Ou seja, da mesma forma que ocorreu no excerto anterior, esses dois últimos *protocolos de pausa* constituíram em uma única análise, visto que os leitores, geralmente, inferiram sobre eles ao mesmo tempo.

Assim, os leitores que parassem nos *protocolos de pausa* e destacassem os diferentes usos das formas *tu* e/ou *você* pelo locutor, ao referir-se ao interlocutor, teriam suas inferências classificadas como estando de acordo com esses usos na cultura portuguesa, ou seja, com efeitos de formas de tratamento “opostas”. Por outro lado, os leitores que parassem nos *protocolos de pausa*, mas não revelassem inferências sobre essas questões, embora revelassem outras questões genéricas ligadas ao relacionamento entre as personagens, teriam suas inferências classificadas como não estando de acordo com a cultura do excerto, do PE.

Sendo assim, passamos à apresentação do confronto entre os dados dos Grupos A e B sobre os usos das formas *tu* e *você*, no **excerto b**, conforme as 4 Categorias de Análise

(1ª, 2ª, 3ª e 4ª), por meio dos dados levantados nos *protocolos de autorrevelação* e de *auto-observação*, respectivamente.

Cabe destacar que as 2 situações analisadas no **excerto b**, se multiplicadas pelo número de leitores (30) que as leram e pelo número de categorias (4) nas quais as inferências dos leitores poderiam ser categorizadas, no *protocolo de autorrevelação*, temos 240 análises possíveis de serem realizadas nesse excerto. Entretanto, se consideramos ainda as análise que realizamos sobre as inferências dos leitores nos *protocolos de auto-observação*, em que cada leitor tem mais uma possível inferência a ser categorizadas nas 4 Categorias de Análise, chegamos 120 com as 240 anteriores e chegamos a um total de 360 possibilidades de análise de inferências, somente no **excerto b**.

5.2.2.2.1. 1ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 1ª Categoria de Análise do **excerto b**, dos Grupos A e B, conforme segue, conforme segue.

5.2.2.2.1.1. Protocolo de Autorrevelação

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (1ª Situação: Afonso: *E como você está rijo, Vilaça!(0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.21: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.17



Gráfico 5.231: 1ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.3 e 5.2.1117

Como podemos observar no gráfico acima, referente aos 15 leitores do Grupo A, as inferências de 11 deles (73%) foram classificadas no eixo 2, pois não referiram o uso do *você* do Afonso para o Vilaça, nesse protocolo. É de lembrar que, mesmo que entendamos que o leitor inferiu sobre o *você*, se ele não revelou isso explicitamente, classificamos essa ocorrência no eixo 2, como no exemplo que segue:

II-A03/b07-AR.L3: ahn ::: a ::: aqui acho que é um ::: ... / um ::: ... uso de uma ::: de uma expressão ::: assim ... mais ::: ... / eu não diria (col :::) / coloquial ... mas ::: até ... / até que pode ser ... ahn ... e tratou o amigo assim ::: de uma maneira ::: ... mais ::: / mais ::: /mais próxima ... não sei ... ahn ::: ... faz um comentário que ... se calhar ... não faríamos assim a uma pessoa qualquer ... comenta ::: como ele esta e ::: e faz muito bem ... ahn ::: (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 4)

Embora tenhamos percebido que o leitor referia-se ao *você*, como ele não citou essa forma explicitamente, sua inferência foi classificada no eixo 2.

Ainda, 2 leitores (13%) do Grupo A inferiram que o tratamento por *você* foi usado para dar uma ideia de familiaridade, proximidade, entre as personagens, o que inseriu esse tipo de inferência no eixo 3. Como exemplo, temos: *II-A02/b07-AR. L2: portanto ... aqui temos esta ::: / esta familiaridade no você ... ao contrário do outro excerto ... pronto ... temos o tu e o você ... aqui ... apesar da relação destes ... aqui ... ser muito mais próxima ... (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 2)*. E 1 leitor desse grupo (7%) inferiu que o uso do *você* de Afonso para Vilaça expressou distanciamento não apenas pessoal, o que levou essa inferência ao eixo 4, conforme:

II-A11/b07-AR. L11: ahn::: vemos que ::: ahn ::: apesar de serem próximos ... que ::: ainda há uma certa ::: distância ::: uma ::: relação que pode ::: ahn ::: não ser apenas pessoal ::: P: Por que? L11: ahn ::: P: O que mostra isso? L11: a maneira como o Afonso o trata ::: ahn ::: utilizando você ::: em vez de tu ::: ahn ::: (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 9)

Por outro lado, 11 leitores do Grupo B (73%) revelaram inferências genéricas sobre esse *protocolo de pausa* (exemplo: *II-B05/b07-AR. L5: não ::: tem ::: muito ::: ... no caso que ele está bem né ?! ahn :::*) (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 22), ou então não explicitas sobre o uso do *você*, sendo classificadas essas inferências no eixo 2. E 4 leitores (27%) desse grupo não revelaram inferências, pois nem sequer pararam nesse protocolo.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: Carlos: - *Tu és (0) o Vilaça! (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, da 1ª Categoria de análise:

Gráfico 5.22: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.17

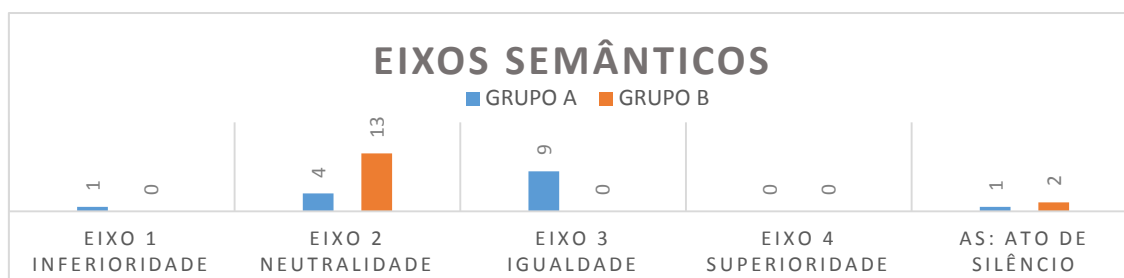


Gráfico 5.242: 1ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.3 e 5.2.1117

Como podemos observar no gráfico acima, há inferências dos leitores do Grupo A relativas aos eixos 1, 2 e 3, sendo apenas 1 (7%) no eixo 1, por haver compreensão de que Carlos usou de superioridade ao tratar o Vilaça por *tu*. Como exemplo, apresentamos:

*II-A06/b17-AR. L6: ahn ::: Carlos percebe ... ahn ::: que ::: em relação ao ::: / percebe a posição de ::: / de ::: alguma forma ::: intui a relação entre o Vilaça e o avô ... percebendo que ::: **ele está do lado daqueles que podem tratá-lo por tu** ou ::: / ou ... / ou tratá-lo ::: de alguma forma ::: / **como um serviçal** ::: ou como ::: / **como alguém de outra** ::: classe ... de ::: / de outra ::: / ahn ::: e ... portanto ... ele tem (es :::) / esse ::: / de alguma forma ::: -- e ... apesar de ser muito mais novo ... -- essa posição de superioridade ... (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 8)*

Entretanto, 4 inferências dos leitores do Grupo A (27%) foram classificadas no eixo 2, por serem genéricas e não referirem o uso do *tu* explicitamente. Ainda tivemos 9 inferências (60%) desse grupo (A) classificadas no eixo 3. Ou seja, o uso do *tu*, de Carlos para Vilaça foi visto pela maioria dos leitores desse grupo como uma forma de expressar tratamento de familiaridade, conforme:

II-A08/b17-AR. L8: pois aqui acho que ... pronto ... como ele se sentiu ... / um à vontade com o senhor ... com ele ::: com o Vilaça ::: / como ele sentiu com ele ::: ... acho que a relação foi recíproca ::: e::: deram-se logo ... os dois ... bem ... digamos assim ... e ele teve logo confiança (prá ...) / (prá) o tratar ::: por tu ... (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 10)

Também, 1 leitor (7%) do Grupo A não revelou inferências sobre o *protocolo de pausa*. Por outro lado, 13 leitores (87%) do Grupo B param no *protocolo de pausa* e revelaram inferências genéricas, mas não referiram o uso do *tu*, de Carlos para Vilaça. Exemplo:

II-B06/b17-AR. L6: olha eu entendi que o ::: / o ::: Carlos não ::: / naquele momento era mais (impor) / ele ::: (cho :::) / acho assim mais importante / melhor ele (i :::) (f) / meio que (festeja :::) que o Vilaça (tava) ali do que simplesmente só (da) um abraço ::: / que tava feliz com ::: (ve :::) o Vilaça ... (Anexo 5.2.11; Anexo 7: Faixa 23)

Sendo assim, essas inferências foram classificadas no eixo 2. E os 2 leitores restantes (13%), do Grupo B, não pararam nesse protocolo, tendo suas inferências classificadas como AS.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 1ª Categoria do **excerto b**.

5.2.2.2.1.2. Resultados da 1ª Categoria de Análise do excerto b: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.17) apresentados acima, mais o confronto desses dados com o dos resultados *dos protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.18) referentes à 1ª Categoria de análise do **excerto b**, conforme Anexo 5.19, (Grupo A) e Anexo 5.20 (Grupo B) em gráfico, conforme:

Gráfico 5.23: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.19 e 5.20

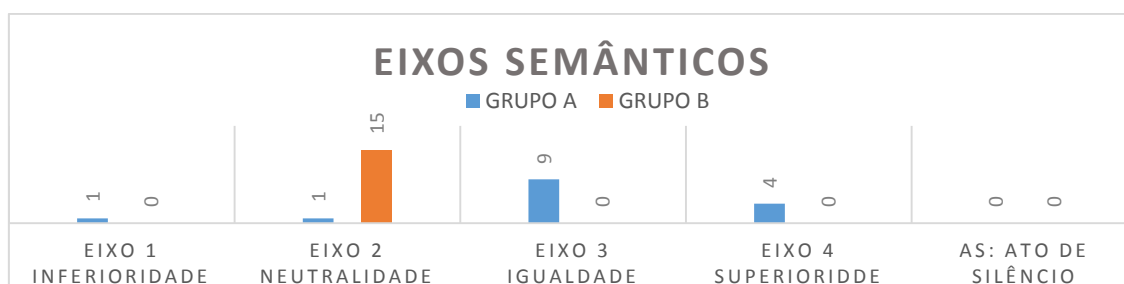


Gráfico 5.253: 1ª Categoria

Fonte: Anexos: 5.2.3, 5.2.4, 5.2.11 e 5.2.1219 e 5.20

Portanto, como podemos observar no gráfico acima, no que toca ao Grupo A, houve complexidade na distribuição das inferências dos leitores, sobre a interação entre as personagens, em diferentes eixos semânticos, sendo que a maioria deles (14 leitores: 93%) revelou inferências sobre os usos das formas *tu* e *você* com efeitos de formas de tratamento “opostas”, com predominância do sentido da semântica da igualdade (9 casos: 60%). Exemplo:

II-A02/b02. L2: portanto ... aqui temos esta ::: / esta familiaridade no você ... ao contrário do outro excerto ... pronto ... temos o tu e o você ... aqui ... apesar da relação destes ... aqui ... ser muito mais próxima ... tratam-se por você porque não precisam (tar) a expressar ... se calhar ... esta ::: esta relação ... / a estarem a tratar-se por tu ...

portanto ... não precisam de ::: / destas convenções sociais para determinar o grau da sua intimidade ... e ... portanto ... (tá) ... / está aqui ::: a ::: / a elogiar o amigo ::: ... pronto ... como é normal que já não ::: / que já não ::: / que já não o veja há muito tempo ... agora está a ::: / está a ::: / está a fazer constatações que ::: / de alguém que já não vê há muito tempo (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 2)

Entretanto, também houve 4 (27%) referências sobre essas formas que foram classificadas no eixo 4, eixo do distanciamento como forma de deferência, conforme:

II-A11/b02. L11: ahn::: vemos que ::: ahn ::: apesar de serem próximos ... que ::: ainda há uma certa ::: distância ::: uma ::: relação que pode ::: ahn ::: não ser apenas pessoal ::: P: Por que? L11: ahn ::: P: O que mostra isso? L11: a maneira como o Afonso o trata ::: ahn ::: utilizando você ::: em vez de tu ::: ahn :::) (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 13)

Classificamos, ainda, 1 ocorrência (7%) inferências no eixo 1, da semântica da inferioridade, e 1 (7%) em AS, pois este leitor não revelou inferências. Por outro lado, no que toca aos 15 leitores do Grupo B, 100% deles revelaram inferências em pelo menos um dos excertos, mas não sobre os diferentes efeitos dos usos das formas *tu* e *você* como formas de tratamento “opostas”/distintas, o que coloca suas inferências no eixo 2 (SN, da Semântica da Neutralidade).

Cabe fazermos uma observação sobre a possível inconveniência no uso do *tu* de Carlos para Vilaça. Ou seja, para alguns leitores do Grupo A, o que minimizou tal efeito foi o fato de o Carlos ser uma criança e não conhecer a norma culta. A relevância que essa observação teve para a nossa pesquisa diz respeito ao importante sobre essas referências ao fato de o leitor demonstrar perceber que o uso do *tu* pode produzir efeitos diferentes do uso do *você*, bem como ser usado de um superior para um inferior. Por isso, a classificação de ocorrências desse tipo foram classificadas no eixo 1.

Passamos, portanto, ao confronto entre os dados dos dois Grupos, referente à 2ª Categoria de Análise do **excerto b**.

5.2.2.2.2. 2ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 2ª Categoria de Análise do **excerto b**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.2.2.1. Excerto b: resultados parciais do Protocolo de Autorrevelação da 2ª Categoria (Anexo: 5.21)

Referente ao 1º protocolo de pausa analisado (1ª Situação: Afonso: *E como você está rijo, Vilaça!(0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.24: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.21

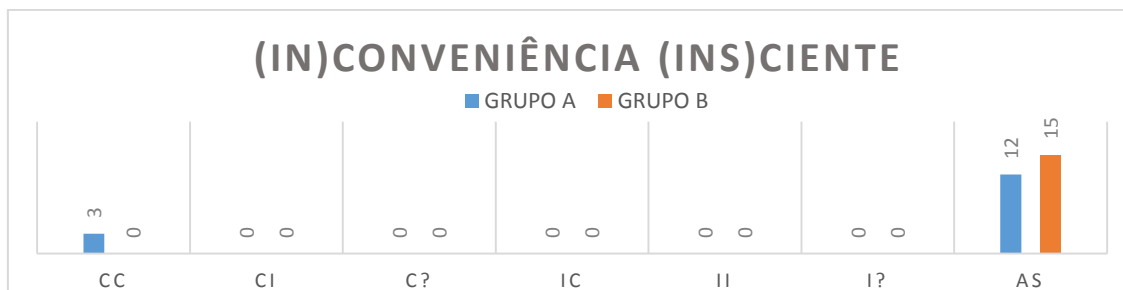


Gráfico 5.264: 2ª Categoria
Fonte: Anexos: 5.2.3 e 5.2 111

Como podemos observar no gráfico acima, apenas 3 leitores (20%) do Grupo A inferiram ser *conveniente* e *ciente* a forma *você* usada de Afonso para Vilaça. Os demais leitores dos dois grupos não revelaram inferências sobre esse aspecto, nesse protocolo.

Referente ao 2º protocolo de pausa analisado (2ª Situação: Carlos: - Tu és (0) o Vilaça! (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.25: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.21

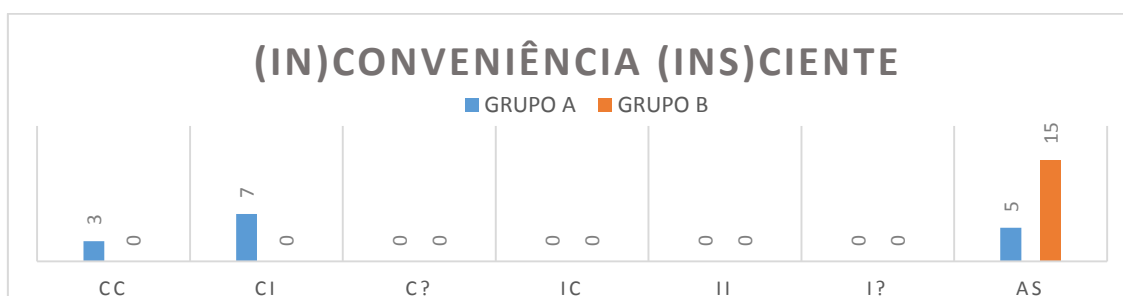


Gráfico 5.275:: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.3 e 5.2 11 Anexo: 5.21

Como podemos observar no gráfico acima, 10 leitores (60%) do Grupo A inferiram que o uso da forma *tu* de Carlos para Dâmaso foi *conveniente*. Contudo, 7 desses leitores também inferiram que ela ocorreu de forma *insciente*, pois Carlos era uma criança e podia não perceber uma possível *inconveniência* no uso do *tu*, e 3 leitores entenderam que esse uso foi *ciente*. Inclusive, houve quem entendesse que ele poderia revelar os

diferentes estatutos sociais entre as personagens. Quanto ao Grupo B, nenhum leitor referiu *conveniência* ou *inconveniência* no uso do *tu*.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 2ª Categoria do **excerto b**.

5.2.2.2.2.1 Resultados da 2ª Categoria de Análise do excerto b: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.21) apresentados acima e o confronto entre esses dados com os dos resultados *dos protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.22) referentes à 1ª Categoria de Análise do **excerto b**, conforme Anexo 5.23 (Grupo A) e Anexo 5.24 (Grupo B), em gráfico:

Gráfico 5.26: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.23 e 5.24

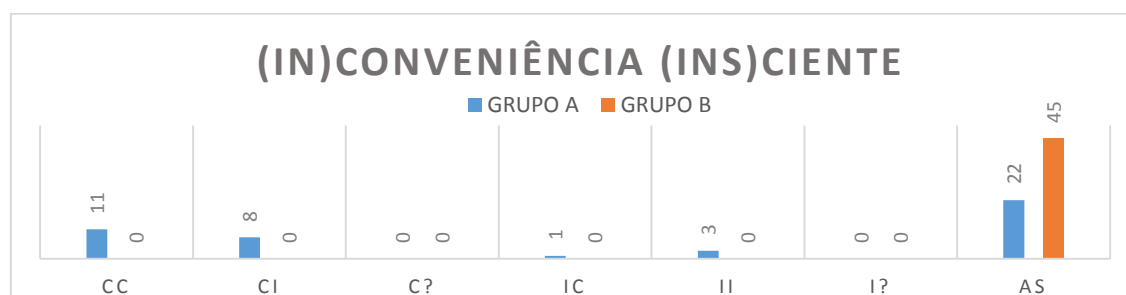


Gráfico 5.286: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.3, 5.2.4, 5.2.11 e 5.2.12Anexos 5.23 e 5.24

Como podemos observar no gráfico acima, 19 ocorrências (42%) dos leitores do Grupo A sobre os usos das formas *tu* e/ou *você* com que referem efeitos de tratamento distintos revelaram que esses usos foram *convenientes*; 11 ocorrências revelaram que Sendo queesses usos foram *convenientes* e *cientes* e 8 que foram *convenientes* e *inscientes*. Como exemplo, temos:

II-A11/b02. L11: ahn ::: vemos que ::: ahn ::: Vilaça ::: tem ::: ahn ::: -- como já lhe disse ::: -- proximidade com a família de Afonso ... (...) e ::: Carlos ::: ahn ::: trata-o de uma maneira muito informal ... porque como é uma criança ::: ahn ::: não ::: / não tem ::: bem ::: a noção de como deve muitas vezes ::: tratar ... as pessoas ::: ... (prá) ele

como Vilaça é próximo ... acaba por não ser completamente ::: uma forma desrespeitosa de tratamento (Anexo 5.2.3; Anexo 7: Faixa 13)

Ainda, houve 1 ocorrência do Grupo A que revelou que o uso do *tu* foi *inconveniente e ciente* e 3 ocorrências que ele foi *inconveniente*, mas *insciente*.

Por outro lado, 100% das inferências dos leitores do Grupo B não referiram nem *(in)conveniência* nem *(ins)ciência* nos usos das formas *tu* e/ou *você* usadas pelas personagens. Ou seja, esse grupo não revelou perceber nessas formas efeitos de tratamentos distintos.

Passamos, portanto, à análise dos resultados da 3ª Categoria de Análise do **excerto b**.

5.2.2.2.3. 3ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 3ª Categoria de Análise do **excerto b**, dos Grupos A e B, conforme segue., conforme segue:

5.2.2.2.3.1. Excerto b: resultados parciais do Pprotocolo de Autorrevelação da 3ª Categoria (Anexo: 5.25)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Afonso: E como você está rijo, Vilaça!(0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.27: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.25

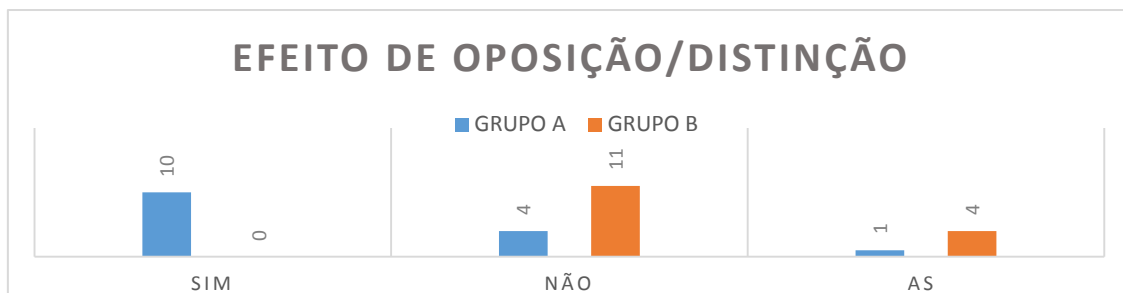


Gráfico 5.29: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.3 e 5.2 11

Como podemos observar no gráfico acima, 10 leitores (67%) do Grupo A inferiram o uso da forma *você* com efeito de forma de tratamento mais ou menos cortês e 4 leitores (27%) desse grupo não revelaram inferências sobre esse efeito no uso do *você*, de Afonso para Vilaça. Ainda, 1 leitor (7%) não revelou qualquer inferência.

Por outro lado, 11 leitores (73%) do Grupo B revelam inferências genéricas nesse protocolo, mas não referiram o uso do *você* com efeito de forma de tratamento mais ou menos cortês. E 4 leitores (27%) desse Grupo não revelaram inferências sobre esse *protocolo de pausa*.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: Carlos: - Tu és (0) o Vilaça! (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.28: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.25

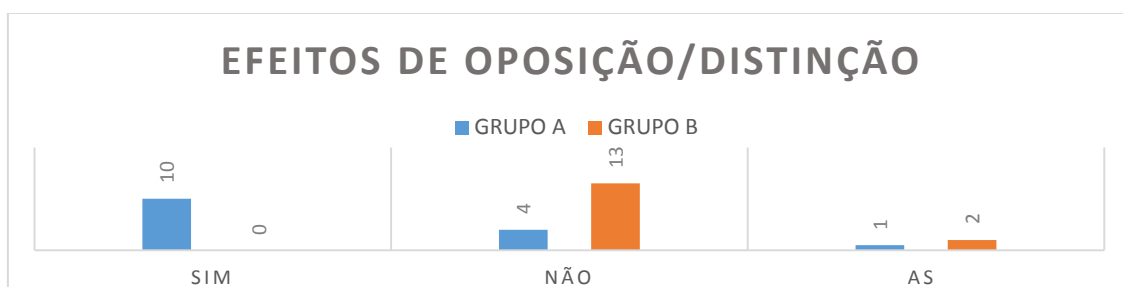


Gráfico 5.3028: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.3 e 5.2 11 Anexo: 5.25

Conforme o Ngráfico acima, 10 leitores (67%) indicaram o uso da forma *tu* com efeito de forma de tratamento que emite proximidade ou superioridade, 4 (27%) param no *protocolo de pausa* e revelaram inferências, mas não sobre o uso do *tu*, de Carlos para Vilaça. E apenas 1 (7%) leitor não revelou inferência, nesse protocolo.

Por outro lado, 13 leitores (87%) do Grupo B revelaram inferências, mas não referiram o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento mais ou menos cortês. E os restantes 2 leitores (13%) não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 3ª Categoria do **excerto b**.

5.2.2.2.3.2. Resultados da 3ª Categoria de Análise do excerto b: *protocolos de autorrevelação* e *protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.25) apresentados acima, mais o confronto entre esses dados e os dos resultados dos *protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.26) referentes à 3ª Categoria de Análise do **excerto b**, conforme Anexo 5.27 (Grupo A) e Anexo 5.28 (Grupo B), em gráfico, conforme:

Gráfico 5.29: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.27 e 5.28



Gráfico 5.3129: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.3, 5.2.4, 5.2.11 e 5.2.12 Anexos 5.27 e 5.28

Como vemos, 100% dos leitores dos 2 grupos revelaram inferências em pelo menos um *protocolo de pausa* do **excerto b**. Entretanto, enquanto 14 leitores (93%) do Grupo A indicaram as formas *tu* e/ou *você* com efeitos de formas de tratamento “opostas”, 1 leitor (7%) não revelou esse tipo de inferências.

Por outro lado, os 15 (100%) leitores do Grupo B revelaram inferências em pelo menos um dos *protocolos de pausa* do **excerto b**, mas nenhum revelou inferências sobre os usos das formas *tu* e/ou *você* com efeitos de formas de tratamento distintas.

Passamos, portanto, ao confronto entre dos dados dos dois Grupos, referente à 4ª e última Categoria de Análise do **excerto b**.

5.2.2.2.4. 4ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 4ª Categoria de Análise do **excerto b**, dos Grupos A e B, conforme segue, conforme segue:

5.2.2.2.4.1.1.1. Excerto b: resultados parciais do *Pprotocolo de Autorrevelação* da 4ª Categoria (**Anexo: 5.29**)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Afonso: E como você está rijo, Vilaça!(0)*), apresentamos o confronto entre dos dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.30: 4ª Categoria

Fonte: Anexo 5.29

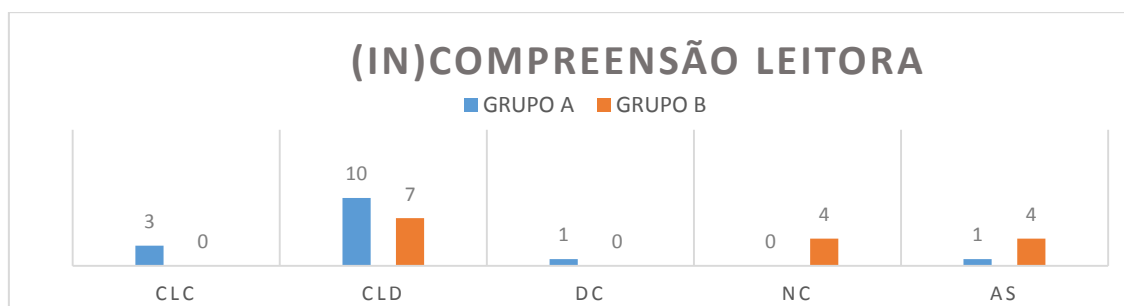


Gráfico 5.320: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.3 e 5.2.11 Anexo 5.29

Como podemos observar, nesse *protocolo de pausa*, 3 leitores do Grupo A (20%) *compreenderam* os usos da forma *você* de modo *convergente* com o excerto da literatura portuguesa, ou seja, com efeitos de forma de tratamento mais ou menos cortês. E 10 leitores do Grupo A (67%) não revelaram inferências sobre esses aspectos. Ainda, 1 leitor

desse Grupo (7%) referiu *dificuldade de compreensão* sobre esse protocolo e 1 (7%) não parou no *protocolo de pausa*, para realizar inferências.

Quanto ao Grupo B, 7 leitores (47%) pararam no *protocolo de pausa*, realizam inferências genéricas, mas não revelaram inferências sobre o uso da forma *você*. E 4 leitores (27%) referiram *não compreenderem* o que se esperava desse protocolo. Os restantes 4 leitores não pararam *nesse protocolo de pausa*.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: Carlos: - *Tu és (0) o Vilaça! (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.30: 4ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.29

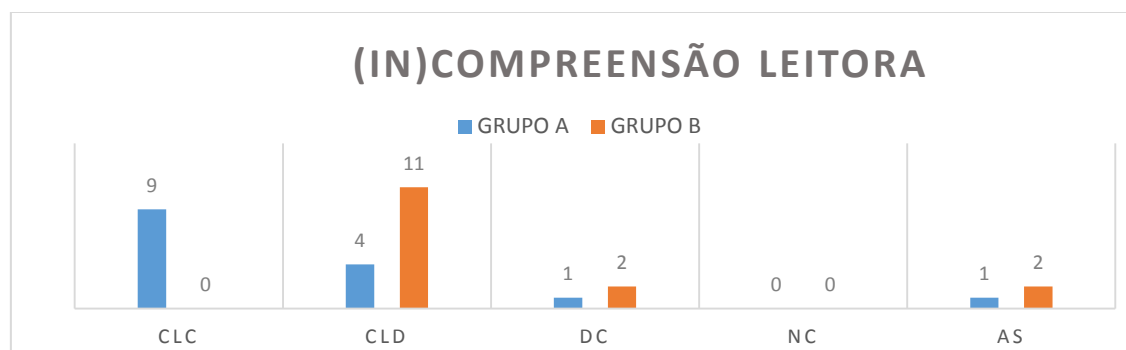


Gráfico 5.330: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.3 e 5.2.11 Anexo: 5.29

O gráfico acima mostra que 9 leitores do Grupo A (60%) *compreenderam* o uso da forma *tu*, de Carlos para Vilaça, com efeito de forma de tratamento de “oposição” a *você* e, assim, *convergente* com a cultura do PE. Ainda, 4 leitores desse Grupo (27%) não revelaram inferências sobre o uso do *tu*, por Carlos, sendo classificadas suas inferências como *divergentes* da cultura do excerto. Também, 1 leitor desse Grupo (7%) revelou *não compreender o protocolo de pausa* e 1 (7%) não parou nesse protocolo.

Por outro lado, 11 leitores do Grupo B (73%) revelaram inferências genéricas, mas não referiram o uso do *tu*, por Carlos. Deste modo, suas inferências foram classificadas como *divergentes* da cultura do excerto. Ainda, 2 leitores desse Grupo (13%) referiram *não compreender o protocolo* e 2 (13%) não pararam nesse *protocolo de pausa*.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 4ª Categoria do **excerto b**.

5.2.2.2.4.2 . Resultados da 4ª Categoria de Análise do excerto b: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.29) apresentados acima, mais o confronto entre esses dados e os dos resultados dos *protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.30) referentes à 4ª Categoria de análise do **excerto b**, conforme Anexo 5.31, (Grupo A) e Anexo 5.32 (Grupo B) em gráfico:

Gráfico 5.31: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.31 e 5.32

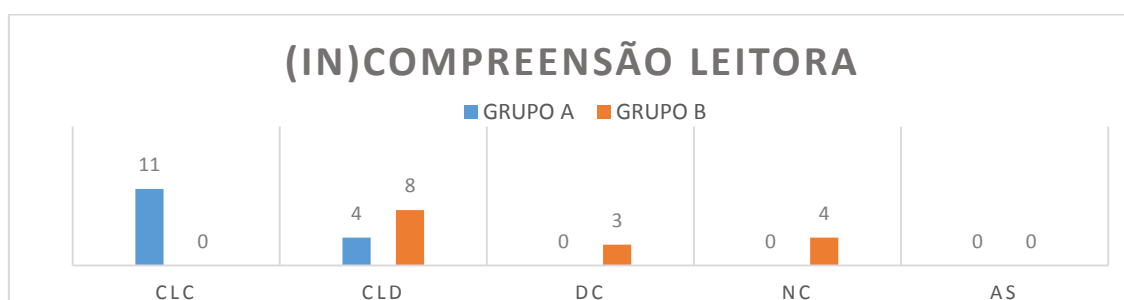


Gráfico 5.341: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.3 e 5.2.11 Anexos 5.31 e 5.32

Como podemos observar no gráfico acima, 11 leitores do Grupo A (73%) *compreenderam* os usos das formas *tu* e/ou *você* conforme a cultura do excerto em questão (PE), ou seja, com efeitos de formas de tratamento distintas, sendo suas inferências classificadas como *convergentes* com o PECLC (Compreensão Leitora Convergente). Os demais 4 leitores desse Grupo (27%) não referiram essas questões, sendo classificadas suas inferências como *divergentes* do PE CLD (Compreensão Leitora Divergente).

Por outro lado, 8 leitores do Grupo B (53%) revelaram inferências genéricas, mas não referiram os usos das formas *tu* e/ou *você*. Ainda, 3 leitores desse Grupo (20%) revelaram *dificuldade de compreensão* e 4 (27%) *não compreenderam* o *protocolo de pausa*. Como podemos perceber, os leitores do Grupo B não referiram os usos das formas *tu* e/ou *você* com efeitos de formas de tratamento distintas.

Concluimos, portanto, que, mais uma vez, os leitores do Grupo A *compreenderam* os usos das formas *tu* e/ou *você* conforme a cultura do PE, diferente do que ocorreu com os leitores do Grupo B, que não atentaram a essas questões.

Encerramos assim o tratamento dos dados do **excerto b** e passamos ao tratamento dos dados do **excerto c**.

5.2.2.3. **Excerto c**

O **excerto c**, diferentemente dos dois anteriores, é procedente da literatura brasileira /gaúcha *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo. Sendo assim, esperávamos que as inferências dos leitores sobre o uso da forma *tu* (com verbo na 3ª pessoa do singular), do médico Rodrigo para o padeiro Chico, por meio de discurso indireto, fosse compreendido como *neutral*, no que toca ao desejo de expressar proximidade à presença de grau de cortesia. Nesse sentido, não esperávamos que os leitores percebessem no uso desse pronome a intenção de provocar efeito de maior ou menor grau de proximidade ou mesmo de familiaridade entre os interlocutores. Ou seja, esperávamos que os leitores inferissem sobre questões genéricas, no que toca ao relacionamento entre as personagens, os quais poderiam expressar aqueles efeitos, mas não por meio do uso da forma *tu*.

Também Por outro lado, não esperávamos que os leitores inferissem o uso do “sabe” expresso pelo Cuca ao Chico como indicador do uso da forma *você* implícita e com efeito de cortesia ou que provoque efeito de maior ou menor grau de distanciamento entre os interlocutores. Isso porque, como vimos, no dialeto gaúcho, o *tu* é usado com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular. E, como podemos perceber no **excerto c** analisado, Erico Verissimo utilizou o dialeto gaúcho em sua narrativa sobre o gaúcho.

Sendo assim, neste caso, dos 13 *protocolos de pausa* inseridos neste excerto, analisamos apenas 6 situações, conforme segue:

1ª Situação: *Sabe o que ele me respondeu, Cuca?! (0)*

2ª Situação: *Mas Chico, tu é (0)*

3ª Situação: *O vigário dá o pão pra alma e tu dá (0)*

4ª Situação: *Mas se tu morre (0)*

5ª Situação: *quem é que vai ficar no teu lugar? (0)* (Consideramos analisar essa ocorrência porque verificamos que muitos leitores do Grupo A pararam nesse protocolo e inferiram o uso do *teu* como referente ao uso do *tu* de 2ª pessoa).

6ª Situação: Não tem ninguém na região serrana que saiba fazer pão cabrito tão bem como tu (0).

Desta forma, os leitores que, tanto no *protocolo de autorrevelação*, como no *protocolo de auto-observação*, inferissem que o uso da forma *tu* e/ou o uso de forma *você* (implícita) indicam efeitos de formas de tratamento de oposição teriam suas inferências classificadas como estando em desacordo com a cultura do excerto em questão (PBRs). Por outro lado, os leitores que não revelassem inferências sobre esses aspectos, embora inferissem sobre outras questões ligadas ao relacionamento das personagens, teriam suas inferências classificadas como estando em acordo com essa cultura.

Sendo assim, passamos à apresentação do confronto entre os dados dos Grupos A e B sobre os usos das formas *tu* e *você*, no **excerto c**, conforme as 4 Categorias de Análise (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), por meio dos dados levantados nos *protocolos de autorrevelação* e de *auto-observação*, respectivamente.

Cabe destacar que, dos 6 *protocolos de pausa* analisados no **excerto c**, multiplicados pelo número de categorias analisadas (4), obtivemos 24 possibilidades, por leitor, de inferências a serem analisadas por nós. Ao multiplicarmos esse número pelo total de leitores (30), obtivemos 720 possibilidades de inferências a serem analisadas por meio do *protocolo de autorrevelação*.

Somamos a isso mais uma possibilidade de inferência por leitor (30), obtida por meio do *protocolo de auto-observação*, as quais são multiplicadas pelo número de categorias de análise (4), chegando a mais 120 possíveis inferências a serem analisadas. No total desse excerto, portanto, temos possíveis 840 inferências a serem verificadas.

5.2.2.3.1. 1ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 1ª Categoria de Análise do **excerto c**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.3.1.1. PExcerto c: resultados parciais do protocolo de Autorrevelação da 1ª Categoria (Anexo: 5.33)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Sabe o que ele me respondeu, Cuca?!(0)*), apresentamos o confronto entre dos dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.32: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.33



Gráfico 5.352: 1ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.33

Como podemos observar no gráfico acima, poucas foram as inferências no *protocolo de pausa* acima sobre o uso do *você* com efeito de forma de tratamento com efeito de grau de cortesia. Sendo que apenas 1 leitor (7%) do Grupo A referiu o uso da forma *você* com esse sentido.efeito nesse sentido. Ou seja, associou o uso do verbo de 3ª pessoa “sabe” ao tratamento por *você*, conforme: Como exemplo temos: *II-A03/c07-AR. L3: ora bem ::: “sabe ::: “ ... ele está a tratar ... Cuca ... que supostamente ... é ::: seu amigo ::: ... por ::: você ::: ... está a dar uma terceira pessoa ...* (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 4). Os demais leitores dos dois grupos não referiram essa questão.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: *Mas Chico, tu é (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.33: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.33



Gráfico 5.363: 1ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.33

O gráfico acima mostra, no que toca ao Grupo A, que 1 leitor (7%) inferiu que o uso do *tu* revelou a superioridade do locutor para sobre o interlocutor. Sendo assim, esse tipo de inferência foi classificada no eixo 1. Como exemplo temos: II-A01/c02. L1: *o Chico tratava por você porque ele era o médico ... mas ... como o médico ... / como o Rodrigo que era o médico ... podia-o tratar por tu ... não sei ... não sei se não (tô) a explicar bem ... mas pronto ...* (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 1).

Ainda, 5 leitores desse Grupo (33%) revelaram inferências sobre o excerto, mas não referiram o uso do *tu*, sendo suas inferências classificadas no eixo 2. Também, 6 leitores do Grupo A (40%) inferiram que o uso do *tu* indicou tratamento de amizade ou de proximidade, sendo essas inferências classificadas no eixo 3. Como exemplo, temos:

II-A08/c09-AR L8: *ahm ::: pois aqui o doutor ... se calhar ... já assumiu uma posição de ::: se calhar ... amigo porque ::: ahn ::: provavelmente ::: ... ele a dizer essas frases assim (tava) a ::: (ss :::) ... / a precisar dumas palavras ::: mais ::: / mais bonitas ... pronto ... e o ::: / e o ::: doutor ::: sentiu ::: pronto ... que ... se calhar ... devia dar o apoio ... tratar ::: / tratar por tu ... criar mais intimidade e proximidade ...* (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 10)

Nesse protocolo, 3 (20%) leitores do Grupo A não revelaram inferências. Por outro lado, no que toca ao Grupo B, os leitores, ou para ram no *protocolo de pausa*, revelaram inferências, mas nada falam sobre o uso do *tu* (6 leitores: 40%), ou não revelaram nenhuma inferência (9 leitores: 60%).

Referente ao 3º *protocolo de pausa* analisado (3ª Situação: *O vigário dá o pão pra alma e tu dá (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.34: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.33



Gráfico 5.374: 1ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.33

Como podemos observar no gráfico acima, no que toca ao Grupo A, 4 leitores (27%) desse Grupo inferiram que o uso do *tu* pode revelar proximidade entre as personagens (exemplo: *II-A01/c10-AR. L1: “ o pão pro corpo ”... ahn ... mais uma vez trata-o por tu ... o que ::: ... indica ... uma proximidade ...*) (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 1), sendo classificadas essas inferências o eixo 3. Ainda, 3 leitores (20%) desse Grupo revelaram inferências, mas não referiram o uso do *tu*. E 8 leitores (53%) passaram pelo *protocolo de pausa* sem não revelaram inferências.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, mais uma vez, os leitores, ou não revelaram inferências sobre o uso do *tu* nesse protocolo (2 casos: 13%), ou não revelaram inferência alguma nesse *protocolo de pausa* (13 casos: 87%).

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: *Mas se tu morre (0)*) apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.35: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.33



Gráfico 5.385: 1ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.33

No gráfico acima, como vemos, no que toca ao Grupo A, 2 leitores (13%) desse Grupo revelaram que inferiram que o uso do *tu* poderia revelar proximidade entre as personagens (eExemplo: *II-A14/c11-AR. L14: ((risos)) ele ... / outra vez ... o tratamento por tu ... não há muito mais ::: ((risos)) de novo ...*) (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 16), sendo classificadas essas inferências no eixo 3. É de destacar que observamos que muitos dos leitores que já haviam referido o tratamento por *tu* anteriormente, não o repetiram. Desta forma, 5 leitores (33%) desse grupo revelaram inferências, mas não referiram o uso do *tu*. E 8 leitores (53%) passaram pelo *protocolo de pausa* sem parar.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, os leitores, ou pararam no protocolo e falaram, mas não revelaram inferências sobre o uso do *tu* (9 casos: 60%), ou não pararam nesse *protocolo de pausa* (6 casos: 40%).

Referente ao 5º protocolo de pausa analisado (5ª Situação: *quem é que vai ficar no teu lugar? (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.36: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.33



Gráfico 5.396: 1ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.33

No que toca ao Grupo A, 1 leitor (7%) revelou que o uso do *tu* apresenta grau de superioridade do locutor em relação ao interlocutor. Sendo assim, esse tipo de inferência foi classificada no eixo 1. Ainda, 7 leitores (47%) desse grupo revelaram inferências sobre o excerto, mas não referiram o uso do *tu*, sendo suas inferências classificadas no eixo 2. E 3 leitores (20%) do Grupo A revelaram que ainda o uso do *tu* indicou tratamento de proximidade, solidariedade (exemplo: *II-A12/c12-AR. L12: aqui ::: o ::: ... / o médico está ... / está ::: ... / está a tentar ::: dar ânimo ::: a Chico ::: e ::: ... e também nota ::: ... por um lado ... / e também se nota que ::: / que tem uma grande proximidade com os doentes até tratá-los por tu ...*) (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 14), sendo suas inferências inseridas no eixo 3. Ainda, nesse protocolo, 4 leitores (27%) do Grupo A não revelaram inferência alguma.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, 7 leitores (53%) pararam no *protocolo de pausa* e falaram, mas não revelaram inferências sobre o uso do *tu*, e 8 leitores (47%) não pararam no 5º protocolo.

Referente ao 6º protocolo de pausa analisado (6ª Situação: *Não tem ninguém na região serrana que saiba fazer pão cabrito tão bem como tu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.37: 1ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.33

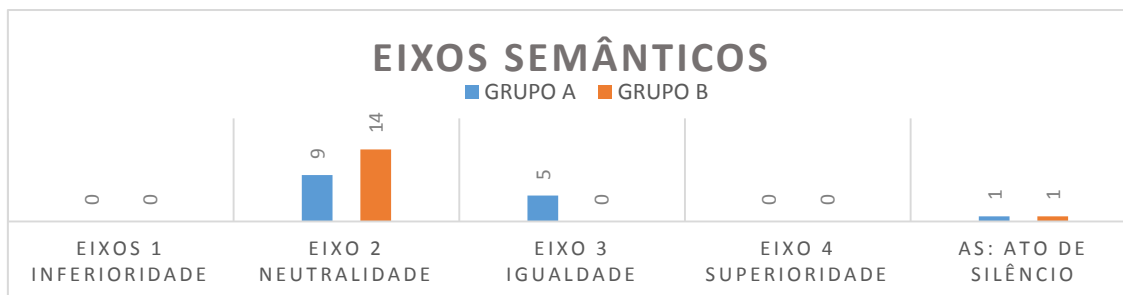


Gráfico 5.4037: 1ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.33

Por fim, como podemos observar no gráfico acima, no que toca ao Grupo A, 5 leitores (33%) desse Grupo revelaram que o uso do *tu* pode revelar proximidade entre as personagens, sendo classificadas essas inferências no eixo 3 (exemplo: *II-A08/c13-AR. L8: pronto ... isso aqui ... / o fato de ele tratá-lo sempre por tu ... penso que ::: / que é exatamente isso que eu falei ... / pelo fato dele ::: pronto ... sentir à vontade ... e (tar) a reconfortar digamos o ::: / o doente ...*) (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 10).

Entendemos ainda que, mais uma vez, muitos dos leitores que já haviam inferido sobre o tratamento por *tu* não o repetiram. Desta forma, 9 leitores (60%) desse grupo revelaram inferências, mas não referiram o uso do *tu*. E apenas 1 leitor (7%) passou pelo *protocolo de pausa* sem parar para revelar inferências e não realizam .

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, mais uma vez, os leitores, ou pararam no protocolo e, mas não revelaram inferências sobre o uso do *tu* (14 casos: 93%), ou não pararam no *protocolo de pausa* (1 caso: 7%).

Passamos, portanto, ao confronto entre os dados dos dois grupos, referente à 1ª Categoria de Análise do **excerto c**.

5.2.2.3.1.2. Resultados da 1ª Categoria de Análise do excerto c: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.33) apresentados acima, mais o confronto entre esses dados e os dos resultados dos *protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.34) referentes à 1ª Categoria de Análise do **excerto a**, conforme Anexo 5.35 (Grupo A) e Anexo 5.36 (Grupo B) em gráfico, conforme:

Gráfico 5.38: 1ª Categoria

Fonte: Anexos 5.35 e 5.36

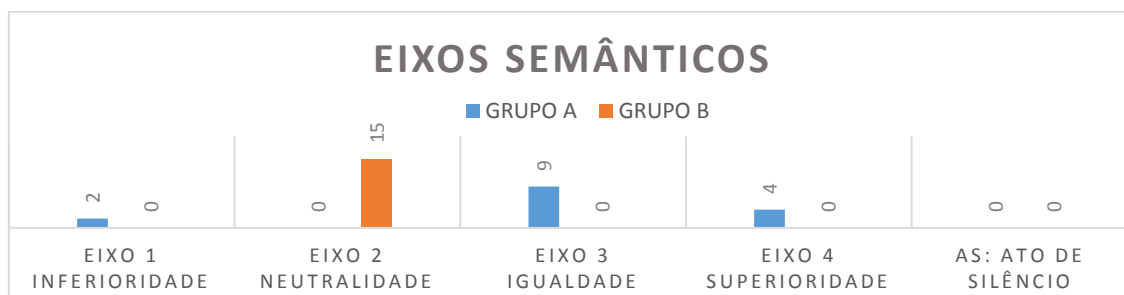


Gráfico 5.4138: 1ª Categoria
 Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexos 5.35 e 5.36

Portanto, como podemos observar no gráfico acima, no que toca ao Grupo A, percebemos complexidade na distribuição das inferências dos leitores sobre a interação entre as personagens da narrativa em diferentes eixos semânticos, sendo que a maioria (9 leitores: 60%) referiu os usos das formas *tu* e *você*, conforme o eixo 3, eixo da semântica da igualdade (SIG) (e. Exemplo: II-A14/c04. *L14: (tá) outra vez a tratar por tu ::: e ::: por isso tem essa hipótese ... outra vez ::: de reforçar a ideia de ::: intimidade :::*) (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 16). Ainda, 4 leitores (27%) desse grupo revelaram inferências sobre os protocolos seleccionados voltadas para a semântica da superioridade (SS). Conforme:

II-A10/c07-AR. L10: ok ... ahn ::: mas ::: não sei se ::: / se nota-se aqui um certo ::: -- também ::: -- paradigma social em que as pessoas tratam de uma forma ... solene ... delicada ... embora se conhecerem ... não ::: / não é uma relação espontânea ::: no átrio ::: na rua ::: no recreio ::: é algo bastante ::: resguardado ::: com toda a serenidade ::: em que ... há um certo ::: protocolo quase oficial de linguagem ... pra seguir ... (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 12)

Também, houve 1 leitor (13%) que referiu aquelas formas conforme o eixo 1, da semântica da inferioridade (SI). Exemplo: IIA06/c04-AR. *L6: e o tratamento por tu reforça essa ::: ahn ::: proximidade também ::: ahn ::: que está ::: associada à distribuição dos papéis sociais ... neste caso ... do ::: / do médico que trata e do ::: / e da pessoa que recorre ao ::: / aos seus serviços ...* (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 8).

Embora nesse excerto o leitor refira proximidade, pelo contexto da sua fala entendemos que se ela destaca certa inferioridade do padeiro em relação ao médico, por salientar os seus diferentes papéis sociais do médico e do padeiro. Sendo assim, não classificamos essa inferência no eixo 3 (semântica da igualdade), mas sim no eixo 1 (semântica da inferioridade).

No que toca aos leitores do Grupo BPBRS, 100% deles pararam no *protocolo de pausa*, mas nada revelaram sobre os usos das formas *tu* e *você* com efeitos distintos, motivo pelo qual classificamos essas ocorrências no eixo 2, da semântica da neutralidade (SN).

Passamos, portanto, à 2ª Categoria de Análise do **excerto c**.

5.2.2.3.2. 2ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados, referentes aos dados levantados na 2ª Categoria de análise do **excerto c**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.3.2.1.1.1.1 Excerto c: resultados parciais do *Protocolo de Autorrevelação da 2ª Categoria* (Anexo: 5.37)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Sabe o que ele me respondeu, Cuca?! (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.38: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.37

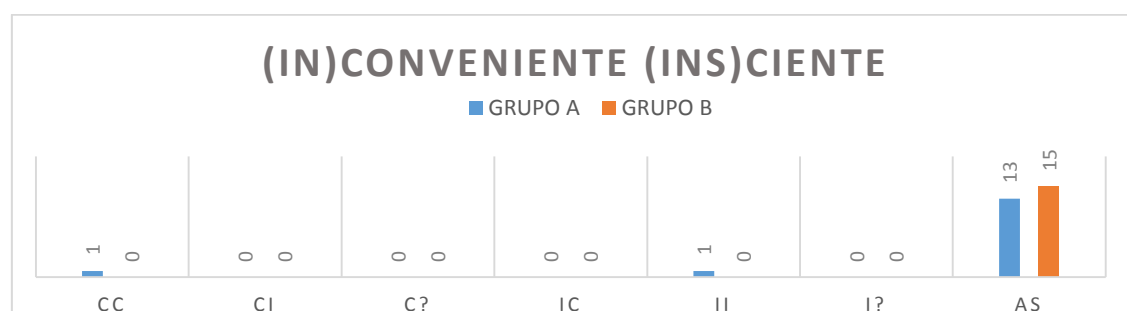


Gráfico 5.4238: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.37

Como podemos observar no gráfico acima, nesse protocolo, praticamente não existiram referências sobre *conveniência* ou *inconveniência* no uso de formas de tratamento. Apenas 1 leitor (7%) do Grupo A referiu que o uso do *você implícito* foi uma forma de tratamento *conveniente* e usada de forma *ciente* (exemplo: II-A01/c08-AR.L1:

... acho que ... que o Chico tratava por você porque ele era o médico ... mas ... como o médico ... / como o Rodrigo que era o médico ... podia o tratar por tu ...) (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 1). Outro leitor (7%) do Grupo A referiu que o uso do *você* se tratava de uma forma *inconveniente*, mas usada de modo *insciente*. Exemplo:

II-A03/c07-AR: L3: ora bem ::: “ sabe ::: “ ... ele está a tratar ... Cuca ... que supostamente ... é ::: seu amigo ::: ... por ::: você ::: ... está a dar uma terceira pessoa ... mas aqui acho que ::: ... / que tem a ver com ::: / com ... a língua ... em que está escrito ... e não ::: / não só ::: com o tratamento ::: sem si ... eu acho que aqui ... ele está a tratá-lo em terceira pessoa ... mas é um ::: é uma coisa normal ::: é como se tivesse a tratá-lo ::: por tu ::: porque são amigos ... ahn ::: (Anexo 5.2.5; Anexo 7: Faixa 4)

Os demais leitores não revelaram inferências sobre esses aspectos, nem mesmo os leitores do Grupo B.

Referente ao 2º protocolo de pausa analisado (2ª Situação: *Mas Chico, tu é (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.39: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.37

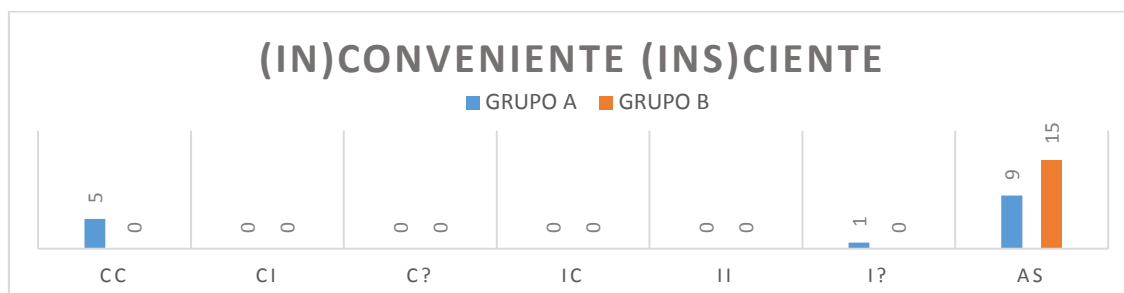


Gráfico 5.4339: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.37

Como demonstra o gráfico acima, nesse protocolo, 5 leitores (33%) do Grupo A referiram o uso do *tu*, do médico para Chico, como um modo *conveniente* de tratar e usado de forma *ciente*. E apenas 1 leitor (7%) desse Grupo referiu que esse uso tratou-se de uma forma *inconveniente*, sem referir se esse ela foi *ciente* ou não. Os demais 9 leitores (60%) desse Grupo e 100% dos leitores do Grupo B não revelaram inferências sobre esses aspectos.

Referente ao 3º protocolo de pausa analisado (3ª Situação: *O vigário dá o pão pra alma e tu dá (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.40: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.37

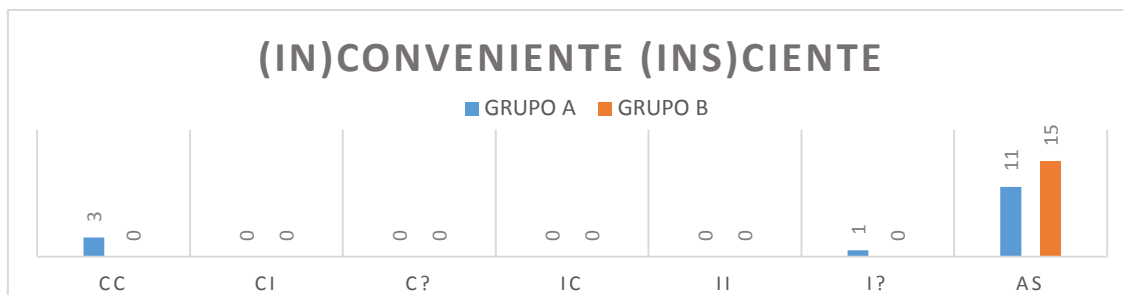


Gráfico 5.440: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.37

Como podemos observar, 3 leitores (20%) do Grupo A referiram o uso do *tu*, do médico ao padeiro, como sendo um modo *conveniente* de tratar e usado de forma *ciente*. E, mais uma vez, apenas 1 leitor (7%) do Grupo A referiu que se tratou de uma forma *inconveniente*, mas não referiu se ela foi *ciente* ou não. Os demais 11 leitores (73%) desse grupo e 100% dos leitores do Grupo B não revelaram inferências sobre esses aspectos.

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: *Mas se tu morre (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.41: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.37



Gráfico 5.451: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.37

O gráfico acima demonstra que 2 leitores (13%) do Grupo A inferiram sobre o uso do *tu*, do médico ao padeiro, como um modo *conveniente* de tratar e que isso foi realizado de modo *ciente*. Os demais 13 leitores (87%) desse grupo e 100% dos leitores do Grupo B não revelaram inferências sobre esses aspectos.

Referente ao 5º *protocolo de pausa* analisado (5ª Situação: *quem é que vai ficar no teu lugar? (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.42: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.37

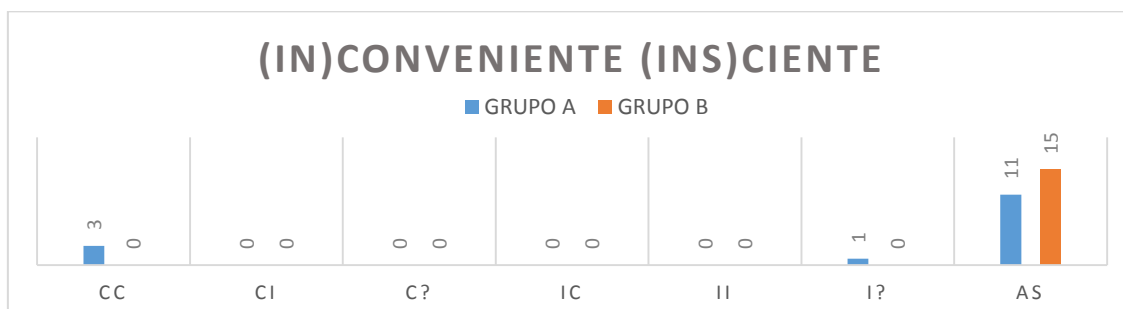


Gráfico 5.46: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.1

Como podemos observar, 3 leitores (20%) do Grupo A revelaram que o uso do *tu*, do médico ao padeiro, foi um modo *conveniente* de tratar e usado de forma *ciente*. Ainda, 1 leitor (7%) desse grupo referiu que se tratava de uma forma *inconveniente*, mas não referiu se esse uso foi *ciente* ou não. Os demais 11 leitores (73%) desse grupo e 100% dos leitores do Grupo B não revelaram inferências sobre esses aspectos.

Referente ao 6º *protocolo de pausa* analisado (6ª Situação: *Não tem ninguém na região serrana que saiba fazer pão cabrito tão bem como tu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.43: 2ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.37

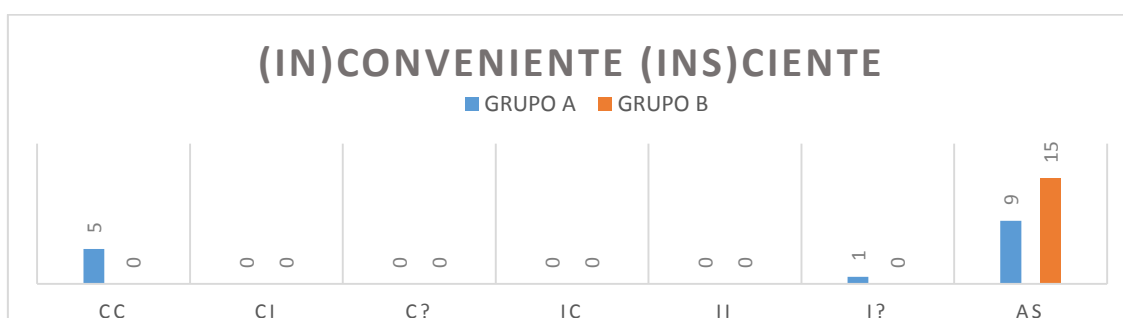


Gráfico 5.473: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.37

Nesse protocolo, 5 leitores (33%) do Grupo A revelaram que sobre o uso do *tu*, do médico ao padeiro, foi um modo *conveniente* de tratar e usado de forma *ciente*. E, mais uma vez, apenas 1 leitor (7%) do Grupo A referiu que se tratou de uma forma *inconveniente*, mas não referiu se esse uso foi *ciente* ou não. Os demais 9 leitores (60%) desse grupo e 100% dos leitores do Grupo B não revelaram inferências sobre esses aspectos.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 2ª Categoria do **excerto c**.

5.2.2.3.2.2. Resultados da 2ª Categoria de Análise do excerto c: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentaremos abaixo os resultados da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.37) acima, mais o confronto desses dados com os dos dados dos *protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.38) referentes à 2ª Categoria de Análise do **excerto a**, conforme Anexo 5.39 (Grupo A) e Anexo: 5.40 (Grupo B), em gráfico, conforme:

Gráfico 5.44: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.39 e 5.40

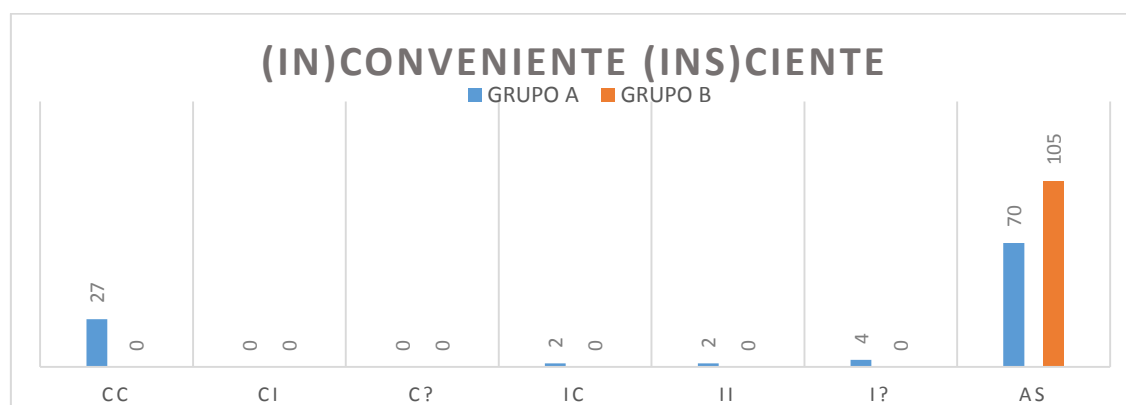


Gráfico 5.484: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexos 5.39 e 5.40

Como podemos observar no gráfico acima, poucas foram as referências sobre os usos das formas *tu* e/ou *você* como *(in)convenientes* e *(ins)cientes*, no **excerto c**. Contudo, é

interessante perceber que ainda assim, no Grupo A, houve 35 ocorrência sobre esses aspectos, das 105 classificações possíveis sobre esses aspectos. Das 35 ocorrências, 27 delas (77%) foram no sentido da *conveniência ciente* desses usos e 8 (23%) relativas à *inconveniência*. Sendo que houve 2 referências sobre usos *inconvenientes* e *cientes* e 2 sobre usos *inconvenientes* e *inscientes*. Ainda, houve também 4 ocorrências sobre usos *inconvenientes*, mas que não expressaram se eles foram *cientes* ou *inscientes*.

Por outro lado, 100% dos leitores do Grupo B não revelaram inferências nem sobre *(in)conveniência*, nem sobre *(ins)ciência* nesse *protocolo de pausa*.

Passamos, portanto, ao confronto entre dos dados dos dois Grupos, referente à 3ª Categoria de Análise do **excerto c**.

5.2.2.3.3. 3ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 3ª Categoria de Análise do **excerto c**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.3.3.1. Excerto c: resultados parciais do *Pprotocolo de Autorrevelação* da 1ª Categoria (**Anexo: 5.41**)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Sabe o que ele me respondeu, Cuca?! (0)*), apresentamos ao confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.45: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.41



Gráfico 5.495: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.41

Como podemos observar no gráfico acima, 2 leitores (13%) do Grupo A revelaram que o uso do *você implícito* possui grau de “oposição” em relação ao *tu* cortesia, 7 leitores (47%) revelaram suas inferências nesse protocolo, mas não sobre essa questão, e 6 leitores, (40%) do Grupo A não revelaram inferências.

Por outro lado, apenas 1 leitor (7%) do Grupo B revelou inferência nesse protocolo, mas não referiu esse aspecto, e os demais 14 leitores (93%) não pararam nesse *protocolo de pausa*.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: *Mas Chico, tu é (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.46: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.41

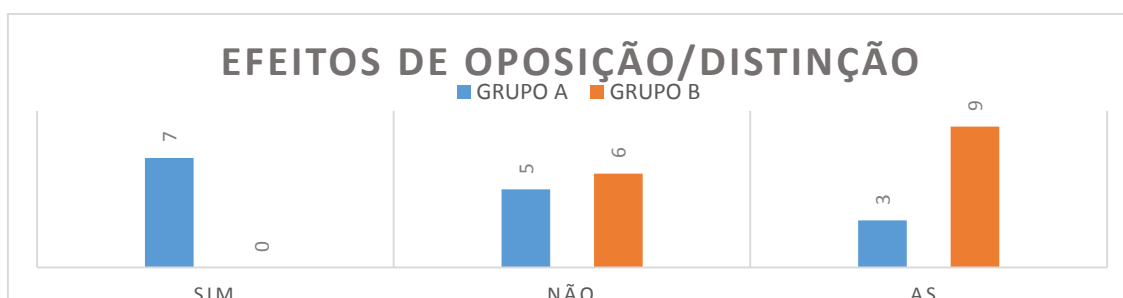


Gráfico 5.5046: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.41

Como podemos observar no gráfico protocolo acima, 7 leitores (47%) do Grupo A revelaram que o uso do *tu* possuiu efeitos de formas de tratamento de “oposição”, informalidade/formalidade e grau de menor cortesia; 5 leitores (33%) desse grupo revelaram inferências, mas não sobre essa questão; e 3 leitores (20%) não revelaram inferências.

Por outro lado, 6 leitores (40%) do Grupo B revelaram inferências nesse protocolo, mas não referiram o uso do *tu* com aqueles efeitos. Ainda, 9 leitores (60%) desse grupo não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*.

Referente ao 3º *protocolo de pausa* analisado (3ª Situação: *O vigário dá o pão pra alma e tu dá (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.47: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.41

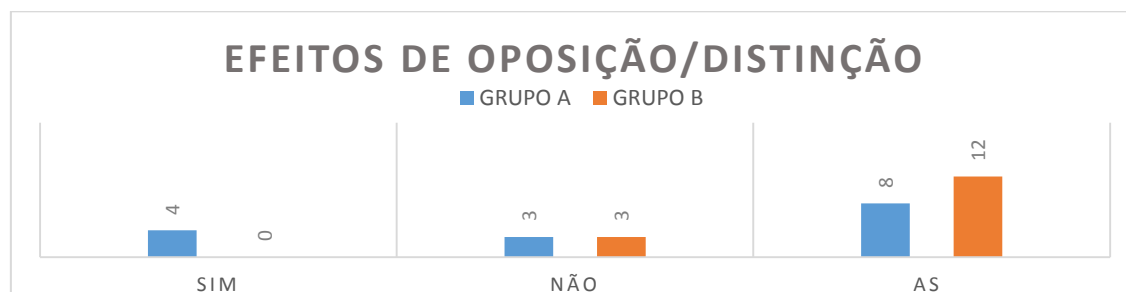


Gráfico 5.5147: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.41

No gráfico protocolo acima observamos que, 4 leitores (27%) do Grupo A referiram o uso do *tu* com efeitos de formas de tratamento de “oposição”, de informalidade/formalidade e grau de menor cortesia, que 3 leitores (20%) revelaram inferências, mas não sobre essa questão, e que 8 leitores (53%) não revelaram inferências.

Por outro lado, apenas 3 leitores (20%) do Grupo B revelaram inferências sobre esse protocolo, mas não referiram o uso do *tu* com aqueles efeitos, e 12 leitores (80%) não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*.

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: *Mas se tu morre (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.48: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.41



Gráfico 5.5248: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.41

Como podemos observar no gráfico acima, 2 leitores (13%) do Grupo A referiram o uso do *tu* com efeitos de formas de tratamento de “oposição”, de informalidade/formalidade e grau de menor cortesia; 4 leitores (27%) revelaram inferências, mas não sobre essa questão; e 8 leitores (53%) não revelaram inferências.

Por outro lado, apenas 9 leitores (60%) do Grupo B revelaram inferências sobre esse protocolo, mas não referiram o uso do *tu* com aqueles efeitos, e 6 leitores (40%) desse grupo não revelaram inferências.

Referente ao 5º *protocolo de pausa* analisado (5ª Situação: *quem é que vai ficar no teu lugar?(0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.49: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.41

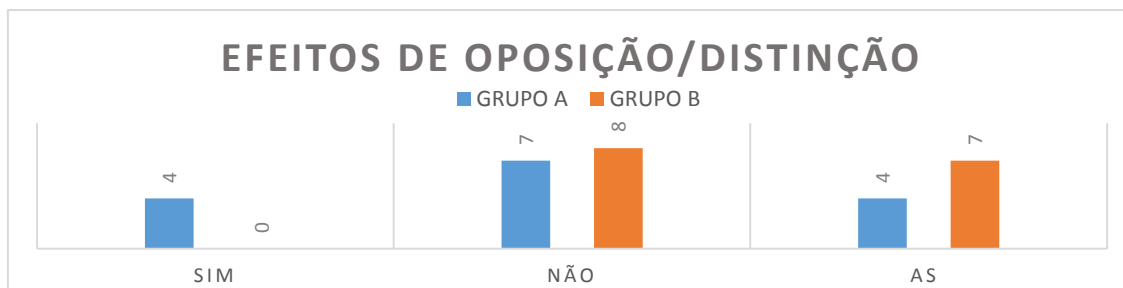


Gráfico 5.5349: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.41

O gráfico acima revela que 4 leitores (27%) do Grupo A referiram o uso do *tu* com efeitos de formas de tratamento de “oposição”, de informalidade/formalidade e grau de menor cortesia, que 7 leitores (47%) revelaram inferências mas não sobre essa questão, e que 4 leitores (27%) não revelaram inferências.

Por outro lado, apenas 8 leitores (53%) do Grupo B revelaram inferências sobre esse protocolo, mas não referiram o uso do *tu* com aqueles efeitos, e 7 leitores (47%) desse grupo não revelaram inferências.

Referente ao 6º *protocolo de pausa* analisado (6ª Situação: Não tem ninguém na região serrana que saiba fazer pão cabrito tão bem como tu (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.50: 3ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.41

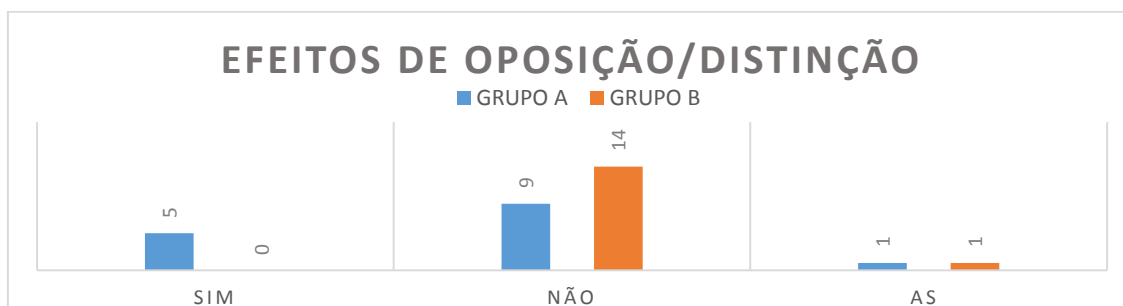


Gráfico 5.540: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.41

No gráfico acima vemos que 5 leitores (33%) do Grupo A referiram o uso do *tu* com efeitos de formas de tratamento de oposição, de informalidade/formalidade e grau de menor cortesia, que 9 leitores (60%) revelaram inferências, mas não sobre essa questão, e que apenas 1 leitor (7%) do Grupo A não revelou inferências.

Por outro lado, 14 leitores (93%) do Grupo B revelaram inferências nesse protocolo, mas não referiram o uso do *tu* com aqueles efeitos, e apenas 1 leitor (7%) desse grupo não revelou inferências.

Sendo assim, segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 3ª Categoria do **excerto c**.

5.2.2.3.3.2. Resultados da 3ª Categoria de Análise do excerto c: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.41) acima, mais o confronto entre esses dados com os dos resultados dos *protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.42) referentes à 3ª Categoria de Análise do **excerto c**, conforme Anexo 5.43 (Grupo A) e Anexo 5.44 (Grupo B), em gráfico:

, conforme

Gráfico 5.51: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.43 e 5.44



Gráfico 5.551: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.5, 5.2.6, 5.2.13 e 5.2.14 Anexos 5.43 e 5.44

Como vemos, todos os leitores revelaram inferências sobre um ou outro *protocolo de pausa*, dos 6 que estavam em questão. Entretanto, enquanto 100% das inferências dos leitores do Grupo A indicaram em algum momento que os usos das formas *tu* e/ *você* possuem efeitos de formas de tratamento “opostas de oposição”, relativamente à informalidade/formalidade e ao grau de cortesia, 100% dos leitores do Grupo B não referiram essa questão.

Passamos então à apresentação do confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme a 4ª Categoria de Análise do **excerto c**.

5.2.2.3.4. 4ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 4ª Categoria de Análise do **excerto c**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.3.4.1. Excerto c: resultados parciais do *Pprotocolo de Autorrevelação da 4ª Categoria* (Anexo: 5.45)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Sabe o que ele me respondeu, Cuca?!(0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.52: 4ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.45

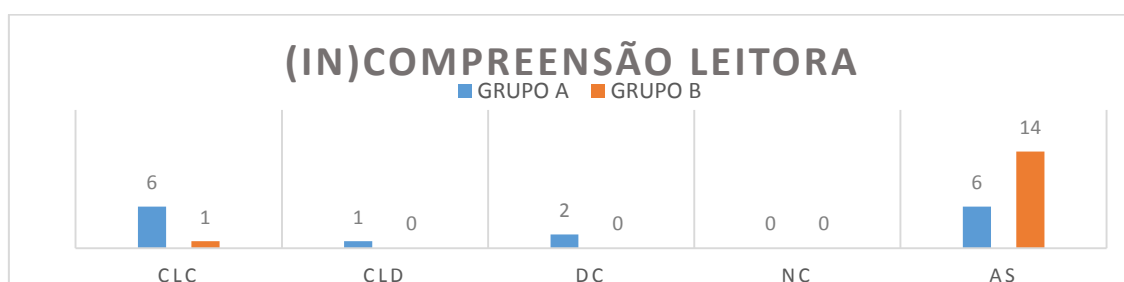


Gráfico 5.562: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.45

Como podemos observar, no 1º *protocolo de pausa* analisado, percebemos que 6 leitores (40%) do Grupo A demonstraram compreender esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências sobre o *tu* e/ou o *você implícito*. Apenas 1 leitor (7%) desse Grupo apresentou *compreensão leitora divergente*, por indicar que o *sabe* expresso pelo Cuca referia-se o uso do *você*. Ainda, 2 leitores (13%) desse grupo declararam sentir *dificuldade de compreender* o protocolo lido e 6 leitores (40%) não revelaram inferências nesse protocolo.

No que toca ao Grupo B, apenas 1 leitor (apenas 7%) inferiu sobre o *protocolo de pausa* de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois porrevelou inferência, mas não indicou que o *sabe* referiu-se ao uso do *você*. Os demais 14 leitores (93%) desse grupo não revelaram inferências nesse protocolo.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: *Mas Chico, tu é (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.53: 4ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.45

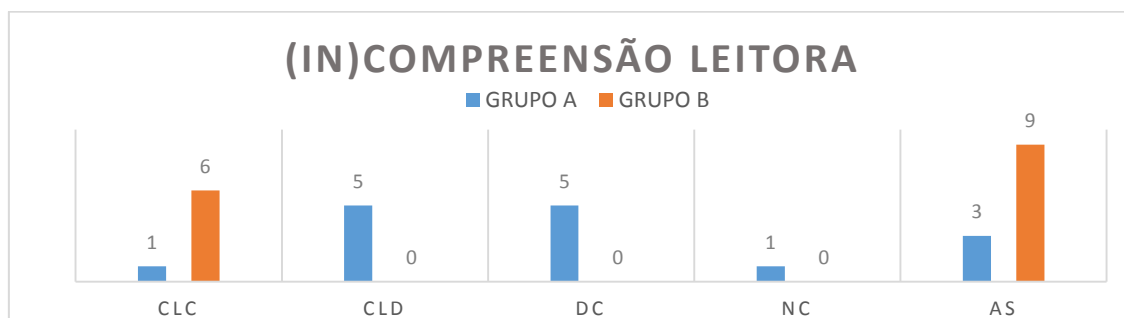


Gráfico 5.573: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.45

Como podemos observar, no 2º *protocolo de pausa* analisado, 1 leitor (7%) do Grupo A *compreendeu* esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelou inferências sobre o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, de informalidade/formalidade e grau de cortesia. Mas 5 leitores (33%) revelaram o uso do *tu* com esses efeitos, sendo classificadas suas inferências como *divergentes* da cultura do PBRS. Ainda, 5 leitores (33%) desse grupo disseram *terem* possuir *dificuldade de compreensão* sobre o uso do *tu*, 1 leitor (7%) revelou *dizer não compreender* o protocolo, e 3 leitores (20%) não revelaram inferências nesse protocolo.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, 6 leitores (40%) revelaram inferências sobre o protocolo de forma genérica, ou seja, *convergente* com a cultura do PBRS, por não estranharem nem referirem o uso do *tu*, do médico ao padeiro. E 9 leitores (60%) não revelaram inferências nesse protocolo.

Referente ao 3º *protocolo de pausa* analisado (3ª Situação: *O vigário dá o pão pra alma e tu dá (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.54: 4ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.45

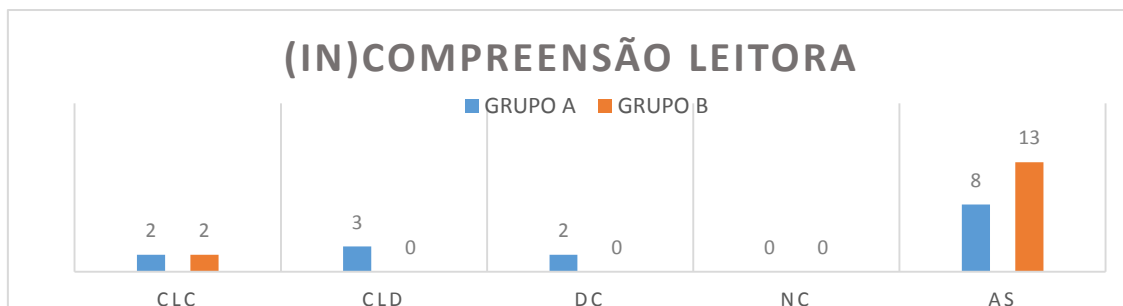


Gráfico 5.584: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.45

Como podemos observar, no 3º *protocolo de pausa* analisado, apenas 2 leitores (13%) do Grupo A compreenderam esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências sobre o uso do *tu* com efeito de “oposição”, de informalidade/formalidade e grau de cortesia. Mas 3 leitores (20%) os desse grupo compreenderam o uso do *tu* com esses efeitos, sendo classificadas suas inferências como *divergentes* da cultura do PBRS. Ainda, 2 leitores (13%) disseram possuir *dificuldade de compreensão* sobre o uso da forma *tu* e os restantes 8 leitores desse grupo (53%) não revelaram inferências nesse protocolo.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, 2 leitores (13%) referiram inferências sobre esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não estranharam o uso do *tu* (do médico ao padeiro) e 13 leitores (87%) não em sequer revelaram inferências nesse protocolo.

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: *Mas se tu morre (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.55: 4ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.45

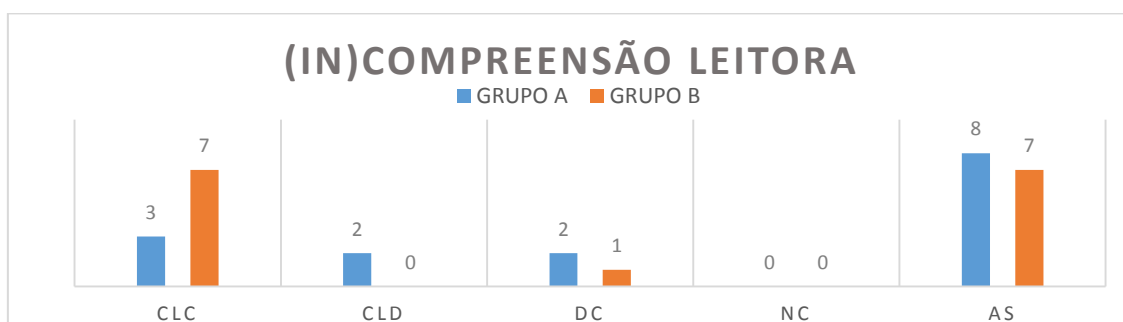


Gráfico 5.595: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.45

Como vemos, no 4º *protocolo de pausa* analisado, apenas 3 leitores (20%) do Grupo A compreenderam esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências sobre o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, de informalidade/formalidade e grau de cortesia, e 2 leitores (20%) compreenderam o uso do *tu* com esses efeitos, sendo classificadas suas inferências como *divergentes* da cultura do PBRS. Ainda, 2 leitores (13%) desse grupo disseram possuir *difículdade de compreensão* sobre o uso do *tu* e 8 (53%) não revelaram suas inferências sobre esse protocolo.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, 7 leitores (47%) referiram inferências sobre o protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não estranharam o uso do *tu* (do médico ao padeiro) e 1 (7%) disse possuir *difículdade de compreensão* sobre o *protocolo de pausa*. Ainda, 7 (47%) leitores desse grupo nãoem sequer revelaram inferências sobre esse protocolo.

Referente ao 5º *protocolo de pausa* analisado (5ª Situação: *quem é que vai ficar no teu lugar?* (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.56: 4ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.45



Gráfico 5.6056: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.45

Como podemos observar, no 5º *protocolo de pausa* analisado, 6 leitores (33%) do Grupo A compreenderam o protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências sobre o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, de informalidade/formalidade e grau de cortesia. Mas 3 leitores (20%) compreenderam o uso do *tu* com esses efeitos, sendo classificadas suas inferências como *divergentes* da cultura do PBRS. Ainda, 1 leitor (7%) desse grupo disse possuir

difficuldade de compreensão sobre o uso do *tu* e 1 leitor (7%) disse *não compreender* esse uso. Os demais 4 leitores (27%) não revelaram inferências nesse protocolo.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, 7 leitores (47%) inferiram o protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não estranharam o uso do *tu* (do médico ao padeiro) e 8 (53%) não revelaram inferências nesse protocolo.

Referente ao 6º *protocolo de pausa* analisado (6ª Situação: *Não tem ninguém na região serrana que saiba fazer pão cabrito tão bem como tu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.57: 4ª Categoria

Fonte: Anexo: 5.45

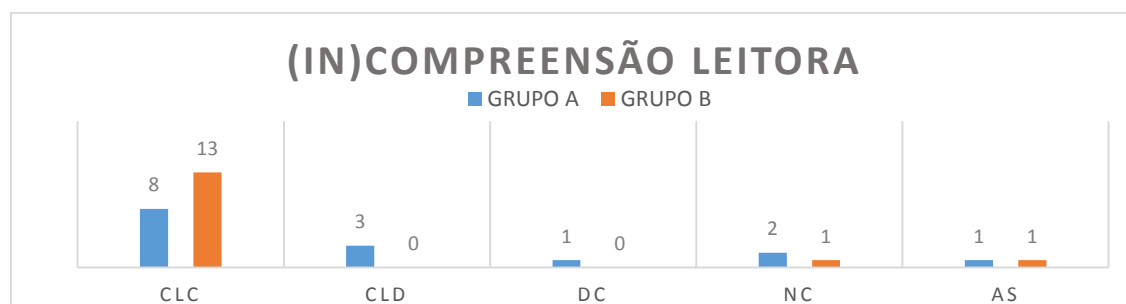


Gráfico 5.6157: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.5 e 5.2.13 Anexo: 5.45

Como vemos acima, sobre no 6º *protocolo de pausa* analisado, 8 leitores (53%) dos leitores do Grupo A tiveram suas inferências classificadas como *convergentes* com a cultura do PBRS, pois eles não referiram o uso do *tu* com efeito de forma de tratamento de “oposição”, de informalidade/formalidade e proximidade grau de menor cortesia. Mas, 3 leitores (20%) compreenderam o uso do *tu* com esses efeitos, sendo classificadas suas inferências como *divergentes* da cultura do PBRS, 1 leitor (7%) disse possuir *difficuldade*

de compreensão sobre o protocolo, 2 leitores (13%) disseram *não compreender* o protocolo e 1 leitor (7%) não revelou inferências nesse protocolo.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, 13 leitores (87%) tiveram suas inferências classificadas de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não mostraram estranhamento sobre o uso do *tu*, do médico aopara o padeiro. Ainda, 1 leitor (7%) revelou *não compreender* o protocolo e 1 leitor (7%) não revelou inferências sobre esse protocolo.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 4ª Categoria do **excerto c**.

5.2.2.3.4.2. Resultados da 4ª Categoria de Análise do excerto c: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.45) acima, mais o confronto entre esses dados com os dos resultados *dos protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.46) referentes à 4ª Categoria de análise do **excerto c**, conforme Anexo 5.47, (Grupo A) e Anexo 5.48 (Grupo B) em gráfico, conforme:

Gráfico 5.45: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.47 e 5.48



Gráfico 5.6245: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.5, 5.2.6, 5.2.13 e 5.2.14Anexos 5.47 e 5.48

Como podemos observar, quando passamos ao excerto da literatura brasileira /gaúcha, em que se esperava que a forma *tu* com verbo flexionado na 3ª pessoa fosse compreendida sem efeitos de “oposição”, de informalidade e/ou grau de menor cortesia, muitos leitores do Grupo A continuaram inferindo esse uso entre os interlocutores, ou seja, destacando a

existência de oposição entre as formas *tu* e *você*. Inclusive, há referências sobre o uso do verbo *sabe*, utilizado de Cuca para Chico, como referente ao uso do *você* e com efeito de forma de tratamento de “oposição” a *tu*. Contudo, conforme o dialeto gaúcho, a flexão que acompanha o *tu* é que a 3ª pessoa do singular. Assim, houve leitores do Grupo A que relataram *dificuldade de compreensão* no uso da forma *tu* com o verbo flexionado na 3ª pessoa do singular, o que é contrário à norma.

Logo, 1 leitor (7%) do Grupo A teve suas inferências classificadas como *compreensão leitora convergente*, 3 leitores (20%) como *compreensão leitora divergente*, 9 leitores (60%) como *dificuldade de compreensão* e 2 leitores (13%) como *não compreensão* sobre o **excerto c**. É de destacar que apenas 1 leitor referiu que os usos do *tu* e do *você* “poderiam” ir “dar ao mesmo”.

Por outro lado, os 15 leitores (100%) do Grupo B não demonstraram espanto ou estranhamento nos usos daquelas formas e flexões, tanto que nem sequer as referiram, comentando somente outros aspectos das relações entre as personagens do excerto. Sendo assim, suas inferências estiveram de acordo com o que se esperava da leitura do **excerto c**.

A partir dessa verificação, concluímos que possivelmente os leitores portugueses possuam maior dificuldade de compreensão de narrativas do PBRs do que de narrativas do PE. O motivo que apontamos aqui, embora possam existir outros, é o desconhecimento dos usos das formas *tu* e *você* no PB, ou no PBRs.

Por outro lado, concluímos que, da mesma forma, possivelmente os leitores gaúchos possuam maior dificuldade de compreensão de narrativas do PE do que de narrativas do PBRs. O motivo que apontamos aqui, embora também possam existir outros, é o desconhecimento dos usos das formas *tu* e *você* no PE.

Encerramos assim o confronto entre os dados dos Grupos A e B sobre o **excerto c** e passamos ao confronto entre os dados levantados a partir do **excerto d**.

5.2.2.4. Excerto d

No **excerto d**, também procedente da literatura brasileira /gaúcha *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, esperávamos que as inferências realizadas pelos leitores não considerassem que o uso da 2ª pessoa do singular para referir o outro indicasse efeito de maior ou menor grau de proximidade entre as personagens (tanto no *protocolo de autorrevelação* como no *protocolo de auto-observação*). Nem mesmo esperávamos que os leitores inferissem esse uso como forma de desrespeito ou de ameaça. Entretanto,

esperávamos que os leitores inferissem outras questões ligadas ao relacionamento entre as personagens, as quais poderiam envolver ameaça, desrespeito, mas não pelo uso de pronomes de 2ª pessoa do singular, e sim por outras referências presentes no excerto.

Desta forma, os leitores que inferissem que estavam implícitas nas formas usadas pelas personagens para referirem-se ao outro efeitos de formas de tratamento distintos ligados aos usos das formas *tu* e/ou *você*, como é o caso de *teu* ou *pensas*, teriam suas inferências classificadas como em desacordo com a cultura em questão, do PBRs. Por outro lado, os leitores que não revelassem essas questões, embora referissem questões genéricas sobre o relacionamento entre as personagens, teriam suas inferências classificadas como em acordo com a cultura do PBRs.

Neste caso, dos 10 *protocolos de pausa* inseridos no **excerto d**, analisamos apenas 5, conforme:

- 1ª Situação: Intérprete: - Beijar a mão de teu general? (0).
- 2ª Situação: General: - Pensas que estou na terra dele e não na minha? (0)
- 3ª Situação: - Diga a esse índio que ele é um bárbaro (0).
- 4ª Situação: Índio Sepé: - Diz ao teu (0)
- 5ª Situação: - patrão que ele é mais bárbaro do que eu (0).

Sendo assim, passamos à apresentação do confronto entre os dados dos Grupos A e B sobre os usos das formas *tu* e *você*, no **excerto d**, conforme as 4 Categorias de Análise (1ª, 2ª, 3ª e 4ª), por meio dos dados levantados nos *protocolos de autorrevelação* e de *auto-observação*, respectivamente.

Cabe destacar que, dos 5 *protocolos de pausa* analisados, no **excerto d**, considerando o número de categorias (4), verificamos que há 20 possibilidades para cada leitor inferir sobre os modos de tratamento das personagens desse excerto, considerando o *protocolo de autorrevelação*. Desta forma, se multiplicarmos esse número pelo total de leitores (30), teremos 600 inferências possíveis de serem classificadas, conforme o *protocolo de autorrevelação*. Entretanto, devemos considerar que há mais uma chance para cada leitor inferir sobre tais questões em cada uma das 4 categorias do *protocolo de auto-observação*, ou seja, mais 120 possíveis ocorrências referentes a esse excerto. Assim, no total, somando as 600 possíveis inferências encontradas por meio do *protocolo de autorrevelação* com as 120 do *protocolo de auto-observação*, teremos 720 possibilidades de ocorrências a serem verificadas, somente no **excerto d**.

5.2.2.4.1. 1ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 1ª Categoria de Análise do **excerto d**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.4.1.1. Excerto d: resultados parciais do *Pprotocolo de Autorrevelação da 1ª Categoria* (**Anexo: 5.49**)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Intérprete: - Beijar a mão de teu general? (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.46: 1ª Categoria

Fonte: Anexo 5.49



Gráfico 5.6346: 1ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15 Anexo 5.49

Como podemos observar no gráfico, as referências dos leitores do Grupo A apontam que 2 leitores (13%) revelaram inferências que foram classificadas no eixo 1 (exemplo: *II-A14/d05-AR. L14: (tá) a tratá-lo ... por ::: um modo informal ::: por isso ::: o índio ::: P: Qual o modo informal. L14: o teu ::: por isso não (res :::) / neste caso ... acho que não é por intimidade ... acho que é mesmo por ::: (nã :::) / não respeitar ::: o ::: intérprete ::: e ::: “ general ::: ”*) (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 16), por demonstrarem que entenderam que o uso da forma *teu* indicou que o índio tratou o general por *tu*. Além disso, que esse tratamento por *tu* foi uma forma de demonstrar desrespeito ou superioridade.

Ainda sobre esse Grupo, 3 leitores (20%) tiveram suas inferências classificadas no eixo 2, por não referirem aquelas questões, embora tivessem parado no protocolo para

revelar inferências. Os restantes 10 leitores (67%) desse grupo não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*.

Por outro lado, 9 leitores (60%) do Grupo B revelaram inferências, mas não inferiram efeitos de formas de tratamento de oposição em nenhum momento, e 6 leitores (47%) não revelaram inferências.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: General: - *Pensas que estou na terra dele e não na minha?* (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.47: 1ª Categoria

Fonte: Anexo 5.49



Gráfico 5.6447: 1ª Categoria
Fonte: Fontes: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Anexo 5.49

Como podemos observar no gráfico sobre as inferências do Grupo A, 4 leitores (27%) revelaram inferências que foram classificadas no eixo 1, por indicarem que o uso do verbo flexionado na 2ª pessoa do singular indicou o tratamento por *tu* como forma de desrespeito, conforme:

II-A01/d07-AR. L1: ele continua a tratá-lo por ... por tu e ... / e o discurso dele ... indica que ... ele ... simplesmente ... não gosta da outra pessoa ... eu acho ... e ... o tratar por tu ... dá ênfase a isso porque ... ele não quer respeitá-lo ... apesar de dever respeitar por ele ser chefe ... (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 1)

Classificamos as inferências de 8 leitores (53%) desse grupo no eixo 2, por não revelarem que os usos de formas de 2ª pessoa possuíram efeitos de maior ou menor grau de cortesia. Ainda sobre esse grupo, 1 leitor (7%) teve suas inferências classificadas no eixo 3, por elas indicarem que o uso do *tu implícito* foi uma forma de tratamento que demonstrou proximidade e familiaridade entre o índio e o general. Exemplo:

II-A02/d07-AR. L2: ou seja ... exatamente ... ahn ::: ... o índio acha que ::: / que não deve ::: / que não deve ... / que não deve ::: ... (a) prestar qualquer expressão de superioridade ::: porque ::: aqui (pos ...) “ na terra dele e não na minha ”... / não está a usar a terceira pessoa ... está a usar o ::: / o ::: / a segunda pessoa ::: ou seja ::: ele ::: considera que ::: () uma (rel ...) / uma relação muito mais familiar com o ::: general do que o ::: intérprete ::: () o fato dele achar que não é o seu superior ... (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 2)

Verificamos ainda que apenas 2 leitores (13%) do Grupo A não realizam inferências.

Por outro lado, 12 leitores (87%) do Grupo B revelam inferências, mas não inferiram que as formas de 2ª pessoa possuem efeitos de tratamento que indicam graus de cortesia/descortesia, proximidade/distanciamento, formalidade/informalidade. Ainda, 2 leitores (13%) deste grupo não revelaram inferências.

Referente ao 3º protocolo de pausa analisado (3ª Situação: - Diga a esse índio que ele é um bárbaro (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.48: 1ª Categoria

Fonte: Anexo 5.49



Gráfico 5.6548: 1ª Categoria
Fonte: Fontes: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Anexo 5.49

Por meio da observação do gráfico acima, pudemos perceber que 3 leitores (20%) do Grupo A tiveram suas inferências classificadas no eixo 1, por os leitores referirem que o uso do sujeito nulo estava associado ao uso do *você*, com possibilidade de verificação de grau de cortesia (exemplo: *II-A01/d09-AR. L1: ahn ::: ... o general ... trata-o ... por ... por você ::: ... mas ... / mas não ::: ... / não ... / eu não ... / não parece ter intimidade nenhuma ... (m) ::: são só ordens uns pra os outros ((risos)) ... ahn ...*) (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 1). Classificamos ainda as inferências de 8 leitores (53%) desse grupo no

eixo 2, por não revelarem tais efeitos, e de 4 leitores (27%) como AS, por estes não revelarem inferências nesse *protocolo de pausa*.

Por outro lado, 11 leitores (73%) do Grupo B revelaram inferências genéricas sobre o excerto, mas não referiram os efeitos inferidos pelo Grupo A. E 4 leitores (27%) não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*.

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: *Índio Sepé - Diz ao teu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.49: 1ª Categoria

Fonte: Anexo 5.49



Gráfico 5.6649: 1ª Categoria
Fonte: Fontes: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Anexo 5.49

Como demonstra o gráfico acima, 3 leitores (20%) do Grupo A revelaram inferências que foram classificadas no eixo 1, por referirem que o *tu* indicou tratamento “sem mostrar respeito” de desrespeito, do índio para o general (exemplo: *II-A/d14-AR. L14: outra vez o (rr :::) / o ::: / como ::: na ideia de beijar do teu ::: / o teu outra vez sem mostrar ::: respeito ::: nem ... nada de especial :::*) (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 16).

Classificamos ainda as inferências de 2 leitores (13%) do Grupo A no eixo 2, por elas não revelarem efeitos de formas de tratamento opostas no uso das formas de 2ª pessoa. Tivemos também 1 classificação (7%) no eixo 3, por destacar a possibilidade da forma *teu*, ligada ao *tu*, referir grau de igualdade entre os interlocutores (exemplo: *II-A03/d12-AR. L3: aqui (a) / lá está ... / ao teu patrão ... ahn ::: ele fala com ele como se ::: fossem iguais ...*) (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 4). Ainda sobre esse Grupo, 9 leitores (60%) não revelaram inferências nesse *protocolo de pausa*.

Por outro lado, no que toca ao Grupo B, 4 leitores (27%) revelaram inferências que foram classificadas no eixo 2, por não referirem os efeitos acima citados, nenhum leitor inferir sobre efeitos de cortesia referentes à 2ª pessoa, e os demais 11 leitores (73%) foram classificados como AS, pois nãoem sequer pararam no *protocolo de pausa*.

Referente ao 5º *protocolo de pausa* analisado (5ª Situação: - *patrão que ele é mais bárbaro do que eu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.50: 1ª Categoria

Fonte: Anexo 5.49



Gráfico 5.6750: 1ª Categoria
Fonte: Fontes: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Anexo 5.49

Selecionamos esse *protocolo de pausa* para a nossa análise, mesmo ele não apresentando explicitamente as formas *tu* e/ou *você*, porque ele foi referido por leitores do Grupo A como indicador de efeitos de tratamento ligados ao uso do *você*, como quando o índio referiu o patrão do intérprete como sendo uma 3ª pessoa. Ou seja, como podemos observar no gráfico sobre as inferências dos leitores do Grupo A sobre esse *protocolo de pausa*, 3 leitores (20%) tiveram suas inferências classificadas no eixo 1 por referirem que esse protocolo confirma que o *ele* usado pelo índio refere a falta de respeito do índio ao general, ligada ao associada ao uso do *tu*, do índio para o general (exemplo: II-A01/d13-AR. L1: o ... fato dele o – in-sul-tar - ... no fim ... ahn ... confirma um bocado ... que é um tu de falta de respeito e não de ::: ... / de intimidade ...) (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 1). Devemos levar em conta que como este é o último protocolo do excerto, nele alguns leitores retiraram conclusões do que foi lido durante todo o excerto (exemplo: II-A11/d13-AR. L11: ahn ::: aqui ::: novamente ... vemos o general utilizar ahn ::: você e o índio utilizar o tu ::: ahn ::: / pode ::: ahn :::).

Classificamos ainda as inferências de 9 leitores (60%) desse grupo no eixo 2, por os leitores não revelarem inferências sobre efeitos de maior ou menor grau de cortesia, proximidade/distanciamento, formalidade/informalidade, na expressão do locutor. E houve 1 classificação (7%) dessas inferências no eixo 3, por o leitor referir que tratar por *você* pode ser demasiado formal. Exemplo:

*II-A07/d13-AR. L7: ahn ::: eu acho que aqui tem a ver com ::: / com a cultura ::: da ::: / dos dois ::: / das duas personagens ::: porque ::: na índia as pessoas normalmente não ::: / não tem esse tipo de comportamento de ::: beijar a mão dos outros ::: eu acho que eles são muito mais ::: / eu não sei como eles cumprimentam ... mas::: se calhar é só dizer olá ... ou assim ... não sei ::: ((risos)) ... e ::: / e ::: o general ficou passado porque ::: (tava) a espera que ele fizesse bem assim ::: / mas ao mesmo tempo ... ao fazer isso (el :::) ele estaria a ::: mostrar que ::: é inferior ao general ... e o índio não ... / não ::: quis que isso acontecesse ::: P: E a forma de tratar, tu? L7: pois ::: porque ::: se calhar acha que não deve tratar por você ... nem sequer ... se calhar ... eles usam essa maneira de falar porque ::: **isso é demasiado formal** ::: e os índios geralmente ::: (nã :::) / não ::: / as tribos não são assim ::: / não são ::: ... / não são formais ... / não sei ... eles ::: (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 9)*

Ainda, sobre esse grupo, 2 leitores (13%) não revelaram inferências.

Por outro lado, 14 leitores (93%) do Grupo B revelaram inferências, mas não referiram efeitos de cortesia e/ou formalidade nas formas de 2ª pessoa. E 1 leitor (7%) não revelou inferências.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 1ª Categoria do **excerto d**.

5.2.2.4.1.2. Resultados da 1ª Categoria de Análise do excerto d: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.49) acima, mais o confronto entre esses dados com os dos resultados *dos protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.50) referentes à 1ª Categoria de Análise do **excerto d**, conforme Anexo 5.51, (Grupo A) e Anexo 5.52 (Grupo B) em gráfico:

, conforme: **Gráfico 5.51: 1ª Categoria**

Fonte: Anexos 5.51 e 5.52

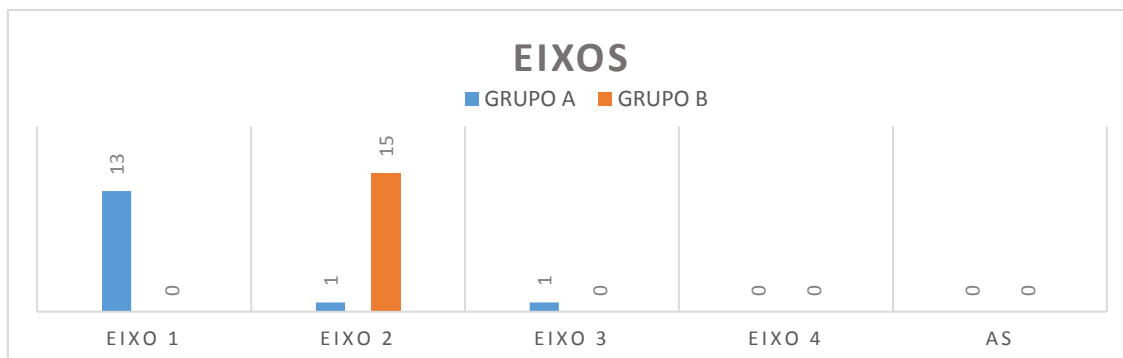


Gráfico 5.6851: 1ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7, 5.2.8, 5.2.15 e 5.2.16 Anexos 5.51 e 5.52

Portanto, como podemos observar no gráfico acima, no que toca à 1ª Categoria de análise do **excerto d**, do total de leitores do Grupo A, 13 (87%) revelaram demonstraram inferências que revelaram que o tratamento por *tu* pode significar desrespeito/não respeito. Ou seja, por meio das inferências verificadas, concluímos que para esses leitores o uso da 2ª pessoa pode criar efeitos de tratamento que destaca a suposta inferioridade do interlocutor. Por isso, classificamos suas inferências no eixo 1, eixo da semântica da inferioridade (SIN) (e. Exemplo: II-A01/c05-AR. L1: *ahn ... ele trata-o mais uma vez por tu ::: ... mas ::: parece sempre que é um bocado com ... com desdém ... e ... de quem não quer saber ... e não de (intimi ::: ...) / não um tu de intimidade ... mas sim um tu um bocado de falta de respeito ...*) (Anexo 5.2.7; Anexo 7: Faixa 1). É de lembrar que, na contagem final da análise, classificações do eixo 1 têm preferência sobre as do eixo 3, por demonstrarem de forma mais específica e/ou explícita o significado dos usos das formas de 2ª pessoa em questão.

Ainda sobre esse grupo, 1 leitor (7%) teve suas inferências classificadas no eixo 2, por não revelar os usos descritos acima, e 1 leitor teve suas inferências classificadas no eixo 3, por o leitor referir formalidade no uso do *você*.

No que toca aos leitores do PBRs, mais uma vez, em um excerto da literatura brasileira /gaúcha, os 15 leitores (100%) inferiram sobre questões genéricas de relacionamento entre as personagens, mas não referiram os usos das formas de 2ª pessoa com maior ou menor grau de cortesia, de formalidade ou de proximidade, o que coloca suas inferências no eixo 2, eixo da semântica da neutralidade (e. Exemplo: II-B03/d02-AR. L3: *aí ::: o ::: o ... Sepé ::: / uma indignação né?! por ele (considerava) a terra dele ::: / e não tinha que (presta) contas a um ... general ... não sentia ::: o general*

como ::: *proprietário daquela terra como os índios :::*) (Anexo 5.2.15; Anexo 7: Faixa 20).

Passamos, portanto, ao confronto entre os dados dos dois grupos, referente à 2ª Categoria de Análise do **excerto d**.

5.2.2.4.2ª 2. Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados, referentes aos dados levantados na 2ª Categoria de análise do **excerto d**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.4.2.1. Excerto d: resultados parciais do *Pprotocolo de Autorrevelação da 2ª Categoria* (**Anexo: 5.53**)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Intérprete: - Beijar a mão de teu general?(0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.52: 2ª Categoria

Fonte: Anexo 5.53

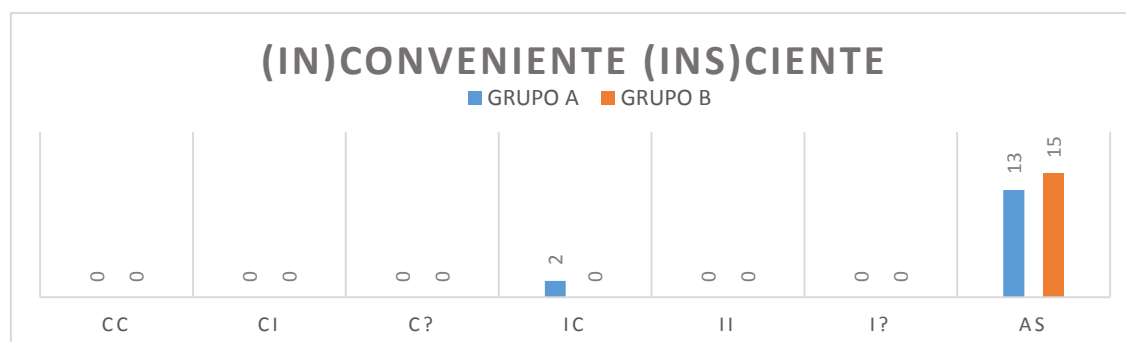


Gráfico 5.6952: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.53

Como podemos observar no gráfico acima, 2 leitores (13%) do Grupo A revelaram inferências sobre o tratamento do índio como sendo de forma *inconveniente e ciente*. Entretanto, 13 leitores (87%) desse grupo não revelaram inferências sobre *conveniência* ou *inconveniência* no uso de formas de tratamento, nesse *protocolo de pausa*. O mesmo ocorreu com o Grupo B, que não apresentou referências nesse sentido, nesse protocolo.

Referente ao 2º protocolo de pausa analisado (2ª Situação: General: - *Pensas que estou na terra dele e não na minha (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.53: 2ª Categoria

Fonte: Anexo 5.53

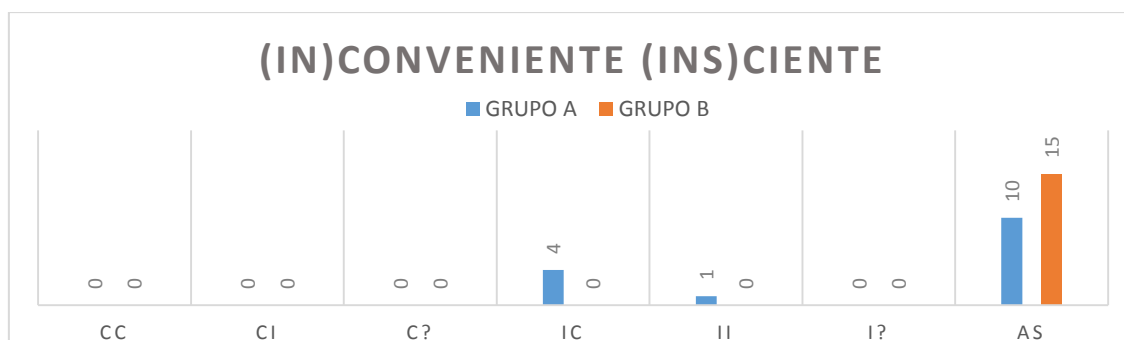


Gráfico 5.7053: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.53

Como podemos observar, 4 leitores (27%) do Grupo A revelaram inferências sobre o tratamento do índio ser *inconveniente* e realizado de modo *ciente*. Mas 1 leitor (7%) inferiu que a forma usada pelo índio, embora tenha sido *inconveniente*, foi realizada de modo *insciente*. Entretanto, 10 leitores (67%) desse grupo não revelaram inferência sobre a *conveniência* ou a *inconveniência* no uso da forma de tratamento utilizada pelo índio, nesse *protocolo de pausa*. O mesmo ocorreu com o Grupo B, que não revelou inferências nesse sentido.

Referente ao 3º protocolo de pausa analisado (3ª Situação: - *Diga a esse índio que ele é um bárbaro (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.54: 2ª Categoria

Fonte: Anexo 5.53

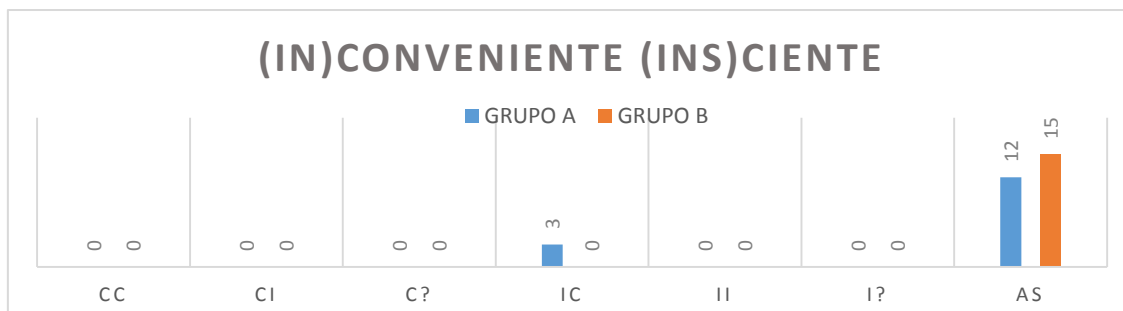


Gráfico 5.7154: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.53

O gráfico acima mostra que 3 leitores (20%) do Grupo A revelaram inferências sobre o tratamento do general para o índio como sendo de modo *inconveniente* e *ciente*. Entretanto, 12 leitores (80%) desse grupo não revelaram inferências sobre a *conveniência* ou a *inconveniência* no uso de forma de tratamento, nesse *protocolo de pausa*. O mesmo ocorreu com o Grupo B, que não apresentou referências nesse sentido, nesse protocolo.

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: *Índio Sepé: - Diz ao teu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.55: 2ª Categoria

Fonte: Anexo 5.5

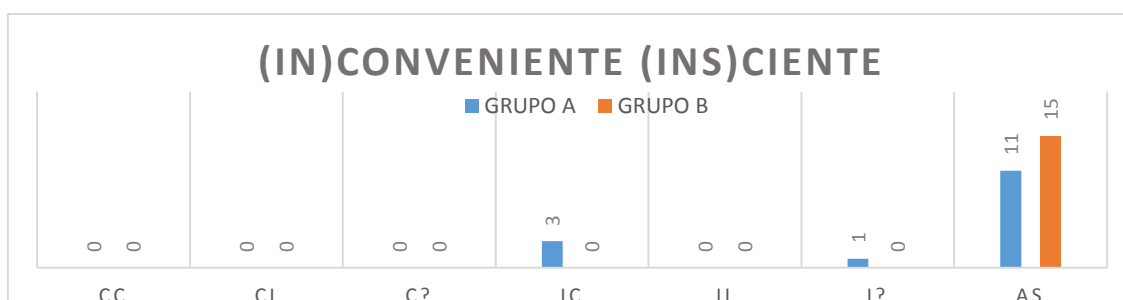


Gráfico 5.7255: 2ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.5

Como vemos, 3 leitores (20%) do Grupo A revelaram inferências sobre o tratamento do índio como sendo realizado de forma *inconveniente* e *ciente* e 1 leitor (7%) também revelou *inconveniência* nesse tratamento, mas não se compreendeu que foi realizado de modo *ciente* ou *insciente*. Entretanto, 11 leitores (73%) desse grupo não revelaram inferências sobre a *conveniência* ou a *inconveniência* no uso de formas de tratamento, nesse *protocolo de pausa*. O mesmo ocorreu com o Grupo B, que não revelou inferências nesse sentido, nesse protocolo.

Referente ao 5º *protocolo de pausa* analisado (5ª Situação: - *patrão que ele é mais bárbaro do que eu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.56: 2ª Categoria

Fonte: Anexo 5.53

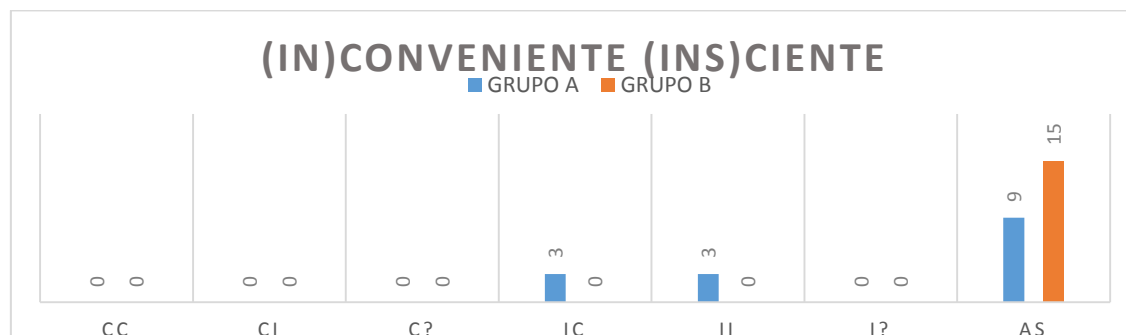


Gráfico 5.7356: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.53

Como podemos observar no gráfico acima, 3 leitores (20%) do Grupo A revelaram inferências sobre o tratamento do índio como sendo realizado de forma *inconveniente* e *ciente* e 3 leitores (20%) referiram a *inconveniência* desse tratamento, mas não revelaram se ele foi realizado de modo *ciente* ou *insciente*. Entretanto, 9 leitores (60%) desse grupo não revelaram inferências sobre *conveniência* ou *inconveniência* no tratamento linguístico entre as personagens, nesse *protocolo de pausa*. O mesmo ocorreu com o Grupo B, que não apresentou referência nesse sentido, nesse protocolo.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 2ª Categoria do **excerto d**.

5.2.2.4.2.2. Resultados da 2ª Categoria de Análise do excerto d: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentaremos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.53) acima, mais o confronto entre esses dados e os dos *protocolos de auto-observação* (Anexo: 5.54) , referentes à 2ª Categoria de Análise do **excerto d**, conforme Anexo 5.55 (Grupo A) e Anexo: 5.56 (Grupo B), em gráfico:, conforme:

Gráfico 5.57: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.55 e 5.56

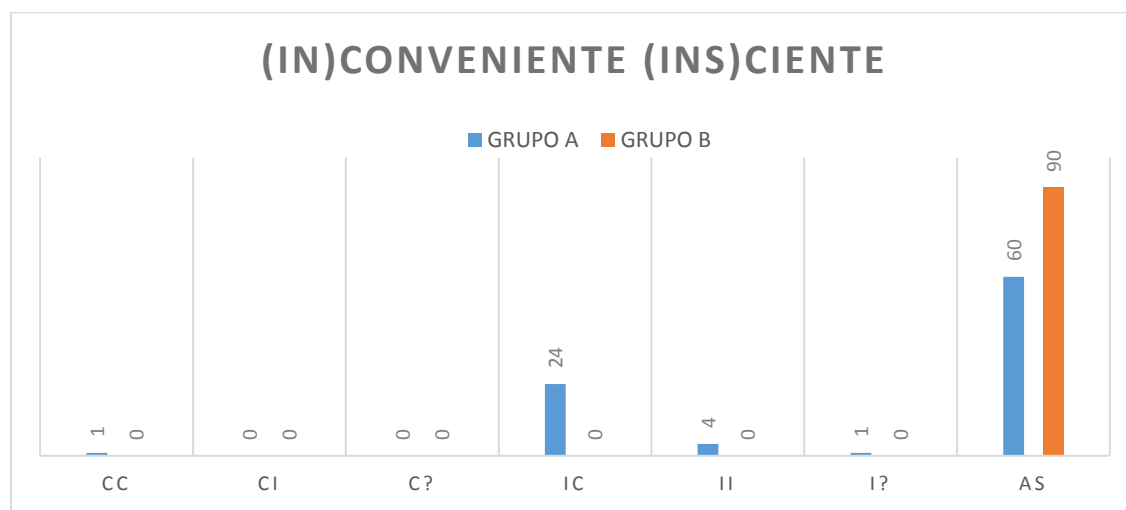


Gráfico 5.7457: 2ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexos 5.55 e 5.56

Podemos observar no gráfico acima que os leitores tiveram 90 possibilidades de classificação de suas inferências como *conveniente* e/ou *inconveniente*, *ciente* ou *insciente*, sobre os usos das formas de tratamento utilizadas pelas personagens do excerto. Sendo assim, quanto às inferências reveladas pelo Grupo A, em 30 delas houve referência à *conveniência* ou à *inconveniência* no uso de formas de referência à 2ª pessoa. Assim, 1 leitor indicou que tais usos ocorreram de forma *conveniente* e *ciente*, 24 indicaram que ocorreram de modo *inconveniente* e *ciente*, 4 indicaram que ocorreram de modo *inconveniente* e *insciente* e 1 indicou que ocorreram de modo *inconveniente*, mas sem

revelar se de forma *ciente* ou *insciente*. Ainda 60 ocorrências dos leitores desse grupo (A) não revelaram esses aspectos.

Quanto ao Grupo B, 100% das ocorrências levantadas não revelaram inferências sobre os usos das formas de 2ª e/ou de 3ª pessoas com efeitos de formas de tratamento com diferentes graus de cortesia, formalidade, distanciamento.

Passamos, portanto, ao confronto entre dos dados dos dois Grupos, referente à 3ª Categoria de Análise do **excerto d**.

5.2.2.4.3. 3ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 3ª Categoria de Análise do **excerto d**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.4.3.1. Excerto d: resultados parciais do *Pprotocolo de Autorrevelação da 3ª Categoria* (**Anexo: 5.57**)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Intérprete: - Beijar a mão de teu general? (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.58: 3ª Categoria

Fonte: Anexo 5.57



Gráfico 5.7558: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.57

Como podemos observar no gráfico acima, no que toca aos leitores do Grupo A, 3 deles (20%) referiram feitos de formas de tratamento distintas no protocolo analisado, 2 (13%) não referiram esses efeitos e 10 (67%) não revelaram inferências.

Quanto ao grupo B, 9 leitores (60%) revelam inferências genéricas, mas não sobre aqueles efeitos nas falas das personagens desse protocolo. E 6 leitores (40%) não revelaram inferências.

Referente ao 2º protocolo de pausa analisado (2ª Situação: General: - *Pensas que estou na terra dele e não na minha?* (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.59: 3ª Categoria

Fonte: Anexo 5.58

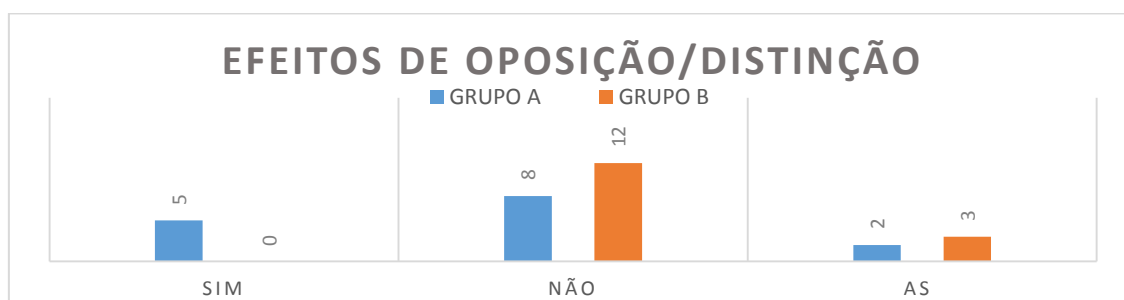


Gráfico 5.7659: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.58

O gráfico demonstra que 5 leitores (33%) do Grupo A inferiram efeitos de formas de tratamento “opostas” no protocolo analisado e que 8 deles (53%), embora tenham revelado inferências, não referiram aqueles efeitos nas falas das personagens. Ainda, 2 leitores (13%) desse grupo não revelaram inferências nesse protocolo.

Quanto ao grupo B, percebemos que 12 leitores (80%) revelaram inferências sobre o protocolo em causa, mas não efeitos de formas de tratamento distintas nas falas das personagens. Também, percebemos que 3 leitores (20%) do Grupo B não revelaram inferências nesse protocolo.

Referente ao 3º *protocolo de pausa* analisado (3ª Situação: - *Diga a esse índio que ele é um bárbaro(0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.60: 3ª Categoria

Fonte: Anexo 5.58

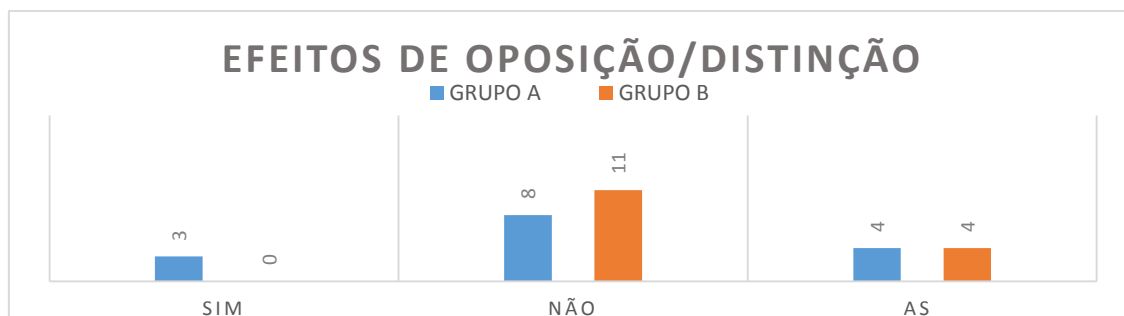


Gráfico 5.7760: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.58

O gráfico mostra que 3 leitores do Grupo A (20%) inferiram efeitos de formas de tratamento distintas no protocolo analisado e que 8 leitores (53%) revelaram inferências, mas não referiram tais efeitos nas falas das personagens. Ainda, que 4 leitores (27%) não revelaram inferências.

Quanto ao Grupo B, como vemos, 11 leitores (73%) revelam inferências, mas não revelaram efeitos de formas de tratamento distintas nas falas das personagens, nesse protocolo. E 4 leitores (27%) não revelaram inferências.

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: *Índio Sepé: - Diz ao teu (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.61: 3ª Categoria

Fonte: Anexo 5.58



Gráfico 5.7861: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.58

Como podemos observar no gráfico acima, quanto aos leitores do Grupo A, 4 leitores (27%) inferiram efeitos de formas de tratamento distintas no protocolo analisado e 2 leitores (13%) revelaram inferências, mas não sobre tais efeitos nas falas das personagens. Ainda, 9 leitores (73%) não revelam inferências.

Quanto ao Grupo B, 4 leitores (27%) leitores revelaram inferências, mas não sobre tais efeitos nas falas das personagens, e 11 leitores (73%) não revelaram inferências.

Referente ao 5º *protocolo de pausa* analisado (5ª Situação: - *patrão que ele é mais bárbaro do que eu (0)*), apresentamos o confronto entre dos dados dos Grupos A e B, da 3ª Categoria de Análise, conforme:

Gráfico 5.61: 3ª Categoria

Fonte: Anexo 5.58

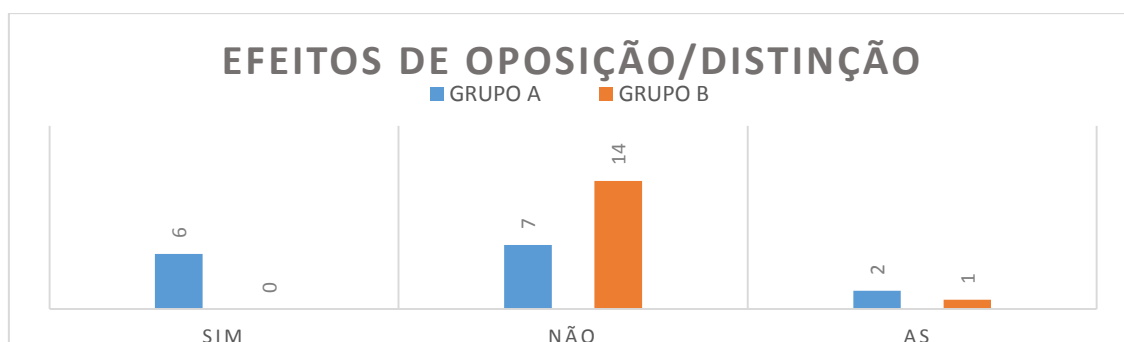


Gráfico 5.7961: 3ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.58

Como podemos observar no gráfico acima, quanto aos leitores do Grupo A, 6 deles (40%) referiram efeitos de formas de tratamento “opostas” no protocolo analisado e 7 (47%) revelaram inferências, mas não referiram tais efeitos nas falas das personagens. Ainda, houve 2 leitores (13%) que não revelaram inferências.

Quanto ao Grupo B, 14 leitores (93%) revelaram inferências, mas não sobre efeitos de formas de tratamento distintas nas falas das personagens, nesse protocolo, e 1 leitor (7%) não revelou inferências.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 3ª Categoria de Análise do **excerto d**.

5.2.2.4.34.2.1 Resultados da 3ª Categoria de Análise do excerto d: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos abaixo o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.57) acima, mais o confronto entre esses dados e o dos resultados *dos protocolos de auto-observação*, (Anexo: 5.58) referentes à 3ª Categoria de Análise do **excerto d**, conforme Anexo 5.59 (Grupo A) e Anexo 5.60 (Grupo B), em gráfico, conforme:

Gráfico 5.62: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.59 e 5.60

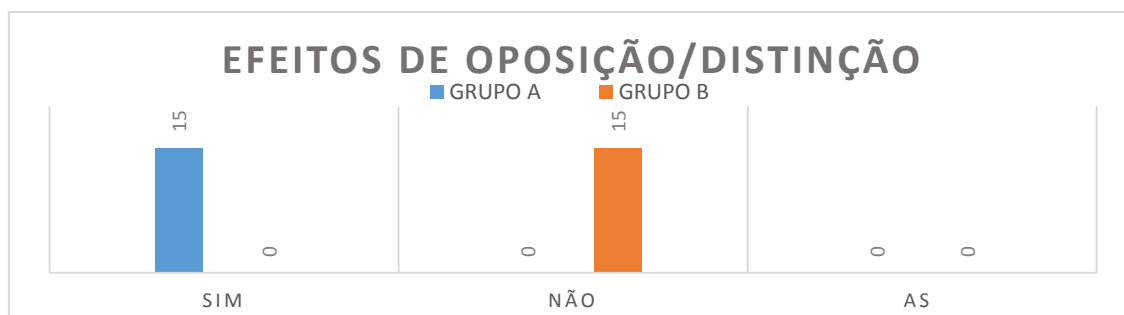


Gráfico 5.8062: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexos 5.59 e 5.60

Como podemos observar no gráfico acima, todos os leitores revelaram inferências sobre um ou outro *protocolo de pausa*. Entretanto, enquanto 100% das inferências dos leitores do Grupo A indicaram, em algum momento, que os usos das formas de referência à 2ª pessoa possuíram efeitos de FTs “opostas”, ou revelaram diferentes graus de cortesia, formalidade ou distanciamento, 100% dos leitores do Grupo B não realizam essas associações.

Passamos, portanto, ao confronto entre dos dados dos dois Grupos, referente à 4ª e última Categoria de Análise do **excerto d**.

5.2.2.4.4. 4ª Categoria de Análise

Apresentamos, nesta seção, o tratamento dos resultados referentes aos dados levantados na 4ª Categoria de Análise do **excerto d**, dos Grupos A e B, conforme segue.

5.2.2.4.4.1. Excerto d: resultados parciais do *Prprotocolo de Autorrevelação* da 4ª Categoria (Anexo: 5.61)

Referente ao 1º *protocolo de pausa* analisado (*1ª Situação: Intérprete: - Beijar a mão de teu general? (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B: (Anexo: 5.61):

Gráfico 5.63: 4ª Categoria

Fonte: Anexo 5.61

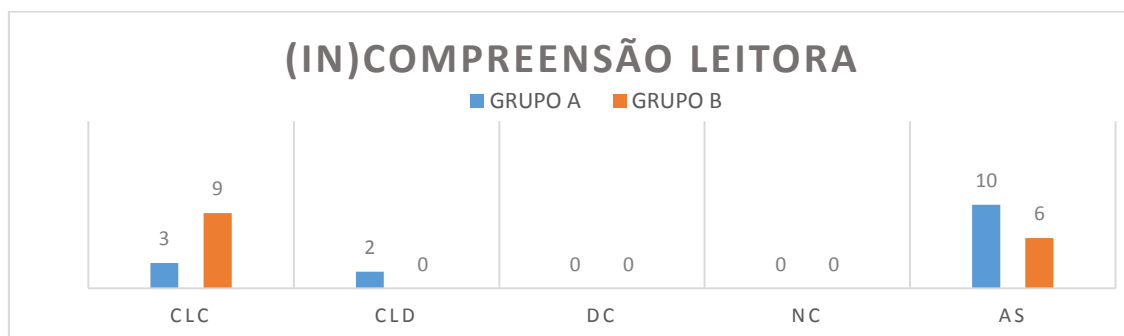


Gráfico 5.8163: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.61

Como podemos observar acima, do total das inferências sobre a compreensão leitora do 1º *protocolo de pausa* analisado, 3 leitores (20%) do Grupo A *compreenderam* esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, (pois não revelaram inferências sobre efeitos de formas de tratamento de “oposição” no uso da forma *teu*, associadas ao

uso da forma *tu*).. Mas houve 2 leitores (13%) desse grupo que compreenderam o protocolo de forma *divergente* da cultura do PBRS, pois referiram que o uso da forma *teu* foi referente ao tratamento por *tu*, com efeito de menor cortesia (do índio ao intérprete e, indiretamente, ao general). Ainda, 10 leitores (67%) desse grupo não revelaram inferências sobre esse protocolo.

No que toca ao Grupo B, 9 leitores (60%) desse Grupo inferiram sobre o *protocolo de pausa* de forma *convergente* com a cultura do PBRS e os restantes 6 leitores (40%) não revelaram inferências.

Referente ao 2º *protocolo de pausa* analisado (2ª Situação: General: - *Pensas que estou na terra dele e não na minha? (0)*), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.64: 4ª Categoria

Fonte: Anexo 5.61

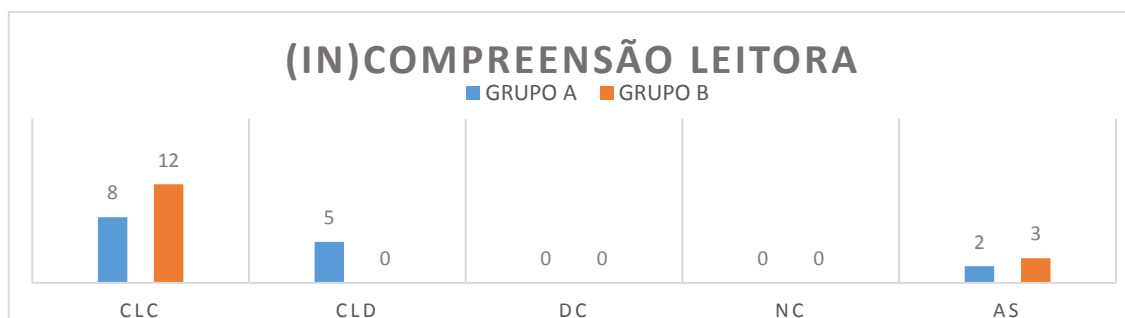


Gráfico 5.8264: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.61

Como podemos observar, do total das inferências sobre a compreensão leitora, no 2º *protocolo de pausa* analisado, 8 leitores (53%) do Grupo A *compreenderam* esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências sobre efeitos de cortesia referente ao sujeito nulo. Entretanto, 5 leitores (33%) *compreenderam* o protocolo de forma *divergente* da cultura do PBRS, pois realizam inferências sobre o uso da forma de 2ª pessoa com efeito de forma de tratamento de “oposição”/distinção. E 2 leitores (13%) desse grupo não revelaram inferências sobre esse protocolo.

No que toca ao Grupo B, 12 leitores (80%) sobre inferiram o *protocolo de pausa* de forma *convergente* com a cultura do PBRS e os restantes 3 leitores (20%) não revelaram inferências.

Referente ao 3º *protocolo de pausa* analisado (3ª Situação: - Diga a esse índio que ele é um bárbaro (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.65: 3ª Categoria

Fonte: Anexo 5.61

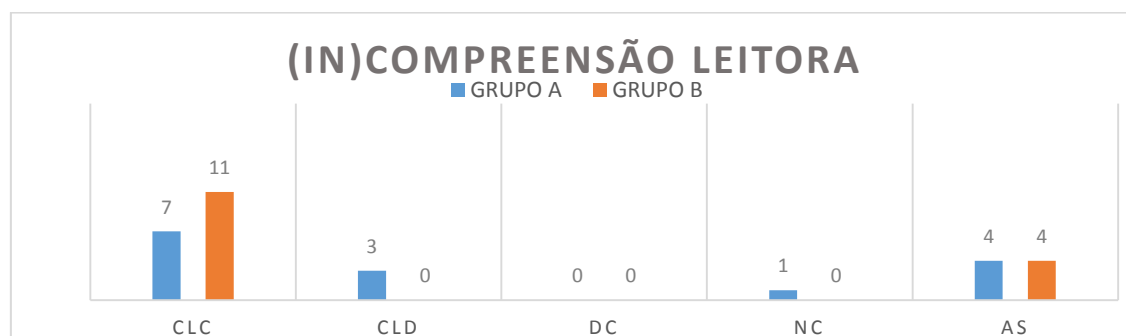


Gráfico 5.8365: 3ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.61

Como podemos observar, do total das inferências sobre a compreensão leitora, no 3º *protocolo de pausa* analisado, 7 leitores (47%) do Grupo A demonstraram *compreender* esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências sobre efeitos de cortesia nos usos do sujeito nulo. Entretanto, 3 leitores (20%) do Grupo A compreenderam o protocolo de forma *divergente* da cultura do PBRS, pois inferiram que o uso do sujeito nulo de 3ª pessoa na fala do general, ordenando o intérprete, imprimiu efeitos de tratamento que demonstrou superioridade, ligado ao uso do *você*. Ainda, 1 leitor (7%) desse grupo referiu *não compreender* o protocolo e 4 (27%) não revelaram inferências.

No que toca ao Grupo B, 11 leitores (73%) referiram inferências sobre o *protocolo de pausa* de forma *convergente* com a cultura do PBRS e os restantes 4 leitores (27%) não revelaram inferências.

Referente ao 4º *protocolo de pausa* analisado (4ª Situação: Índio Sepé: - Diz ao teu (0)), apresentamos o confronto entre os dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.66: 4ª Categoria

Fonte: Anexo 5.61

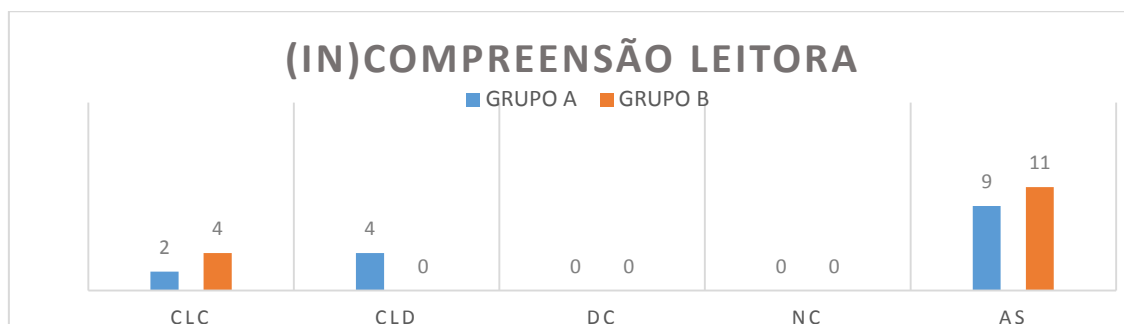


Gráfico 5.8466: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.61

Como podemos observar, do total das inferências sobre a compreensão leitora, no 4º *protocolo de pausa* analisado, 2 leitores (13%) do Grupo A *compreenderam* esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências sobre efeitos de cortesia nas falas das personagens. Mas, 4 leitores (27%) desse Grupo *compreenderam* o protocolo de forma *divergente* da cultura do PBRS, pois inferiram que o uso da forma *teu* foi referente ao uso do *tu* e, portanto, uma forma de descortesia usada do índio ao intérprete e, indiretamente, ao general. E 9 leitores (60%) desse grupo não revelaram inferências sobre esse protocolo.

No que toca ao Grupo B, 4 leitores (27%) inferiram sobre o *protocolo de pausa* de forma *convergente* com a cultura do PBRS e os restantes 11 leitores (73%) não revelaram inferências.

Referente ao 5º *protocolo de pausa* analisado (5ª Situação: - *patrão que ele é mais bárbaro do que eu (0)*), apresentamos a confrontação entre dos dados dos Grupos A e B, conforme:

Gráfico 5.67: 4ª Categoria

Fonte: Anexo 5.61

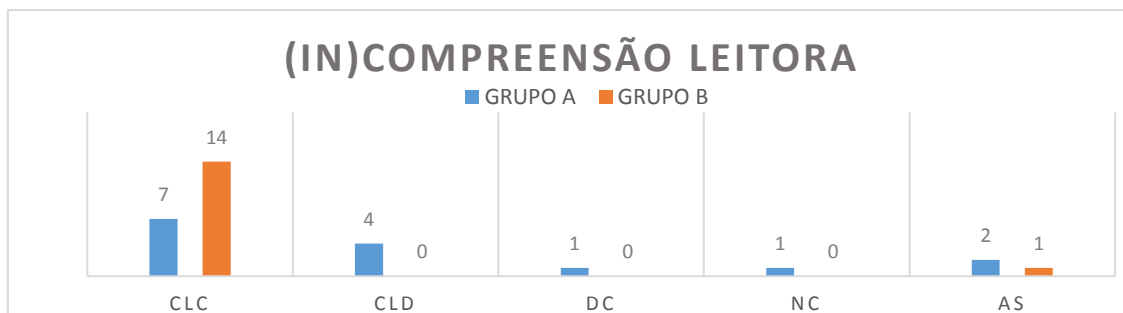


Gráfico 5.8567: 4ª Categoria
Fonte: Anexos 5.2.7 e 5.2.15

Fonte: Anexo 5.61

O gráfico acima demonstra que, do total das inferências sobre a compreensão leitora do 5º protocolo de pausa analisado, 7 leitores (47%) do Grupo A *compreenderam* esse protocolo de forma *convergente* com a cultura do PBRS, pois não revelaram inferências perceber efeitos de graus formas dde cortesia, informalidade, proximidade, na fala do índio. Mas 4 leitores (27%) desse grupo *compreenderam* o protocolo de forma *divergente* da cultura do PBRS, visto que referiram que o uso da forma *ele* e do de sujeito nulo, do índio ao intérprete e (indiretamente) ao general, estava ligado à forma *você*, com efeito de descortesia/falta de respeito. Ainda, 1 leitor (7%) referiu *dificuldade de compreensão* do protocolo, 1 leitor (7%) referiu *não compreender* o protocolo e 2 leitores (13%) desse grupo não revelaram inferências.

No que toca ao Grupo B, 14 leitores (93%) *compreenderam* o protocolo de pausa de forma *convergente* com a cultura do PBRS e 1 (7%) não revelou inferências.

Segue abaixo o resultado geral da análise comparativa entre os Grupos A e B, referente à 4ª Categoria do **excerto d**.

5.2.2.4.4.2. Resultados da 4ª Categoria de Análise do excerto d: *protocolos de autorrevelação e protocolos de auto-observação*

Apresentamos a seguir o resultado da análise comparativa entre os *protocolos de autorrevelação* (resultado geral – Anexo 5.61) acima, mais a confrontação desses dados com os resultados *dos protocolos de auto-observação*, r(Anexo: 5.62) referentes à 4ª Categoria de Análise do **excerto d**, conforme Anexo 5.63 (Grupo A) e Anexo 5.64 (Grupo B), em gráfico:

, conforme:

Gráfico 5.68: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.63 e 5.64



Gráfico 5.8668: 4ª Categoria

Fonte: Anexos 5.2.7, 5.2.8, 5.2.15, 5.2.16

Na contagem geral dos resultados acima, verificamos queFonte: Anexos 5.63 e 5.64

, como demonstra o gráfico, 13 leitores (87%) do Grupo A tiveram suas inferências classificadas como *compreensão leitora divergente* da cultura do dialeto em questão, o PBRS, 1 leitor (7%) como *difficuldade de compreensão* e 1 leitor (7%) como *não compreensão*.

Por outro lado, os 15 leitores do Grupo B (100%) tiveram suas inferências classificadas como de acordo com o que se esperava da leitura do **excerto d**. Por isso, a classificação deste grupo foi como *compreensão leitora convergente*.

Encerramos assim o confronto entre os dados dos Grupos A e B apresentados no **excerto d** e na segunda seção da segunda parte deste capítulo, no que toca à análise parcial sobre as inferências dos leitores sobre os *protocolos verbais*, sendo realizada uma análise resumida desses resultados nas considerações finais deste capítulo., da coão

Passamos, portanto, ao tratamento dos dados do 2º Questionário de Análise apresentado aos leitores.

5.2.3. Resultados obtidos no 2º Questionário de Análise

Nesta seção, referente ao 2º Questionário de Análise, apresentamos o confronto entre os dados levantados junto aos Grupos A e B sobre os usos das formas *tu* e *você* no seu cotidiano. Buscamos com a realização desse questionário tirar a prova sobre a validade dos dados obtidos a partir dos *protocolos verbais* anteriores. Portanto, apresentamos abaixo os seus principais resultados, o que podemos observar no gráfico que apresentaremos a seguir. à

Gráfico 5.69: 2º Questionário de Análise

Fonte: Anexo 5.18

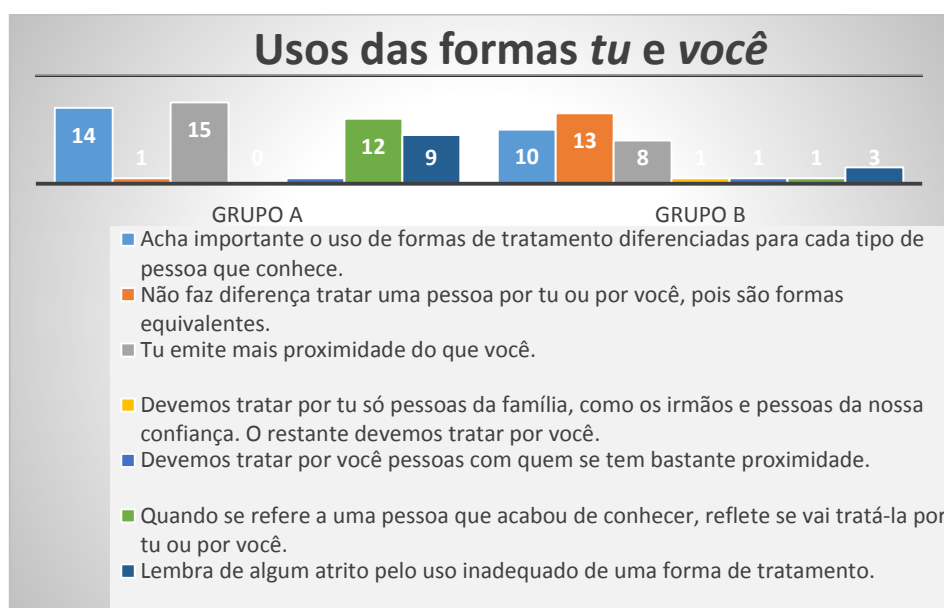


Gráfico 5.8769: 2º Questionário de Análise

Fonte: Anexo 5.318

Sendo assim, quando perguntamos aos investigados se eles achavam importante usar formas de tratamento diferenciadas para cada tipo de pessoa que acabam de conhecer, 14 leitores (93%) do Grupo A e 8 leitores (53%) do Grupo B responderam que sim. Nesse grupo, ainda houve quem referisse que achava importante usar tratamento diferenciado para autoridades, mas não no cotidiano.

Quando pedimos aos investigados para marcarem verdadeiro (V) ou falso (F) sobre algumas questões ligadas aos os usos das formas *tu* e *você* no seu cotidiano, obtivemos os seguintes resultados:

- 14 leitores (93%) do Grupo A e 10 leitores (67%) do Grupo B entenderam que há diferença de tratamento no uso das formas *tu* e *você*. Entretanto, os investigados do Grupo B referiram a variação diatópica, visto que, enquanto os gaúchos usam *tu*, o *você* é usado em outros Estados do Brasil.

- b) 1 leitor (7%) do Grupo A e 13 leitores (87%) do Grupo B marcaram F para a assertiva “não faz diferença tratar uma pessoa por *tu* ou por *você*, pois são formas equivalentes”. Ou seja, percebemos que para os gaúchos do RS, *tu* e *você* são quase sinônimos e para os portugueses são formas “opostas”/distintas.
- 15 leitores (diferenciadas que expressam diferentes graus de proximidade. 100%) do Grupo A e 8 leitores (apenas 53%) do Grupo B marcaram V sobre o fato de a forma *tu* expressar maior proximidade do que a forma *você*. Ou seja, entendem a assertiva como F. Ainda assim, leitores do Grupo B referiram, mais uma vez, a “proximidade geográfica” das pessoas que usam o *tu*, por esta forma ser usada pelos gaúchos do RS.
- b)c) 15 leitores (100%) do Grupo A e 14 (93%) do Grupo B marcaram F para a assertiva de que devemos tratar por *tu* somente pessoas da família, como irmãos e pessoas da nossa confiança, devendo tratar o restante por *você*. Ou seja, o Grupo A marcou F porque entendeu que não devemos tratar o restante por *você*, mas que essa questão é muito complexa e, assim, não poderia marcar V. Já os investigados do Grupo B referiram que não usam o *você*.
- c)d) 14 leitores (93%) do Grupo A e 14 (93%) do Grupo B marcaram F para a assertiva de que devemos tratar por *você* pessoas com quem temos bastante proximidade. Ou seja, entendem que não devemos tratar essas pessoas por *você*. Assim, E mais uma vez os investigados do Grupo B referiram que não usam o *você*. Já o Grupo A, mais uma vez, referiu a complexidade das situações, sendo que o uso do *você* dependeria do contexto, preferindo marcar F, novamente.
- d)e) 12 leitores (80%) Grupo A e 1 (7%) do Grupo B referiram que refletem sobre as formas de tratamento a serem utilizadas para quem acabam de conhecer.
- e)f) 9 leitores (60%) do Grupo A e 3 (20%) do Grupo B lembraram-se de algum atrito por terem tratado alguém por *tu*. Dos casos relatados pelo Grupo A, destacamos uma situação de sala de aula, em Portugal, em que uma aluna lusobrasileira tratou uma professora não exatamente por *tu*, mas por *você*. Entre os casos relatados pelo Grupo B, destacamos dois: o de uma menina gaúcha que, quando estava em outro Estado brasileiro, usou o *tu* e foi corrigida por isso; o de uma menina gaúcha que, estando no RS, tratou a outra de, que era de outro Estado do Brasil, por *você* e foi corrigida por ela.

Desse modo, como vemos, as respostas obtidas nesta terceira parte da pesquisa contribuem para a constatação das verificações realizadas na segunda parte, referente aos *protocolos verbais*, pois confirmam que há diferentes usos para as formas *tu* e *você*, no PE e no PBRs, conforme relatos de investigados dessas duas diferentes culturas: com efeitos de oposição/distinção, ou sem esses efeitos.

Sendo assim, essas verificações, além de auxiliarem na triangulação dos dados obtidos, dão-nos respaldo para a confirmação das hipóteses levantadas no início da pesquisa, quando destacamos que, aparentemente, os usos das formas *tu* e *você* poderiam possuir semânticas distintas nas culturas do PE e do PBRs.

e do PE.

5.2.4. Tempo decorrido: *protocolos verbais*

Além dessas verificações, gostaríamos de acrescentar mais um dado que, embora não seja o mais relevante, visto que a nossa pesquisa não privilegia o método quantitativo nem a frequência dos dados levantados, mas sim a sua intensidade, pode ser significativo. O dado do qual falamos é referente ao tempo decorrido para a realização das leituras e a revelação das inferências sobre os excertos lidos pelos leitores dos dois Grupos (A e B).

Os resultados demonstraram que, no que toca aos excertos da literatura portuguesa, o Grupo A realizou as leituras em 2h36min, enquanto o Grupo B levou 2h04min. No que toca aos excertos da literatura gaúcha, o Grupo A realizou as leituras desses excertos em 2h57min, enquanto o Grupo B em 1h32min. Ou seja, no total de tempo utilizado por cada Grupo para realizar suas inferências, verificamos que o Grupo A levou 5h55min, enquanto o Grupo B 3h36 minutos, quase a metade do tempo do Grupo A.

Uma das possíveis explicações para essas diferenças é que, enquanto os leitores do Grupo A realizam inferências mais complexas sobre os usos das formas *tu* e *você*, por inferirem nelas essas formas efeitos de “oposição” (o que exige mais elaboração mental para desvendar essa complexidade, precisando, assim, pararem por mais tempo nos *protocolos de pausa* para explicarem o distanciamento verificado entre as personagens), o Grupo B, como não realiza essas inferências, acaba por não parar na maioria dos *protocolos de pausa*. Assim, realiza a leitura em menos tempo.

Como vemos, esse é mais um dado que, embora não seja conclusivo por si só, contribui para reforçar a existência de diferentes formas de compreensão das narrativas

analisadas pelos dois Grupos, no que toca aos diferentes usos das formas *tu* e *você*, que podem ser inferidas com diferentes significados semântico-pragmáticos. É de considerar que os dois grupos percorrem diferentes caminhos na construção da compreensão leitora, no que diz respeito aos aspectos verificados acima.

Desta forma, terminamos a análise dos dados levantados nesta pesquisa e passamos às considerações finais deste capítulo.

Considerações Paciais

Neste capítulo, apresentamos o levantamento dos dados recolhidos na pesquisa de campo através de 2 questionários aplicados aos investigados, bem como de *protocolos verbais* de *autorrevelação* e *auto-observação*, aplicados junto ao Grupos A e B.

Com isso, concluímos que a Amostra investigada ofereceu bons resultados, pois ao mesmo tempo em que se revelou homogênea, no que toca ao número de participantes de cada cultura estudada, das suas idades e interesses, bem como sobre o conhecimento da norma do português e da cultura da sua região, também se mostrou diversificada, no que toca às naturalidades dos investigados e aos diferentes cursos e semestres que frequentam.

No que toca à análise do tratamento dos resultados dos *protocolos verbais* de *autorrevelação* e de *auto-observação*, dos excertos investigados, no **excerto a**, buscávamos perceber se as inferências realizadas pelos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* usadas pelas personagens do excerto (Carlos e Dâmaso) eram percebidas com efeitos de “oposição/distinção”. Como esse excerto é da literatura portuguesa *Os Maias*, de Eça de Queirós, e é escrito na variedade do PE, a qual possui grande complexidade sobre os usos da forma *você* e das formas de tratamento em geral, esperávamos que as inferências dos leitores fossem no sentido de verificarem essa complexidade e destacassem, tanto no uso da forma *você*, de Dâmaso para Carlos, como no uso da forma *tu*, de Carlos para Dâmaso, diferentes efeitos de tratamento ligados a diferentes graus de cortesia distintos e, sobretudo, da maior proximidade que se foi criando entre as personagens. Sendo assim, verificamos que a compreensão dos leitores do Grupo A sobre o **excerto a** foi *convergente* com os usos das formas *tu* e *você* no PE. Verificamos ainda que os Mas que leitores do Grupo B compreenderam o excerto em causa de modo *divergente* dessa cultura da cultura do PE, no que toca àquelas formas, por a grande maioria dos leitores não referir os diferentes efeitos de tratamento de oposição presentes nos usos das formas *tu* e *você* usadas pelas personagens.

Também no **excerto b**, tal como no anterior, buscávamos perceber se as inferências realizadas pelos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens eram percebidas por eles com efeitos de formas de tratamento “opostas”/distintas. Como esse excerto também é da literatura portuguesa, *Os Maias*, de Eça de Queirós, e escrito em português europeu (PE), esperávamos que as inferências dos leitores fossem no sentido de verificarem essa complexidade e destacarem tanto no uso da forma *você*, de Afonso para Vilaça, como no uso da forma *tu*, de Carlos para Vilaça, diferentes efeitos de tratamento. Assim, observamos que os leitores do Grupo A compreenderam os usos das formas *tu* e *você* de modo *convergente* com o PE, ou seja, com efeitos de formas de tratamento distintas. Contudo, mais uma vez, os leitores do Grupo B compreenderam-nas de forma *divergente* da cultura em questão, ou sentiram dificuldade de compreensão.

No que diz respeito ao **excerto c**, que diferentemente dos dois anteriores, é procedente da literatura brasileira e /gaúcha *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, esperávamos que as inferências dos leitores sobre o uso da forma *tu* (com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular) realizado pelo médico Rodrigo, por meio de discurso indireto, fossem compreendidas sem efeitos de maior ou menor cortesia, mas sim de modo *neutral*. Não esperávamos também que os leitores percebessem no uso desse pronome a intenção de provocar efeito de maior ou menor grau de proximidade/informalidade, ou mesmo de familiaridade entre os interlocutores. Esperávamos, entretanto, que os leitores inferissem sobre questões genéricas ligadas ao relacionamento entre as personagens. Da mesma forma, não esperávamos que os leitores inferissem o “sabe” referido pelo Cuca ao Chico como indicador do uso da forma *você* implícita e com efeito de forma de tratamento de oposição que revela maior ou menor grau de distanciamento entre os interlocutores. Isso porque no dialeto gaúcho o *tu* é usado com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular para indicar o outro, o que nos leva a inferir que o verbo *sabe* do excerto, com sujeito nulo, está associado ao *tu* e não ao *você*. E, como podemos perceber nesse excerto analisado, Erico Verissimo utilizou o dialeto gaúcho em sua narrativa sobre a cultura e a história do gaúcho do RS.

Sendo assim, nossa análise mostrou que quando passamos aos excertos da literatura brasileira /gaúcha, em que esperávamos que a forma *tu* com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular fosse compreendida “sem” efeitos de formas de tratamento com grau de proximidade, intimidade e/ou formalidade/igualdade, os leitores do Grupo A continuaram inferindo esses usos com esses efeitos, diferente do que se esperava, neste caso. Houve ainda leitores do Grupo A que relataram dificuldade em de compreender do

uso da forma *tu* com o verbo flexionado na 3ª terceira pessoa do singular, por ser um uso contrário à norma.

Por outro lado, os leitores do Grupo B não demonstraram estranhamentos sobre os usos daquelas formas e flexões, tanto que nem sequer as referiram, comentando somente outros aspectos das relações entre as personagens do excerto.

Quanto ao **excerto d**, também procedente da literatura brasileira /gaúcha *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, buscávamos que as inferências realizadas pelos leitores não considerassem os usos de formas de 2ª pessoa do singular com efeitos de proximidade ou distanciamento entre as personagens. Nem mesmo esperávamos que os leitores inferissem esse uso com possibilidade de efeito de tratamento de desrespeito/não respeito e/ou de ameaça. Entretanto, esperávamos que os leitores inferissem outras questões sobre os relacionamentos das personagens, as quais poderiam envolver ameaças e desrespeito, mas não por meio do uso de um pronome de 2ª pessoa, como vimos. Sendo assim, os leitores que inferissem dessa forma teriam essas inferências classificadas como *divergentes* da cultura do PBRS. Por outro lado, os leitores que não revelassem essas questões, embora inferissem outras questões genéricas ligadas ao relacionamento entre as personagens, teriam suas inferências classificadas como *convergentes* com o PBRS. Desse modo, pudemos verificar que também neste excerto da literatura brasileira /gaúcha os leitores do Grupo A associaram os usos das formas de referência à 2ª pessoa a efeitos de formas de tratamentos distintos ligados aos usos das formas *tu* e/ou *você*. Ou seja, associaram o uso da forma do *teu* ao *tuao tu* com efeitos de formas de tratamento de tratamento de proximidade, desrespeito/não respeito e igualdade. e intimidade. Esses leitores inferiram ainda que o verbo em 3ª pessoa estaria associado ao uso do *você*. Entretanto, temos que relembrar/considerar, mais uma vez, que a narrativa foi escrita em PBRS e que, nesse dialeto o verbo na 3ª pessoa é o que acompanha o *tu*.

Sendo assim, as inferências do Grupo A foram classificadas como *compreensão leitora divergente* da cultura do dialeto em questão, o PBRS, *dificuldade de compreensão e não compreensão*. Por outro lado, 100% dos leitores do Grupo B não demonstraram compreender as formas de referência à 2ª pessoa com aqueles efeitos percebidos pelos leitores do PE. Por esse motivo, suas inferências estiveram de acordo com o que se esperava da leitura do **excerto d** e, por isso, suas inferências foram classificadas como *compreensão leitora convergente*.

Contudo, para tirarmos a prova sobre essas evidências confrontamos tais dados referidos acima com dados levantados no 2º Questionário de Análise, sobre os usos das

formas *tu* e *você* pelos investigados dos dois Grupos (A e B), no seu cotidiano. A partir dessa confrontação, pudemos comprovar a validade das observações anteriores, visto que os investigados demonstraram coerência entre a compreensão das narrativas apresentadas e os usos que fazem das formas *tu* e *você* no seu cotidiano.

A partir dessas verificações, concluímos que, possivelmente, os leitores do Grupo A possuem maior dificuldade de compreensão de narrativas escritas em PBRs do que de narrativas escritas em PE. O motivo que apontamos aqui, embora possam existir outros, é o seu provável o seu desconhecimento dos usos das formas *tu* e *você* na cultura gaúcha. No que toca aos leitores do Grupo B, concluímos que, possivelmente, estes possuem maior dificuldade de compreensão de narrativas escritas em PE do que de narrativas escritas em PBRs. O motivo que apontamos aqui, embora também possam existir outros, é o seu provável seu desconhecimento dos usos das formas *tu* e *você* na cultura portuguesa. Isso porque os leitores do Grupo A associam os usos das formas de referência à 2ª pessoa a efeitos de formas de tratamento distintas. Inclusive associam o uso da forma *teu* ao da forma *tu* com efeito de forma de tratamento de proximidade, intimidade, igualdade, e até mesmo de desrespeito.

Sendo assim, encerramos este capítulo e passamos passaremos ao capítulo das Conclusões do nosso trabalho, onde apresentaremos os resultados gerais sobre os dados levantados neste capítulo.

a análise de dados mais gerais levantados, por meio dos 4 excerto apresentados aos leitores, e analisados conforme as 4 Categoria de Análise e os *protocolos verbais* de *autorrevelação* e *auto-observação*. Assim, poderemos concluir qual a hipótese melhor responde à indagação desta pesquisa: *as diferentes regras de uso das formas tu e você, do PE e do PBRS, podem influenciar a compreensão de narrativas literárias escritas em língua portuguesa (LP), tanto no que tange à compreensão específica (CE), como no que diz respeito à compreensão ampla (CA) da narrativa?*

Conclusões

Passamos em revista, na primeira parte deste trabalho, teorias do âmbito da linguística, da literatura e do ensino que, a nosso ver, melhor sustentam o nosso problema de pesquisa a saber:

As narrativas literárias portuguesas, escritas no PE, e as narrativas brasileiras gaúchas, escritas no PB/PBRS, podem ser compreendidas de modos diferenciados, no que toca aos efeitos produzidos pelas formas tu e você, quando lidas por leitores de diferentes culturas de língua portuguesa (portugueses e gaúchos)?

Na segunda parte, apresentamos a metodologia e a análise realizada para chegarmos a algumas conclusões sobre o tema tratado.

No apartado que segue, apresentaremos as conclusões do nosso estudo.

Para isso, passamos à apresentação global dos resultados alcançados no capítulo anterior (Análise), conforme as quatro categorias de análise utilizadas para classificar as inferências dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* nos 4 excertos que fizeram parte do *corpus* da pesquisa (dois da literatura portuguesa e dois da literatura brasileira gaúcha). Ou seja, no Capítulo Análise, apresentamos os resultados da categorização e da classificação dos dados obtidos por meio dos *protocolos verbais*, por excerto, separadamente. Cada excerto teve categorização e classificação próprias. Neste momento de conclusão, apresentaremos os resultados da categorização e da classificação dos dados obtidos por meio dos *protocolos verbais*, mas tendo em conta os 4 excertos, conjuntamente. É de referir, antes de mais, que aqui também a contagem dos dados leva em conta a forma utilizada no capítulo anterior, conforme disposto na Metodologia.

Sendo assim, passamos à verificação da 1ª Categoria de Análise (*Eixos semânticos*). Lembramos que essa categoria buscou classificar inferências sobre os *protocolos de pausa* em que os leitores referiram usos das formas *tu* e *você* com diferentes efeitos semântico-pragmáticos, no que toca à posição do locutor em relação ao seu interlocutor, se de *inferioridade* (Eixo 1), de *neutralidade* (Eixo 2), de *igualdade* (Eixo 3) ou de *superioridade* (Eixo 4). Incluímos ainda uma classificação para o caso de os leitores não revelarem inferências sobre os *protocolos de pausa* em questão (AS: Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência).

Seguem o resultados obtidos, conforme:

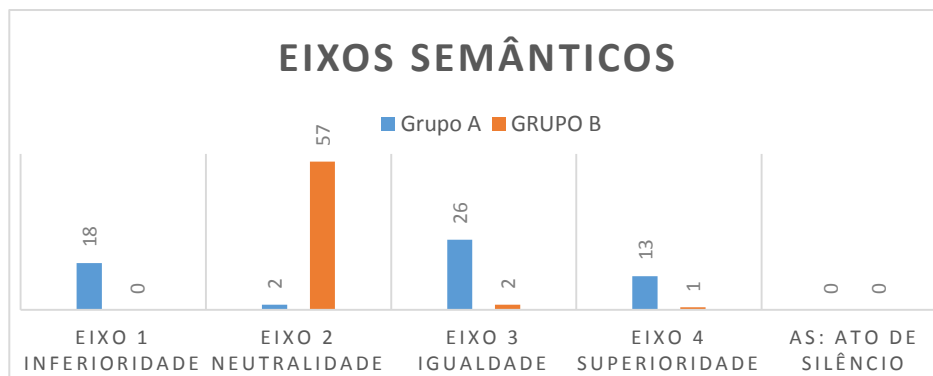


Gráfico 5.88: Conclusões sobre Eixos Semânticos

Fonte:¹⁰⁴

Como podemos observar, por meio do gráfico demonstrativo acima, em que classificamos as inferências dos dois Grupos investigados (A: 15 portugueses; B: 15 gaúchos) sobre os usos das formas *tu* e *você* pelas personagens dos quatro excertos (o que soma, no total, 120 classificações, 60 para cada Grupo), enquanto o Grupo A identificou diferentes usos para as formas *tu* e *você*, no que toca à posição do locutor, ligados aos eixos de *inferioridade*, eixo 1 (com 18 casos; 30% do total das inferências desse Grupo), de *neutralidade*, eixo 2 (com 2 casos; 3%), de *igualdade*, eixo 3 (com 26 casos; 43%) e de *superioridade*, eixo 4 (com 13 casos; 22%), o Grupo B, na sua grande maioria (com 57 casos; o que equivale a 95% das suas inferências), identificou os usos dessas formas com caráter de *neutralidade*. Apenas 2 inferências deste grupo (3%[..1]) foram classificados no eixo da *igualdade* (Eixo 3), por os leitores referirem que a forma *você* foi usada entre amigos, e 1 caso (2%) foi classificado no eixo da superioridade (Eixo 4), por o leitor referir que a forma *você* pode indicar maior respeito. É de lembrar que, embora esta referência seja contrária à norma do PE, consideramos também categorizá-la porque identificamos que há, tanto leitores gaúchos como portugueses, que inferem o uso da forma *você* desse modo. Gostaríamos de registrar que não fazemos juízo de valores sobre as inferências dos leitores, apenas descrevemos, categorizamos e classificamos as suas inferências sobre os usos das formas *tu* e *você*.

Concluimos, a partir dessas verificações, em primeiro lugar, que a categorização realizada sobre os usos das formas *tu* e *você* em diferentes eixos semânticos faz sentido, visto que encontramos várias ocorrências para todas elas, a partir da análise das próprias inferências dos leitores.

¹⁰⁴ Esse é o resultado da compilação dos Anexos: 5.4.1, 5.4.2, 5.4.3, 5.4.4, 5.4.16, 5.4.17, 5.4.18, 5.4.18, 5.4.32, 5.4.33, 5.4.34, 5.4.35, 5.4.48, 5.4.49, 5.4.50 e 5.4.51.

Em segundo lugar, verificamos que as categorizações das inferências do Grupo A mostraram-se distintas das do Grupo B. Ocorre que aquele grupo associa constantemente os usos das formas *tu* e *você* aos graus de proximidade/distanciamento entre os interlocutores, do ponto de vista das suas relações verticais ou horizontais, enquanto o Grupo B não refere essas diferenças, apenas referindo, eventualmente, a variação diatópica no uso daquelas formas, no Brasil.

Sendo assim, passamos à verificação da 2ª Categoria de Análise, em que classificamos às referências dos leitores sobre a *conveniência* ou a *inconveniência*, *ciente* ou *insciente*, nos usos das formas *tu* e *você*, realizadas pelas personagens dos excertos lidos. Ou seja, por meio dessa categoria, pretendemos verificar se os leitores inferem que os usos das formas estudadas podem ter consequências nas relações (vertical ou horizontal) entre os interlocutores.

Essa categoria possui as seguintes classificações: a) CC (Ato Conveniente Ciente); b) CI (Ato Conveniente Insciente); c) C? (Ato Conveniente/ não se identifica se é Ciente ou Insciente); d) IC (Ato Inconveniente Ciente); e) II (Ato Inconveniente Insciente); f) I? (Ato Inconveniente/ não se identifica se é Ciente ou Insciente). Para casos em que o leitor não revela inferências sobre os aspectos levantados, temos a classificação AS: Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência.

Obtivemos os seguintes resultados:

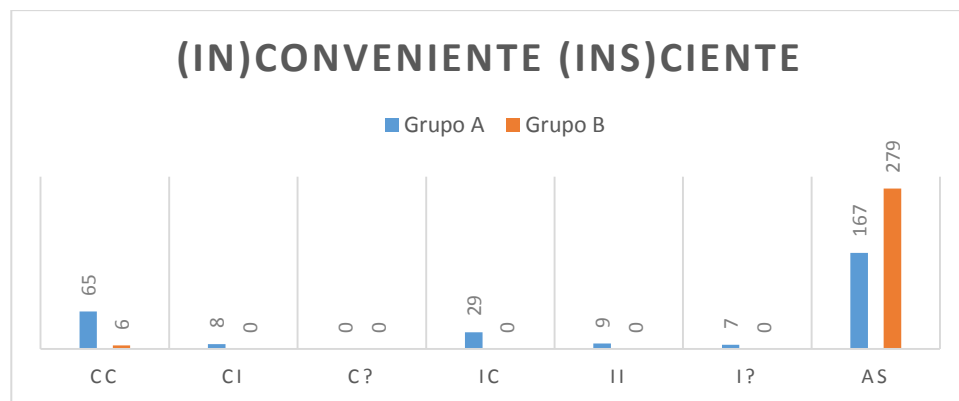


Gráfico 5.89: Conclusões sobre (In)Conveniências

Fonte:¹⁰⁵

Como podemos observar no gráfico acima, houve, nos quatro excertos analisados e conforme os *protocolos de autorrevelação e auto-observação*, 285 oportunidades de os

¹⁰⁵ Esse é o resultado da compilação dos anexos: 5.4.5, 5.4.6, 5.4.7, 5.4.8, 5.4.21, 5.4.22, 5.4.23, 5.4.24, 5.4.37, 5.4.38, 5.4.39, 5.4.40, 5.4.53, 5.4.54, 5.4.55 e 5.4.56.

15 leitores de cada grupo referirem *conveniência* ou *inconveniência* nos usos das formas *tu* e/ou *você* entre as personagens dos excertos.

Assim, no que toca às inferências dos leitores do Grupo A, 65 delas demonstraram entender os usos das formas estudadas como *convenientes e ciente*; 8 delas revelaram que as formas usadas pelos locutores foram *convenientes*, mas usadas de modo *insciente*; 29 revelaram que as formas utilizadas foram *inconvenientes* e usadas de modo *ciente*; 9 demonstram que as formas utilizadas foram *inconvenientes*, mas usadas de modo *insciente*; e 7 casos demonstram que as formas utilizadas foram *inconvenientes*, mas nada revelaram se foram usadas de modo *ciente* ou *insciente*. Ou seja, há 118 referências de leitores do Grupo A que revelam que os usos das formas *tu* e *você* podem ter consequências na relação entre os interlocutores.

Por outro lado, quanto ao Grupo B, das 285 possibilidades de inferência sobre os aspectos levantados acima, há apenas 6 casos em que os leitores deste Grupo referiram *conveniência* no uso do *você*, por entenderem que é mais educado usá-lo, ao invés do *tu*.

Percebe-se, assim, uma discrepância entre os dados das inferências dos dois Grupos investigados (A e B) sobre esses aspectos, o que reforça a ideia de que há diferentes formas de compreensão sobre os usos das formas *tu* e *você* em narrativas de diferentes culturas de língua portuguesa. Entendemos que elas se revelam quando os leitores, ao tentarem compreender os textos lidos, buscam elementos para a compreensão da narrativa no seu universo cultural próprio, o qual pode ser diferente do universo cultural da narrativa.

Deste modo, passamos à observação da 3ª Categoria de Análise investigada, em que pretendíamos verificar se os leitores percebiam *efeitos de oposição/distinção* nos usos das formas *tu* e *você*. Ou seja, classificamos nessa categoria referências explícitas dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* como “opostas”/distintas, que marcam diferentes relações entre locutor e interlocutor.

São classificadas como *sim* inferências em que os leitores referem que os usos das formas *tu* e *você* possuem usos distintos, ou diferentes graus de cortesia, e como *não* as inferências em que os leitores não referem os usos de *tu* e/ou *você* como formas que marcam diferentes relações entre os interlocutores. Também aqui temos uma classificação possível, para o caso de o leitor não revelar inferências: AS (Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência).

Conforme podemos observar no gráfico abaixo, obtivemos os seguintes resultados:

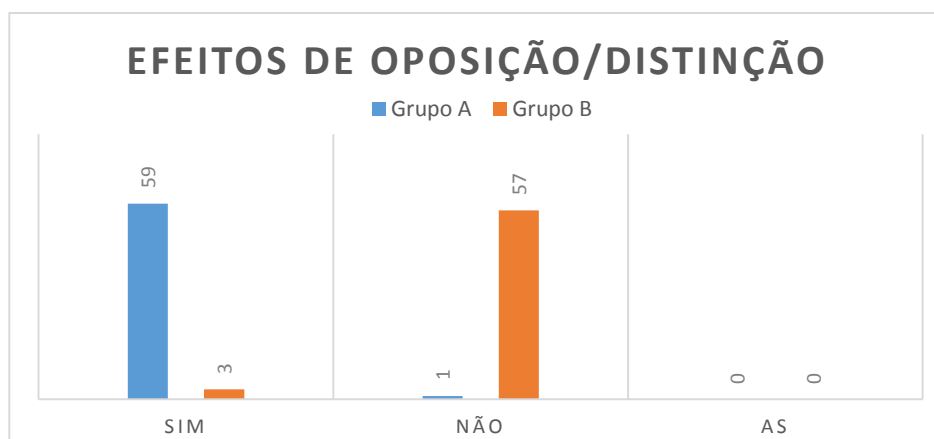


Gráfico 5.90: Conclusões sobre oposição/distinção
Fonte:¹⁰⁶

Na categoria acima, que pretendia, mais uma vez, contribuir para confirmar ou infirmar as conclusões das categorias anteriores, identificamos que das 60 leituras realizadas por cada Grupo investigado, a partir dos 4 excertos apresentados aos leitores, em 59 casos (o que equivale a 99% do total), em um ou em outro *protocolo de pausa*, os leitores referiram [...] os usos das formas *tu* e/ou *você* com efeitos de “oposição”/distinção entre elas. Enquanto isso, apenas 3 leitores do Grupo B (o que equivale a 5% deles) referiram esses usos, mas voltados às diferenças diatópicas no Brasil (2 casos) e como expressão de respeito (1 caso).

A nossa análise além de confirmar os resultados das categorias anteriores, também confirma que, independente da cultura em que se insere a narrativa, os leitores inferem os usos das formas *tu* e *você*, quase sempre, conforme as regras de uso do sistema de tratamento da sua cultura. Isso nos leva a crer que os dois grupos percorrem diferentes caminhos para chegarem à compreensão geral de narrativas de LP e que esses diferentes caminhos passam pela observação de questões ligadas aos usos da língua portuguesa nos diferentes contextos culturais de referência dos leitores. No caso da pesquisa em questão sobre os usos das formas *tu* e *você*, diríamos que esses caminhos diversos estão atrelados aos diferentes usos dessas formas nas culturas referidas (portuguesa e gaúcha).

Passamos à apresentação dos resultados da 4ª e última Categoria de Análise investigada, mais específica sobre a *compreensão leitora* dos Grupos A e B sobre os excertos lidos e que também buscou verificar se a compreensão dos leitores sobre os usos das formas *tu* e *você* referem marcas de relações verticais ou horizontais entre os interlocutores, ou não. Ou seja, esperávamos que a compreensão leitora dos entrevistados,

¹⁰⁶ Esse é o resultado da compilação dos anexos: 5.4.9, 5.4.10, 5.4.11, 5.4.12, 5.4.25, 5.4.26, 5.4.27, 5.4.27, 5.4.37, 5.4.38, 5.4.39, 5.4.40, 5.4.57, 5.4.58, 5.4.59 e 5.4.60.

no que toca aos excertos do PE, revelasse essas marcas. Por outro lado, no que toca aos excertos do PBRs, esperávamos que a **compreensão**[.3] dos leitores não revelasse marcas de existência de relação vertical ou horizontal entre os interlocutores.

Portanto, essa categoria é dividida nas seguintes classificações: a) CLC: *Convergente com o PBRs/em excerto do PBRs* (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou *convergente com o PE/em excerto do PE* (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores); b) CLD: *Divergente do PBRs/em excerto do PBRs* (com marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores), ou *divergente do PE/em excerto do PE* (sem marcas sobre a relação vertical ou horizontal entre os interlocutores); c) DC: *Dificuldade de compreensão*; d) NC: *Não compreensão*. Temos uma 5ª classificação possível, para o caso de o leitor não revelar inferências: AS (Ato de silêncio do leitor/Não revela inferência).

Antes de passarmos à apresentação desta categoria, gostaríamos de explicar que as verificações que seguem serão diferentes das realizadas nas categorias acima, pois, num primeiro momento, apresentaremos somente os resultados obtidos por meio dos excertos do PE. E, depois, num segundo momento, apresentaremos os resultados levantados a partir dos excertos do PBRs. Somente num terceiro momento analisaremos de forma conjunta os excertos do PE e os do PBRs. Isso porque, como veremos, esses dois tipos de análise apresentam resultados completamente distintos.

Passamos, portanto, à verificação dos excertos **a** e **b**, referentes ao PE, conforme:

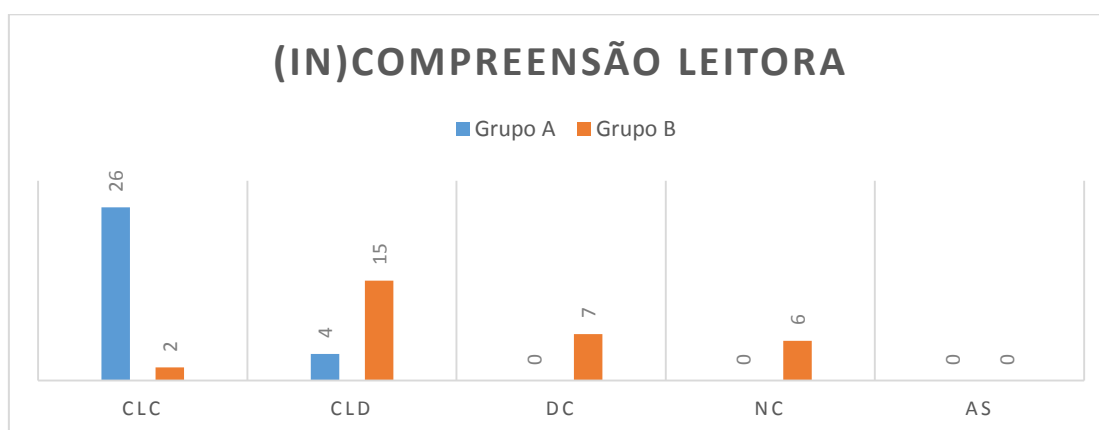


Gráfico 5.91: Conclusões sobre Compreensão Leitora (Excertos a e b)

Fonte:¹⁰⁷

O gráfico acima aponta que, relativamente aos excertos do PE, das 30 leituras realizadas pelo Grupo A, em 26 delas (87%) verificamos *compreensão leitora*

¹⁰⁷ Esse é o resultado da compilação dos anexos: 5.4.13, 5.4.14, 5.4.15, 5.4.16, 5.4.29, 5.4.30, 5.4.31 e 5.4.32.

convergente com a cultura do excerto. E que, em apenas 4 delas (13%) os leitores demonstraram *compreensão leitora divergente*, por não revelarem inferências sobre os aspectos analisados, ou seja, os usos das formas *tu* e *você*.

Por outro lado, das 30 leituras realizadas pelos leitores do Grupo B, 15 delas (50%) apresentaram *compreensão leitora divergente* da cultura do PE, por os leitores não referirem os usos das formas *tu* e *você* com efeitos distintos. Ainda, 7 delas (23%) revelaram a *difficuldade de compreensão* dos leitores sobre os excertos lidos e 6 (20%) a sua *não compreensão*. Apenas 2 leituras (7%) deste Grupo referiram inferências sobre os usos diferenciados das formas *tu* *você*; mas, ainda assim, sobre a variação diatópica dessas formas no Brasil, ou sobre o uso do *você* poder ser mais educado do que o do *tu*, o que não condiz com a norma padrão do PE. Assim, tais inferências somente são consideradas como *convergente* com a cultura do excerto por concordarem com certos usos feitos do *você* em determinadas regiões bem delimitadas no Norte de Portugal, que também são contrários à norma.

Passamos à apresentação dos excertos **c** e **d**, referentes à cultura do PBRS, em que verificamos as seguintes classificações sobre a *compreensão leitora*:

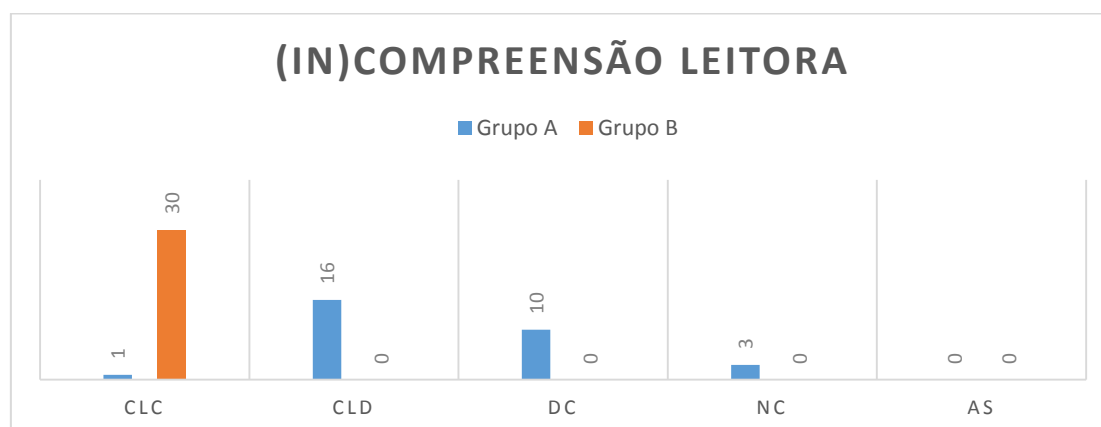


Gráfico 5.92: Conclusões sobre Compreensão Leitora (Excertos **c** e **d**)

Fonte:¹⁰⁸

Como vemos, o gráfico acima demonstra que, relativamente às leituras dos 2 excertos do PBRS, 30 por Grupo, o Grupo A apresenta 1 classificação (3%)^[.4] como *compreensão leitora convergente* com a cultura do excerto, visto que o leitor em questão não referiu o uso da forma *tu* como reveladora de relações horizontais ou verticais entre os interlocutores. Ainda, há 16 leituras (53%) classificadas como *compreensão leitora divergente*, por os leitores referirem usos distintos para as formas *tu* e *você*, 10 leituras

¹⁰⁸ Esse é o resultado da compilação dos anexos: 5.4.45, 5.4.46, 5.4.47, 5.4.48, 5.4.61, 5.4.62, 5.4.63 e 5.4.64.

(33%) classificadas como *difficuldade de compreensão* e 3 leituras (10%) como *não compreensão* do excerto, por os leitores revelarem explicitamente essas questões. Ou seja, o Grupo A infere as formas *tu* e *você*, relativamente aos excertos do PBRS, com as mesmas características semântico-pragmáticas “opostas”/distintas do PE.

Por outro lado, o Grupo B apresenta 30 leituras (100%) classificadas como *convergentes* com o PBRS, por não referirem essas distinções, nos excertos do PBRS.

Assim, por meio das análises realizadas, observamos significativas diferenças de compreensão dos usos das formas *tu* e *você* pelos dois grupos investigados. Como exemplos mais específicos dessas diferenças podemos citar ocorrências sobre o **excerto a** (do PE), em que o Grupo B demonstrou não compreender uma questão relevante para a compreensão do excerto, que foi a passagem do uso da forma *você* para o *tu de familiaridade*, entre as personagens Carlos e Dâmaso. Entendemos que isso influenciou a compreensão ampla do excerto, pois não identificar o movimento de aproximação entre as personagens Carlos e Dâmaso levou à não identificação de que o relacionamento entre eles passou de mais formal a menos formal. Ou seja, a *compreensão* dos leitores do Grupo B sobre esse excerto foi baseada em outros fatores descritos na narrativa, mas que não envolveram os usos das formas *tu* e *você*, como: a troca de favores entre as personagens (o que sugere amizade), a dedicação e o companheirismo entre elas. Assim, os leitores perceberam o envolvimento das personagens, mas não os diferentes graus de formalidade pelo qual passaram. Portanto, o uso do *você* foi compreendido de forma *neutra* pela grande maioria dos leitores do Grupo B, que passaram pelos *protocolos de pausa* sem referir esse uso. Houve apenas três inferências sobre o uso do *você* como forma de amizade, do ponto de vista da proximidade, o que só é aceitável em certos grupos sociais e em relações simétricas socialmente de igualdade horizontal no PE, [...5][...6] cultura do excerto da narrativa.

Essas verificações fizeram com que concluíssemos que a compreensão do **excerto a**, pelo Grupo B, tenha ficado comprometida, tanto quanto à *compreensão específica*, como no que toca à *compreensão ampla*, pelo fato do não reconhecimento, pelos gaúchos, de regras de cortesia ligadas aos usos das formas de tratamento da cultura do PE.

Por outro lado, o Grupo A apresentou *compreensão* do **excerto a**, de acordo com as regras de uso das formas *tu* e *você* no PE. Em geral, destacou questões sobre o distanciamento inicial entre as personagens e, inclusive, sobre o movimento de aproximação entre elas, por meio da passagem do uso do *você* para o *tu de familiaridade*.

Tais verificações levaram-nos a concluir que a compreensão do excerto, pelo

Grupo A, está de acordo com o que se esperava da *compreensão específica* do excerto. Ainda, é de lembrar que muitos dos leitores desse grupo aguardavam a leitura apresentar maiores dados sobre o uso do *você*, para então concluir o significado do seu uso pelas personagens, visto que há grande complexidade para a sua utilização, no PE (Duarte, 2010). Também, nos protocolos de *compreensão ampla*, o Grupo A demonstrou compreender a narrativa de acordo com a cultura do excerto, por reconhecer as regras de cortesia dessa cultura e observar o movimento de aproximação entre as personagens, que parte de um *você* que revela *distanciamento/formalidade* para um *tu de familiaridade*.

Outro bom exemplo a referir sobre as diferentes compreensões entre os dois Grupos investigados (A e B) é o das inferências sobre o **excerto c** (do PBRS), em que boa parte dos leitores do Grupo A estranhou o uso da forma *tu* do médico ao padreiro, por entender não ser adequada à situação. Ou seja, não é normal um médico tratar um paciente por *tu* na cultura portuguesa. Por esse motivo, esses leitores compreenderam que esse tratamento deveria implicar algum tipo de situação que não ficou expressa na porção de narrativa apresentada, como o desejo de o médico aproximar-se do paciente, ou de animá-lo. Contudo, como esse excerto é da literatura brasileira gaúcha, onde, como vimos, o *tu* tem usos *neutrais*, diferentes foram as inferências do Grupo B. Assim, os leitores deste grupo, embora tenham percebido as diferenças sociais entre o padreiro e o médico, o que destacaram por meio da análise de descrições da narrativa, não estranharam os usos da forma *tu*, do médico ao padreiro. Ou seja, perceberam o respeito do padreiro para com o médico e a amabilidade do médico para com Chico, mas por meio de outras ações e descrições de atitudes realizadas por eles, e não por meio do uso de formas de tratamento verbais. Deste modo, quanto aos excertos da literatura gaúcha, o Grupo B apresentou *compreensão* conforme o uso dessas formas nessa cultura, diferente do Grupo A.

Assim, lembrarmos o problema da tese levantado no início deste trabalho:

As narrativas literárias portuguesas, escritas no PE, e as narrativas brasileiras gaúchas, escritas no PB(PBRS), podem ser compreendidas de modos diferenciados, no que toca aos efeitos produzidos pelas formas tu e você, quando lidas por leitores de diferentes culturas de língua portuguesa (portugueses e gaúchos)?

Concluimos, após as verificações acima, que a resposta para essa pergunta é afirmativa e que a 1º hipótese de pesquisa, também apresentada no início deste trabalho, é a mais adequada para respondê-la:

As diferentes regras de uso das formas tu e você, no PE e no PBRS, podem influenciar a compreensão de narrativas literárias escritas em língua portuguesa (LP), tanto no que tange à compreensão específica (CE), voltada ao nível do

cotexto, como no que diz respeito à compreensão ampla (CA), voltada ao nível do contexto.

Isso porque a pesquisa realizada demonstrou que as diferentes regras de uso das formas *tu* e *você*, do PE e do PBRS, podem ter consequências sobre a compreensão leitora de narrativas literárias dessas duas culturas, tanto no que diz respeito ao que chamamos de *compreensão específica* da narrativa (por estar ao nível do cotexto), como no que diz respeito ao que chamamos de *compreensão ampla* da narrativa (por estar ao nível do contexto).

Concluimos ainda que os usos do *tu* do PB podem estar mais próximo aos usos do *você* do PB, do que aos usos do *tu* do PE; e os usos do *você* do PB podem estar mais próximo dos usos do *tu* do PB, do que dos usos do *você* do PE, **do ponto de vista semântico-pragmático**, pela complexidade destes usos no PE. Ou seja, as culturas do PE e do PBRS, ao possuírem sistemas de tratamento com diferentes usos semântico-pragmáticos para as formas *tu* *você*, do ponto de vista da cortesia linguística (que por um lado podem ser *neutrais*/PBRS e, por outro, podem revelar as relações verticais e horizontais, de familiaridade ou distância, de formalidade ou informalidade/PE entre os interactantes de interações discursivas), influenciam a compreensão de narrativas literárias.

Como observamos acima, os Grupos A e B apresentaram resultados distintos sobre as leituras dos excertos do PE e do PBRS, quando observados separadamente, por cultura.

Mas, antes de concluirmos este estudo, gostaríamos de revelar uma curiosidade verificada: quando passamos a observar a *compreensão leitora* dos dados levantados “nos 4 excertos”, conjuntamente, do PE e do PBRS, surpreendemo-nos com a semelhança dos resultados obtidos junto aos dois grupos investigados (A e B), conforme:

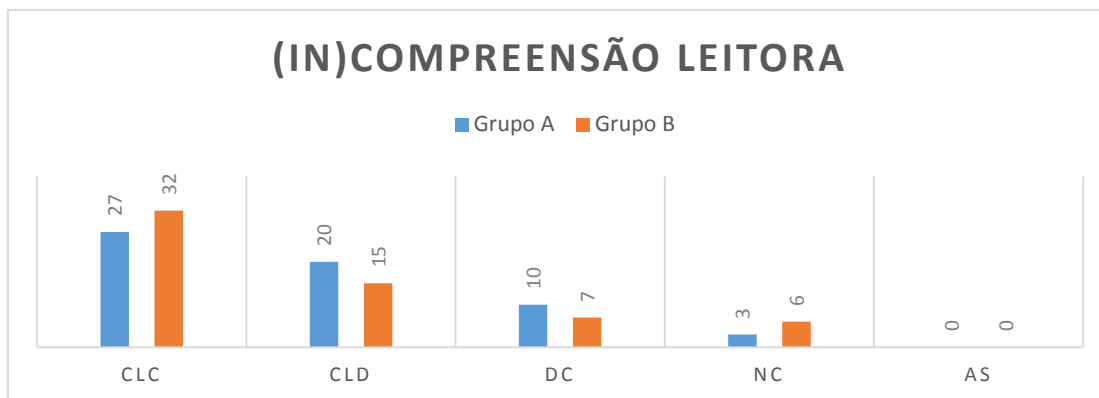


Gráfico 5.93: Conclusões sobre Compreensão Leitora (**Excertos a, b, c e d**)

Fonte:¹⁰⁹

Como podemos observar no gráfico acima, os dois Grupos investigados possuem resultados semelhantes quanto à *compreensão leitora*, o que demonstra que, de forma geral, apresentam semelhantes graus de compreensão sobre os excertos lidos. As diferenças só aparecem quando os resultados dos excertos das duas culturas são computados separadamente. Ou seja, quando os dois Grupos leem excertos de narrativas de língua portuguesa que possuem sistemas de tratamento diferentes do sistema da sua cultura. Mais especificamente, quando os leitores portugueses leem narrativas do PBRS e quando os leitores gaúchos leem narrativas do PE. É de verificar ainda que eles também apresentam *compreensão leitora divergente, dificuldade de compreensão e não compreensão* semelhantes. Isso demonstra que há semelhantes dificuldades de compreensão para os leitores, quando leem narrativas de culturas diferentes da sua.

Concluimos, assim, que o desconhecimento dos diferentes protocolos de uso das formas de tratamento *tu* e *você* de diferentes culturas de língua portuguesa, como o do Estado do Rio Grande do Sul, localizado no extremo Sul do Brasil, e o de Portugal, proporcionam diferentes formas de compreensão de textos escritos em língua portuguesa, quando o leitor e a obra são provenientes de diferentes culturas.

Assim, entendemos que se faz necessário o desenvolvimento de competências de índole sociolinguística e pragmática no ensino da compreensão de narrativas literárias, no que toca aos usos de formas de tratamento e, conseqüentemente, das formas de cortesia, utilizadas por diferentes culturas, não só pelo desenvolvimento cognitivo do aluno, mas pelo desenvolvimento da sua tolerância em relações interculturais, dentro e fora da escola, o que pode ter consequência nas suas relações sociais. No caso específico estudado, os

¹⁰⁹ Esse é o resultado da compilação dos anexos: 5.4.13, 5.4.14, 5.4.15, 5.4.16, 5.4.29, 5.4.30, 5.4.31, 5.4.32, 5.4.45, 5.4.46, 5.4.47, 5.4.48, 5.4.61, 5.4.62, 5.4.63 e 5.4.64.

usos das formas *tu* e *você* utilizadas por povos de outras culturas podem passar a não ser vistas como desejo de agressão à face.

Destacamos ainda que ensinar essas diferenças é papel tanto da família como da escola. Isso porque transferir conhecimento sobre os usos de formas de cortesia de culturas alheias, em geral, e, especificamente, sobre os usos das formas *tu* e *você*, pode levar os alunos à ampliação das competências citadas acima e, sobretudo, da sua compreensão textual.

Ainda, trabalhar os usos das formas de cortesia por meio da literatura e em consonância com a linguística é mais um dos meios de promover o desenvolvimento do aluno, visto que a literatura pode representar, embora de modo muito específico e próprio, a realidade e contribuir para que os alunos aculturem-se, a partir da apreciação de tradições linguísticas de culturas alheias. Ensinar esses diferentes usos, por meio do estudo da língua, pode ainda levar ao desenvolvimento metalinguístico dos alunos.

Portanto, destacamos a relevância do ensino em interface entre linguística e literatura, tanto para o estímulo das competências linguísticas dos alunos sobre os usos das formas de cortesia, nomeadamente, dos usos das formas *tu* e *você* em diferentes culturas, como para a sua socialização e para a regulação de possíveis conflitos ligados à proteção da face (Brown e Levinson, 1987). Deste modo, é também de destacar a importância do trabalho do professor, ao oferecer ao aluno a possibilidade de desvendar o “jogo linguístico de adivinhação” (Goodman, 1982), que é a *compreensão leitora* dos componentes linguísticos selecionados para a construção textual e extra-textual.

Entendemos que o ensino das formas de cortesia verbais das culturas alheias, por meio de recursos literários, pode contribuir para desfazer estranhamentos que podem ser causados por *pré-conceitos* sobre os usos da língua em interações discursivas de ambientes reais, e não só ficcionais. Deste modo, “cremos” que o ensino dos usos das formas de cortesia das culturas alheias também pode promover, mesmo que paulatinamente, a paz entre os povos, por meio da tolerância associada ao desejo de compreensão alheia.

Laus Deo

Referências Bibliográficas

- Andrade, O. (1972). *Obras completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Austin, J. (1962). *How to do Things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- Baker, L. & Brown, A. L. (1984). “Cognitive e monitoring in reading”. In: Flood, J. *Understanding reading comprehension*. Wewark: International Reading association. pp. 21 – 44.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Bechara, E. (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. (37ª Ed.). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Biderman, M. T. (1972-1973). “Formas de tratamento e estruturas sociais”. In: *Alfa: Revista de Linguística*. 18-19. Marília: FFCL. pp. 339-381.
- Brito, A. M. (1999). "Português Europeu / Português Brasileiro: algumas diferenças sintáticas". 168. Romansk Institut: Aarhus Universitet. pp. 12-34.
- Brown, P & Levinson S. (1987; 1994). *Politeness – Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, R. & Gilman A. (1960). “The pronouns of power and solidarity”. In: Sebeok, T. A. (ed.) *Style in Language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Caminha, P. Vaz de .(1999). *A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear, de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale*. São Paulo: Humanitas.
- Carreira, M. H. (1994). “Para uma leitura guiada de Sémantique Générale de Bernard Pottier, com adaptações ao português”. *Revista da Faculdade de Letras Línguas Literaturas*. XI. Porto. pp. 147-180.
- Carreira, M. H. (1995). *Modalisation Linguistique en Situation d’Interlocution. Proxémique verbale et modalités en portugais* (Thèse de Doctorat d’État en Linguistique), Paris, Université de Paris IV- Sorbonne.

- Carreira, M. H. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain-Paris : Peeters
- Carreira, M. H. (2003). Les formes allocutives du portugais européen: évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs. Pronombres de segunda persona y formas de tratamiento en las lenguas de Europa. Université Paris VIII.
http://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf(12/03/2016)
- Carreira, M. H. (2007). Le pronom d'adresse portugais « você » : valeurs et évolution. In: Cuniță, A.; Lupu, C.; Tasmowski (Eds.), *Studii de lingvistică și filologie romanică. Hommages offerts à Sanda Reinheimer Răpeanu*. București : Editura Universității din București. pp. 15-19.
- Duarte, I. M. (2010). “Formas de Tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna”. In: Duarte, I. M. Oliveira, F. (Eds). *O fascínio da linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Carreira, M. H. (2014). “Cortesia e Proxémica: abordagem semântico-pragmática”. In: Seara, I. R. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado.
- Casteleiro, J. Malaca (dir.) (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Editorial Verbo / Academia das Ciências de Lisboa.
- Castro, I. (2011). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- Chomsky, N. (1978). *Aspectos da teoria da sintaxe*. Tradução José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado. Título original *Aspects of the theory of syntax*.
- Cintra, L. F. L. (1972). *Sobre «formas de tratamento» na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Coelho, I. L. & Görski, E. (2011). “A variação do uso dos pronomes tu e você em Santa Catarina”. In: Couto, L. R. & Lopes, C. R. S. *As formas de tratamento em português e espanhol*. Niterói: UFF.
- Cohen, A. D. (1987). «Recent uses of mentalistic data in reading strategy research». 3. São Paulo: D.E.L.T.A. In: *Journal of the Brazilian Association of Linguística, Pontifícia universidade Católica de São Paulo*. pp.57-84.
- Colomer, T. & Camps, A. (2002). *Ensinar a ler, ensinar a compreender*. Trad. Fátima

- Murad. Porto Alegre: Artmed.
- Couto de Magalhães. (1940). *O selvagem*. (4ª Ed.). São Paulo: Editora Nacional.
- Cunha, C. & Cintra, L. (2002). *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 17ª ed. Lisboa: João Sá da Costa.
- Cunha, C. (1970). *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares.
- Debus, E. (2006). *Festaria de brincança: a leitura literária na Educação Infantil*. São Paulo: Paulus.
- Denzin, N. K. (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Duarte, I. M. (2010). “Formas de Tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna”. In: Duarte, I. M. Oliveira, F. (Eds). *O fascínio da linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Duarte, I. M. (2012). “Como dá a ficção conta das trocas reais orais?” *Redis: Revista de Estudos do Discurso*. 1. pp. 39-54.
- Elia, S. (1992). *El portugués en Brasil*. Madrid: MAPFRE.
- Escandell-Vidal, M. V. (1998). “Politeness: a relevant issue for relevance theory”. *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, 11. Madrid: UNED. p. 45-57.
- Faria, I. H. (2003). “O uso da linguagem”. In: Mateus *et alii*. 5ª ed. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. (1986). *Novo Dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fonseca, F. I. (1994). *Gramática e Pragmática: Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.
- Fonseca, F. I. (2002). “Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da literatura”. In: *Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*. Coimbra: Almedina. pp. 37-45.
- Fontanella, W. M. B. (1999). “Sistemas pronominales de tratamiento usados en el mundo hispánico”. In: Bosque, I. & Demonte, V. *Gramática descriptiva de la lengua*

española, 1. Madrid: Espasa Calpe Libros.

Franzen, V. B. (2003). Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-riograndenses. *Arquipélago*. 7. 2ª série. Porto Alegre: Unisinos.

https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/385/1/Beatriz_Franzen_p123-142.pdf. (03/07/2015).

Freitas, A. A. (1936). *Vocabulário Nheengatu*. Brasileira. 5ª Serie da Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Editora Nacional.

Galves, C. (1993). “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro”. In: Roberts, I. & Kato, M. (Orgs.). *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*. Campinas: UNICAMP. pp. 387-408.

Givón, T. (1979). From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: Givón, T. *Syntax and semantics: discourse and syntax*. 12. New York: Academic Press.

Givón, T. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins.

Glaser B. G. & Strauss A.L. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter.

Goffman, E. (1967). *Interaction ritual: Essays on face-to-face behavior*. New York: Doubleday Anchor Books.

Gomes de Deus, V. (2009). *Você ou tu? Nordeste versus sul: o tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir de dados do projeto ALIB*. Salvador: UFB/IL. (Dissertação de mestrado). Goodman, K. S. (1982). *Language and literacy, the selected writings*. Boston: Routledge and Kegan Paul.

Goodman, K. S. (1987). “O processo de leitura: considerações a respeito das línguas no desenvolvimento”. In: Ferreiro, E. & Palácio, M. G. (Orgs.). *Os processos de leitura e escrita*. Porto Alegre: Novas Perspectivas. pp. 11-12.

Goodman, K. S. (1991). *Unidade na leitura – um modelo psicolinguístico transactional*. Letras de Hoje. 26. Porto Alegre: EDIPUCRS. pp. 9-43.

Gouveia, C. (2008). “As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em Português Europeu”. In: Oliveira, F. & Duarte, I. M. (orgs.). *O fascínio da Linguagem: Actas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: CLUP/FLUP.

- Grice, H. P. (1982) "Lógica e conversação". In: Dascal, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da lingüística (iv)*. Pragmática. V. 4. Campinas: Unicamp. pp. 81-103.
- Grice, H.P. (1975). "Logic and conversation". In: Cole, P. & Morgan, J. (eds.) *Syntax and Semantics*. V. 3. New York: Academic Press. pp. 41-58.
- Gu, Y. (1990). Politeness phenomena in modern Chinese. *Journal of Pragmatics* 3: 237-257.
- Hall, E. (1968; 1981). "Proxémique". In: Winkin, Y. (org). *La nouvelle communication*. Paris: Seuil. pp. 191-221 (éd. Orig. in Current Anthropology, 1968, 9, 2-3, pp-95-108).
- Carreira, M. H. (2014). "Cortesia e Proxémica: abordagem semântico-pragmática". In: Seara, I. R. Cortesia: olhares e (re)invenções. Lisboa: Chiado. pp. 27-44.
- Hammermueller, G. (1993). Die Anrede im Portugiesischen. Eine sociolinguistische Untersuchung zu Anredekonventionem des gegenwärtigen europäischen Portugiesisch. Chemitz: Nov Never Verlag. (Dissertação de doutoramento).
- Haverkate, H. (1994). *La cortesía verbal*. Madrid : Gredos.
- Houaiss, Antônio e Villar. (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Hymes, D. (1972). "On Communicative Competence". In: Gumperz, J. & Hymes, D. *Directions in Sociolinguistics. The Ethnography of Communication*. Holt: Rinehart & Winston.
- Ide, S. (1989). Formal forms and discernment: Two neglected aspects of universals of linguistic politeness. *Multilingua* 8. 2, 3. pp. 223-248.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1992). *Les interactions verbales*. V. 2. Paris : Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2001). *Les actes du langage dans le discours: Théorie et fonctionnement*. Paris: Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2001). *Les actes du langage dans le discours: Théorie et fonctionnement*. Paris : Nathan. (Traduction en portugais : *Os Atos de Linguagem no Discurso*, Niteroi : edUFF, 2005).
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2004). "¿Es universal la cortesi?" (2004). In: Bravo, D. & Briz, A. (eds.). *Pragmática socio-cultural: estudos sobre o discurso de cortesia em espanhol*.

Barcelona. Ariel. pp. 39-54.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2005). *Le discours em interaction*. Paris: Armand Colin.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2011). “L’impolitesse en interaction: Aperçus théorique et étude de cas”. *Lexis Spécil* 2. pp. 36-60. In: Carreira, M. H. (2014). “Cortesia e Proxémia: a abordagem semântico-pragmática”. In: Seara, I. R. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2014). “Polidez e impolidez nos debates políticos televisivos: o caso dos debates entre dois turnos, dos presidentes franceses”. In: Seara, I. R. *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado.

Leech, F. G. (1983; 1995). *Principles of Pragmatics*. 5ª ed. London: Longman.

Leech, F. G. (2014). *The Pragmatics of Politeness*. Oxford: Oxford University Press.

Leffa, V. J. (1996). “Fatores da Compreensão na Leitura”. In: *Cadernos do IL*. 15. nº 15. Porto Alegre: IL. pp.143-159.

Leiria, I. (2004). Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. In: Idiomático. In: *Revista Digital de Didáctica de PLNLM*. 3. Lisboa: Centro Virtual Camões.

Lessa, L.C. Barbosa. (1981). *Os doze Rio Grandes*. Porto Alegre: SAMRIG.

Lucchesi, D. (1998). “A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais nas normas culta e popular”. In: Grosse, S. & Zimmermann, K. (1998). (Org.). *Substandard e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, pp. 1-26.

Manzini, E. J. (s/d) . “Considerações sobre a transcrição de entrevistas”. Marília: UNESP. http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista

Marconi, M. D. A. & Lakatos, E. M. (1996). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas.

Mateus, M. H. M. *et alii*. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho.

Mattos e Silva, R. V. (1989). *Breve notícia sobre a situação do português no Brasil*. 1.

Lisboa: Seara Nova. pp. 28-36.

Mattos e Silva, R. V. (1995). “O português são dois”. In: *Alteridades*. 2. Salvador: FFCH/UFBA. pp. 67-85.

Mattos e Silva, R. V. (1998). “O português do Brasil”. In: Raposo, E. B. P. *et alii*. (2015). *Gramática do Português*. Lisboa: Gulbenkian.

Mattos e Silva, R. V. (1999). O que corrigir no português de nossos alunos? Uma avaliação do fator escolarização na compreensão do português brasileiro. *A Cor das Letras*. Feira de Santana: v. 3, pp. 179-189. <http://www.prohpor.org/artigos>.

Mattos e Silva, R. V. (2000). A língua portuguesa em perspectiva histórica: do português europeu para o português brasileiro. *Estudos Lingüísticos*. n. XXIX. São Paulo, pp. 16-32.

Mattos e Silva, R. V. (2001). “Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje”. In: *Revista da FAEBA*. 15. Salvador: FAEBA. pp. 23-36.

Mattos e Silva, R. V. (2002). “Uma interpretação para a generalizada difusão da língua portuguesa no Brasil”. In: *Revista da Academia de Letras da Bahia*. 54. Salvador: FAEBA. pp. 105-126.

Mattos e Silva, R. V. (2004). “O português no Brasil: sua formação na complexidade multilingüística do Brasil colonial e pós-colonial”. *Leituras Contemporâneas*. Vol. 1. 1. Salvador. pp. 95-105.

Mattos e Silva, R. V. (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

Mattos e Silva, R. V. (2008). “Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa”. In: *Cadernos de Letras da UFF*. 34. Niterói: UFF. pp. 11-30.

Mattos e Silva, R. V. (2008). “Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da língua(s)”. In: *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*. 3. Porto: FLUP. pp. 39-53.

Moreno Fernández, F. (1998). *Principios de Sociolingüística y Sociología del Lenguaje*. Barcelona: Ariel.

Moreno, H. C. B. (1996). Portugal e a fronteira com Castela no século XIV. In: III

- Jornadas de Estado Norte de Portugal-Aquitânia. Actas. http://opac.regesta-imperii.de/lang_en/autoren.php?name=Moreno%2C+Humberto+Carlos+Baquero. (12/03/2015)
- Moreta, J. P. & Camarasa, A. V. (1992). *Lengua Espanhola*. Madrid: SM.
- Marquilhas, R. (2014). “Fenómenos de mudança na história do português”. In: Raposo, E. B. P. *et alii*. (2015). *Gramática do Português*. Lisboa: Gulbenkian.
- Nascentes, A. (1998). “Fórmulas de tratamento no Brasil nos séculos XIX e XX”. In: *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Casa do Castelo, 1950. p. 116.
- Oliven, R. G. (1984). "A fabricação do gaúcho". *Ciências Sociais Hoje* 1984 (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia).
- Pagotto, E. (1998). “Norma e condescendência; ciência e pureza”. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*. 2. Campinas: Pontes.
- Pagotto, E. (2001). “Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico”. In: Orlandi, E. (Org.). *História das idéias linguísticas*. Mato Grosso: UNEMAT. pp. 39-57.
- Paredes Silva, V. L. (1998). “Variação e funcionalidade no uso de pronomes de segunda pessoa do singular no português carioca. In: *Revista de Estudos de Linguagem*. Vol. 7. 2. Belo Horizonte. <https://www.bu.ufmg.br/bu/index.php/periodicos/revista-de-estudos-da-linguagem>. (14/08/2015)
- Paredes Silva, V. L. (2000). “A distribuição dos pronomes de segunda pessoa na fala carioca ao longo do século XX. In: *Anais do Congresso Nacional da ABRLIN*. 2. Florianópolis: ABRALIN.
- Paredes Silva, V. L. (2003). “O retorno do pronome tu à fala carioca”. In: Roncarati, C. & Abraçado, J. (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. pp. 160-169.
- Paredes Silva, V. L. (2011). “Notícias recentes da presença do pronome *tu* no quadro de pronomes do português falado no rio de Janeiro”. In: *Formas de tratamento em Português e Espanhol*. Niterói: UFF. p. 245.
- Passavento, S. J. (1985). *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Brasiliense.

- Pereira, E. C. (1935). *Grammatica histórica*. Companhia Editora Nacional. São Paulo.
- Pereira, V. W. (2009). *Leitura e cognição: teoria e prática nos anos finais do ensino fundamental*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Pires, S. F. Gaúcho, o Dialeto Crioulo Rio-Grandense
http://www.orbilat.com/Languages/Portuguese-Brazilian/Dialects/Brazilian_Dialects-Gaucho.html. (17/072015)
- Poersch, J. M. (1991). “Por um nível metaplícito na construção do sentido textual”. In: *Letras de Hoje*, Vol. 26. 4. Porto Alegre: EDIPURS. pp.127-143.
- Poersch, J. M. e Rossa, A. A. (2007). “Análise semântica latente: uma nova visão sobre o processamento da informação textual”. In: Poersch, J. M. e Rossa, A. A. (Orgs). *Processamento da Linguagem e Conexionismo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Pottier, B. (1993). *Sémantique générale, Collection Linguistique nouvelle*. Paris: PUF. (Tradução espanhola: *Semántica general*. (1993). Madrid).
- Pottier, B. (2000). *Représentations mentales et catégorisations linguistiques*. Louvain-Paris: Peeters.
- Pottier, B. (2012). *Images et modèles en sémantique*. Paris: Éditions Honoré Champion.
- Preti, D (Ed.). *Cortesias verbal*. São Paulo: Humanitas. pp. 157-192.
- Queirós, E. (1888). *Os Maias*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- Queirós, E. (2000). *Os Maias*. São Paulo: Nova Alexandria.
- Ramilo, M. C & Freitas, T (2001). “Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas”. Lisboa: ILTEC. <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-redip-transcricao.pdf>. (12/05/2016)
- Ramirez, D. J. & Pozzani, D. P. (2011). “Formas de tratamento nominal do espanhol paraguaio: um caso de hibridismo lexical”. In: *As formas de tratamento em português e espanhol*. Niterói: UFF. p. 152.
- Raposo, E. B. P. et alii. (2015). *Gramática do Português*. Lisboa: Gulbenkian.
- Reis, C. & Lopes, A. C. (1998). *Dicionário de Narratologia*. 6ª ed. Coimbra: Livraria Almedina.
- Reis, C. (2008). “Recomendações”. In: *Actas – Conferência Internacional sobre o*

- Ensino do Português*. Lisboa: ME- DGIDC.
- Ribeiro, I. (1999). *A origem do português culto. A escolarização*. Salvador: UNIFACS.
- Robert, A. D. (2013). *Léxico guarani, dialeto mbyá*. Associação Linguística Internacional – SIL Brasil.
- Said, A. M. (1921; 1927). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*.
http://www4.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/Said_Ali_historica/paginasiniciais.pdf&mn=gramaticaindex.php. (17/07/2015).
- Saussure, F (1975). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Scherre, M. (2013). Revisitando a polêmica do livro didático do MEC.
<http://pt.slideshare.net/israellima75/preconceito-linguistico-marta-scherre> (03/08/2015)
- Seara, I. R. (2014). *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Lisboa: Chiado.
- Searle, J. R. (1969). *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Segura, L. (2014). “Variedades dialetais do português europeu”. In: Raposo, E. B. P. *et alii*. (2015). *Gramática do Português*. Lisboa: Gulbenkian.
- Silva, L. A. da. (2008). “Cortesia e formas de tratamento”. In: Preti, D. (Ed.). *Cortesia Verbal*. São Paulo : Humanitas. pp. 177-192.
- Silva, V. Aguiar e. (2008). “Horizontes de uma nova interdisciplinaridade entre os estudos literários e os estudos linguísticos”. In: Reis, C. (Org.). *Actas, Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa: Ministério da Educação, DGIDC, pp. 19-32.
- Smith, F. (1989). *Compreendendo a leitura: uma análise psicolingüística da leitura e do aprender a ler*. Porto alegre: Artes Médicas.
- Smith, F. (1999). *Leitura significativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Spiro, R. J. (1980). *The psychology of reading*. New Jersey: Hillsdale.
- Teyssier, P. (1997). *A história da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes. (Tradução de Celso Cunha).
- Tomitch, L. (2007). “Desvelando o processo de compreensão leitora: protocolos verbais na pesquisa em leitura”. In: *Signo*. 32. Santa Cruz: EDUSC. pp. 42-53.

Verissimo, E. (1949). *O tempo e o vento*. I Parte: *O Continente*. Porto Alegre: Editora Globo.

Verissimo, E. (1951). *O Tempo e o Vento*. II Parte: *O Retrato*. Porto Alegre: Editora Globo.

Verissimo, E. (2004). *O tempo e o vento*. I Parte: *O Continente*. São Paulo : Companhia das Letras.

Verissimo, E. (2004). *O Tempo e o Vento*. II Parte: *O Retrato*. São Paulo : Companhia das Letras.

Villalva, A. (2003a): «A face linguística das relações de poder». In: *Notícias da Amadora*. 27 de Março de 2007. Disponível em:

<http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=1878&coddoss=72>.

(17/07/2015)

Villalva, A. (2003b). «E se os brasileiros descobrem que os portugueses acham que eles falam Brasileiro?» Parte II. In: *Notícias da Amadora*. 31 de Março de 2007. Disponível em: <http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=3226&coddoss=72>.

(27/09/2015).

Outras obras consultadas:

Brandão, A. C. P. & Spinillo, A. G. (1998). “Aspectos gerais e específicos na compreensão de textos”. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol. 11. 2. Porto Alegre. pp. 253-272.

https://www.researchgate.net/profile/Ana_Brandao3/publication/26362070_Aspectos_gerais_e_especificos_na_compreensao_de_textos/links/55eb1e2e08aeb651626773a5.pdf

Bravo, D. & Briz, A. (2004). *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel.

Cavalcanti, M. C. *Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática*. Campinas: UNICAMP, 1989.

Dixon, R. M. W & Aikhenvald, A. Y (2006). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.

Furlan, O. (1989). A influência açorina no português do Brasil, em Santa Catarina. In: Coelho, I. L. & Görski, E. M. (2011). In: Couto, L. R. & Santos, C. R. (2011). *As formas*

de tratamento em português e espanhol. Niterói: UFF.

Lakoff, R. 1998. “La lógica de la cortesía, o acuérdate de dar las gracias”. In: Julio, M. T. & Muñoz, R. *Textos clásicos de pragmática*. Madrid: Arco Libros.

Leiria, I. (2011). Português Língua Não Materna no Currículo Nacional. Linhas orientadoras do Ministério da Educação Português.

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/plnmdoc_orientador.pdf.

Locher, M. A. & Watts, R. J. (2005). «Politeness theory and relational work». In: *Journal of Politeness Research*. 1. pp. 9-33.

Loregian-Penkal, L. (2004). *(Re)Análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. (Tese de Doutorado em Letras Estudos Lingüísticos).

Loregian-Penkal, L. (1996). *Concordancia verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina,. (Dissertação de Mestrado em Lingüística).

Lourenço, M. P. (1962). "O isolamento geográfico do Rio Grande do Sul: Fundamentos da Cultura Rio-Grandense”. *Quinta Série*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul.

Marcotulio, L. L. (2005). “A estrutura familiar e a interação social no condicionamento das formas de tratamento: textos epistolares escritos no Rio de Janeiro do séc. XVIII”. In: Santos, D. V. dos (Org.). In: *Inicia – Revista da Graduação em Letras da UFRJ*. Rio de Janeiro: Ed. Faculdade de Letras / UFRJ.

Mattos e Silva, R. V. (1988). “Língua portuguesa: novas fronteiras, velhos problemas”. *Revista Lusitana*. 8. Lisboa: ICALP. pp. 5-21.

Mussa, A. B. (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nascentes, A. (1996). *Tesouro da fraseologia brasileira*. Rio de JaneiroSão Paulo: Martins Fontes.

Ponce de León, R. (2008). “Gramática y Traducción en la Historia de la enseñanza-aprendizaje del portugués en España La Gramática Elemental de la Lengua Portuguesa (Heidelberg, 1911) de Francisco Carrillo Guerrero”. In: Dasilva, X. M. (Ed.). *Perfiles de*

la traducción hispano portuguesa. II. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo. pp. 113-127.

Rodrigues, D. F. (2003). *Cortesia Linguística*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de doutoramento).

Rodrigues, A. D. (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

Spencer-Oatey, H. (2005). «(Im)politeness, face and perceptions of rapport: unpackaging their bases and interrelationships». In: *Journal of Politeness Research*. 1. pp. 95-119.

Thomé-Williams, A. C. (2004). *Sociolinguistic aspects of forms of address in Portugal and Brasil: Tu or Você*. University of Illinois at Urbana-Champaign.

Watts, R. J. (2003). *Politeness*. Cambridge: CUP

Sites consultados:

http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf. (02/02/2013)

<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/hlpbrasil>. (02/02/2013)

<http://globo.tv.globo.com/rbs-rs/g1-rs/v/tv-nos-liga-laura-medina-e-isabel-ferrari-conversam-com-telespectadores-na-academia/3844810/>. (02/08/2015)

<http://guaraniportugues.blogspot.pt/2013/02/2-2-mboepy-mokoiha-nenemongetavemi.html>. (22/05/2015)

<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-redip-transcricao.pdf> (12/03/2016)

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12715.pdf>. (07/08/2014).

http://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=marcuschi&btnG=Pesquisar&lr=&as_ylo=&as_vis=0. (17/07/2014).

<http://www.brasiliana.com.br/obras/vocabulario-nheengatu>. (01/06/2015).

<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=8136&ext=pdf>. (09/10/2014)

http://www.dgidec.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNM_perfis-linguisticos.pdf. (02/07/2013)

http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm. (01/06/2015).

<http://www.georgezarur.com.br/artigos/132/um-brasil-excentrico-sobre-indios->

portugueses-negros-alemaes-e-italianos-no-rio-grande-do-sul. (01/06/2015).

http://www.ibge.gov.br/7a12/mapas/brasil/regiao_sul.pdf. (01/06/2015).

http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/Eduardo_Pereira_gramatica_historica/paginas_iniciais.pdf&mn=gramatica8menu.php. (17/07/2015).

http://www4.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/Said_Ali_historica/paginasiniciais.pdf&mn=gramatica1menu.php. (17/07/2015).

<http://www.instituto-ca>. (17/07/2014).

<http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=224>. (17/07/2014).

<http://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/noticias/lerNoticia.lab?categoria=2&id=205>. (17/07/2015).

http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/interpretar_compreender.pdf. (01/02/2016).

<http://www.noticiasdaamadora.com.pt/nad/artigo.php?aid=1878&coddoss=72>. (01/06/2015).

http://www.orbilat.com/Languages/Portuguese-Brazilian/Dialects/Brazilian_Dialects-Gaucho.html#%282%29. (01/06/2015).

<http://www.primercoloquioedice.org/Actas/actas.html>>. (01/10/2015).

<http://www2.cm-evora.pt/castelosdeportugal/assets/32-portugal-e-a-fronteira-com-castela-no-s%C3%A9culo-xiv.pdf>. (05/11/2015).

https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/385/1/Beatriz_Franzen_p123-142.pdf. (01/06/2015).

<https://www.youtube.com/watch?v=dFmFpWWLp8I>. (01/07/2015).

<https://www.youtube.com/watch?v=er06K3-Wn2s>. (01/07/2015).

<https://www.youtube.com/watch?v=k3vaNs9U3tk>. (28/06/2015).